



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1123

Quinta-feira - 22 de Novembro de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce .....	1
Alto Bela Vista .....	2
Antônio Carlos .....	3
Biguaçu .....	5
Braço do Trombudo .....	6
Caçador .....	9
Camboriú .....	10
Campo Alegre .....	36
Campos Novos .....	41
Canoinhas .....	45
Capinzal .....	54
Catanduvas .....	58
Concórdia .....	60
Cordilheira Alta .....	62
Coronel Martins .....	69
Ermo .....	70
Forquilha .....	71
Fraiburgo .....	71
Garopaba .....	102
Gaspar .....	102
Herval d'Oeste .....	103
Ibiam .....	110
Imbituba .....	112
Iomerê .....	115
Ipumirim .....	135
Irineópolis .....	136
Joaçaba .....	138
José Boiteux .....	143
Lages .....	145
Leoberto Leal .....	163
Luzerna .....	167
Massaranduba .....	167
Meleiro .....	168
Navegantes .....	168
Palhoça .....	170
Peritiba .....	170
Pinheiro Preto .....	172
Porto Belo .....	193
Porto União .....	193
Rio do Sul .....	194
Salto Veloso .....	201
São Bento do Sul .....	222
São Lourenço do Oeste .....	223
São Pedro de Alcântara .....	243
Timbó .....	263
Turvo .....	266
Vidal Ramos .....	266
Videira .....	267
Vitor Meireles .....	270

### Associações

EGEM .....	271
------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	271
CINCO .....	275

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato Nº. 93/2012

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Construtora AM Vargas Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 87/2012 - Convite nº. 27/2012

OBJETO : Construção de toldos no CEI Estrelinha Azul e rampa de acesso no maternal.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 81.360,55 (oitenta e um mil trezentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução da obra.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será 90 dias a partir da data da assinatura.

DATA : 08.10.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Anilton Vargas pela contratada.

#### Extrato do Contrato Nº. 94/2012

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Construcórdia Construções Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 89/2012 - Convite nº. 28/2012

OBJETO : Execução de cobertura e pavimentação em parte do pátio do Centro Educacional Municipal Frei Silvano.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 149.628,91 (cento e quarenta e nove mil seiscentos e vinte oito reais e noventa e um centavos)

PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução da obra.

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será 90 dias a partir da data da assinatura.

DATA : 18.10.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Rosemar Marmitt pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 95/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Posto Pinheiro Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 93/2012 - Dispensa nº. 14/2012

OBJETO : Aquisição de combustível para uso em veículos do transporte escolar que necessitam de óleo diesel S50.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 2.240,00 (dois mil duzentos quarenta reais)

PAGAMENTO : O pagamento será todo dia 10 e 25 de cada mês.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2012.

DATA : 05.11.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Classir João David pela contratada.

## Alto Bela Vista

**PREFEITURA**

### **Termo Aditivo de Contrato 091 X 070**

Termo Aditivo de Contrato 091 x 070

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa JUCIANE C. BOFF E CIA LTDA ME

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA UTILIZAÇÃO EM ESTRADAS MUNICIPAIS, ENTRADAS DE PROPRIEDADES, RIACHOS, CÓRREGOS E ESGOTAMENTO DE ÁGUA. Valor Total R\$ 1.260,00 (Um mil, duzentos e sessenta reais).

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 06 de novembro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2012 PREGÃO Nº 07/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2012

Obs: O presente termo aditivo teve o acréscimo no valor de R\$ 1.008,00 para R\$ 1.260,00

Alto Bela Vista (SC), em 06 de novembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa JUCIANE C. BOFF E CIA LTDA ME

Contratado

### **Termo Aditivo de Contrato 095 X 086**

Termo Aditivo de Contrato 095 x 086

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa CONSTRUTORA SOLO LTDA

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, PARA A EXECUÇÃO, DE FORMA INDIRETA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DA OBRA DE PASSEIO PÚBLICO.

Valor Total R\$ 28.357,30 (vinte e oito mil e trezentos e cinquenta e sete reais e trinta centavos)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 20 de novembro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal Processo de Licitação nº 035/2012 Modalidade: Tomada de Preços nº 005/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 086/2012

Obs: O presente termo aditivo teve o acréscimo no valor de R\$ 25.857,30 para R\$ 28.357,30

Alto Bela Vista (SC), em 20 de novembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa CONSTRUTORA SOLO LTDA

Contratado

### **Termo Aditivo de Contrato 095 Xx 038**

Termo Aditivo de Contrato 095 xx 038

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa EQUIPLAN GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO, DE SERVIÇOS GRAFICOS.

Valor Total R\$ 14.076,92 (Quatorze mil e setenta e seis reais e noventa e dois centavos)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 20 de novembro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 006/2012 CONVITE Nº 002/2012 Contrato Administrativo Nº 038/2012

Obs: O presente termo aditivo teve o acréscimo no valor de R\$ 13.000,00 para R\$ 14.076,92

Alto Bela Vista (SC), em 20 de novembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa EQUIPLAN GRÁFICA E EDITORA LTDA.

Contratado

### **Termo Aditivo de Contrato 095 Xxx 071**

Termo Aditivo de Contrato 095 xxx 071

Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa STO PRÉ-MOLDADOS.

Objeto PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA UTILIZAÇÃO EM ESTRADAS MUNICIPAIS, ENTRADAS DE PROPRIEDADES, RIACHOS, CÓRREGOS E ESGOTAMENTO DE ÁGUA. Valor Total R\$ 7.889,00 (Seis mil oitocentos e oitenta e nove reais)

Vigência A vigência deste contrato inicia na data de 20 de novembro, estendendo-se até 31 de dezembro de 2012.

Base Legal PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 024/2012 PREGÃO Nº 07/2012 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 071/2012

Obs: O presente termo aditivo teve o acréscimo no valor de R\$ 6.615,00 para R\$ 7.889,00

Alto Bela Vista (SC), em 20 de novembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa STO PRÉ-MOLDADOS.

Contratado

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### Lei No 1.410/2012

LEI NO 1.410/2012

Designa servidores para receberem adiantamento e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso das suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo indicados para receberem adiantamento de recursos para realizar despesas pequenas e de pronto pagamento na forma estabelecida na Lei Municipal nº 999/2004 e nas normas de controle interno constantes do Anexo I item 3.1.13, do Decreto nº 118/2010 e alterações posteriores.

I - Carlíce Benice Schmitz, Matrícula 143 - Secretaria de Administração e Finanças, responsável pela Conta 10.294-6, Agência 3634-X;

II - Judite Koch Schmitt, Matrícula 801, Secretaria da Educação e Cultura, responsável pela Conta 10.298-9, Agência 3634-X;

III - Ismar Coelho, Matrícula 1007, Fundo Municipal de Saúde, responsável pela Conta 10.297-0, Agência 3634-X;

IV - Manuela Mendes, Matrícula 1018, Gabinete do Prefeito, responsável pela Conta 10.296-2, Agência 3634-X;

V - Wagner Martendal, Matrícula 1210, Coordenação de Turismo, responsável pela Conta 10.295-4, Agência 3634-X;

VI - Gilberto Bertoldo Elias, Matrícula 963, Secretaria de Esportes, responsável pela Conta 10.293-8, Agência 3634-X;

VII - Sebastião João Petry, Matrícula 960, Secretaria Agricultura e Meio Ambiente, responsável pela Conta 10.292-X, Agência 3634-X;

VIII - Paulo Besen, Matrícula 1212, Secretaria de Obras, Transp. e Serviços Públicos, responsável pela Conta 10.304-7, Agência 3634-X;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 13 de novembro de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### Lei Nº 1.411/2012

LEI Nº 1.411/2012

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de R\$ 386.047,25 (trezentos oitenta e seis mil, quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

06.01 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
1.022.4.4.90.00.00.0.1.089.13 - Pavimentação de Ruas  
205 - Aplicações Diretas  
R\$ 61.000,00

07.02 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.035.3.1.90.00.00.0.1.000 - Assistência ao Pequeno Produtor Rural

129 - Aplicações Diretas

R\$ 63.047,25

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

2.019.3.1.90.00.00.0.1.000 - Incentivo ao Esporte Amador

080 - Aplicações Diretas

R\$ 16.000,00

09.01 - ENCARGOS GERAIS

0.004.3.3.20.00.00.0.1.000 - Contribuição ao PASEP

152 - Transferências a União

R\$ 25.000,00

0.004.3.3.50.00.00.0.1.000 - Contribuições a Entidades Municipais

153 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 6.000,00

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.020.3.1.90.00.00.0.2.000 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

004 - Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

2.022.3.1.90.00.00.0.2.000 - Ações de Saúde da Família - PAB/PSF

017 - Aplicações Diretas

R\$ 65.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação das seguintes Dotações:

04.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1.010.3.3.50.00.00.0.1.000 - Preservação e Des. Patrimônio e Cultural

073 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 5.000,00

1.010.3.3.90.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas

074 - Aplicações Diretas

R\$ 7.500,00

2.012.3.3.90.00.00.0.1.000 - Apoio aos Estudantes do Ensino Superior

054 - Aplicações Diretas

R\$ 18.351,60

2.015.3.3.50.00.00.0.1.000 - Apoio a APAE

059 - Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

2.017.3.3.50.00.00.0.1.000 - Manutenção da Escola e Banda de Música

070 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

R\$ 5.000,00

2.017.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção da Escola e Banda de Música

071 - Aplicações Diretas

R\$ 11.813,50

2.017.4.4.90.00.00.0.1.000 - Manutenção da Escola e Banda de Música

072 - Aplicações Diretas

R\$ 2.000,00

2.018.3.3.50.00.00.0.1.000 - Apoio Grupos Manifest. Artísticas Culturais

077 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
R\$ 5.000,00

2.018.3.3.90.00.00.0.1.000 - Apoio Grupos Manifest. Artísticas Culturais  
078 - Aplicações Diretas  
R\$ 7.000,00

2.018.4.4.90.00.00.0.1.000 - Apoio Grupos Manifest. Artísticas Culturais  
079 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.000,00

06.01 - SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
1.023.4.4.90.00.00.0.1.000 - Pavimentação de Passeios  
117 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

1.031.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção de Pontes  
145 - Aplicações Diretas  
R\$ 4.313,49

1.032.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção de Bueiros  
147 - Aplicações Diretas  
R\$ 7.109,00

1.032.4.4.90.00.00.0.1.000 - Construção de Rede Pluvial e Esgoto  
157 - Aplicações Diretas  
R\$ 7.120,00

1.033.4.4.90.00.00.0.1.089.13 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários  
149 - Aplicações Diretas  
R\$ 61.000,00

2.032.3.1.90.00.00.0.1.000 - Manutenção de Serviços Urbanos  
118 - Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

2.032.3.1.91.00.00.0.1.000 - Manutenção de Serviços Urbanos  
121 - Aplicações Diretas  
R\$ 3.000,00

2.024.3.3.90.00.00.0.1.000 - Manutenção e Melhoria Iluminação Pública  
126 - Aplicações Diretas  
R\$ 6.334,66

08.02 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE  
1.027.4.4.90.00.00.0.1.000 - Sinalização Turística  
128 - Aplicações Diretas  
R\$ 15.005,00

2.0363.3.50.00.00.0.1.000 - Realização de Eventos Promocionais  
135 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
R\$ 2.500,00

2.0363.3.90.00.00.0.1.000 - Realização de Eventos Promocionais  
136 - Aplicações Diretas  
R\$ 33.000,00

09.01 - ENCARGOS GERAIS  
0.003.3.2.90.00.00.0.1.000 - Amortização de Dívidas  
150 - Aplicações Diretas  
R\$ 38.000,00

11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.021.3.3.90.00.00.0.2.000 - Ações de Atenção Básica

R\$ 120.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Antônio Carlos, 13 de Novembro de 2.012.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 514/2012.**

PORTARIA Nº 514/2012.  
Dispensa ACT.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, AOIARA DOS SANTOS NASCIMENTO, do cargo temporário de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 40H, a partir de 20 de novembro de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 20 de novembro de 2012.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 20 de novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Portaria Nº 515/2012.**

PORTARIA Nº 515/2012.  
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, a pedido, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor JOSE WALTER MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 26 de novembro de 2012, referente ao período aquisitivo de 03/08/2010 a 02/08/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,  
em 20 de novembro de 2012.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 20 de novembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças



# Biguaçu

## PREFEITURA

### Lei

LEI Nº 3294/2012 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DENOMINA VIA PÚBLICA SERVIDÃO SAYMON FERNANDES DA CUNHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Saymon Fernandes da Cunha, a referida servidão inicia-se a esquerda da Rua Marina Costa, bairro Prado, ao lado da casa do Sr. Peterson com coordenadas 27º29'05.37" Sul e com coordenadas 48º38'55.83" Oeste. "Termina ao lado do terreno particular dos Marçais com coordenadas 27º29'03.49" "Sul e com coordenadas 48º38'55.59" Oeste, no município de Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 14 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3294/2012, de 14/11/2012

Sancionada em 14/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES

Gerente de Protocolo e Expediente



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preço 26/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2012**

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 26/2012

Data do Registro: 21/11/2012

Válido até: 21/11/2013

Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar do ensino infantil (creche, pré-escolar) e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Achocolatado em pó. Lata de 400 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NESCAU	0	5,0700	1
2	Doce de Frutas. Potes de 900 gr. Deve constar na embalagem registro, data de fabricação, prazo de validade, composição e peso líquido. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8662)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	OLIVEIRA	0	5,5700	1
3	Sardinha em óleo comestível. Embalagem de 125 gr. Lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem registro. (8666)	LAT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	PESCADOR	0	2,7000	1
4	Adoçante dietético líquido. Embalagem de 100 ml. (8667)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ADOCIL	0	2,8700	1
5	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8672)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NORDESTE	0	7,2400	1
6	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8673)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANTA RITA	0	3,0100	1
7	Fermento biológico. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8674)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FLEISCHMANI	0	10,3200	1
8	Polvilho azedo. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8691)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SEVEGNANI	0	4,7500	1
9	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8701)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	PARATI	0	2,4900	1
10	Bolacha de leite, pct de 800 gr, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8710)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NINFA	0	5,9400	1
11	Caldo de galinha, caixa com 6 unidades, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8722)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KNORR	0	1,2700	1
12	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8717)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ZIZO	0	1,3700	1
13	Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8720)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	HEINING	0	1,0600	1
14	Pó para púdim, sabores de chocolate, morango, coco e caramelo. Embalagem de 1 kg, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8696)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	2,3200	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2012****Número do Registro de Preços: 26/2012****Data do Registro: 21/11/2012****Válido até: 21/11/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar do ensino infantil (creche, pré-escolar) e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Leite baixa lactose. Embalagem tetra park de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8657)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TIROL	0	2,8800	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2012****Número do Registro de Preços: 26/2012      Data do Registro: 21/11/2012      Válido até: 21/11/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar do ensino infantil (creche, pré-escolar) e fundamental da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BOM GOSTO	0	1,9700	1

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2012****PROCESSO Nº 50/2012**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

BRACO DO TROMBUDO , 21 de Novembro de 2012.



# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 5.400

DECRETO Nº 5.400, de 20 de novembro de 2012.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área de 488,15 m<sup>2</sup> (quatrocentos e oitenta e oito metros e quinze decímetros quadrados), de propriedade de Figueroa e Cassol Farmácia e Drogaria Ltda, objeto da matrícula nº 27.108, do R. I. desta Comarca de Caçador, resultando em dois lotes urbanos, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - um terreno urbano com área de 311,19 m<sup>2</sup> (trezentos e onze metros e dezenove decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Companhia Bom Sucesso de Eletricidade (matr. nº 0.907), medindo 19,10m; ao Sul, com Figueroa e Cassol Farmácia e Drogaria Ltda (matr. nº 27.107), medindo 18,80m; ao Leste, com Genoepha Camachio da Graça (matr. 1.502), medindo 20,40m; e, ao Oeste, com Irondina Dalmédico Deboni, Helvio Luiz Deboni, Eugênio Carlos Deboni e Miriam Denise Deboni Canalli (matr. nº 5.420), medindo 18,70m.

II - um terreno urbano a desmembrar/remembrar com área de 176,96 m<sup>2</sup> (cento e setenta e seis metros e noventa e seis decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com Figueroa e Cassol Farmácia e Drogaria Ltda (matr. nº 27.108), medindo 18,80m; ao Sul, com Figueroa e Cassol Farmácia e Drogaria Ltda (matr. nº 27.107), medindo 18,80; ao Leste, com Genoepha Camachio da Graça (matr. nº 1.502), medindo 9,20m; e, ao Oeste, com Irondina Dalmédico Deboni, Helvio Luiz Deboni, Eugênio Carlos Deboni e Miriam Denise Deboni Canalli (matr. nº 5.420), medindo 9,20m.

Art. 2º Fica, ainda, aprovado o remembramento da área de 176,96 m<sup>2</sup> (cento e setenta e seis metros e noventa e seis decímetros quadrados), oriunda da matrícula nº 27.108, do R.I. desta Comarca, com o terreno urbano de 631,85m<sup>2</sup> (seiscentos e trinta e um metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 27.107, do R.I. desta Comarca, de propriedade de Figueroa e Cassol Farmácia e Drogaria Ltda, resultando após o remembramento em uma área unificada com 808,81 m<sup>2</sup> (oitocentos e oito metros e oitenta e um decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com Figueroa e Cassol Farmácia e Drogaria Ltda (matr. nº 27.108), medindo 18,80m; ao Sul, com a Rua José Boiteux, medindo 18,50m; ao Leste, com Genoepha Camachio da Graça (matr. nº 1.502), medindo 43,10m; e, ao Oeste, com Irondina Dalmédico Deboni, Helvio Luiz Deboni, Eugênio Carlos Deboni e Miriam Denise Deboni Canalli (matr. nº 5.420), medindo 43,10m, tudo de conformidade com o mapa e memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento/remembramento.

Art. 4º O Registro do desmembramento e remembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, na forma prevista no art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

### Sustação do Processo Licitatório Nº 80-2012 Concorrência Nº 06-2012

SUSTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80-2012 CONCORRÊNCIA Nº 06-2012

EDITAL: CONCORRÊNCIA nº 06/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA ESPERANÇA, NO BAIRRO MARTELLO: Fica sustado os atos decorrentes do Processo Licitatório nº 80/2012 Concorrência nº 06/2012, inclusive o Contrato Administrativo nº 108/2012 por determinação judicial, da 2ª Vara da Comarca de Caçador/SC através do processo/autos nº 012.12.007434-8 de 12 de Novembro de 2012.

Maiores Informações na Diretoria de Licitações e Contratos, Situado na Av. Santa Catarina, 195, fone (49) 3563 0322, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br.

Caçador, 20 de Novembro de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal

### Contrato 122-2012 Prefeitura

Contrato nº 122/2012 - PREFEITURA - 1º aditamento ao contrato administrativo 134-2011, prorroga prazo de locação e concede reajuste, para locação de um terreno urbano sem benfeitorias, instalação de pedreira para retirada de materiais, cascalho e pedras (exploração de pedreira) destinados a melhorias nas estradas vicinais urbanas e rurais e instalação de um britador para aproveitamento de todo o material retirado pela Prefeitura Municipal de Caçador/SC. Prorrogação do prazo pelo período de 12 (doze) meses, aplicação de reajuste no percentual de 7,5223% (sete vírgula cinquenta e dois vinte e três) por cento, índice do IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, de acordo com a solicitação e justificativa da Secretária de Infraestrutura, mediante parecer jurídico favorável. O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 6.451,00 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e um reais), a serem pagos mensalmente a quantia de R\$ 537,61 (quinhentos e trinta e sete reais e sessenta e um centavos) com aplicação do IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, no percentual descrito na Cláusula Segunda, estando o mesmo de acordo com o art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. Referente ao processo licitatório nº 96/2011 Dispensa 17/2011. Contratada/Locadora: SUELI MARIA ZENI CPF nº 480.783.959-49. Prazo: 16/11/2013. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

# Camboriú

## PREFEITURA

### Decreto N.º 1.549/2012

DECRETO N.º 1.549/2012

Reajusta a Tarifa do Transporte Coletivo no Município e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o contrato de concessão de serviço público de transporte municipal n.º 001/2001;

CONSIDERANDO o requerimento da Empresa Camboriú Transporte e Turismo Ltda. de 08/11/2012, acompanhado de planilha atualizada de custos, conforme determina o Ministério dos Transportes;

CONSIDERANDO o interesse público na manutenção do serviço prestado com qualidade, continuidade e eficiência;

#### DECRETA:

Art. 1º A tarifa cobrada pela Empresa Camboriú Transporte e Turismo Ltda., concessionária do serviço de transporte coletivo no Município, a partir da 0h (zero hora) do dia 01 de janeiro de 2013, passa a ser de R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos) para os itinerários constantes do contrato de concessão de serviço público de transporte coletivo municipal n.º 001/2001.

Art. 2º Fica revogado o Decreto n.º 1.370/2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 19 de novembro de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### Edital de Chamamento N° 54/2012

EDITAL DE CHAMAMENTO N°. 054/2012

(Edital de Concurso Público n°. 001/2007)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital n°. 001/2007, e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Municipal n°. 39 de 02 de Janeiro de 2012 e na Lei Complementar n°. 008 de 18 de outubro de 2007;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital n°. 001/2007, conforme os Cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, n°. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 4º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 13:00 as 19:00h.

Art. 3º - A nomeação e a posse dos candidatos convocados, será realizado conforme o Decreto n° 1.548/2012.

Art. 4º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

#### CÓPIAS AUTENTICADAS

- 1.Comprovante de residência no nome ou Declaração do proprietário do imóvel
- 2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)
- 3.CPF
- 4.Comprovante de inscrição no conselho de classe, respectivo (quando couber)
- 5.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital)
- 6.Certidão de casamento
- 7.PIS/PASEP
- 8.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)
- 9.Título de eleitor e comprovante da ultima votação (canhoto)
- 10.Certificado de reservista (se masculino)
- 11.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)
- 12.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)
- 13.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

#### DOCUMENTOS ORIGINAIS

##### Fotografia

Atestado médico admissional saúde física (com os exames agendar perícia médica na Sec. De Saúde)

Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.

Atestado médico saúde mental (efetivos)

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)

Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dctos)

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual e Federal (FORUM – estadual, Federal – site: TRF4)

§1º – O Atestado médico acima será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 5º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 21 dias do mês de Novembro de 2012.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

JOHN LENON TEODORO  
Secretário Municipal da Administração

Publicado no Mural Público Municipal e  
Registrado no Livro de Publicações  
Na data supra

JOHN LENON TEODORO  
Secretário de Administração

#### ANEXO I

ADVOGADO – CLASSIFICADO:
08º – LUCIANO DIB SIMÃO

#### Errata

TERMO DE ERRATA 001/2012 \_\_\_\_

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar que o edital do chamamento nº. 053/2012 o anexo I, PUBLICADO EM 19/11/2012 no Diário Municipal de Santa Catarina, erro de digitação:

No anexo I, passa a ter a seguinte redação:  
Onde se lê:

PSICÓLOGO - CLASSIFICADOS:
----------------------------

29º	JORGE LUIZ SOUPINSKI
30º	LAURA C. BIÁZ PEREIRA
31º	MARIANE TORQUATO SHEVINSKI
32º	PATRICIA DA SILVA PANDOLFO

-Leia-se:

PSICÓLOGO - CLASSIFICADOS:
----------------------------

27º	ELOZIA DE BRITO
28º	EUNICE EMIKO ENOKIDA
29º	JORGE LUIZ SOUPINSKI
30º	LAURA C. BIÁZ PEREIRA

Onde se lê:

PROFESSOR 5ª A 8ª SERIES INICIAIS
-----------------------------------

- Leia-se:

PROFESSOR SERIES INICIAIS
---------------------------

Onde se lê:

Art. 5º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído

pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

- Leia-se:

Art 5º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 20 de Novembro de 2012.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

JOHN LENON TEODORO  
Secretário Municipal da Administração

**PEGASO**   
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# Anexos Lei de Responsabilidade Fiscal -Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>85.027.000,00</b>	<b>85.027.000,00</b>	<b>16.838.190,82</b>	<b>19,80</b>	<b>95.847.251,37</b>	<b>112,73</b>	<b>-10.820.251,37</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>84.454.000,00</b>	<b>84.454.000,00</b>	<b>15.564.873,09</b>	<b>18,43</b>	<b>84.578.196,00</b>	<b>100,15</b>	<b>-124.196,00</b>
RECEITA TRIBUTARIA	14.086.800,00	14.086.800,00	2.428.307,24	17,24	16.094.530,00	114,25	-2.007.730,00
IMPOSTOS	9.395.800,00	9.395.800,00	1.670.383,47	17,78	11.558.318,12	123,02	-2.162.518,12
TAXAS	4.681.000,00	4.681.000,00	757.923,77	16,19	4.536.211,88	96,91	144.788,12
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.301.030,00	2.301.030,00	464.883,36	20,20	2.476.887,80	107,64	-175.857,80
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	701.030,00	701.030,00	239.024,39	34,10	1.135.931,03	162,04	-434.901,03
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.600.000,00	1.600.000,00	225.858,97	14,12	1.340.956,77	83,81	259.043,23
RECEITA PATRIMONIAL	1.242.470,00	1.242.470,00	568.566,05	45,76	2.824.837,99	227,36	-1.582.367,99
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.242.470,00	1.242.470,00	568.566,05	45,76	2.324.837,99	187,11	-1.082.367,99
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	-500.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	6.540.000,00	6.540.000,00	1.156.134,83	17,68	6.261.728,70	95,75	278.271,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.111.500,00	57.111.500,00	10.353.567,62	18,13	53.686.642,79	94,00	3.424.857,21
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	57.006.500,00	57.006.500,00	10.324.127,30	18,11	53.476.557,21	93,81	3.529.942,79
Transf. de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	3.270,00	0,00	-3.270,00
Transf. de Conv.	105.000,00	105.000,00	29.440,32	28,04	206.815,58	196,97	-101.815,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.172.200,00	3.172.200,00	593.413,99	18,71	3.233.568,72	101,93	-61.368,72
Multas e Juros de Mora	503.200,00	503.200,00	72.462,50	14,40	350.442,40	69,64	152.757,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.000,00	38.000,00	10.949,11	28,81	36.424,24	95,85	1.575,76
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	2.540.000,00	2.540.000,00	509.037,86	20,04	2.809.374,35	110,61	-269.374,35
RECEITAS DIVERSAS	91.000,00	91.000,00	964,52	1,06	37.327,73	41,02	53.672,27
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>573.000,00</b>	<b>573.000,00</b>	<b>1.273.317,73</b>	<b>222,22</b>	<b>11.269.055,37</b>	<b>966,68</b>	<b>-10.696.055,37</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	133.961,42	396,14	2.888.905,55	890,56	-2.887.905,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	133.961,42	396,14	2.888.905,55	890,56	-2.887.905,55
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	567.000,00	567.000,00	1.139.356,31	200,94	8.380.149,82	477,98	-7.813.149,82
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	567.000,00	567.000,00	1.139.356,31	200,94	8.380.149,82	477,98	-7.813.149,82
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.573.000,00</b>	<b>1.573.000,00</b>	<b>304.765,43</b>	<b>19,37</b>	<b>1.477.993,99</b>	<b>93,96</b>	<b>95.006,01</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.573.000,00</b>	<b>1.573.000,00</b>	<b>304.765,43</b>	<b>19,37</b>	<b>1.477.993,99</b>	<b>93,96</b>	<b>95.006,01</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.405.500,00	1.405.500,00	282.483,35	20,10	1.342.463,96	95,52	63.036,04
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.405.500,00	1.405.500,00	282.483,35	20,10	1.342.463,96	95,52	63.036,04
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIAS	167.500,00	167.500,00	22.282,08	13,30	135.530,03	80,91	31.969,97

Continua 1/3

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>1.573.000,00</b>	<b>1.573.000,00</b>	<b>304.765,43</b>	<b>19,37</b>	<b>1.477.993,99</b>	<b>93,96</b>	<b>95.006,01</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>17.142.956,25</b>	<b>19,80</b>	<b>97.325.245,36</b>	<b>112,38</b>	<b>-10.725.245,36</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>17.142.956,25</b>	<b>19,80</b>	<b>97.325.245,36</b>	<b>112,38</b>	<b>-10.725.245,36</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>17.142.956,25</b>	<b>19,80</b>	<b>97.325.245,36</b>	<b>112,38</b>	<b>-10.725.245,36</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.983.585,75	—	—	1.983.585,75	—	—
Superávit Financeiro	—	1.983.585,75	—	—	1.983.585,75	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>85.027.000,00</b>	<b>35.171.815,54</b>	<b>120.198.815,54</b>	<b>11.299.686,23</b>	<b>105.252.478,05</b>	<b>15.400.610,88</b>	<b>91.202.604,89</b>	<b>75,88</b>	<b>28.996.210,65</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>76.050.250,00</b>	<b>11.921.567,82</b>	<b>87.971.817,82</b>	<b>9.618.661,46</b>	<b>79.610.211,73</b>	<b>13.601.170,87</b>	<b>73.646.428,93</b>	<b>83,72</b>	<b>14.325.388,89</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.545.800,00	3.936.636,00	48.482.436,00	8.600.204,83	42.319.599,23	8.819.715,94	41.524.809,39	85,65	6.957.626,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	501.000,00	511.000,00	93.820,93	418.334,96	94.748,20	416.198,51	81,45	94.801,49
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.494.450,00	7.483.931,82	38.978.381,82	924.635,70	36.872.277,54	4.686.706,73	31.705.421,03	81,34	7.272.960,79
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.976.750,00</b>	<b>23.250.247,72</b>	<b>31.226.997,72</b>	<b>1.681.024,77</b>	<b>25.642.266,32</b>	<b>1.799.440,01</b>	<b>17.556.175,96</b>	<b>56,22</b>	<b>13.670.821,76</b>
INVESTIMENTOS	7.754.750,00	22.585.247,72	30.339.997,72	1.430.752,48	25.012.537,00	1.544.544,19	16.931.066,80	55,80	13.408.930,92
INVERSOES FINANCEIRAS	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	220.000,00	665.000,00	885.000,00	250.272,29	629.729,32	254.895,82	625.109,16	70,63	259.890,84

Continua 2/3



Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>85.027.000,00</b>	<b>35.171.815,54</b>	<b>120.198.815,54</b>	<b>11.299.686,23</b>	<b>105.252.478,05</b>	<b>15.400.610,88</b>	<b>91.202.604,89</b>	<b>75,88</b>	<b>28.996.210,65</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>1.573.000,00</b>	<b>454.500,00</b>	<b>2.027.500,00</b>	<b>299.608,49</b>	<b>1.526.852,88</b>	<b>304.951,07</b>	<b>1.367.425,85</b>	<b>67,44</b>	<b>660.074,15</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.405.500,00	421.000,00	1.826.500,00	282.108,49	1.372.352,88	282.633,66	1.231.523,14	67,43	594.976,86
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	167.500,00	33.500,00	201.000,00	17.500,00	154.500,00	22.317,41	135.902,71	67,61	65.097,29
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>35.626.315,54</b>	<b>122.226.315,54</b>	<b>11.599.294,72</b>	<b>106.779.330,93</b>	<b>15.705.561,95</b>	<b>92.570.030,74</b>	<b>75,74</b>	<b>29.656.284,80</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>35.626.315,54</b>	<b>122.226.315,54</b>	<b>11.599.294,72</b>	<b>106.779.330,93</b>	<b>15.705.561,95</b>	<b>92.570.030,74</b>	<b>75,74</b>	<b>29.656.284,80</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.755.214,62	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>35.626.315,54</b>	<b>122.226.315,54</b>	<b>11.599.294,72</b>	<b>106.779.330,93</b>	<b>15.705.561,95</b>	<b>97.325.245,36</b>	<b>75,74</b>	<b>29.656.284,80</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 3.686.067,38

FONTE:

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC/SC 028070/O-6



Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	85.027.000,00	120.198.815,54	11.299.686,23	105.252.478,05	15.400.610,88	91.202.604,89	98,52	75,88	28.996.210,65
Legislativa	2.372.500,00	2.372.500,00	176.285,17	2.228.018,85	262.133,40	1.749.009,21	1,89	73,72	623.490,79
Ação Legislativa	2.372.500,00	2.372.500,00	176.285,17	2.228.018,85	262.133,40	1.749.009,21	1,89	73,72	623.490,79
Judiciária	454.000,00	454.000,00	47.213,91	394.916,92	49.773,91	391.460,86	0,42	86,22	62.539,14
Ação Judiciária	181.000,00	181.000,00	0,00	155.790,84	0,00	155.790,84	0,17	86,07	25.209,16
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	273.000,00	273.000,00	47.213,91	239.126,08	49.773,91	235.670,02	0,25	86,33	37.329,98
Administração	11.962.250,00	13.402.700,00	1.134.128,79	12.201.407,12	1.817.529,88	10.952.187,79	11,83	81,72	2.450.512,21
Administração Geral	10.158.250,00	11.598.700,00	969.741,67	10.710.824,18	1.604.827,32	9.539.400,88	10,31	82,25	2.059.299,12
Administração Financeira	1.070.000,00	1.070.000,00	133.706,21	847.794,18	154.751,21	800.940,49	0,87	74,85	269.059,51
Normatização e Fiscalização	132.000,00	132.000,00	18.388,38	110.313,58	19.408,82	107.873,24	0,12	81,72	24.126,76
Administração de Receitas	242.000,00	242.000,00	0,00	234.174,16	26.500,00	206.417,16	0,22	85,30	35.582,84
Comunicação Social	360.000,00	360.000,00	12.292,53	298.301,02	12.042,53	297.556,02	0,32	82,65	62.443,98
Segurança Pública	606.250,00	921.250,00	36.377,81	687.574,66	47.209,93	639.867,39	0,69	69,46	281.382,61
Policiamento	204.250,00	259.250,00	6.922,21	218.098,58	15.459,72	188.125,52	0,20	72,57	71.124,48
Defesa Civil	402.000,00	662.000,00	29.455,60	469.476,08	31.750,21	451.741,87	0,49	68,24	210.258,13
Assistência Social	3.250.000,00	3.765.500,00	374.310,51	3.325.456,32	525.204,80	2.939.311,08	3,18	78,06	826.188,92
Assistência ao Idoso	180.000,00	198.750,00	13.300,00	189.850,30	22.420,90	128.797,05	0,14	64,80	69.952,95
Assistência à Criança e ao Adolescente	895.000,00	955.000,00	37.234,31	838.162,09	136.357,44	681.836,87	0,74	71,40	273.163,13
Assistência Comunitária	2.175.000,00	2.611.750,00	323.776,20	2.297.443,93	366.426,46	2.128.677,16	2,30	81,50	483.072,84
Previdência Social	1.289.000,00	1.289.000,00	157.194,67	758.051,93	157.194,67	758.051,93	0,82	58,81	530.948,07
Previdência do Regime Estatutário	1.289.000,00	1.289.000,00	157.194,67	758.051,93	157.194,67	758.051,93	0,82	58,81	530.948,07
Saúde	15.584.300,00	20.330.374,32	2.380.528,68	18.731.622,90	2.813.478,98	16.306.377,73	17,62	80,21	4.023.996,59
Atenção Básica	13.038.300,00	18.254.374,32	2.299.702,87	16.817.508,00	2.492.571,99	14.630.288,29	15,80	80,15	3.624.086,03
Vigilância Sanitária	931.000,00	61.000,00	4.246,80	26.839,51	172,50	16.898,65	0,02	27,70	44.101,35
Vigilância Epidemiológica	605.000,00	685.000,00	76.579,01	558.260,59	80.982,27	489.209,41	0,53	71,42	195.790,59
Alimentação e Nutrição	1.010.000,00	1.330.000,00	0,00	1.329.014,80	239.752,22	1.169.981,38	1,26	87,97	160.018,62
Educação	29.411.000,00	38.001.422,67	4.817.007,69	31.354.067,58	5.349.689,56	29.653.586,87	32,03	78,03	8.347.835,80
Ensino Fundamental	20.553.000,00	24.961.692,06	3.098.794,95	20.621.197,01	3.519.265,21	20.032.006,59	21,64	80,25	4.929.685,47
Educação Infantil	8.834.000,00	13.015.730,61	1.718.212,74	10.732.700,56	1.830.254,34	9.621.410,27	10,39	73,92	3.394.320,34
Educação de Jovens e Adultos	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00

Continua 1/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	85.027.000,00	120.198.815,54	11.299.686,23	105.252.478,05	15.400.610,88	91.202.604,89	98,52	75,88	28.996.210,65
Educação	29.411.000,00	38.001.422,67	4.817.007,69	31.354.067,58	5.349.689,56	29.653.586,87	32,03	78,03	8.347.835,80
Educação Especial	12.000,00	12.000,00	0,00	170,01	170,01	170,01	0,00	1,42	11.829,99
Cultura	159.000,00	159.000,00	19.950,00	133.212,07	22.311,51	118.600,96	0,13	74,59	40.399,04
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Difusão Cultural	157.000,00	157.000,00	19.950,00	133.212,07	22.311,51	118.600,96	0,13	75,54	38.399,04
Urbanismo	8.642.000,00	22.027.082,79	938.587,33	20.926.255,44	2.117.957,47	14.688.100,46	15,87	66,68	7.338.982,33
Infra-Estrutura Urbana	6.731.000,00	19.889.082,79	836.396,50	18.959.330,32	1.853.809,57	12.853.104,51	13,88	64,62	7.035.978,28
Serviços Urbanos	1.911.000,00	2.138.000,00	102.190,83	1.966.925,12	264.147,90	1.834.995,95	1,98	85,83	303.004,05
Habitação	4.000,00	279.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.000,00
Habitação Urbana	4.000,00	279.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	279.000,00
Saneamento	6.399.500,00	10.054.075,76	707.438,01	8.712.051,27	1.449.254,66	7.698.713,10	8,32	76,57	2.355.362,66
Saneamento Básico Urbano	6.399.500,00	10.054.075,76	707.438,01	8.712.051,27	1.449.254,66	7.698.713,10	8,32	76,57	2.355.362,66
Gestão Ambiental	261.000,00	261.000,00	1.389,13	183.388,39	19.639,13	168.461,89	0,18	64,54	92.538,11
Preservação e Conservação Ambiental	261.000,00	261.000,00	1.389,13	183.388,39	19.639,13	168.461,89	0,18	64,54	92.538,11
Agricultura	955.000,00	955.500,00	123.208,25	919.770,44	140.827,67	882.909,55	0,95	92,40	72.590,45
Extensão Rural	955.000,00	955.500,00	123.208,25	919.770,44	140.827,67	882.909,55	0,95	92,40	72.590,45
Indústria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Produção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Comércio e Serviços	588.200,00	969.200,00	16.942,91	907.362,96	28.962,91	878.256,06	0,95	90,62	90.943,94
Turismo	588.200,00	969.200,00	16.942,91	907.362,96	28.962,91	878.256,06	0,95	90,62	90.943,94
Desporto e Lazer	1.180.000,00	1.582.210,00	25.030,15	1.534.080,74	90.693,99	1.430.262,22	1,55	90,40	151.947,78
Desporto Comunitário	1.180.000,00	1.582.210,00	25.030,15	1.534.080,74	90.693,99	1.430.262,22	1,55	90,40	151.947,78
Encargos Especiais	908.000,00	2.374.000,00	344.093,22	2.025.240,46	508.748,41	1.947.447,79	2,10	82,03	426.552,21
Serviço da Dívida Interna	230.000,00	1.396.000,00	344.093,22	1.048.064,28	349.644,02	1.041.307,67	1,12	74,59	354.692,33
Outros Encargos Especiais	678.000,00	978.000,00	0,00	977.176,18	159.104,39	906.140,12	0,98	92,65	71.859,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	1.573.000,00	2.027.500,00	299.608,49	1.526.852,88	304.951,07	1.367.425,85	1,48	67,44	660.074,15
Legislativa	3.500,00	3.500,00	304,98	2.421,22	456,55	793,90	0,00	22,68	2.706,10
Ação Legislativa	3.500,00	3.500,00	304,98	2.421,22	456,55	793,90	0,00	22,68	2.706,10

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	1.573.000,00	2.027.500,00	299.608,49	1.526.852,88	304.951,07	1.367.425,85	1,48	67,44	660.074,15
Judiciária	3.000,00	3.000,00	486,34	2.518,48	518,76	2.291,52	0,00	76,38	708,48
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	3.000,00	3.000,00	486,34	2.518,48	518,76	2.291,52	0,00	76,38	708,48
Administração	101.000,00	116.000,00	13.252,53	85.335,86	15.828,92	76.250,84	0,08	65,73	39.749,16
Administração Geral	75.000,00	86.000,00	8.750,52	62.009,24	10.459,77	55.153,53	0,06	64,13	30.846,47
Administração Financeira	24.000,00	28.000,00	4.502,01	21.979,63	4.609,90	19.750,32	0,02	70,54	8.249,68
Normatização e Fiscalização	500,00	500,00	0,00	191,40	0,00	191,40	0,00	38,28	308,60
Comunicação Social	1.500,00	1.500,00	0,00	1.155,59	759,25	1.155,59	0,00	77,04	344,41
Assistência Social	28.000,00	38.000,00	4.049,81	28.633,10	4.628,58	23.956,34	0,03	63,04	14.043,66
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	96,77	2.738,22	0,00	54,76	2.261,78
Assistência Comunitária	23.000,00	33.000,00	4.049,81	23.633,10	4.531,81	21.218,12	0,02	64,30	11.781,88
Saúde	154.000,00	154.000,00	22.911,18	121.943,26	24.189,88	109.283,51	0,12	70,96	44.716,49
Atenção Básica	154.000,00	154.000,00	22.911,18	121.943,26	24.189,88	109.283,51	0,12	70,96	44.716,49
Educação	1.160.000,00	1.558.000,00	237.874,83	1.172.794,26	238.049,60	1.051.549,63	1,14	67,49	506.450,37
Ensino Fundamental	720.000,00	960.000,00	160.493,87	758.920,95	160.916,79	678.118,94	0,73	70,64	281.881,06
Educação Infantil	440.000,00	598.000,00	77.380,96	413.873,31	77.132,81	373.430,69	0,40	62,45	224.569,31
Urbanismo	92.000,00	104.500,00	16.356,99	80.587,33	16.286,40	72.400,08	0,08	69,28	32.099,92
Infra-Estrutura Urbana	80.000,00	89.500,00	14.139,35	69.159,61	13.911,63	61.999,99	0,07	69,27	27.500,01
Serviços Urbanos	12.000,00	15.000,00	2.217,64	11.427,72	2.374,77	10.400,09	0,01	69,33	4.599,91
Agricultura	11.000,00	10.500,00	1.620,71	8.856,12	1.660,12	7.569,90	0,01	72,09	2.930,10
Extensão Rural	11.000,00	10.500,00	1.620,71	8.856,12	1.660,12	7.569,90	0,01	72,09	2.930,10
Comércio e Serviços	500,00	4.000,00	751,12	2.763,25	751,12	2.386,07	0,00	59,65	1.613,93
Turismo	500,00	4.000,00	751,12	2.763,25	751,12	2.386,07	0,00	59,65	1.613,93
Desporto e Lazer	20.000,00	36.000,00	2.000,00	21.000,00	2.581,14	20.944,06	0,02	58,18	15.055,94
Desporto Comunitário	20.000,00	36.000,00	2.000,00	21.000,00	2.581,14	20.944,06	0,02	58,18	15.055,94

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	1.573.000,00	2.027.500,00	299.608,49	1.526.852,88	304.951,07	1.367.425,85	1,48	67,44	660.074,15
Desporto e Lazer	20.000,00	36.000,00	2.000,00	21.000,00	2.581,14	20.944,06	0,02	58,18	15.055,94
Desporto Comunitário	20.000,00	36.000,00	2.000,00	21.000,00	2.581,14	20.944,06	0,02	58,18	15.055,94
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>122.226.315,54</b>	<b>11.599.294,72</b>	<b>106.779.330,93</b>	<b>15.705.561,95</b>	<b>92.570.030,74</b>	<b>100,00</b>	<b>75,74</b>	<b>29.656.284,80</b>

FONTE:

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
 Luzia Lourdes Coppi Mathias  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 Sérgio Luiz Venâncio  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 Kaita Helen Testoni  
 Controladoria

\_\_\_\_\_  
 Renata Pereira  
 Contadora - CRC/SC 028070/O-6

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>7.656.517,48</b>	<b>9.609.627,55</b>	<b>8.445.054,16</b>	<b>11.276.801,34</b>	<b>9.345.238,37</b>	<b>9.389.085,43</b>	<b>8.948.267,24</b>	<b>8.926.054,66</b>	<b>8.533.799,51</b>	<b>8.413.582,92</b>	<b>8.018.796,71</b>	<b>8.486.577,22</b>	<b>107.049.402,59</b>	<b>90.287.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	959.092,66	1.270.736,35	1.309.384,20	3.828.259,38	2.036.992,44	1.517.973,14	1.288.764,51	1.092.823,21	1.328.174,51	1.263.851,37	1.181.610,31	1.246.696,93	18.324.359,01	14.086.800,00
I.P.T.U.	55.262,52	63.387,44	453.475,49	2.899.576,61	577.859,85	365.414,83	220.034,57	159.005,15	169.604,17	87.646,42	111.102,08	96.621,14	5.258.990,27	4.500.000,00
I.R.R.F	15.937,38	110.509,19	3.981,17	12.204,67	19.699,55	12.440,32	18.150,18	17.178,75	18.113,16	17.375,84	19.801,67	17.079,39	282.471,27	276.800,00
I.S.S.	224.002,97	367.533,10	254.568,78	221.251,86	353.859,84	335.192,02	298.388,64	279.409,79	354.605,52	325.780,13	275.999,51	299.866,87	3.590.459,03	2.800.000,00
I.T.B.I.	306.859,09	290.724,91	203.593,23	175.855,64	427.425,72	321.316,23	215.916,69	291.376,28	389.531,97	388.101,58	455.636,87	394.275,94	3.860.614,15	1.819.000,00
Outras Receitas Tributárias	357.030,70	438.581,71	393.765,53	519.370,60	658.147,48	483.609,74	536.274,43	345.853,24	396.319,69	444.947,40	319.070,18	438.853,59	5.331.824,29	4.691.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	223.058,94	311.484,12	239.689,54	278.193,77	250.884,11	268.730,75	252.932,67	253.080,96	239.306,97	229.185,67	236.383,85	228.499,51	3.011.430,86	2.301.030,00
RECEITA PATRIMONIAL	227.184,26	95.200,68	187.340,13	211.476,56	212.130,10	370.997,65	231.706,92	582.497,37	245.979,11	214.144,10	165.092,99	403.473,06	3.147.222,93	1.242.470,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	552.901,92	596.659,83	594.778,20	590.717,74	664.613,35	658.996,66	691.218,18	642.006,85	650.983,47	612.279,42	527.946,64	628.188,19	7.411.290,45	6.540.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.407.010,00	6.834.323,45	5.770.539,63	5.871.471,91	5.867.186,53	6.287.892,60	6.202.899,46	6.081.593,69	5.793.101,60	5.722.950,47	5.627.365,54	5.666.702,92	71.133.037,80	62.944.500,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.631.055,29	2.742.883,25	1.723.942,97	2.085.370,92	1.416.299,88	1.785.002,39	1.996.398,86	1.703.624,83	1.272.210,07	1.403.857,11	1.228.354,36	1.303.953,60	20.292.953,53	20.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	646.664,29	660.663,65	698.597,03	610.760,02	661.642,87	692.726,51	622.902,95	643.669,36	641.120,99	618.757,23	730.670,64	683.589,25	7.911.764,79	6.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	227.419,12	196.444,04	188.202,74	219.835,26	310.779,28	337.527,36	403.334,50	390.624,82	377.617,12	405.800,93	354.645,85	382.286,37	3.794.517,39	3.000.000,00
Cota-Parte do ITR.	1.986,64	831,37	216,67	353,80	188,50	242,28	35,17	20,65	164,68	78,32	952,21	6.076,93	11.147,22	5.000,00
Outras Transferências Correntes	807.560,20	1.064.490,48	783.313,75	733.584,67	1.145.355,38	1.009.464,15	785.003,54	996.602,98	1.331.919,14	940.957,35	888.992,79	922.289,94	11.409.534,37	9.779.500,00
Transferências da LC 61/1989	13.143,18	14.867,56	5.502,14	11.492,93	10.226,80	10.851,38	12.282,21	10.972,44	10.232,22	11.309,80	11.437,68	11.054,63	133.372,97	120.000,00
Transferências da LC 87/1996	3.234,97	3.234,97	3.448,08	3.448,08	3.444,34	3.444,34	3.444,34	3.444,34	3.444,34	3.444,34	0,00	6.888,68	40.920,82	40.000,00
Transferências do FUNDEB	2.075.946,31	2.150.908,13	2.367.316,25	2.206.626,23	2.319.249,48	2.448.634,19	2.379.497,89	2.332.634,27	2.156.393,04	2.338.745,39	2.412.312,01	2.350.563,52	27.538.826,71	24.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	287.269,70	501.223,12	343.322,46	496.681,98	313.431,84	284.494,63	280.745,50	274.052,58	276.253,85	371.171,89	280.397,38	313.016,61	4.022.061,54	3.172.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>597.829,77</b>	<b>729.729,06</b>	<b>617.979,15</b>	<b>701.070,52</b>	<b>585.102,98</b>	<b>673.691,67</b>	<b>722.479,11</b>	<b>668.564,81</b>	<b>584.138,83</b>	<b>608.440,29</b>	<b>581.168,53</b>	<b>598.356,70</b>	<b>7.668.551,42</b>	<b>6.534.030,00</b>
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	92.941,51	176.599,99	93.997,42	114.818,47	104.586,86	107.733,01	114.799,70	118.093,71	123.086,50	119.790,97	119.437,34	119.587,05	1.405.472,53	701.030,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	504.888,26	553.129,07	523.981,73	586.252,05	480.516,12	565.958,66	607.679,41	550.471,10	461.052,33	488.649,32	461.731,19	478.769,65	6.263.078,89	5.833.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>7.058.687,71</b>	<b>8.879.898,49</b>	<b>7.827.075,01</b>	<b>10.575.730,82</b>	<b>8.760.135,39</b>	<b>8.715.393,76</b>	<b>8.225.788,13</b>	<b>8.257.489,85</b>	<b>7.949.660,68</b>	<b>7.805.142,63</b>	<b>7.437.628,18</b>	<b>7.888.220,52</b>	<b>99.380.851,17</b>	<b>83.752.970,00</b>

FONTE:

Camboriú, 20/11/2012

Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

Kaita Helen Testoni  
Controladoria

Renata Pereira  
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.094.500,00	1.094.500,00	776.465,41	3.162.208,70	1.866.809,42
RECEITAS CORRENTES	1.094.500,00	1.094.500,00	776.465,41	3.162.208,70	1.866.809,42
Receita de Contribuições dos Segurados	701.030,00	701.030,00	239.024,39	1.135.931,03	823.832,82
Pessoal Civil	701.030,00	701.030,00	239.024,39	1.135.931,03	823.832,82
Ativo	701.030,00	701.030,00	239.024,39	1.135.931,03	823.832,82
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	368.470,00	368.470,00	529.549,43	2.000.123,08	993.799,22
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	368.470,00	368.470,00	529.549,43	2.000.123,08	993.799,22
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	25.000,00	25.000,00	7.891,59	26.154,59	49.177,38
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	25.000,00	25.000,00	7.891,59	26.154,59	49.177,38
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.405.500,00	1.405.500,00	282.483,35	1.342.463,96	936.740,48
RECEITAS CORRENTES	1.405.500,00	1.405.500,00	282.483,35	1.342.463,96	936.740,48
Receita de Contribuições Patronais	1.405.500,00	1.405.500,00	282.483,35	1.342.463,96	936.740,48
Pessoal Civil	1.405.500,00	1.405.500,00	282.483,35	1.342.463,96	936.740,48
Ativo	1.405.500,00	1.405.500,00	282.483,35	1.342.463,96	936.740,48
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de Camboriú - SC

Continuação 2/3

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>1.058.948,76</b>	<b>4.504.672,66</b>	<b>2.803.549,90</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.600.000,00	1.600.000,00	168.330,38	818.605,28	719.397,96
ADMINISTRAÇÃO	311.000,00	311.000,00	11.135,71	60.553,35	77.748,02
Despesas Correntes	301.000,00	301.000,00	11.135,71	58.688,35	75.643,02
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	1.865,00	2.105,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.289.000,00	1.289.000,00	157.194,67	758.051,93	641.649,94
Pessoal Civil	0,00	0,00	157.194,67	758.051,93	641.649,94
Aposentadorias	0,00	0,00	131.897,53	632.229,69	523.150,36
Pensões	0,00	0,00	25.297,14	125.822,24	118.499,58
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.289.000,00	1.289.000,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.289.000,00	1.289.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Camboriú - SC

Continuação 3/3

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>168.330,38</b>	<b>818.605,28</b>	<b>719.397,96</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>900.000,00</b>	<b>900.000,00</b>	<b>890.618,38</b>	<b>3.686.067,38</b>	<b>2.084.151,94</b>
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>			<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>		
Valor			900.000,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Bancos Conta Movimento	261.926,73	263.157,48	3.951,15
Investimentos	13.808.178,33	14.371.300,75	10.267.399,14

FONTE:

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
 Luzia Lourdes Coppi Mathias  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 Sérgio Luiz Venâncio  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 Kaita Helen Testoni  
 Controladoria

\_\_\_\_\_  
 Renata Pereira  
 Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.828.245,86	4.212.976,65	4.092.042,25
DEDUÇÕES (II)	5.079.515,58	3.619.154,81	4.069.576,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.448.926,66	6.166.619,60	6.467.473,70
Demais Haveres Financeiros	191.212,53	220.289,09	213.719,42
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	560.623,61	2.767.753,88	2.611.616,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.251.269,72	593.821,84	22.465,61
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-3.251.269,72</b>	<b>593.821,84</b>	<b>22.465,61</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-571.356,23</b>	<b>3.273.735,33</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>5.105.000,00</b>

<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
Passivo Atuarial	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
DEDUÇÕES (VIII)	10.947.856,67	13.743.688,99	14.634.458,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.333,59	261.829,26	263.157,48
Investimentos	10.944.523,08	13.481.859,73	14.371.300,75
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	2.941.468,64	145.636,32	-745.132,92
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>2.941.468,64</b>	<b>145.636,32</b>	<b>-745.132,92</b>

FONTE:

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>84.784.530,00</b>	<b>15.301.072,47</b>	<b>83.731.352,00</b>	<b>71.377.841,10</b>
Receita Tributária	14.086.800,00	2.428.307,24	16.094.530,00	13.015.904,08
I.P.T.U.	4.500.000,00	207.723,22	5.140.340,31	4.281.048,24
I.S.S.	2.800.000,00	575.866,38	2.998.922,96	2.506.120,19
I.T.B.I.	1.819.000,00	849.912,81	3.263.030,15	2.238.752,86
I.R.R.F.	276.800,00	36.881,06	156.024,70	157.259,29
Outras Receitas Tributárias	4.691.000,00	757.923,77	4.536.211,88	3.832.723,50
Receita de Contribuição	3.706.530,00	747.366,71	3.819.351,76	3.113.847,17
Receitas Previdenciárias	2.106.530,00	521.507,74	2.478.394,99	1.760.573,30
Outras Contribuições	1.600.000,00	225.858,97	1.340.956,77	1.353.273,87
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	500.000,00	0,00
Receita Patrimonial	1.242.470,00	568.566,05	2.824.837,99	2.026.120,67
(-) Aplicações Financeiras	1.242.470,00	568.566,05	2.324.837,99	2.026.120,67
Transferências Correntes	57.111.500,00	10.353.567,62	53.686.642,79	46.709.051,87
F.P.M.	16.000.000,00	2.025.846,41	12.735.212,27	12.476.288,53
I.C.M.S.	4.800.000,00	1.131.408,10	5.283.550,31	4.628.156,69
Convênios	105.000,00	29.440,32	206.815,58	145.103,58
Outras Transferências Correntes	36.206.500,00	7.166.872,79	35.461.064,63	29.459.503,07
Demais Receitas Correntes	9.879.700,00	1.771.830,90	9.630.827,45	8.539.037,98
Dívida Ativa	2.540.000,00	509.037,86	2.809.374,35	2.772.142,10
Diversas Receitas Correntes	7.339.700,00	1.262.793,04	6.821.453,10	5.766.895,88
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>573.000,00</b>	<b>1.273.317,73</b>	<b>11.269.055,37</b>	<b>1.245.655,47</b>
Operações de Crédito (III)	1.000,00	133.961,42	2.888.905,55	124.188,53
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5.000,00	0,00	0,00	105.050,00
Transferências de Capital	567.000,00	1.139.356,31	8.380.149,82	1.016.416,94
Convênios	567.000,00	1.139.356,31	8.380.149,82	1.016.416,94
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>567.000,00</b>	<b>1.139.356,31</b>	<b>8.380.149,82</b>	<b>1.016.416,94</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>85.351.530,00</b>	<b>16.440.428,78</b>	<b>92.111.501,82</b>	<b>72.394.258,04</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>89.999.317,82</b>	<b>13.906.121,94</b>	<b>75.013.854,78</b>	<b>61.324.526,39</b>
Pessoal e Encargos Sociais	50.308.936,00	9.102.349,60	42.756.332,53	34.496.979,01
Juros e Encargos da Dívida (IX)	511.000,00	94.748,20	416.198,51	4.960,12
Outras Despesas Correntes	39.179.381,82	4.709.024,14	31.841.323,74	26.822.587,26
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>89.488.317,82</b>	<b>13.811.373,74</b>	<b>74.597.656,27</b>	<b>61.319.566,27</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>31.226.997,72</b>	<b>1.799.440,01</b>	<b>17.556.175,96</b>	<b>9.983.155,09</b>
Investimentos	30.339.997,72	1.544.544,19	16.931.066,80	9.846.562,70
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	885.000,00	254.895,82	625.109,16	136.592,39
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>30.341.997,72</b>	<b>1.544.544,19</b>	<b>16.931.066,80</b>	<b>9.846.562,70</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>100.000,00</b>	-	-	-

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>900.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>120.830.315,54</b>	<b>15.355.917,93</b>	<b>91.528.723,07</b>	<b>71.166.128,97</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-35.478.785,54</b>	<b>1.084.510,85</b>	<b>582.778,75</b>	<b>1.228.129,07</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.983.585,75	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.983.585,75	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-926.000,00</b>

FONTE:

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	22.714,50	426.639,49	426.005,06	0,01	23.348,92	654.847,64	2.192.058,99	2.512.114,22	2.512.114,22	-	334.792,41
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	22.361,50	90.328,46	90.328,46	0,00	22.361,50	300.067,67	103.411,87	388.079,60	388.079,60	0,00	15.399,94
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	18.442,63	90.328,46	90.328,46	0,00	18.442,63	300.067,67	103.411,87	388.079,60	388.079,60	0,00	15.399,94
SECRETARIA DA FAZENDA	92,00	0,00	0,00	0,00	92,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.557,00	0,00	0,00	0,00	2.557,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANJ.,IND.,COM.,E TURISMO	1.269,87	0,00	0,00	0,00	1.269,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBOF	174,00	0,00	0,00	0,00	174,00	310.544,59	88.407,74	396.996,23	396.996,23	0,00	1.956,10
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	174,00	0,00	0,00	0,00	174,00	310.544,59	88.407,74	396.996,23	396.996,23	0,00	1.956,10
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.148,00	3.148,00	3.148,00	0,00	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.148,00	3.148,00	3.148,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	9.337,96	9.337,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AM	0,00	9.337,96	9.337,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	14.291,28	14.291,28	0,00	0,00	0,00	16.824,80	16.824,80	16.824,80	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIA S	0,00	14.291,28	14.291,28	0,00	0,00	0,00	16.824,80	16.824,80	16.824,80	0,00	0,00
FUNDO MUN. REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DI	0,00	434,84	434,83	0,01	0,00	0,00	109.741,54	109.741,54	109.741,54	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	434,84	434,83	0,01	0,00	0,00	109.741,54	109.741,54	109.741,54	0,00	0,00
FUNDO MUN.DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESC CA	0,00	2.733,40	2.733,40	0,00	0,00	0,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOL	0,00	2.733,40	2.733,40	0,00	0,00	0,00	1.750,00	1.750,00	1.750,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	197.955,75	197.321,33	0,00	634,42	1.022,29	503.481,24	427.006,25	427.006,25	0,00	77.497,28
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	197.955,75	197.321,33	0,00	634,42	1.022,29	503.481,24	427.006,25	427.006,25	0,00	77.497,28
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	9.712,03	9.712,03	0,00	0,00	0,00	552.700,17	368.885,11	368.885,11	0,00	183.815,06
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	9.712,03	9.712,03	0,00	0,00	0,00	552.700,17	368.885,11	368.885,11	0,00	183.815,06
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	179,00	101.644,93	101.644,93	0,00	179,00	43.213,09	777.927,79	765.454,53	765.454,53	0,00	55.686,35
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4,00	101.644,93	101.644,93	0,00	4,00	43.213,09	338.972,04	336.074,04	336.074,04	0,00	46.111,09
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	175,00	0,00	0,00	0,00	175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438.955,75	429.380,49	429.380,49	0,00	9.575,26
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	200,84	200,84	0,00	0,00	0,00	34.665,84	34.228,16	34.228,16	0,00	437,68
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	200,84	200,84	0,00	0,00	0,00	34.665,84	34.228,16	34.228,16	0,00	437,68
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	147,95	111.121,67	111.121,67	-	147,95	-	-	-	-	-	-
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	12.862,09	12.862,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	12.862,09	12.862,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	802,29	802,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AM	0,00	802,29	802,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	1.742,95	1.742,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIA S	0,00	1.742,95	1.742,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN.DOS DIR. DA CRIANÇA E ADOLESC CA	147,95	116,05	116,05	0,00	147,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DOS DIR.DA CRIANÇA E DO ADOLESCENT	147,95	0,00	0,00	0,00	147,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOL	0,00	116,05	116,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	84.981,08	84.981,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	84.981,08	84.981,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	778,14	778,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	778,14	778,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	9.803,74	9.803,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	9.803,74	9.803,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	147,95	111.121,67	111.121,67	-	147,95	-	-	-	-	-	-
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	35,33	35,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	35,33	35,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>22.862,45</b>	<b>537.761,16</b>	<b>537.126,73</b>	<b>0,01</b>	<b>23.496,87</b>	<b>654.847,64</b>	<b>2.192.058,99</b>	<b>2.512.114,22</b>	<b>2.512.114,22</b>	<b>0,00</b>	<b>334.792,41</b>

FONTE:

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	11.656.800,00	11.656.800,00	2.029.649,15	13.570.816,81	116,42
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.570.000,00	6.570.000,00	556.216,80	7.072.382,93	107,65
1.1.1- IPTU	4.500.000,00	4.500.000,00	207.723,22	5.141.924,76	114,26
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	44,11	3.646,18	36,46
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	347.268,42	1.924.858,39	96,24
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	1.181,05	6.726,91	11,21
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	(4.773,31)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.820.000,00	1.820.000,00	849.912,81	3.263.042,20	179,29
1.2.1- ITBI	1.819.000,00	1.819.000,00	849.912,81	3.281.520,65	180,40
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	12,05	1,21
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	(18.490,50)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.990.000,00	2.990.000,00	586.638,48	3.079.366,98	102,99
1.3.1- ISS	2.800.000,00	2.800.000,00	578.622,86	3.002.302,85	107,23
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	74,63	0,75
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	160.000,00	160.000,00	10.772,10	80.271,81	50,17
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	97,58	0,49
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(2.756,48)	(3.379,89)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	276.800,00	276.800,00	36.881,06	156.024,70	56,37
1.4.1- IRRF	276.800,00	276.800,00	36.891,41	156.035,05	56,37
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	(10,35)	(10,35)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	29.165.000,00	29.165.000,00	4.719.910,20	26.042.248,39	89,29
2.1- Cota-Parte FPM	20.000.000,00	20.000.000,00	2.532.307,96	15.919.014,99	79,60
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.000.000,00	20.000.000,00	2.532.307,96	15.919.014,99	79,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	1.414.259,89	6.604.436,85	110,07
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	6.888,68	34.450,88	86,13
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	120.000,00	120.000,00	22.492,31	105.362,23	87,80
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	7.029,14	8.329,21	166,58
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	736.932,22	3.370.654,23	112,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>40.821.800,00</b>	<b>40.821.800,00</b>	<b>6.749.559,35</b>	<b>39.613.065,20</b>	<b>97,04</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	2.322.000,00	2.322.000,00	455.142,88	2.307.950,24	99,39
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.300.000,00	2.300.000,00	455.142,88	2.299.774,40	99,99
5.2- Outras Transferências do FNDE	22.000,00	22.000,00	0,00	8.175,84	37,16
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	102.000,00	102.000,00	161.213,30	1.408.494,76	1.380,88
6.1- Transferências de Convênios	102.000,00	102.000,00	161.213,30	1.408.494,76	1.380,88
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	562.000,00	562.000,00	0,00	394.728,00	70,24
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>2.986.000,00</b>	<b>2.986.000,00</b>	<b>616.356,18</b>	<b>4.111.173,00</b>	<b>137,68</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.833.000,00	5.833.000,00	940.500,84	5.205.061,56	89,23
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.000.000,00	4.000.000,00	506.461,55	3.183.802,72	79,60
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.200.000,00	1.200.000,00	282.851,79	1.320.886,54	110,07
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.377,72	6.890,10	86,13
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	24.000,00	24.000,00	4.498,48	21.072,54	87,80
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	1.405,81	1.665,77	166,58
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	143.905,49	670.743,89	111,79
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	24.100.000,00	24.100.000,00	4.765.997,02	23.359.971,45	96,93
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	24.000.000,00	24.000.000,00	4.762.875,53	23.311.972,27	97,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	3.121,49	47.999,18	48,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>18.167.000,00</b>	<b>18.167.000,00</b>	<b>3.822.374,69</b>	<b>18.106.910,71</b>	<b>99,67</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	16.870.000,00	18.770.000,00	3.575.614,82	16.308.100,81	86,88
13.1- Com Educação Infantil	6.840.000,00	7.960.000,00	1.480.108,63	6.895.838,06	86,63
13.2- Com Ensino Fundamental	10.030.000,00	10.810.000,00	2.095.506,19	9.412.262,75	87,07
14- OUTRAS DESPESAS	7.230.000,00	8.806.837,62	1.164.070,36	6.946.108,69	78,87
14.1- Com Educação Infantil	1.830.000,00	2.246.837,62	285.880,39	1.617.990,07	72,01
14.2- Com Ensino Fundamental	5.400.000,00	6.560.000,00	878.189,97	5.328.118,62	81,22
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	24.100.000,00	27.576.837,62	4.739.685,18	23.254.209,50	84,33
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					69,81
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 *				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	10.205.450,00	10.205.450,00	1.687.389,84	9.903.266,30	97,04
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.173.000,00	10.757.837,62	1.810.700,49	8.982.845,45	83,50
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.670.000,00	10.206.837,62	1.765.989,02	8.513.828,13	83,41
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	503.000,00	551.000,00	44.711,47	469.017,32	85,12
24- ENSINO FUNDAMENTAL	18.962.000,00	21.492.000,00	3.605.512,01	18.332.524,29	85,30
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.430.000,00	17.370.000,00	2.973.696,16	14.740.381,37	84,86
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.532.000,00	4.122.000,00	631.815,85	3.592.142,92	87,15
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	28.135.000,00	32.249.837,62	5.416.212,50	27.315.369,74	84,70
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					18.106.910,71
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					47.999,18
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					18.154.909,89
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					9.160.459,85
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,12

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.300.000,00	2.965.482,00	131.606,66	2.698.043,09	90,98
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	684.000,00	4.998.103,05	157.993,56	1.298.132,51	25,97
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.984.000,00	7.963.585,05	289.600,22	3.996.175,60	50,18
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	31.119.000,00	40.213.422,67	5.705.812,72	31.311.545,34	77,86
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	238.250,72	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	23.311.972,27	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	23.547.852,50	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	47.999,18	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	50.369,67	0,00

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	40.821.800,00	40.821.800,00	39.613.065,20	97,04
Impostos	9.395.800,00	9.395.800,00	11.558.318,12	123,02
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.500.000,00	4.500.000,00	5.140.340,31	114,23
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	1.819.000,00	1.819.000,00	3.263.030,15	179,39
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.800.000,00	2.800.000,00	2.998.922,96	107,10
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	276.800,00	276.800,00	156.024,70	56,37
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	2.261.000,00	2.261.000,00	2.012.498,69	89,01
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	21.000,00	21.000,00	3.732,86	17,78
Dívida Ativa dos Impostos	2.160.000,00	2.160.000,00	2.001.941,34	92,68
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	80.000,00	80.000,00	6.824,49	8,53
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	29.165.000,00	29.165.000,00	26.042.248,39	89,29
Da União	20.045.000,00	20.045.000,00	15.961.795,08	79,63
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	20.000.000,00	20.000.000,00	15.919.014,99	79,60
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5.000,00	5.000,00	8.329,21	166,58
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	40.000,00	40.000,00	34.450,88	86,13
Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	9.120.000,00	9.120.000,00	10.080.453,31	110,53
Cota-Parte do ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	6.604.436,85	110,07
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	120.000,00	120.000,00	105.362,23	87,80
Cota-Parte do IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	3.370.654,23	112,36
Outras Transferências do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	6.005.500,00	6.005.500,00	5.800.562,88	96,59
Da União para o Município	5.395.500,00	5.395.500,00	5.366.474,94	99,46
Do Estado para o Município	610.000,00	610.000,00	434.087,94	71,16
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	45.605.700,00	45.605.700,00	57.116.678,84	125,24
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.833.000,00	-5.833.000,00	-5.205.061,56	89,23
<b>TOTAL</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>86.600.000,00</b>	<b>97.325.245,36</b>	<b>112,38</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	14.030.500,00	15.923.500,00	13.288.250,54	83,45
Pessoal e Encargos Sociais	8.433.500,00	9.313.500,00	8.022.288,87	86,14
Outras Despesas Correntes	5.597.000,00	6.610.000,00	5.265.961,67	79,67
DESPESAS DE CAPITAL	697.800,00	3.230.874,32	1.957.429,32	60,59
Investimentos	697.800,00	3.230.874,32	1.957.429,32	60,59
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>14.728.300,00</b>	<b>19.154.374,32</b>	<b>15.245.679,86</b>	<b>79,59</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	14.728.300,00	19.154.374,32	15.245.679,86	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	6.007.500,00	8.328.304,32	6.359.200,46	41,71
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	6.007.500,00	8.328.304,32	6.359.200,46	41,71
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>8.720.800,00</b>	<b>10.826.070,00</b>	<b>8.886.479,40</b>	<b>58,29</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{(V - VI)}{I}$	22,43
---	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	13.192.300,00	18.408.374,32	14.739.571,80	96,68

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Vigilância Sanitária	931.000,00	61.000,00	16.898,65	0,11
Vigilância Epidemiológica	605.000,00	685.000,00	489.209,41	3,21
<b>TOTAL</b>	<b>14.728.300,00</b>	<b>19.154.374,32</b>	<b>15.245.679,86</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC/SC 028070/O-6



Município de Camboriú - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
Luzia Lourdes Coppi Mathias  
Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
Sérgio Luiz Venâncio  
Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
Kaita Helen Testoni  
Controladoria

\_\_\_\_\_  
Renata Pereira  
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

## Município de Camboriú - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	86.600.000,00	
Previsão Atualizada		—	86.600.000,00	
Receitas Realizadas		17.142.956,25	97.325.245,36	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.983.585,75	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	86.600.000,00	
Créditos Adicionais		—	35.626.315,54	
Dotação Atualizada		—	122.226.315,54	
Despesas Empenhadas		11.599.294,72	106.779.330,93	
Despesas Liquidadas		15.705.561,95	92.570.030,74	
Superavit Orçamentário		—	4.755.214,62	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		11.599.294,72	106.779.330,93	
Despesas Liquidadas		15.705.561,95	92.570.030,74	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			99.380.851,17	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.058.948,76	4.504.672,66	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		168.330,38	818.605,28	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		890.618,38	3.686.067,38	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		5.105.000,00	3.273.735,33	64,13
Resultado Primário		-926.000,00	582.778,75	-62,94
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	560.623,61	0,01	537.126,73	23.496,87
EXECUTIVO	560.387,44	0,01	536.890,56	23.496,87
LEGISLATIVO	236,17	0,00	236,17	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.846.906,63	0,00	2.512.114,22	334.792,41
EXECUTIVO	2.812.240,79	0,00	2.477.886,06	334.354,73
LEGISLATIVO	34.665,84	0,00	34.228,16	437,68
TOTAL:	3.407.530,24	0,01	3.049.240,95	358.289,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		9.160.459,85	25%	23,12
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		16.308.100,81	60%	69,81
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.888.905,55	-2.887.905,55	
Despesa de Capital Líquida		17.556.175,96	13.670.821,76	

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	5.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	5.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.886.479,40	15,00	22,43

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Camboriú, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
 Luzia Lourdes Coppi Mathias  
 Prefeita Municipal

\_\_\_\_\_  
 Sérgio Luiz Venâncio  
 Secretário de Finanças

\_\_\_\_\_  
 Kaita Helen Testoni  
 Controladoria

\_\_\_\_\_  
 Renata Pereira  
 Contadora - CRC/SC 028070/O-6

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Lei Nº 3.894 de 21 de Novembro de 2012

LEI Nº 3.894 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.244,00 (três mil, duzentos e quarenta e quatro reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social

300000.00.104 - Despesas Correntes

330000.00.104 - Outras Despesas Correntes

339000.00.104 - Aplicações Diretas

339039.00.104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00

2.508 - Manutenção do Programa Famílias Acolhedoras

300000.00.104 - Despesas Correntes

330000.00.104 - Outras Despesas Correntes

339000.00.104 - Aplicações Diretas

339048.00.104 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$ 1.244,00

TOTAL R\$ 3.244,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

2.032 - Fornecimento de Benefícios Sociais

300000.00.104 - Despesas Correntes

330000.00.104 - Outras Despesas Correntes

339000.00.104 - Aplicações Diretas

339032.00.104 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 3.244,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.895 de 21 de Novembro de 2012

LEI Nº 3.895 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) no Orçamento Vigente.

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental

13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental

2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água

400000.00.766 - Despesas de Capital

440000.00.766 - Investimentos

449000.00.766 - Aplicações Diretas

449051.00.766 - Obras e Instalações R\$ 24.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos Recursos Saneamento Básico (Cód. 766).

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

### Lei Nº 3.896 de 21 de Novembro de 2012

LEI Nº 3.896 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar Especial e Criar Elemento de Despesa no valor de R\$ 17.136,00 (dezessete mil, cento e trinta e seis reais) no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social

92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

2.032 - Fornecimento de Benefícios Sociais

300000.00.502 - Despesas Correntes

330000.00.502 - Outras Despesas Correntes

339000.00.502 - Aplicações Diretas

339032.00.502 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 3.276,00

2.508 - Manutenção do Programa Famílias Acolhedoras

300000.00.503 - Despesas Correntes

330000.00.503 - Outras Despesas Correntes

339000.00.503 - Aplicações Diretas

339048.00.503 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Físicas R\$

8.316,00

400000.00.501 - Despesas de Capital  
440000.00.501 - Investimentos  
449000.00.501 - Aplicações Diretas  
449052.00.501 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.544,00  
TOTAL R\$ 17.136,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, especificamente das Transferências do Fundo Estadual da Assistência Social - Benefícios Eventuais (cód. 502), Alta Complexidade/Custeio (cód. 503) e Alta Complexidade/Investimento (Cód. 501).  
Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.897 de 21 de Novembro de 2012**

LEI Nº 3.897 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. - CMECA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.825 QUE REGULAMENTA O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º) Fica regulamentado o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CMECA - do Município de Campo Alegre/SC, criado pela Lei Municipal nº 1.613/92, alterada pela Lei Municipal 2.232/97 e suas alterações, e em especial a Lei Municipal nº 3.825/12 e demais disposições legais.

Art.2º) O Conselho Municipal de Educação é o órgão consultivo, normativo e deliberativo, que interpreta, delibera, segundo sua competência e atribuição, a aplicação da legislação educacional e propõe sugestões de aperfeiçoamento da educação no Sistema Municipal de Ensino.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA COMPOSIÇÃO**

Art.3º) O Conselho Municipal de Educação é órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação, sendo constituído por 11 (onze) membros titulares e respectivos suplentes, conforme a seguir:

I - dois representantes do Poder Executivo Municipal, sendo um indicado pela Secretaria Municipal de Educação e outro indicado pela Secretaria Municipal de Finanças;

II - três representantes do Magistério Público Municipal, um

indicado pela Educação Infantil, um pelo Ensino Fundamental (anos iniciais) e outro pelo Ensino Fundamental (anos finais);

III - um representante dos Diretores das Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal;

IV - um representante do Conselho Tutelar;

V - um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

VI - um representante do Serviço do Desenvolvimento Social;

VII - dois representantes de Pais ou Responsáveis da Rede Municipal de Ensino, sendo um dos Centros Municipais de Educação Infantil e um das Escolas Municipais de Ensino Fundamental.

§ 1º As funções de Conselheiro são consideradas de relevante interesse público municipal, e o seu exercício terá prioridade sobre quaisquer cargos públicos de que sejam titulares os Conselheiros.

§ 2º O mandato do Conselheiro será de 02 (dois) anos sendo permitida a recondução a critério das entidades que representam, por igual período, observando-se uma renovação de, no mínimo, três de seus membros.

§ 3º Os representantes indicados serão escolhidos pelos respectivos pares ou instituições.

§ 4º Os indicados serão convocados pela Presidência em exercício a participar de uma reunião, para entre os pares escolherem melhor forma (ato voluntário, voto ou sorteio) os membros titulares e suplentes de seu segmento que serão eleitos, empossados e nomeados através de Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 5º Os Conselheiros não serão remunerados pelo exercício das atribuições.

§ 6º O Presidente, o Vice-Presidente, serão eleitos da melhor forma (ato voluntário, voto ou sorteio) dentre os Conselheiros.

§ 7º Perderá automaticamente o mandato, o membro que faltar a 03 (três) reuniões consecutivas, ou 06 (seis) alternadas, salvo justificativa por escrito, a ser aprovado na reunião imediatamente subsequente, em votação pelos demais membros.

§ 8º Não havendo representantes de alguns dos incisos do Art. 3º, estes serão compostos por pais de alunos da Rede Pública Municipal de Ensino;

#### **CAPÍTULO III**

##### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art.4º) As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art.5º) O mandato de Conselheiro será considerado encerrado e substituído antes do término, nos seguintes casos:

I - morte;

II - renúncia;

III - doença que exija seu afastamento por mais de um (01) ano;

IV - procedimento incompatível com a dignidade da função;

V - condenação por crime comum ou de responsabilidade;

VI - mudança de domicílio para outro município;

VII - afastamento da função na entidade a qual representa.

Art.6º) Após a publicação desta Lei o Conselho do CMECA, terá suas atribuições expressas em seu Regimento Interno de acordo com as diretrizes emanadas das legislações e em especial a Lei Municipal 3.825/12 que viabilize seu funcionamento.

Art.7º) O Conselho Municipal de Educação reger-se-á por esta Lei e pelo Regimento Interno a ser elaborado pelos seus membros e homologado através de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art.8º) Caberá à Secretaria Municipal de Educação proporcionar a infraestrutura necessária ao funcionamento do Conselho Municipal de Educação cuja organização constará em seu Regimento Interno.

Art.9º) Os recursos orçamentários e financeiros para as ações deste Conselho, serão oriundos de Dotação Orçamentária própria e consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Educação anualmente.

Art.10) O Conselho Municipal de Educação poderá constituir as seguintes Comissões:

I - Educação Infantil

II - Ensino Fundamental

III - Legislação e Normas

IV - Planejamento

Art.11) Fica impedido de exercer o cargo de Presidente deste Conselho, pessoa que exerça cargo/função de confiança no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Art.12) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.232/97, mantendo-se em vigor o Art.1º da Lei Municipal nº 1.613/92.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Lei Nº 3.898 de 21 de Novembro de 2012**

LEI Nº 3.898 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito do Município de Campo Alegre, no uso de suas atribuições que lhe conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º) Fica regulamentado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, criado através da Lei Municipal nº 3.226/07, em substituição à Lei Municipal nº 2.311/98, do Município de Campo Alegre/SC, de acordo com a Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e por fim a Lei Municipal nº 3.825/12 e demais disposições legais.

Art.2º) O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB é um órgão colegiado, fiscalizador, representativo do município, destinado ao acompanhamento e ao controle social sobre a repartição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

### **CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO**

Art.3º) O Conselho do FUNDEB é constituído de 13 (treze) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

I - dois representantes do poder Executivo Municipal, sendo um indicado da Secretaria Municipal de Educação e outro da Secretaria Municipal de Finanças;

II - um representante dos professores das escolas públicas municipais;

III - um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

IV - um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

V - dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais sem vínculo com a administração municipal;

VI - dois representantes dos estudantes da educação básica pública, (01) um dos quais indicado por uma entidade secundarista;

VII - um representante do Conselho Municipal de Educação sem vínculo com a Administração Pública Municipal;

VIII - um representante do Conselho Tutelar;

IX - dois representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, sem vínculo com a Administração Pública Municipal.

§1º - Não havendo representação para alguns dos incisos do Art.3º, estes serão compostos por pais de alunos da Rede Pública Municipal de Ensino;

§2º - São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou  
b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 3º - O mandato do Conselheiro será de 02 (dois) anos sendo permitida a recondução a critério das entidades que representam, por igual período, observando-se uma renovação de, no mínimo, quatro de seus membros.



§ 4º - Os indicados serão convocados pela Presidência em exercício a participar de uma reunião, para entre os pares escolherem melhor forma (ato voluntário, voto ou sorteio) os membros titulares e suplentes de seu segmento que serão eleitos, empossados e nomeados através de Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.5º) O Conselho do FUNDEB terá um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário que serão eleitos da melhor forma (ato voluntário, voto ou sorteio) dentre os Conselheiros.

Parágrafo Único - Está impedido de ocupar a Presidência, o Conselheiro designado nos termos descritos no Regimento Interno deste Conselho.

Art.6º) Após a publicação desta Lei, o Conselho do FUNDEB terá suas atribuições expressas em seu Regimento Interno, de acordo com as diretrizes emanadas das legislações em especial a Lei Municipal nº. 3.825/12, que viabilize seu funcionamento.

Art.7º) As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos 05 (cinco) dos membros efetivos.

Parágrafo único: As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art.8º) O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art.9º) O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Art.10) Fica impedido de exercer o cargo de Presidente deste Conselho, pessoa que exerça cargo/função de confiança no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Art.11) Os recursos orçamentários e financeiros para as ações deste Conselho, serão oriundos de Dotação própria e consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art.12) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.13) Revogam-se as disposições em contrário, mantendo apenas em vigor o Art. 1º. da Lei Municipal nº 3.226/07.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 7.364 de 21 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.364 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 3.894 de 21 de novembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 3.244,00 (três mil, duzentos e quarenta e quatro reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

2.121 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social

300000.00.104 - Despesas Correntes

330000.00.104 - Outras Despesas Correntes

339000.00.104 - Aplicações Diretas

339039.00.104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
R\$ 2.000,00

2.508 - Manutenção do Programa Famílias Acolhedoras

300000.00.104 - Despesas Correntes

330000.00.104 - Outras Despesas Correntes

339000.00.104 - Aplicações Diretas

339048.00.104 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$ 1.244,00

TOTAL R\$ 3.244,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo Municipal de Assistência Social

92.01 - Manutenção das Atividades Sociais

2.032 - Fornecimento de Benefícios Sociais

300000.00.104 - Despesas Correntes

330000.00.104 - Outras Despesas Correntes

339000.00.104 - Aplicações Diretas

339032.00.104 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 3.244,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### Decreto Nº 7.365 de 21 de Novembro de 2012

DECRETO Nº 7.365 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal de nº 3.895 de 21 de novembro de 2012; Decreta:



Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) no Orçamento Vigente.

13.00 - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental  
13.01 - Serviço de Saneamento Ambiental  
2.125 - Ampliação da Rede de Abastecimento de Água  
400000.00.766 - Despesas de Capital  
440000.00.766 - Investimentos  
449000.00.766 - Aplicações Diretas  
449051.00.766 - Obras e Instalações R\$ 24.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente dos Recursos Saneamento Básico (Cód. 766).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Decreto Nº 7.366 de 21 de Novembro de 2012**

DECRETO Nº 7.366 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL E CRIA ELEMENTO DE DESPESA POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.896 de 21 de novembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar Especial e Cria Elemento de Despesa no valor de R\$ 17.136,00 (dezesete mil, cento e trinta e seis reais) no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 - Fundo da Municipal de Assistência Social  
92.01 - Manutenção das Atividades Sociais  
2.032 - Fornecimento de Benefícios Sociais  
300000.00.502 - Despesas Correntes  
330000.00.502 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.502 - Aplicações Diretas  
339032.00.502 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 3.276,00  
2.508 - Manutenção do Programa Famílias Acolhedoras  
300000.00.503 - Despesas Correntes  
330000.00.503 - Outras Despesas Correntes  
339000.00.503 - Aplicações Diretas  
339048.00.503 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Físicas R\$ 8.316,00  
400000.00.501 - Despesas de Capital  
440000.00.501 - Investimentos  
449000.00.501 - Aplicações Diretas  
449052.00.501 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 5.544,00  
TOTAL R\$ 17.136,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento

Vigente dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, especificamente das Transferências do Fundo Estadual da Assistência Social - Benefícios Eventuais (cód. 502), Alta Complexidade/Custeio (cód. 503) e Alta Complexidade/Investimento (Cód. 501).

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",  
21 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
21/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 9.424 de 19 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito  
PORTARIA Nº 9.424 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público, ocupante do cargo de Agente Operacional II, MARCOS ENGLER, Matrícula Funcional nº 000374, Registro no Sistema sob nº 722140, referente aos períodos aquisitivos: 01 de setembro de 2010 a 31 de agosto de 2011 = 10 (dez) dias; 01 de setembro de 2011 a 31 de agosto de 2012 = 10 (dez) dias, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 01 de setembro de 2011 a 31 de agosto de 2012.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 19 de novembro de 2012 á 08 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de novembro de 2012.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 9.425 de 19 de Novembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.425 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE OBRAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Chefe do Serviço de Obras, FRANCISCO OSNI DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000021, Registro no Sistema sob nº 546000, referente ao período aquisitivo 13 de outubro de 2010 a 12 de outubro de 2011.

Art.2º) O Chefe gozará as férias no período de 19 de novembro de 2012 á 08 de dezembro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de novembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
19/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Campos Novos****PREFEITURA****Lei Nº 3.796/12 de 19/11/2012**

LEI Nº 3.796/12 DE 19/11/2012

AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contrato de cessão de uso de imóvel pertencente ao município de Campos Novos com a "ASSERMAE - Associação dos Servidores do SAMA" entidade reconhecida de utilidade pública pela Lei nº 2.715 de 05 de setembro de 2002, inscrita no CNPJ sob nº 03.508.352/0001-40.

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo 1º, possui uma área de 100 m² (cem metros quadrados), demarcada pelo município, e está localizada no Parque Industrial e Ecológico Ernesto Zortea.

Art. 3º. O concessionário poderá utilizar a área para atender os objetivos do estatuto da entidade, observando as condições previstas na licença ambiental 1089/2005 expedida pela FATMA.

Art. 4º. O prazo de cessão de uso será por 5 (cinco) anos, podendo

ser prorrogado se for do interesse do Poder Público.

Art. 5º. Eventuais edificações e benfeitorias construídas na área mencionada no art. 2º, ao término do prazo de cessão, serão incorporadas ao patrimônio do município.

Art. 6º. Qualquer desvio das finalidades de uso previstas no artigo 3º, ensejará a imediata rescisão contratual, retornando o imóvel a posse do município.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.204 de 28 de maio de 2007.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 19 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

**Lei Nº 3.797/12 de 19/11/2012**

LEI Nº 3.797/12 DE 19/11/2012

ALTERA REDAÇÃO DE ARTIGO, INCISOS, PARÁGRAFOS E EXCLUI PARÁGRAFOS DA LEI Nº 2.332/97 DE 04/07/97, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O artigo 1º, incisos I à XII da Lei nº 2.332/97 de 04 de julho de 1997, que institui o Conselho Municipal de Educação do Município, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Educação, sob a sigla COMEC, em caráter permanente e terá por finalidade decidir sobre a organização e funcionamento do ensino do município de Campos Novos, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura."

Art. 2º. Os incisos I a XII do artigo 3º passarão a vigorar com a seguinte redação:

"I - 02 (dois) representantes das Associações de Pais e Professores;

II - 02 (dois) representantes da Câmara Municipal de Vereadores;

III - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

IV - 02 (dois) representantes da Rede Estadual de Ensino;

V - 04 (quatro) representantes da Rede Municipal de Ensino, sendo 02 (dois) da Educação Infantil e 02 (dois) do Ensino Fundamental;

VI - 03 (três) representantes da Rede Particular de Ensino;

VII - 03 (três) representantes do Ensino Superior;

VIII - 02 (dois) representantes do Ensino Técnico;

IX - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

X - 02 (dois) representantes da Subseção da OAB/SC;

XI - 02 (dois) representantes da Educação Especial;

XII - 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/FUNDEB."

Art. 3º. O artigo 3º da Lei nº 2.332 de 04/07/97 passará a vigorar com os seguintes parágrafos:

"§1º. Os conselheiros e seus suplentes serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, conforme indicação das entidades mencionadas nos incisos do artigo 2º desta lei.

§2º. Os conselheiros deverão residir no município de Campos Novos.

§3º. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos.  
§4º. O mandato de conselheiro será gratuito, e o serviço considerado de relevante interesse público.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 19 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

ALTERA REDAÇÃO DE ARTIGO, INCISOS, PARÁGRAFOS E EXCLUI PARÁGRAFOS DA LEI Nº 2.332/97 DE 04/07/97, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. O artigo 1º, incisos I à XII da Lei nº 2.332/97 de 04 de julho de 1997, que institui o Conselho Municipal de Educação do Município, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica instituído o Conselho Municipal de Educação, sob a sigla COMEC, em caráter permanente e terá por finalidade decidir sobre a organização e funcionamento do ensino do município de Campos Novos, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.”

Art. 2º. Os incisos I a XII do artigo 3º passarão a vigorar com a seguinte redação:

“I - 02 (dois) representantes das Associações de Pais e Professores;

II - 02 (dois) representantes da Câmara Municipal de Vereadores;

III - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;

IV - 02 (dois) representantes da Rede Estadual de Ensino;

V - 04 (quatro) representantes da Rede Municipal de Ensino, sendo 02 (dois) da Educação Infantil e 02 (dois) do Ensino Fundamental;

VI - 03 (três) representantes da Rede Particular de Ensino;

VII - 03 (três) representantes do Ensino Superior;

VIII - 02 (dois) representantes do Ensino Técnico;

IX - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

X - 02 (dois) representantes da Subseção da OAB/SC;

XI - 02 (dois) representantes da Educação Especial;

XII - 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/FUNDEB.”

Art. 3º. O artigo 3º da Lei nº 2.332 de 04/07/97 passará a vigorar com os seguintes parágrafos:

“§1º. Os conselheiros e seus suplentes serão nomeados por ato do Prefeito Municipal, conforme indicação das entidades mencionadas nos incisos do artigo 2º desta lei.

§2º. Os conselheiros deverão residir no município de Campos Novos.

§3º. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos.

§4º. O mandato de conselheiro será gratuito, e o serviço considerado de relevante interesse público.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 19 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

## Lei Nº 3.798/12 de 19/11/2012

LEI Nº 3.798/12 DE 19/11/2012

AUTORIZA CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL AS ENTIDADES QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder subvenções sociais nos valores discriminados, às entidades a seguir relacionadas:

Entidade: APP EMEF SANTA JÚLIA BILLIART

CNPJ: 80.621.519/0001-26

Projeto: Dança na Escola

Valor: R\$ 14.800,00 (QUATORZE MIL E OITOCENTOS REAIS)

Entidade: PRÉ ESCOLA À CAMINHO DO FUTURO

CNPJ: 01.850.997/0001-31

Projeto: Espaço Recreativo e de Lazer

Valor: R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

Entidade: APP DO GEM WALDEMAR RUPP

CNPJ: 07.071.391/0001-84

Projeto: Captação de Água da Chuva

Valor: R\$ 14.500,00 (QUATORZE MIL E QUINHENTOS REAIS)

Entidade: APP EBB CEL. GASPARINO ZORZI

CNPJ: 83.827.0006/0001-64

Projeto: Retratando o Meio Ambiente

Valor: R\$ 4.300,00 (QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS)

Entidade: GEM JARDIM BELA VISTA

CNPJ: 80.628.076/0001-03

Projeto: Pequenas Ações para Um Mundo Sustentável

Valor: R\$ 13.010,00 (TREZE MIL E DEZ REAIS)

Entidade: APP EBB CEL. GASPARINO ZORZI

CNPJ: 83.827.006/0001-64

Projeto: Sapecada do Pinhão

Valor: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

Entidade: CEIM JOSÉ CARLOS PISANI - CAIO

Projeto: Parque Infantil Móvel

CNPJ: 11.989.658/0001-94

Valor: R\$ 14.050,00 (QUATORZE MIL E CINQUENTA REAIS)

§ Único. Os recursos serão utilizados na manutenção das entidades, conforme objetivos de seus estatutos.

Art. 2º. Os encargos decorrentes, do Artigo 1º, serão suportados por dotações consignadas no orçamento do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, sob a rubrica:

Entidade: APP EMEF SANTA JÚLIA BILLIART

Projeto: Dança na Escola

Valor: R\$ 14.800,00 (QUATORZE MIL E OITOCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

ELEM. DE DESPESA: 11 - 3.3.50.00.00.00.00.0.3.0167.0

APLICAÇÕES DIRETAS  
VALOR: R\$ 14.800,00 (QUATORZE MIL E OITOCENTOS REAIS)

Entidade: PRÉ ESCOLA À CAMINHO DO FUTURO  
Projeto: Espaço Recreativo e de Lazer  
Valor: R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
ELEM. DE DESPESA: 6 - 4.4.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 APLICAÇÕES DIRETAS  
VALOR: R\$ 10.000,00 (TREZE MIL E DEZ REAIS)

Entidade: APP DO GEM WALDEMAR RUPP  
Projeto: Captação de Água da Chuva  
Valor: R\$ 14.500,00 (QUATORZE MIL E QUINHENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
ELEM. DE DESPESA: 5 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 APLICAÇÕES DIRETAS  
VALOR: R\$ 3.800,00 (TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT DO FDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
ELEM. DE DESPESA: 6 - 4.4.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 APLICAÇÕES DIRETAS  
VALOR: R\$ 10.700,00 (DEZ MIL E SETECENTOS REAIS)

Entidade: APP EBB CEL. GASPARINO ZORZI  
Projeto: Retratando o Meio Ambiente  
Valor: R\$ 4.300,00 (QUATRO MIL E TREZENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
ELEM. DE DESPESA: 5 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 APLICAÇÕES DIRETAS  
VALOR: R\$ 2.800,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
ELEM. DE DESPESA: 6 - 4.4.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 APLICAÇÕES DIRETAS  
VALOR: R\$ 1.500,00 (TREZE MIL E DEZ REAIS)

Entidade: GEM JARDIM BELA VISTA  
Projeto: Pequenas Ações para Um Mundo Sustentável  
Valor: R\$ 13.010,00 (TREZE MIL E DEZ REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
ELEM. DE DESPESA: 5 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 APLICAÇÕES DIRETAS  
VALOR: R\$ 13.010,00 (TREZE MIL E DEZ REAIS)

Entidade: APP EBB CEL. GASPARINO ZORZI  
Projeto: Sapecada do Pinhão  
Valor: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
ELEM. DE DESPESA: 5 - 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 APLICAÇÕES DIRETAS  
VALOR: R\$ 3.000,00 (TRÊS MIL REAIS)

Entidade: CEIM JOSÉ CARLOS PISANI - CAIO  
Projeto: Parque Infantil Móvel  
Valor: R\$ 14.050,00 (QUATORZE MIL E CINQUENTA REAIS)

ÓRGÃO: 13 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
UNIDADE: 01 - FIA - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
PROJ./ATIV.: 2.046 - MANUT. DO FDO MUN. DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
ELEM. DE DESPESA: 6 - 4.4.50.00.00.00.00.0.1.0167.0 APLICAÇÕES DIRETAS  
VALOR: R\$ 14.050,00 (QUATORZE MIL E CINQUENTA REAIS)

Art. 3º. Os recursos financeiros são originários de doações efetuadas pela empresa Enercan - Campos Novos Energia S.A., depositados na Agência 0685-8 - Banco do Brasil S.A./Campos Novos, na conta corrente nº 24099-0 do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 4º. As entidades terão o prazo de 6 (seis) meses a partir do recebimento da 1ª parcela, para prestação de contas dos valores recebidos.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 19 de novembro de 2012.  
VILIBALDO ERICH SCHMID  
Prefeito Municipal

### **Lei Nº 3.799/12 de 19/11/2012**

LEI Nº 3.799/12 DE 19/11/2012  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:



Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no valor de R\$ 79.997,31 (setenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos) no projeto e na atividade baixo discriminado:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO GERAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.001 -Manutenção do Departamento de Planej., Organização e Coord. Geral

Elementos de despesa: 85-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.611,19

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 2.002 -Manutenção da Secretaria de Administração

Elementos de despesa: 70-3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 38.702,80

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.015 -Construções, Ampliações e Reforma do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 98-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 - Aplicações Diretas R\$ 13.683,32

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.032 -Realização de Eventos em Geral

Elementos de despesa: 6-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

TOTAL R\$ 79.997,31

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 02 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

UNIDADE: 03 - DEP. DE MODERNIZAÇÃO ADMIN. E INFORMATIZAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 2.003 -Manutenção do Dep. de Modernização Administração. e Informatização

Elementos de despesa: 83-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 34.507,21

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.004 -Implantação e Obras na Área Industrial

Elementos de despesa: 11-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.305,49

PROJETO/ATIVIDADE: 2.081 -Realização da Festa do Município

Elementos de despesa: 8-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.337,30

Elementos de despesa: 128-3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.450,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.011 -Reequipamento da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo

Elementos de despesa: 42-4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 17.515,86

ÓRGÃO: 09 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

UNIDADE: 27 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES - GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.056 -Construções, Ampliações e Reformas no Esporte Municipal

Elementos de despesa: 141-4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 19.881,45

TOTAL R\$ 79.997,31

Art. 3º - Este Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em, 19 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 6.630 de 19/11/2012**

DECRETO Nº 6.630 DE 19/11/2012

REGULAMENTA LEI Nº 3.799/2012

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 79.997,31 (setenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos), na rubrica constante do Art. 1º da Lei nº 3.799/2012.

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das dotações constantes do Art. 2º da referida LEI.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Decreto, em 19 de novembro de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

### **Aviso de Inexigibilidade 09/2012**

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 175/2012

INEXIGIBILIDADE 09/2012

OBJETO; CONTRATAÇÃO DE SHOW COM ORQUESTRA MUNICIPAL DE TEUTÔNIA PARA DIA 25 DE NOVEMBRO/2012 ÀS 20 HORAS, NA INAUGURAÇÃO DA PRAÇA LAURO MULLER. DE ACORDO COM LEI 8.666/93 ARTIGO 25, INCISO III .

VALOR: R\$ 19.000,00(dezenove mil reais)

Campos Novos 20 de novembro de 2012

VILIBALDO ERCH SCHMID

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 22/2012****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012**

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 10/12/2012 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço - Por Item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL EDUCATIVO PARA USO NO PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 22 de Novembro de 2012.

DIVALDETE MARIA BORTOLI

Secretária Municipal de Saúde

**CÂMARA MUNICIPAL****Extrato de Licitação Nº 02/2012****EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2012- CARTA CONVITE Nº 02/2012

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA DE VEREADORES

TIPO: MENOR PREÇO POR ÍTEM

ABERTURA: 19/11/2012

RESULTADO HOMOLOGADO: POSTO COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 8.430,00 - R\$ 2,81/LITRO

**Extrato de Contrato Nº 13/2012****EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2012**

LICITAÇÃO Nº 02/2012- CARTA CONVITE Nº 02/2012

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA) PARA VEÍCULO OFICIAL DA CÂMARA DE VEREADORES

VALOR TOTAL: R\$ 8.430,00 - R\$ 2,81/LITRO

DATA: 21/11/2012

**SAMAE****Ext Ct422012**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

CONTRATO CNO- 42/2012

PROCESSO-0696/2012

DATA DE ASSINATURA: 09 de Novembro de 2012

OBJETO: Aditivo referente acrescimo de 25%, de materiais de construção a serem utilizados o sistema de coleta de esgoto sanitário.

CONTRATADA: Ponto Certo Materiais de Construção Ltda.

VALOR: R\$ 9.666,00 (nove mil seiscentos e sessenta e seis reais)

PRAZO: 09.11 A 31.12.2012

Campos Novos - SC., 09 de Novembro de 2012.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

**Canoinhas****PREFEITURA****Lei Nº. 5036 de 08/11/2012**

LEI Nº. 5036 DE 08/11/2012

"AUTORIZA LEILOAR VEÍCULOS E MATERIAIS INSERVÍVEIS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93, os lotes de bens móveis, relacionados no anexo I, parte integrante da presente Lei. Parágrafo único. A alienação prevista no caput deste artigo será realizada mediante o devido processo licitatório, devendo obedecer o valor mínimo estabelecidos na presente LEI.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de novembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/11/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**ANEXO I****LOTE 01**

QTD	DESCRIÇÃO
01	Automóvel FIAT PALIO FIRE FLEX, ano 2005 - modelo 2006, cor branca, álcool/gasolina, 04 portas, 05 lugares, Placa MEG 2979, RENAVAL 869358502, CHASSI 9BD17146G62686585, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

**LOTE 02**

QTD	DESCRIÇÃO
01	Automóvel FIAT PALIO FIRE FLEX, ano 2005 - modelo 2006, cor branca, álcool/gasolina, 04 portas, 05 lugares, Placa MEG 2899, RENAVAL 869357794, CHASSI 9BD17146G62686763, no estado em que se encontra.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Valor do Lance Inicial R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

LOTE 03

QTD	DESCRIÇÃO
01	Automóvel GOL 1.0 POWER, ano 2002 - modelo 2002, cor branca, gasolina, 02 portas, 05 lugares, Placa MBJ 8814, RENA- VAN 782726623, CHASSI 9BW- CA05X02T121554, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

LOTE 04

QTD	DESCRIÇÃO
01	Automóvel FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, ano 2006 - modelo 2006, cor branca, álcool/gasolina, 04 portas, 05 lugares, Placa MGJ 0252, RENA- VAN 881007641, CHASSI 9BD15802764825409, no estado que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 3.000,00 (três mil reais).

LOTE 05

QTD	DESCRIÇÃO
01	Automóvel VW KOMBI, ano 2002 - modelo 2002, cor branca, gaso- lina, 15 lugares, Placa MBS 1285, RENA- VAN 786107804, CHASSI 9BWGB07X728011704, no esta- do em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 3.000,00 (três mil reais).

LOTE 06

QTD	DESCRIÇÃO
01	Caminhonete GMC, Ano 1997 Modelo 1998, cor branca, die- sel, Placa MAC 8332, RENA- VAN, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

LOTE 07

QTD	DESCRIÇÃO
01	Automóvel VW SAVEIRO, ano 2002 - modelo 2003, cor bran- ca, gasolina, Placa MCH 2448, RENA- VAN 790552620, CHASSI 9BD15802764825409, no estado que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

LOTE 08

QTD	DESCRIÇÃO
-----	-----------

01	MERCEDES BENZ 608 d, ano 1985 - modelo 1986, cor bran- ca, diesel, 26 lugares, Placa AFH 5062, RENA- VAN 276725913, CHASSI 30830011693039, no estado que se encontra.
----	---

Valor do Lance Inicial R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

LOTE 09

QTD	DESCRIÇÃO
01	TRATOR MF COM CONCHA, ano 1980, diesel, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

LOTE 10

QTD	DESCRIÇÃO
01	Automóvel FIAT UNO MILLE FIRE, ano 2005 - modelo 2006, cor branca, gasolina, 04 portas, 05 lugares, Placa MFO 8592, RENA- VAN 852937245, CHASSI 9BD15822564685092, no estado que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

LOTE 11

QTD	DESCRIÇÃO
01	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 608 d, ano 1978 - modelo 1979, cor branca, diesel, Placa LZR 5307, RENA- VAN 556494229, CHASSI 30830212420348, no estado que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

LOTE 12

QTD	DESCRIÇÃO
01	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 1618, ano 1995 - modelo 1995, cor amarela, diesel, Placa LWY 2864, RENA- VAN 633671916, CHASSI 9BM386014SB054273, no estado que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

LOTE 13

QTD	DESCRIÇÃO
01	MOTONIVELADORA CARTE- PILLAR 120B, ano 1991, diesel. No estado em que você encon- tra.

Valor do Lance Inicial R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

LOTE 14

QTD	DESCRIÇÃO
-----	-----------



01	MOTONIVELADORA DRESSER 205, ano 1990, diesel. No estado em que você encontra.
----	---

Valor do Lance Inicial R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

#### LOTE 15

QTD	DESCRIÇÃO
01	RETROESCAVADEIRA MF 86, ano 2006 diesel. No estado em que você encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

#### LOTE 16

QTD	DESCRIÇÃO
4.000 L	APROXIMADAMENTE 4.000 LITROS DE ÓLEO QUEIMADO AGRANEL

Valor do Lance Inicial R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

#### LOTE 17

QTD	DESCRIÇÃO
28.000Kg	APROXIMADAMENTE 28.000 Kg DE FERRO VELHO. Composto de sucatas de peças de caminhão e máquinas, arames, canos, lixeiras, rodas, placas e chapas, sucatas de lataria de veículos, sucatas de equipamentos de escavação, cofre, sucatas de carrocerias metálicas (caçambas), caixa d'água metálica, torre metálica, carcaça de rolo compressor de arrasto. (A pesagem do veículo vazio e carregado com ferro velho é de responsabilidade do comprador, devendo ser efetuada no ato do carregamento, e apresentado na Secretaria Mun. De Obras)

Valor do Lance Inicial R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

#### LOTE 18

QTD	DESCRIÇÃO
01	SUCATA VEÍCULO GM/MONZA GLS ANO/MODELO 1994 (Veículo baixado junto ao CINETRAN). No estado em que se encontra. Valor do Lance Inicial R\$ 500,00 (quinhentos reais).

#### LOTE 19

QTD	DESCRIÇÃO
130	APROXIMADAMENTE 130 UNIDADES DE LONAS DE FREIO. Das marcas: frs-le, duzoline, lona flex, thermasta, truckbus, thermoid. napa para veículos e máquinas das marcas agrale, fnm, chevrolet, fiat allis, komatsu, Mercedes Benz, VW, material sem uso. No estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

#### LOTE 20

QTD	DESCRIÇÃO
70	APROXIMADAMENTE 70 UNIDADES DE CARÇAÇA DE PNEUS. Usados de caminhão, veículos e máquinas no estado em que se encontra. Custo R\$ 5,00 por unidade

Valor do Lance Inicial R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

#### LOTE 21

QTD	DESCRIÇÃO
01	CAMINHÃO MERCEDES BENZ 710, ano 1997 - modelo 1998, cor branca, diesel, Placa LZS 7921, RENAVAL 694517364, CHASSI 9BM688156VB143824, no estado que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

#### LOTE 22

QTD	DESCRIÇÃO
01	RETRO ESCAVADEIRA FIAT ALLIS MODELO FB 80.3, ano 2002

Valor do Lance Inicial R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

#### LOTE 23

QTD	DESCRIÇÃO
01	PEUGEOT/BOXER, ano 2005 - modelo 2006, cor branca, gasolina, 15 lugares, Placa MHV 5510, RENAVAL 873180801, CHASSI 936ZCPMNC62000961, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

#### LOTE 24

QTD	DESCRIÇÃO
01	RENAULT/MASTER, ano 2005 - modelo 2006, cor branca, gasolina, 16 lugares, Placa MFQ 8102, RENAVAL 853349371, CHASSI 93YCDDUH55J619693, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

#### LOTE 25

QTD	DESCRIÇÃO
01	Automóvel VW SAVEIRO, ano 2003 - modelo 2003, cor branca, gasolina, Placa MDJ 2702, RENAVAL 801339570, CHASSI 9BWEBO5X334006769, no estado em que se encontra.

Valor do Lance Inicial R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

## LOTE 26

QTD	DESCRIÇÃO
01	200 METROS DE CABO DE AÇO 1,5 POLEGADAS

Valor do Lance Inicial R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**Lei Nº. 5037 de 08/11/2012**

LEI Nº. 5037 DE 08/11/2012

“ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS MUNICIPAIS Nº. 3.832 DE 25/05/2005, 4.152 DE 18/04/2007, 4.439 DE 23/07/2009 E 4.703 DE 09/03/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

## LEI

Art. 1º - Ficam alterados os artigos 2º e 4º da Lei Municipal nº. 3.832 de 25/05/2005, sendo que os 03 (três) empregos públicos de agente da vigilância epidemiológica passam a ser permanentes, devendo ser preenchidos através de concurso público.

Art. 2º - Ficam alterados os artigos 3º e 5º da Lei Municipal nº. 4.152 de 18/04/2007, sendo que as vagas ali oferecidas passam a ser de empregos públicos de 01 (um) farmacêutico gerente, 01 (um) farmacêutico co-responsável, 01 (um) assistente de gestão, 05 (cinco) auxiliares de gestão e 01 (um) auxiliar de serviços gerais, de caráter permanente, passando a ser preenchidas através de concurso público.

Art. 3º - Ficam alterados os artigos 1º, 3º e 4º da Lei Municipal nº. 4.439 de 23/07/2009, sendo que os cargos ali oferecidos, 01 (um) médico generalista, 01 (um) enfermeiro, 01 (um) técnico em enfermagem, passam a ser de caráter permanente, vinculados ao plano de cargos e salários do município, passando a ser preenchidas através de concurso público.

Parágrafo Único: as 03 (três) vagas de agentes comunitários de saúde previstas na Lei Municipal 4.703 de 09/03/2011, passam a ser de empregos públicos de caráter permanente, passando a ser preenchidas através de concurso público.

Canoinhas/SC, 08 de novembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/11/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Lei Nº. 5038 de 08/11/2012**

LEI Nº. 5038 DE 08/11/2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA ATRAVÉS DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, LEOBERTO WEINERT, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

## LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar

no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 (Lei nº. 4.787/2011) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2012 (Lei nº. 4.918/2011) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Programa 120: Desenvolvimento Social e da Família - FMAS

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 36.000,00

Recurso 303 - Recursos Bolsa Família - Superávit

Art. 2º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 (Lei nº. 4.787/2011) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2012 (Lei nº. 4.918/2011) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Programa 120: Desenvolvimento Social e da Família - FMAS

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 36.000,00

Recurso 303 - Recursos Bolsa Família - Superávit

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 (Lei nº. 4.787/2011) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2012 (Lei nº. 4.918/2011) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Programa 120: Desenvolvimento Social e da Família - FMAS

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 14.040,00

Recurso 311 - Recursos Abrigos - FMAS

Art. 4º. Para suporte do que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2010-2013 (Lei 4.467/2009) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012 (Lei nº. 4.787/2011) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2012 (Lei nº. 4.918/2011) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$14.040,00 (quatorze mil e quarenta reais), com a seguinte classificação institucional:

A)

Órgão 18: Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 18.01: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 8: Assistência Social

Programa 120: Desenvolvimento Social e da Família - FMAS  
 Subfunção 244: Assistência Comunitária  
 Atividade 2.041 - Ações de Assistência Social  
 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 14.040,00  
 Recurso 311 - Recursos Abrigos - FMAS

Art. 5º. As unidades monetárias desta Lei estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de novembro de 2012.  
 LEOBERTO WEINERT  
 Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 08/11/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
 Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 225/2012**

DECRETO Nº 225/2012

"NOMEAR COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da lei Orgânica do Município, bem como a Lei nº 4.182 de 27/06/2007, que cria a Comissão de Defesa Civil - COMDEC:

#### **DECRETA**

Art. 1º - Fica nomeada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), assim distribuída:

#### **Diretoria**

-Presidente: Leoberto Weinert  
 -Vice-Presidente: Felipe Saliba Davet  
 -Coordenador: Lorival Shipitoski  
 -Vice-Coodenador: Rodrigo Ghisolfi da Silva

#### **Órgãos Setoriais:**

- Secretaria Municipal de Administração e Finanças:  
 Titular: Pedro Teodorico Araújo  
 Suplente: Hamilton Chamberg  
 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural:  
 Titular: Giane Helenita Pontarolo  
 Suplente: Arnaldo Soares  
 - Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano:  
 Titular: José Andre Muelhbauer  
 Suplente: José Zattar Filho  
 - Secretaria Municipal de Saúde:  
 Titular: Luiz Antônio Riske  
 Suplente: Luis Chagas  
 - Secretaria Municipal de Educação:  
 Titular: Hamilton Wendt  
 Suplente: Rosemari Cubas Blaka  
 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:  
 Titular: Viviane Maria Bueno Borges de Souza  
 Suplente: Simone Mery Adur  
 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família:  
 Titular: Maria Hermínia Moreschi  
 Suplente: Rosilene de Fátima Schulka Jaremczuk  
 - Assessoria Jurídica:  
 - Titular: Douglas A. Conceição

- Suplente: Keiny R. Burgardt  
 - Assessoria de Imprensa:  
 Titular: Jucelli Cristina Moreira  
 Suplente: Carlos Eduardo Vipievski

#### **Órgãos de Apoio:**

- Corpo de Bombeiros;  
 Titular: Jorge Adriano Machado Gomes  
 Suplente: Aurélio Dominico  
 - Polícia Ambiental;  
 Titular: Ivan Veiga  
 Suplente: Jucelino Ostroski  
 - 3º Batalhão de Polícia Militar;  
 Titular: Toni Pawlowystch  
 Suplente: Gilberto dos Anjos  
 - Polícia Rodoviária Estadual;  
 Titular: Osni Paggi  
 Suplente: Vergolino da Silva Tigre  
 - Hospital Santa Cruz;  
 Titular: Reneu Schick  
 Suplente: Gilson Silveira  
 - CASAN:  
 Titular: Herbert Grosskopf Junior  
 Suplente: Fernando Assis Pereira Estefano  
 - CREA/SC;  
 Titular: Auri Geraldo Pedrassani Filho  
 Suplente: Denilson Antonio Grolí  
 - CELESC;  
 Titular: Osvaldo Roberto Romanowski  
 Suplente: Robert Alves Elias  
 - CIDASC;  
 Titular: Rodolfo Zipperer  
 Suplente: Gilson Gonçalves  
 - EPAGRI;  
 Titular: Jaime Schoroeder  
 Suplente: Marcos Euclides Vieira  
 - IBGE;  
 Titular: Valdir Spadotto  
 Suplente: Edmilson Balduino Marinho Junior  
 - Imprensa Local;  
 Jornal Correio do Norte;  
 Titular: Edinei Wassoaski  
 Suplente: Isabel Lenz Bayerl  
 - Rádio Clube:  
 Titular: Luis Geraldo Gele  
 Suplente: Gilberto Passos  
 -Rádio 98,0 FM;  
 Titular: Marcos Antonio Carvalho  
 Suplente: Geraldo Elizeu Soares  
 - IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina;  
 Titular: Maria Bertilia Oss Giacomelli  
 Suplente: Maria Angélica Marren

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de novembro de 2011.  
 LEOBERTO WEINERT  
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 12/11/2011.

DALSON LUIS SALOMON  
 Secretário Municipal Administração

**Decreto Nº. 220/2012**

DECRETO Nº. 220/2012

**"ESTABELECE DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO"**

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;  
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e na Lei Municipal nº 4851, de 14 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino, e tendo em vista o deliberado na Sessão Plenária do dia 15 de junho de 2012 através do Parecer nº 001, de 15 de junho de 2012, resolve:

DECRETAR

**CAPÍTULO I****Da Avaliação**

Art. 1º - A avaliação do processo ensino-aprendizagem obedecerá o disposto neste Decreto e na Lei Municipal 4851 de 14 de novembro de 2011, a cargo dos estabelecimentos de ensino, compreendendo a avaliação do rendimento e a apuração da assiduidade.

Art. 2º - A avaliação do processo ensino-aprendizagem considerará, no seu exercício, os seguintes princípios:

I - Aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

II - Aferição do desempenho do aluno quanto à apropriação de conhecimentos em cada área de estudos e o desenvolvimento de competências.

Art. 3º - A avaliação do rendimento do aluno será contínua e cumulativa, mediante verificação de aprendizagem de conhecimentos e do desenvolvimento de competências em atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação paralela.

Art. 4º - A avaliação do rendimento do aluno será atribuída pelo professor da série/ano, da disciplina ou componente curricular, apreciada pelo Conselho de Classe, nos termos do inciso VI, do art. 9º.

Art. 5º - A verificação do rendimento escolar basear-se-á em avaliação contínua e cumulativa, a ser expresso em notas, conceito descritivo ou outra espécie de menção constante no Projeto Político Pedagógico, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o ano letivo preponderarão sobre os de exames finais, caso estes sejam previstos.

Parágrafo Primeiro - É facultado à unidade escolar proceder o registro em mais de uma das modalidades previstas no caput deste artigo.

Parágrafo Segundo - O Projeto Político-Pedagógico atenderá às diretrizes emanadas deste Decreto, no tocante a critérios de avaliação e percentual mínimo para aprovação ou obtenção do conceito de competência desenvolvida;

I - quando a avaliação for expressa em conceito, o Projeto Político-Pedagógico deverá estabelecer a equivalência em notas, para conversão em caso de transferência de séries/anos em curso para unidades de ensino que adotam a nota;

Parágrafo Terceiro - Na apreciação dos aspectos qualitativos deverão ser considerados a compreensão e o discernimento dos fatos e a percepção de suas relações; a aplicabilidade dos conhecimentos; as atitudes e os valores, a capacidade de análise e de síntese, além de outras competências comportamentais e intelectivas, e habilidades para atividades práticas.

**CAPÍTULO II****Da Aceleração de Estudos**

Art. 6º - A aceleração de estudos poderá ser realizada sempre que se constatar defasagem na relação idade-série/ano do aluno mediante levantamento de clientela, apresentado pela Unidade Escolar, a Secretaria Municipal de Educação a quem caberá elaborar o projeto a partir de regulamentação específica emanada pelo CME.

**CAPÍTULO III****Da Classificação e Reclassificação**

Art. 7º - A avaliação de aluno deverá ser planejada, elaborada e operacionalizada por banca constituída por membros do corpo docente da instituição, designada pela direção da Unidade Escolar, e ter o resultado apreciado pelo Conselho de Classe nos termos do inciso V, do art. 9º.

Parágrafo único - A unidade escolar deverá guardar, em seus arquivos, as atas específicas em que foi registrada, pela banca, a avaliação prevista no caput deste artigo e em que foram apreciados, pelo Conselho de Classe, os resultados da citada avaliação.

Art. 8º - Para os alunos com altas habilidades, a classificação/reclassificação, é de competência e iniciativa da unidade escolar.

Parágrafo Primeiro - A unidade escolar deverá garantir que a avaliação para classificação dos alunos com altas habilidades abranja todas as disciplinas e conteúdos referentes às séries/anos que o aluno pretende avançar.

Parágrafo Segundo - Os resultados desta avaliação deverão ser convalidados em Conselho de Classe e registrados em ata.

**CAPÍTULO IV****Do Conselho de Classe**

Art. 9º - O Conselho de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura das unidades escolares e tem sob sua responsabilidade:

I - a avaliação do processo ensino-aprendizagem desenvolvido pela escola e a proposição de ações para a sua melhoria;

II - a avaliação da prática docente, no que se refere à metodologia, aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas;

III - a avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades;

IV - a avaliação das condições físicas, materiais e de gestão dos estabelecimentos de ensino que substanciam o processo ensino aprendizagem;

V - a definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária;

VI - apreciar, em caráter deliberativo, os resultados das avaliações dos alunos apresentados individualmente pelos professores;

VII - decidir pela aprovação ou não aprovação dos alunos.

Art. 10 - Conselho de Classe será composto:

I - pelos professores da turma;

II - pela direção do estabelecimento ou seu representante;

III - pela equipe pedagógica da escola;

IV - por alunos, quando for o caso, a critério da Direção;

V - por pais ou responsáveis, quando for o caso.

Parágrafo único - O funcionamento e a composição da representação prevista nos incisos IV e V do Conselho de Classe será previsto no Projeto Político-Pedagógico.

Art. 11 - Conselho de Classe será realizado, ordinariamente, por turma, bimestralmente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do rendimento dos alunos no processo de apropriação de conhecimento e desenvolvimento de competências.

Art. 12 - Sempre que houver um impasse na avaliação do rendimento do aluno, caberá ao Conselho de Classe, a decisão final. A representação do Conselho de Classe deverá ser de, no mínimo, 51% dos participantes e o resultado deverá ser registrado em ata.



Art. 13 - O Conselho de Classe poderá reunir-se extraordinariamente, convocado pela direção do estabelecimento, por 1/3 (um terço) dos professores ou dos pais, quando for o caso, ou dos alunos da turma.

Art. 14 - Das reuniões do Conselho de Classe deverá ser lavrada ata, em livro próprio, com assinatura de todos os presentes.

#### CAPÍTULO V

##### Da Revisão de Resultados e dos Recursos e sua Tramitação

Art. 15 - Da decisão do Conselho de Classe referente aos resultados da avaliação anual final, se observada a não obediência ao disposto neste Decreto ou demais normas legais cabe:

I - pedido de revisão do resultado junto à própria escola;

II - recurso à Secretaria Municipal de Educação

Art. 16 - Da decisão da Secretaria Municipal de Educação, citada no art. 15, inciso II, caberá pedido de reconsideração ao Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo único - O pedido de reconsideração de que trata o caput deste artigo será admitido somente em caso de permanência de ilegalidade no processo, devidamente justificado.

Art. 17 - Para instrução do recurso de que trata o inciso II do art. 15, deste Decreto, deverá ser impetrado pelo aluno, quando maior de idade ou por seu responsável legal, mediante requerimento acompanhado de:

I - registro de notas ou conceitos em boletim ou documento equivalente e;

II - resultado do pedido de revisão junto à escola.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Educação, para fundamentação, análise e emissão de parecer, poderá requerer, junto à unidade escolar, cópia dos seguintes documentos:

I - diário de classe, com registro da realização dos estudos de recuperação e seus resultados;

II - avaliação descritiva do professor sobre o processo ensino-aprendizagem do aluno durante o ano letivo em questão, quando adotada pela escola;

III - plano de ensino do professor da disciplina ou componente curricular em questão;

IV - instrumentos avaliativos;

V - atas das reuniões do Conselho de Classe;

VI - critérios de avaliação constantes do projeto político pedagógico da unidade escolar.

Art. 18 - O pedido de revisão, bem como dos recursos, de que trata o art. 23 deverá obedecer aos seguintes prazos:

I - pedido de revisão, 02 (dois) dias úteis após a divulgação dos resultados pela unidade escolar;

II - a escola terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para julgar o pedido de revisão;

III - decorrido o prazo previsto no inciso anterior, o requerente terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para impetrar recurso junto à Secretaria Municipal de Educação;

IV - o recurso em grau superior, à Secretaria Municipal de Educação, deverá ser impetrado em até 10 (dez) dias úteis, após divulgação oficial do parecer;

V - a Secretaria Municipal de Educação terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para julgar o recurso.

Art. 19 - De posse do resultado do julgamento do pedido de revisão de que trata o art. 15, bem como do resultado do recurso de que trata o inciso II do mesmo artigo, o interessado terá prazo de 10 (dez) dias úteis para interpor pedido de reconsideração ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 20 - O recurso de que trata o inciso II e art. 15 e o recurso de que trata o art. 16, deverão ser protocolados na Secretaria

Municipal de Educação.

Art. 21 - O recurso será acolhido em instância superior unicamente na hipótese de haver sido rejeitado na imediatamente anterior, na ordem estabelecida nos artigos 15 a 19.

Art. 22 - Em todas as fases recursais, é garantido ao recorrente amplo direito ao contraditório.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Disposições Finais

Art. 23 - A unidade escolar, ao receber um aluno por transferência ou que ficou afastado dos estudos, poderá proceder à sua reclassificação, exceto na 1ª série/ano do ensino fundamental, isto é, matriculando-o na série adequada, tomando por base sua experiência e grau de desenvolvimento pessoal, obedecido o disposto no referido Decreto.

Art. 24 - A escola ao receber aluno transferido, deverá averiguar o histórico escolar observando os anos civis cursados para efetuar a enturmação na série correspondente.

Art. 25 - As Unidades Escolares Municipais de Ensino não adotarão o regime de dependência pelos motivos que seguem:

I - dificuldade(s) da Unidade Escolar oferecer séries/anos no contraturno;

II - localização de Unidade(s) Escolar(es) na zona rural dificultando deslocamento de aluno(s) para a zona urbana;

III - o Projeto Político Pedagógico da(s) Unidade(s) Escolar(es) não contempla(m) o regime de dependência.

Art. 26 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 27 - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 31/10/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº. 224/2012**

DECRETO Nº. 224/2012

DECRETA PONTO FACULTATIVO

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;  
CONSIDERANDO, o feriado nacional da Proclamação da República, celebrado em 15 de novembro, resolve:

#### DECRETAR

Art.1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 16 de novembro de 2012, sexta feira.

Art.2º - O disposto no presente Decreto não se aplica aos serviços essenciais.

Art.3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 12 de novembro de 2012.  
LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 12/11/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **Publicação do Contrato Nº PMC 1-43/2012**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-43/2012  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 24/2012  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 06/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-43/2012 referente ao contrato n.º PMC 43/2012. Data de assinatura: 22/10/2012. Objeto: ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO PARA A ESTRADA GERAL DO DISTRITO DE PAULA PEREIRA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Contratada: AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES SC LTDA. Prazo de execução: 22/10/2012 à 05/12/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### **Publicação do Contrato Nº 5-76/2011**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-76/2011  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 82/2011  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 22/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-76/2011 referente ao contrato n.º PMC 76/2011. Data de assinatura: 05/10/2012. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS II, COM ÁREA DE 229,10 M². Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP. Prazo de execução: 05/10/2012 à 05/12/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### **Publicação do Contrato Nº PMC 1-172/2011**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-172/2011  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 185/2011  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 46/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-172/2011 referente ao contrato n.º PMC 172/2011. Data de assinatura: 05/10/2012. Objeto: REURBANIZAÇÃO DA RUA WENDELIN METZGER COM EXTENSÃO DE 4.263 METROS, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS E A EMPRESA AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME. Contratada:

AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME. Prazo de execução: 05/10/2012 à 01/03/2013.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### **Publicação do Contrato Nº PMC 1-30/2012**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-30/2012  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 20/2012  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 10/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-30/2012 referente ao contrato n.º PMC 30/2012. Data de assinatura: 01/10/2012. Objeto: LOCAÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO KOMBI STANDARD 1.4, DESTINADO AO TRANSPORTE DA EQUIPE E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS EM INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E ELÉTRICAS EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (PERÍMETRO URBANO E ZONA RURAL). Contratada: LEDER TRANSPORTES E LOCAÇÕES DE VEÍCULOS LTDA. Prazo de execução: 01/10/2012 à 31/10/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### **Publicação do Contrato Nº PMC 1-82/2012**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-82/2012  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 207/2011  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 5/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-82/2012 referente ao contrato n.º PMC 82/2012. Data de assinatura: 30/09/2012. Objeto: CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE FAZEM ENTRE SI, O SENHOR ANACIR FERNANDES E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS. Contratada: ANACIR FERNANDES. Prazo de execução: 30/09/2012 à 31/10/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

#### **Publicação do Contrato Nº PMC 3-38/2012**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-38/2012  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 36/2012  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 13/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-38/2012 referente ao contrato n.º PMC 38/2012. Data de assinatura: 26/10/2012. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À INSTALAÇÃO DE 05 (CINCO) ACADEMIAS AO AR LIVRE (AV. DOS EXPEDICIONÁRIOS, RUAS SÉRGIO GAPSKI, EMÍLIO SCHOLTZ E CATARINA DE SOUZA HUBNER E NA PRAÇA PAPA JOÃO XXIII). Contratada: AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME. Prazo de execução: 26/10/2012 à 10/12/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

**Publicação do Contrato Nº PMC 3-63/2012**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-63/2012  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 74/2012  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 23/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-63/2012 referente ao contrato n.º PMC 63/2012. Data de assinatura: 26/10/2012. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À REFORMA E AMPLIAÇÃO DA INTENDÊNCIA LOCALIZADA EM MARCILIO DIAS. Contratada: SD PRESTADORA DE SERVICOS LTDA. Prazo de execução: 26/10/2012 à 28/01/2013.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

**Publicação do Contrato Nº PMC 3-7/2012**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-7/2012  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 124/2011  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 35/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-7/2012 referente ao contrato n.º PMC 7/2012. Data de assinatura: 19/10/2012. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA, DESTINADA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MARIA ISABEL DE LIMA CUBAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO. Contratada: EMPRESA AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME. Prazo de execução: 19/10/2012 à 05/12/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

**Publicação do Contrato Nº PMC 3-8/2012**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-8/2012  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 124/2011  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 35/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-8/2012 referente ao contrato n.º PMC 8/2012. Data de assinatura: 05/10/2012. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA, DESTINADA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME. Prazo de execução: 05/10/2012 à 06/11/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

**Publicação do Contrato Nº PMC 4-8/2012**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-8/2012  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 124/2011  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 35/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-8/2012 referente ao contrato n.º PMC 8/2012. Data de assinatura: 06/11/2012. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA, DESTINADA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL BENEDITO THERÉZIO DE CARVALHO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO. Contratada: AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME. Prazo de execução: 06/11/2012 à 06/12/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

**Publicação do Contrato Nº PMC 5-137/2011**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-137/2011  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 108/2011  
CONCORRENCIA N.º PMC 06/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-137/2011 referente ao contrato n.º PMC 137/2011. Data de assinatura: 16/10/2012. Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JOÃO MULLER, 458,82 METROS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO. Contratada: SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA. Prazo de execução: 16/10/2012 à 17/12/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

**Publicação do Contrato Nº PMC 7-128/2011**

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 7-128/2011  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 124/2011  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 35/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-128/2011 referente ao contrato n.º PMC 128/2011. Data de assinatura: 30/10/2012. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA, DESTINADA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL GUILHERMINA VEIGA FERREIRA, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO. Contratada: AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME. Prazo de execução: 30/10/2012 à 14/11/2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito



**Publicação do Contrato Nº PMC 8-131/2011**  
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 8-131/2011  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 124/2011  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 35/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-131/2011 referente ao contrato n.º PMC 131/2011. Data de assinatura: 10/10/2012. Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA, DESTINADA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MARIA LOVATEL PIRES, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, DE ACORDO COM OS PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO. Contratada: AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME. Prazo de execução: 10/10/2012 à 25/10/2012

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

**Publicação do Edital de Carta Convite Nº 01/2012**  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 131/2012  
CARTA CONVITE N.º 01/2012

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, realizará no dia 30/11/2012, às 09h05min, abertura das propostas da licitação que tem por objeto A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO NATALINA NA RUA PAULA PEREIRA, PORTAL E ANJOS, PRAÇA OSWALDO DE OLIVEIRA E PRAÇA LAURO MULLER, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Os interessados deverão solicitar o edital pelo e-mail [licitacao@pmc.sc.gov.br](mailto:licitacao@pmc.sc.gov.br), fornecendo todos os dados da empresa, tais como Razão Social, CNPJ, endereço, telefone e pessoa para contato. Informações (47) 3621-7705, ou diretamente no Departamento de Licitações, sito a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas/SC.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

**Capinzal**

**PREFEITURA**

**Decreto 093/2012**

DECRETO Nº 093, DE 2 DE OUTUBRO DE 2012.  
Regulamenta a Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012 relativo à avaliação de estágio probatório dos servidores do Poder Executivo, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição privativa que lhe confere o inciso V do art. 58 e alínea "a" do inciso I do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, institui novos padrões de vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências.

**DECRETA:**

Art. 1º A aplicação do disposto no "TÍTULO III" da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012 relativo aos processos de avaliação em estágio probatório dos servidores integrantes do quadro de pessoal do Poder Executivo, será regido pelas normas constantes deste Regulamento.

Art. 2º Ato do Chefe do Poder Executivo constituirá Comissão Especial de Avaliação de Estágio Probatório, a qual terá um mandato igual ao do período que compreender o estágio probatório do servidor a ser avaliado, composta por três servidores titulares e dois suplentes, todos estáveis.

Parágrafo único. Dentre os servidores designados para compor a comissão prevista no caput deste artigo serão designadas a cada três anos, por ato próprio do Chefe do Poder Executivo, Comissões Específicas para a Avaliação de cada servidor.

Art. 3º A Comissão Específica de Avaliação de Estágio Probatório de que trata o art. 2º será constituída por, no mínimo, três servidores e dois suplentes todos estáveis, preferencialmente de nível de carreira hierarquicamente não inferior ao servidor a ser avaliado.

Art. 4º As avaliações deverão resultar em um índice de desempenho do servidor, sendo que para apuração deste índice, cada fator de avaliação receberá pontuação variável de um (01) a dez (10), conforme Relatório de Avaliação de Estágio Probatório constante do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. As avaliações serão constituídas por dez (10) quesitos relacionados aos fatores que deverão ser analisados no desempenho funcional de cada servidor.

Art. 5º A Comissão designada reunir-se-á mensalmente e dentro do prazo estabelecido realizará a avaliação do Estágio Probatório, atribuindo a pontuação que consensualmente definir para cada fator avaliado.

Parágrafo único. Toda pontuação atribuída inferior a sete (07) deverá ser devidamente justificada pela Comissão no Relatório de Avaliação.

Art. 6º A Comissão Específica de Avaliação fará a entrega da avaliação ao servidor, o qual acusará o recebimento, podendo requerer reconsideração da pontuação a ele atribuída, no prazo de dez (10) dias, mediante justificativa devidamente fundamentada.  
Parágrafo único. Esta Comissão também terá o prazo de dez (10) dias para análise e manifestação relativa ao pedido de reconsideração.

Art. 7º Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário, no prazo de dez (10) dias.

Art. 8º Concluído o processo de avaliação, será encaminhado para vistas e homologação pelo Chefe do Poder Executivo com posterior arquivamento na pasta de avaliações do servidor.

Parágrafo único. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação do seu desempenho funcional.

Art. 9º Caberá ao Chefe do Poder Executivo, com o auxílio da Diretoria de Recursos Humanos, fornecer o apoio material e técnico, bem como dar o encaminhamento necessário às questões suscitadas a partir das avaliações anuais de desempenho.

Art. 10. Os períodos cumpridos e as avaliações recebidas pelos servidores durante a vigência da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012, são considerados para efeitos de concessão de evolução funcional.

Art. 11. Será concedido Função de Chefia de Acúmulo de Função

nível 1 conforme Lei Complementar 146 de 04 de abril de 2012 e Lei nº 3.024 de 30 de maio de 2012 aos membros titulares no mandato igual ao do período que compreender o estágio probatório do servidor a ser avaliado.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de outubro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO ESTÁGIO PROBATÓRIO

AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Servidor: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Data de admissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data da Avaliação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Critério de Avaliação: Atribuição de notas de 01 (um) a 10 (dez)

Conceitos:

Ótimo: 9,0 a 10,0 Bom: 8,0 a 8,9 Satisfatório: 7,0 a 7,9

Insatisfatório: 5,0 a 6,9 Ruim: 3,0 a 4,9 Péssimo: 1,0 a 2,9

#### 1 - QUALIDADE DO TRABALHO

Considera-se a qualidade do trabalho, entre outros, o capricho, clareza, perfeição e ausência de erros, apresentação e asseio com o que o trabalho é executado pelo servidor.

Nota: \_\_\_\_

#### 2 - PRODUTIVIDADE NO TRABALHO E CUMPRIMENTO DAS TAREFAS

Avalia-se a quantidade do trabalho realizado pelo servidor em relação ao tempo gasto, cumprimento dos prazos estipulados, a rapidez e eficiência no trabalho.

Nota: \_\_\_\_

#### 3 - PRESTEZA E ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO

Disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades da repartição do trabalho em grupo com o qual colabora, a espontaneidade em prestar auxílio e colaboração, observando-se a necessidade do Município de Capinzal, do trabalho em si e do grupo com o qual colabora, considerando a capacidade do servidor em ordenar a realização de suas tarefas e cumprir os prazos estabelecidos para a sua entrega.

Nota: \_\_\_\_

#### 4 - INICIATIVA, DEDICAÇÃO AO TRABALHO E CAPACIDADE PROFISSIONAL

Considera-se a confiança que o servidor possui na tomada das próprias decisões, se apresenta sugestões de melhorias e desenvolve ações independentes na execução dos seus trabalhos, o desenvolvimento de ações no sentido de buscar meios para adquirir novos conhecimentos, a forma com que é receptivo as críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar a sua performance e postura, superando dificuldades e carências, bem como a iniciativa própria de se desenvolver e progredir profissionalmente.

Nota: \_\_\_\_

#### 5 - SENSO DE RESPONSABILIDADE

Avalia-se o grau de responsabilidade do servidor, bem como a

maneira com que o mesmo responde pelas consequências decorrentes das atitudes que toma.

Nota: \_\_\_\_

#### 6 - RESPEITO ÀS NORMAS, DISCIPLINA, RECEPTIVIDADE ÀS ORDENS SUPERIORES

Considera-se a atenção do servidor no cumprimento das normas do Município de Capinzal, como observa as normas legais e regulamentares, bem como a seriedade com que se conduz no trabalho, a ordem e esmero nos trabalhos executados, exatidão na apresentação dos mesmos, a urbanidade com que trata as pessoas, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados, bem como a maneira pela qual recebe e aceita instruções, incumbências, novas idéias e ordens de seus superiores, além do respeito que tem com os mesmos.

Nota: \_\_\_\_

#### 7 - ZELO COM O PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Avalia-se a forma que o servidor trata os assuntos ligados à segurança do trabalho e preservação dos bens do Município de Capinzal, bem como o cuidado e preocupação demonstrados na conservação dos bens patrimoniais e seus instrumentos e equipamentos de trabalho, as sugestões apresentadas, visando a manutenção e conservação do patrimônio do Município de Capinzal.

Nota: \_\_\_\_

#### 8 - RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO, COLEGUISMO / GRAU DE COOPERAÇÃO

Considera-se a capacidade de trabalhar em harmonia com os colegas, evitando provocar situações de conflitos e o tratamento dispensado aos que fazem ou não parte do seu grupo de trabalho, se atende com presteza os consumidores e o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

Nota: \_\_\_\_

#### 9 - ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

Considera-se o comparecimento diário ao trabalho do servidor, bem como a sua permanência no local de trabalho e maneira como observa a frequência e o cumprimento dos horários de trabalho estabelecidos, evitando faltas e atrasos justificados ou injustificados.

Nota: \_\_\_\_

#### 10 - COMPORTAMENTO MORAL E ÉTICO NO EXERCÍCIO DO CARGO

Considera-se a reputação e honestidade do servidor, modos de ação do servidor no meio em que vive, aptidão, capacidade e competência no desenvolvimento das suas atribuições, capacidade de manter conduta compatível com a moralidade e capacidade de guardar sigilo sobre os assuntos do Município de Capinzal.

Nota: \_\_\_\_

NOTA FINAL DO AVALIADO (TOTAL / 10) =

PARECER DA COMISSÃO: (É obrigatório somente nas hipóteses de notas inferiores a 7 (sete), devendo as mesmas serem devidamente justificadas/fundamentadas).

Comissão de Avaliação:

Nome Cargo/Função Assinatura

#### PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:

Atesto o recebimento, nesta data, da presente avaliação de desempenho e declaro estar ciente do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, contestá-la e solicitar reconsideração, apresentando defesa escrita, caso venha dela discordar.

Transcorrido este prazo, sem quaisquer manifestações de minha

parte estarei, para todos os efeitos, concordando com a avaliação.

Capinzal/SC, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Servidor Avaliado

### Decreto 094/2012

DECRETO Nº 094, DE 2 DE OUTUBRO DE 2012.

Regulamenta a Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012 relativo à avaliação anual de desempenho funcional dos servidores do Poder Executivo, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição privativa que lhe confere o inciso V do art. 58 e alínea "a" do inciso I do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, institui novos padrões de vencimento, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências.

#### DECRETA:

Art. 1º A aplicação do disposto no "TÍTULO II" da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012 relativo à Avaliação de Desempenho Funcional dos servidores integrantes do quadro de pessoal do Poder Executivo, será regido pelas normas constantes deste Regulamento.

Art. 2º Ato do Chefe do Poder Executivo constituirá Comissão Geral de Avaliação Anual de Desempenho Funcional integrada por servidores efetivos e estáveis do Poder Executivo.

Parágrafo único. Dentre os servidores designados para compor a comissão prevista no caput deste artigo serão designadas bianualmente, por ato Chefe do Executivo Municipal, Comissões Específicas para a Avaliação de cada servidor.

Art. 3º A Comissão Específica de Avaliação de que trata o parágrafo do art. 2º será constituída por, no mínimo, três (3) servidores integrantes da Comissão Geral de Avaliação Anual de Desempenho Funcional, preferencialmente de nível de carreira hierarquicamente não inferior ao servidor a ser avaliado.

Art. 4º As avaliações deverão resultar em um índice de desempenho do servidor, sendo que para apuração deste índice, cada fator de avaliação receberá pontuação variável de um (01) a dez (10), conforme Relatório de Avaliação de Desempenho constante do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. As avaliações serão constituídas por dez (10) quesitos relacionados aos fatores que deverão ser analisados no desempenho funcional de cada servidor.

Art. 5º A Comissão designada reunir-se-á mensalmente e dentro do prazo estabelecido realizará a avaliação de desempenho funcional, atribuindo a pontuação que consensualmente definir para cada fator avaliado.

Parágrafo único. Toda pontuação atribuída inferior a sete (07) deverá ser devidamente justificada pela Comissão na Relatório de Avaliação.

Art. 6º A Comissão Específica de Avaliação fará a entrega da avaliação ao servidor, o qual acusará o recebimento, podendo requerer reconsideração da pontuação a ele atribuída, no prazo de dez (10) dias, mediante justificativa devidamente fundamentada.

Parágrafo único. Esta Comissão também terá o prazo de dez (10) dias para análise e manifestação relativa ao pedido de reconsideração.

Art. 7º Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso hierárquico de ofício e voluntário, no prazo de dez (10) dias.

Art. 8º Concluído o processo de avaliação, será encaminhado para vistas e homologação pelo Chefe do Poder Executivo com posterior arquivamento na pasta de avaliações do servidor.

Parágrafo único. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação do seu desempenho funcional.

Art. 9º Caberá a Secretaria de Administração e Finanças, com o auxílio da Diretoria de Recursos Humanos, fornecer o apoio material e técnico, bem como dar o encaminhamento necessário às questões suscitadas a partir das avaliações anuais de desempenho.

Art. 10. Os períodos cumpridos e as avaliações recebidas pelos servidores durante a vigência da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012, são considerados para efeitos de concessão de evolução funcional.

Art. 11. Será concedido Função de Chefia de Acúmulo de Função nível 1 conforme Lei Complementar 146 de 04 de abril de 2012 e Lei nº 3.024 de 30 de maio de 2012 aos membros da comissão no período de que trata o artigo 42 da Lei Complementar 146, de 2012.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 2 de outubro de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

#### ANEXO ÚNICO

#### RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

#### AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO FUNCIONAL

Servidor: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Data de admissão: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Data da Avaliação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Critério de Avaliação: Atribuição de notas de 01 (um) a 10 (dez)

Conceitos:

Ótimo: 9,0 a 10,0 Bom: 8,0 a 8,9 Satisfatório: 7,0 a 7,9

Insatisfatório: 5,0 a 6,9 Ruim: 3,0 a 4,9 Péssimo: 1,0 a 2,9

#### 1 - QUALIDADE DO TRABALHO

Considera-se a qualidade do trabalho, entre outros, o capricho, clareza, perfeição e ausência de erros, apresentação e asseio com o que o trabalho é executado pelo servidor.

Nota: \_\_\_\_

#### 2 - PRODUTIVIDADE NO TRABALHO E CUMPRIMENTO DAS TAREFAS

Avalia-se a quantidade do trabalho realizado pelo servidor em relação ao tempo gasto, cumprimento dos prazos estipulados, a rapidez e eficiência no trabalho.

Nota: \_\_\_\_

#### 3 - PRESTEZA E ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO

Disponibilidade do avaliado, tendo em vista as necessidades da

repartição do trabalho em grupo com o qual colabora, a espontaneidade em prestar auxílio e colaboração, observando-se a necessidade do Município de Capinzal, do trabalho em si e do grupo com o qual colabora, considerando a capacidade do servidor em ordenar a realização de suas tarefas e cumprir os prazos estabelecidos para a sua entrega.

Nota: \_\_\_\_

#### 4 - INICIATIVA, DEDICAÇÃO AO TRABALHO E CAPACIDADE PROFISSIONAL

Considera-se a confiança que o servidor possui na tomada das próprias decisões, se apresenta sugestões de melhorias e desenvolve ações independentes na execução dos seus trabalhos, o desenvolvimento de ações no sentido de buscar meios para adquirir novos conhecimentos, a forma com que é receptivo as críticas construtivas, orientações e ações, a fim de aperfeiçoar a sua performance e postura, superando dificuldades e carências, bem como a iniciativa própria de se desenvolver e progredir profissionalmente.

Nota: \_\_\_\_

#### 5 - SENSO DE RESPONSABILIDADE

Avalia-se o grau de responsabilidade do servidor, bem como a maneira com que o mesmo responde pelas conseqüências decorrentes das atitudes que toma.

Nota: \_\_\_\_

#### 6 - RESPEITO ÀS NORMAS, DISCIPLINA, RECEPTIVIDADE ÀS ORDENS SUPERIORES

Considera-se a atenção do servidor no cumprimento das normas do Município de Capinzal, como observa as normas legais e regulamentares, bem como a seriedade com que se conduz no trabalho, a ordem e esmero nos trabalhos executados, exatidão na apresentação dos mesmos, a urbanidade com que trata as pessoas, evitando atritos e influenciando positivamente para a obtenção de resultados, bem como a maneira pela qual recebe e aceita instruções, incumbências, novas idéias e ordens de seus superiores, além do respeito que tem com os mesmos.

Nota: \_\_\_\_

#### 7 - ZELO COM O PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Avalia-se a forma que o servidor trata os assuntos ligados à segurança do trabalho e preservação dos bens do Município de Capinzal, bem como o cuidado e preocupação demonstrados na conservação dos bens patrimoniais e seus instrumentos e equipamentos de trabalho, as sugestões apresentadas, visando a manutenção e conservação do patrimônio do Município de Capinzal.

Nota: \_\_\_\_

#### 8 - RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO, COLEGUISMO / GRAU DE COOPERAÇÃO

Considera-se a capacidade de trabalhar em harmonia com os colegas, evitando provocar situações de conflitos e o tratamento dispensado aos que fazem ou não parte do seu grupo de trabalho, se atende com presteza os consumidores e o público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

Nota: \_\_\_\_

#### 9 - ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE

Considera-se o comparecimento diário ao trabalho do servidor, bem como a sua permanência no local de trabalho e maneira como observa a frequência e o cumprimento dos horários de trabalho estabelecidos, evitando faltas e atrasos justificados ou injustificados.

Nota: \_\_\_\_

#### 10 - COMPORTAMENTO MORAL E ÉTICO NO EXERCÍCIO DO CARGO

Considera-se a reputação e honestidade do servidor, modos de

ação do servidor no meio em que vive, aptidão, capacidade e competência no desenvolvimento das suas atribuições, capacidade de manter conduta compatível com a moralidade e capacidade de guardar sigilo sobre os assuntos do Município de Capinzal.

Nota: \_\_\_\_

NOTA FINAL DO AVALIADO (TOTAL / 10) =

PARECER DA COMISSÃO: (É obrigatório somente nas hipóteses de notas inferiores a 7 (sete), devendo as mesmas serem devidamente justificadas/fundamentadas).

Comissão de Avaliação:

Nome Cargo/Função Assinatura

#### PROTOCOLO DE RECEBIMENTO:

Atesto o recebimento, nesta data, da presente avaliação de desempenho e declaro estar ciente do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, contestá-la e solicitar reconsideração, apresentando defesa escrita, caso venha dela discordar.

Transcorrido este prazo, sem quaisquer manifestações de minha parte estarei, para todos os efeitos, concordando com a avaliação.

Capinzal/SC, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_.

Servidor Avaliado

#### PMC = Termo de Alteração -Processo Licitatório Nº 123/2012 - Pregão Presencial Nº 45/2012

##### TERMO DE ALTERAÇÃO

Processo Licitatório Nº 123/2012

Pregão Presencial Nº 45/2012

OBJETO: Aquisição de Servidor para uso da Secretaria da Administração e Finanças, recursos próprios.

O Processo Licitatório acima identificado fica alterado, passando a vigorar com a seguinte redação nos respectivos itens:

#### 1 - DO OBJETO

- O presente Pregão tem como objeto Aquisição de Servidor para uso da Secretaria da Administração e Finanças, recursos próprios, sendo:

Item 01	DESCRIÇÃO UN	Quant.	Valor Máximo unitário	Valor Máximo TOTAL
1.1	Não houve alteração un	2	8.886,00	17.772,00
1.2	Não houve alteração un	2	398,00	796,00
1.3	Não houve alteração un	1	2.540,00	2.540,00
VALOR TOTAL GLOBAL				21.108,00

6.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em PERCENTUAL DE DESCONTO, distintos e crescentes.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, pelo VALOR GLOBAL DO ÚNICO ITEM, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem crescente de PERCENTUAL DE DESCONTO, que será aplicado a todos os subitens.

#### 7 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO



7.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO GLOBAL, desde que atendidas as exigências deste Edital.

Capinzal, 20 de novembro de 2012.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Nº 0133/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0133/2012

Tomada de Preços nº 0009/2012 (Processo Licitatório nº 0088/2012).

Objeto: Contratação e aquisição de mão de obra e materiais para pavimentação da Rua 7 de Abril no Bairro Sayonara, visando o atendimento do convênio 16913/2011 - 7 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Catanduvas e o Governo do Estado através da SDR de Joaçaba, bem como o desempenho das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: PEDREIRA KLOTZ LTDA.

Valor global contratado: R\$ 21.405,00 (vinte e um mil quatrocentos e cinco reais).

Prazo de vigência: 09 de novembro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato: 09 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 0134/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0134/2012

Tomada de Preços nº 0009/2012 (Processo Licitatório nº 0088/2012).

Objeto: Contratação e aquisição de mão de obra e materiais para pavimentação da Rua 7 de Abril no Bairro Sayonara, visando o atendimento do convênio 16913/2011 - 7 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Catanduvas e o Governo do Estado através da SDR de Joaçaba, bem como o desempenho das atividades da Secretaria de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TRELISSA LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 5.920,88 (cinco mil novecentos e vinte reais e oitenta e oito centavos).

Prazo de vigência: 09 de novembro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato: 09 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 0135/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0135/2012

Pregão nº 0044/2012 (Processo Licitatório nº 0093/2012).

Objeto: Aquisição e distribuição de calcário dolomítico e de sementes de olerícolas e prestação de serviços de máquina agrícola para correção de solos do interior do município, conforme Convênio nº 029429/2012, bem como, o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AGROPECUÁRIA MEDEIROS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 84.209,00 (oitenta e quatro mil duzentos e nove reais).

Prazo de vigência: 19 de novembro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato: 19 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

#### Extrato de Contrato Nº 0136/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0136/2012

Pregão nº 0044/2012 (Processo Licitatório nº 0093/2012).

Objeto: Aquisição e distribuição de calcário dolomítico e de sementes de olerícolas e prestação de serviços de máquina agrícola para correção de solos do interior do município, conforme Convênio nº 029429/2012, bem como, o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Agricultura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: FLORESTAL AMORIM LTDA ME.

Valor global contratado: R\$ 43.920,00 (quarenta e três mil novecentos e vinte reais).

Prazo de vigência: 19 de novembro de 2012 até o dia 31 de dezembro de 2012.

Data e assinatura do contrato: 19 de novembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Termo de Alteração do Edital de Convite Nº 0002/2012

TERMO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CONVITE Nº 0002/2012

O Presidente da Câmara de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Arlindo Tulio Reato, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Edital de Convite nº 0002/2012, com data de abertura prevista para às 10h00min do dia 27 de novembro de 2012, comunica aos interessados alteração de itens, motivada pela necessidade de readequação do edital nos seguintes termos:

Art. 1º. O Anexo II do Edital passa a vigorar com a seguinte redação:

PEÇA/PRODUTO/SERVIÇO	Unidade	Quantidade
1 - Micro-ondas aço inox escovado, porta de vidro espelhada, 31 litros, c/dourador.	UN	1
2 - Frigobar 80 litros, Cor Branca, com prateleiras PS Cristal transparentes e resistentes, porta - latas reversível com capacidade de 08 latas, tampa de compartimento reversível para prateleira extra, prateleira inferior da porta para porta garrafas (até 2,5 lt.).	UN	1
3 - TV 42" LED com conversor digital FULL HD com 03 entradas HDMI e entrada USB	UN	1
4 - DVD com entrada para CD e USB	UN	1
5 - Condicionador de Ar (Frio/Quente), 12mil BTUS, Reverso.	UN	2
6 - NOTEBOOK Processador Core i3, 4GB DDR3 de Memória, HD 500, Tela 15,6" LED, com: Teclado Numérico, Bluetooth, DVDRW, WEBCAM Entradas USB e Cartão de Memória, com pacote padrão completo de software.	UN	2
7 - COMPUTADOR com Processador Core i7, 540 4M Cache 3,06GHz/MB PC WARE IPM H55 P/CORE 4GB DDR3 1333MHz/500GB SATA 7200 RPM/DVDRW (Gravador de CD,DVD, Leitor de CD e DVD)/Full-duplex 10/100/1000Mbps/On-board intel/On-board /1 Slot PCI-Ex-16X; 1 Slot PCI;4 USB;1VGA;1DVI/4 X 1/Torre Smart/Teclado Multimídia ABNT2 PS2/USB/ Mouse óptico C/scroll PS2/USB. Monitor LED 20", com pacote padrão completo de software.	UN	2
8 - Armário para arquivo, em MDF espessura de 15mm c/recortes de fundo 06mm, com 05 portas, prateleiras e divisórias, acabamento superior de 45mm, cor escura, com as seguintes medidas: 2,60 m x 2,30m x 0,45m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1
9 Armário para arquivo, em MDF espessura de 15mm c/recortes de fundo 06mm, com 03 portas, prateleiras e divisórias, acabamento superior de 45mm, cor escura, com as seguintes medidas: 1,45m x 1m x 0,37m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1
10 - Armário para arquivo, em MDF espessura de 15mm c/recortes de fundo 06mm, com 04 portas, prateleiras e divisórias, acabamento superior de 45mm, cor escura, com as seguintes medidas: 2,60m x 2,30m x 0,45m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1
11 - Balcão em MDF espessura de 15mm c/recortes de fundo 06mm, com 03 portas, prateleiras e divisórias, acabamento superior de 45mm, cor escura com as seguintes medidas: 0,75m x 1,30m x 0,45m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1

12 - Mesa para recepção conjugada com balcão, em MDF espessura de 15mm, cor escura, tampo de 45mm, frente da mesa fechada com apliques. Especificações: BALCÃO de 02 m x 0,75m x 0,45m, com quatro portas e terminal. MESA de 3,60m x 2,35m x 1,90m, com altura de 0,75m; com 02 conjugados de gavetas composto por 04 gavetas (0,40m x 0,70m), 04 gavetas 0,40m x 0,45m, 02 porta CPU (0,20m x 0,70m), 02 porta teclado 0,55m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1
13 - Mesa para escritório em MDF espessura de 15mm, Formato em "L", cor escura, tampo de 45mm, frente da mesa fechada com apliques. Com as seguintes medidas: 2,30m x 2,00m com altura de 0,75m, com 04 quatro gavetas (0,40m x 0,60m), 02 gavetões (0,70m x 0,60m), porta CPU (0,20m x 0,70m), porta teclado 0,55m. (Obs. conforme desenho em anexo)	UN	1
14 - Projetor Multimídia (Data Show) 3LCD, Resolução XGA 1024x768, 3000 ANSI LUMENS, Entradas HDMI e USB, Cor Preta, BIVOLT, Lâmpada 4000H.	UN	1
15 - MESA DE SOM com 12 entradas, Saída MASTER balanceadas com conectores XLR banhados a ouro, Saída de Fone/CTRL ROOM com matriz de fonte multi-entrada.	UN	1
16 - MICROFONE Profissional c/FIO, Padrão Polar Hiper Cardióide, Cor Preta, Tipo Dinâmico, Impedância 200 Ohms, Conector XLR. Com SUPORTE de Haste Flexível Cromada, Base Redonda na cor preta.	UN	10
17 - CENTRAL TELEFONICA DIGITAL - EQUIPADA COM 02 LINHAS TRONCO E 04 RAMAIS ANALÓGICOS.	UN	1
18 - APARELHO FAX - Modem de 9600 BPS, Cor Branco, Papel Tipo Térmico, com cortador automático de papel, alimentador automático para 10 páginas, discagem automática com 25 posições de memória, capacidade para rolos térmicos de até 50m ou no máximo 70mm de diâmetro, sistema anti-enrolamento de papel, comutação automática fax e de voz numa única linha telefônica. Funções de copiadora, identificador de chamadas, recepção sem papel e transmissão programada.	UN	1

Art. 2º. Todos os demais termos do Edital de Licitação nº 0002/2012 ficam mantidos integralmente.

Catanduvas, 21 de novembro de 2012.  
ARLINDO TULIO REATO  
Presidente da Câmara

## Concórdia

### PREFEITURA

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 113/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2012- PMC

Objeto: Aquisição de móveis e equipamentos diversos, novos, visando atender às necessidades do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Mundo da Criança, localizado no Bairro Arvoredo, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 04/12/2012.

Abertura: dia 05/12/2012, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 20 de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 114/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2012- PMC

Objeto: contratação de instituição de ensino superior para realização de concurso público, conforme especificações constantes nos Anexos "D" e "E" do Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 05/12/2012.

Abertura: dia 05/12/2012, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 21 de novembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

#### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 36/2012 - PMC**

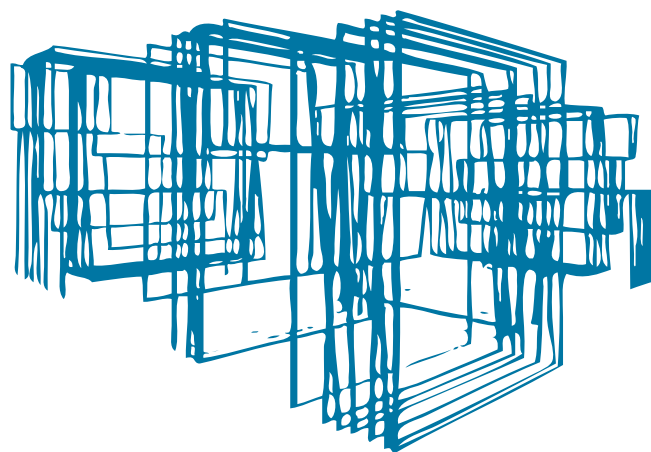
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Educação torna público que ratificou o ato da Senhora Neusa Schmidt Gugel, Diretora Administrativa, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para fornecimento de passes escolares (ida

e volta) para alunos do ensino médio da Rede Pública Municipal e Estadual, a favor da empresa HODIERNAL TRANSPORTES LTDA - EPP, no valor total de R\$ 39.026,40 (trinta e nove mil, vinte e seis reais e quarenta centavos).

Concórdia, SC, 20 de novembro de 2012.

SANTO HERMÍNIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação.



## Programa de Gestão de Obras



**Programa de Gestão de Obras:**  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## Instituto Prev Social Serv Pub Concordia Balanço Financeiro

**INSTITUTO PREV SOCIAL SERV PUB CONCORDIA**  
**Balanço Financeiro**  
**Anexo AN - 5**  
**PERÍODO DE REFERÊNCIA: Outubro /2012**

Art. 103 da Lei n. 4.320/1964

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ORÇAMENTÁRIA	2.074.161,18	ORÇAMENTÁRIA	371.539,73
Receitas Orçamentárias	2.074.161,18	Despesas Correntes	369.498,84
Receitas Correntes	1.544.994,91	31 - Pessoal e Encargos Sociais	17.456,98
Receita Tributária	0,00	32 - Juros e Encargos da Dívida	0,00
Receitas de Contribuições	264.943,00	33 - Outras Despesas Correntes	352.041,86
Receitas Patrimoniais	1.273.265,97	Despesas de Capital	0,00
Receitas Agropecuárias	0,00	44 - Investimentos	0,00
Receitas Industriais	0,00	45 - Inversões Financeiras	0,00
Receitas de Serviços	0,00	46 - Amortização	0,00
Transferências Correntes	0,00	Despesas Intra-Orçamentárias	2.040,89
Outras Receitas Correntes	6.785,94	Despesa Corrente Intra-Orçamentária	2.040,89
(-)Deduções da Receita Corrente	0,00	Despesa de Capital Intra-Orçamentária	0,00
Receita Intra-Orçamentária Correntes	529.166,27	Interferências Passivas	0,00
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Correntes	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
Receitas de Capital	0,00		
Operações de Crédito	0,00		
Alienação de Bens	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00		
Transferências de Capital	0,00		
Outras Receitas de Capital	0,00		
(-)Deduções da Receita de Capital	0,00		
Receita Intra-Orçamentária Capital	0,00		
(-)Ded. Rec. Intra-Orçamentária Capital	0,00		
Interferências Ativas	0,00		
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	68.193,83	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	86.475,21
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
Realizável	0,00	Realizável	0,00
Créditos em Circulação	0,00	Créditos em Circulação	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Depósitos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00	Créditos Realizáveis a longo Prazo	0,00
Depósitos	86.475,21	Depósitos	86.475,21
Consignações	25.222,69	Consignações	25.222,69
Depósitos em Diversas Origens	61.252,52	Depósitos em Diversas Origens	61.252,52
Restos a Pagar	(18.281,38)	Restos a Pagar	0,00
Obrigações a Pagar	(18.281,38)	Obrigações a Pagar	0,00
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	Serviços da Dívida a Pagar	0,00
Operações de Crédito em Liquidação	0,00	Operações de Crédito em Liquidação	0,00
Outras Operações	0,00	Outras Operações	0,00
Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00	Valores Pendentes a Curto Prazo	0,00
Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00	Depósitos Exigíveis a Longo Prazo	0,00
Outras Obrigações	0,00	Outras Obrigações	0,00
Acréscimos Patrimoniais	0,00	Decréscimos Patrimoniais	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	56.021.699,87	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	57.706.039,94
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos Conta Movimento	804.659,03	Bancos Conta Movimento	15.733,13
Bancos Conta Vinculada	0,00	Bancos Conta Vinculada	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Próprios	0,00
Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00	Aplicação Financ. de Recursos Vinculados	0,00
Investimentos do RPPS	55.217.040,84	Investimentos do RPPS	57.690.306,81
TOTAL	58.164.054,88	TOTAL	58.164.054,88

Fonte:

LUCILENE L. LAZZAROTTI  
Diretora-Presidente

ONEIDE BERTOLINI  
Contador - CRC/SC 027.452/O-5

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Lei Ordinária Nº 992/2012

LEI Nº 992/2012

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA A CEDER USO ESPECIAL DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA À DANIEL BUENO DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cordilheira Alta, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, através de seu Poder Executivo, autorizada a ceder o uso especial de bem público móvel de sua propriedade, de forma gratuita, à Daniel Bueno da Silva, brasileiro, solteiro, deficiente físico e mental, maior incapaz, nascido em 27/09/1985, filho de Elony Freitas da Silva e João Alceu Bueno da Silva, residente e domiciliado neste município.

Parágrafo único - O bem público móvel de que trata o caput deste artigo, possui as seguintes características: "Cadeira de Rodas Motorizada Freedom SE, adquirido em 05/09/2012, conforme descrição na Nota Fiscal n. 093".

Art. 2º - A permissão de uso será por prazo indeterminado e título precário, podendo o Município a qualquer tempo revogar a cessão.

Art. 3º - As condições em que se operará a Cessão de Uso de bem público municipal, são as constantes da minuta do Termo de Cessão em anexo, a qual passa a fazer parte integrante e inseparável da presente LEI.

Art. 4º - O Cessionário deverá zelar pelo bom estado e conservação do bem recebido e devolvê-lo em condições de uso quando solicitados, ou indenizar o valor do bem caso não haja mais condições de uso pela Administração.

Art. 5º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 19 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

### Lei Ordinária Nº 993/2012

LEI Nº 993/2012

ALTERA AS DIPOSIÇÕES DA LEI N. 757/2007, A RESPEITO DO TRANSPORTE ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cordilheira Alta, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1.º. O artigo 9.º - da Lei Municipal nº 757/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9.º. Os veículos utilizados no transporte de escolares além dos requisitos previstos na legislação federal, deverão sujeitar-se

ao seguinte:

- I - vistoria semestral, independente da realizada por ocasião de seu licenciamento, a ser realizada diretamente pelo Município ou por entidade credenciada;
- II - pintura nas laterais e traseira, em toda sua extensão, de uma faixa horizontal amarela de no mínimo 0,40m de largura a meia altura, na qual se inscreverá em preto o dístico: "ESCOLAR";
- III - registrador de velocidade (tacógrafo), quando exigida pela legislação federal, conforme o modelo do veículo;
- IV - cintos individuais de segurança, segundo as normas estabelecidas pelo CONTRAN;
- V - extintor de incêndio, obedecidas as normas do CONTRAN;
- VI - inscrição na parte interna, em local visível, da lotação, sendo vedado terminantemente o transpor te de passageiros em pé;
- VII - inexistência, na parte externa ou interna de qualquer inscrição, salvo a prevista na alínea "b", bem como de ornamentos nos pára-brisas, permitida apenas a indicação do nome e telefone do estabelecimento na lateral, abaixo do dístico exigido;
- VIII - identificação do motorista, em local visível;
- IX - a empresa deverá manter cadastro dos escolares que transporta contendo: nome da criança, nome dos pais, endereço residencial completo, endereço comercial do pai e mãe ou responsável legal;
- X - veículos com até 10 (dez) anos, contados desde o ano de fabricação.

Parágrafo Primeiro - São obrigações das Empresas de Transporte Escolar:

- I - utilizar os veículos compreendidos no Contrato de Administrativo apenas para o transporte ao que o mesmo se destina não os desviando para fins alheio aos previstos;
- II - estar devidamente organizada e registrada na Prefeitura e demais órgãos competentes;
- III - arquivar no registro comercial todas as alterações de seus atos constitutivos ou estatutários;
- IV - cumprir as disposições da Legislação Federal, Estadual e Municipal a que estiver sujeita;
- V - cumprir as disposições dos contratos coletivos de trabalhos e as demais disposições a que estiver sujeita;
- VI - manter atualizadas as estatísticas de oferta e demanda atendidas, bem como remeter, dentro dos prazos estabelecidos, as informações estatísticas exigidas pelo Município de Cordilheira Alta, ao Departamento competente;
- VII - observar itinerários e programas de horários aprovados pelo Município de Cordilheira Alta;
- VIII - cumprir todas as obrigações e deveres deste regulamento e de instruções pertinentes;
- IX - manter seguro contra riscos de responsabilidade civil para passageiros e terceiros;
- X - em caso de troca, o veículo substituto deverá atender a todos os requisitos exigidos e, os documentos deverão ser encaminhados à Secretaria Municipal de Administração para aprovação, antes do início do transporte com o novo veículo;
- XI - na hipótese de problemas com o veículo durante o trajeto, a empresa transportadora é responsável pela substituição imediata do mesmo e condução dos alunos, de forma segura ao seu destino, cuja situação deve ser prontamente reportada a Secretaria responsável para conhecimento.
- XII - Nos veículos escolares que transportem menores de 18 (dezoito) anos, quando em serviço, deverá viajar, além do motorista, acompanhante maior de 18 (dezoito) anos, encarregado de zelar pela segurança dos colegiais transportados.

Parágrafo Segundo - Cabe ao Município de Cordilheira Alta, através do seu Departamento competente, determinar:

- I - os horários;
- II - os itinerários;
- III - os pontos intermediários e terminais;
- IV - a lotação máxima dos veículos;

V - o número de veículos necessários para cada linha;  
VI - as características dos veículos em operação”.

Art. 2.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. As empresas de transporte escolar atuantes no município terão o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, para adequarem-se a presente Lei, sob pena de rescisão contratual.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial, o art. 9º. Da Lei nº. 757/2007.

Cordilheira Alta SC, 19 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

### **Lei Ordinária Nº 994/2012**

LEI Nº 994/2012

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 449000 - 23

Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - Educação - R\$ 125.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados os seguintes recursos orçamentários:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.1.009 - Construção e Ampliação de Unidades Escolares de Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 449000 - 12

Fonte de Recursos: 01 - Ordinários - Educação - R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.1.002 - Manutenção, conservação e Reforma do Centro Social Albano Briancini

Modalidade de Aplicação: 339000 - 64

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 20.000,00

Modalidade de Aplicação: 449000 - 65

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 16.482.2514.1.005 - Apoio e Execução de Projetos Habitacionais Urbanos

Modalidade de Aplicação: 449000 - 84

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.001 - Pagamento de Encargos Gerais do Município

Modalidade de Aplicação: 329000 - 85

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 19 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto Nº 78/2012**

DECRETO Nº 78 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e art. 8º da Lei Municipal nº 975 de 07 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.000,00 para a seguinte dotação orçamentária:

09 - Fundo Municipal de Saúde

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

09.01.10.301.2505.2.019-3.3.90.00 - 01.64.8 - 8 - Aplicações Diretas 14.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (01.64) transferências de recursos do SUS do Programa de Atenção Básica - PAB.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 19 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### **Portaria Nº 434/2012**

PORTARIA Nº 434/2012, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO CÔNJUGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do cônjuge, a Servidora Municipal, Sra. NILVETE SARTOR ATUATI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### **Portaria Nº 435/2012**

PORTARIA Nº 435/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a pedido, a Sra. VANIA CRISTINA PEDERSSETTI GRACIANI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 19 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Portaria Nº 436/2012**

PORTARIA Nº 436/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012  
REVOGA PORTARIA 231/2012 E RESTABELECE OS EFEITOS DA PORTARIA 56/2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a Portaria Municipal nº 231/2012, que dispõe sobre a redução da carga horária da Servidora Municipal, Sra. VANIA CRISTINA PEDERSSETTI GRACIANI, restabelecendo-se os efeitos da Portaria 56/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, em 19 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 437/2012**

PORTARIA Nº 437/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. ALCIR PEDERSSETTI, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, indústria e Comércio, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 438/2012**

PORTARIA Nº 438/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012  
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, a Servidora Municipal, Sra. IVANDRA ROSTIROLLA MULLER, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 439/2012**

PORTARIA Nº 439/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO IRMÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Art. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 02 (dois) dias de licença para acompanhamento de tratamento de saúde do irmão, a Servidora Municipal, Sra. MARCIA ZANETTE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.



**Portaria Nº 440/2012**

PORTARIA Nº 440/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a partir de 30/11/2012, a Sra. ELOEDES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Portaria Nº 441/2012**

PORTARIA Nº 441/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a partir de 30/11/2012, a Sra. BRUNA MAGNANTI, ocupante do cargo de Professora de Dança, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Portaria Nº 442/2012**

PORTARIA Nº 442/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a partir de 30/11/2012, o Sr. PAULO HENRIQUE CRUZ LAGAGGIO, ocupante do cargo de Professor de Atividades Esportivas (Futebol), lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Portaria Nº 443/2012**

PORTARIA Nº 443/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a partir de 30/11/2012, o Sr. VLADMIR CÉSAR DA SILVA, ocupante do cargo de Professor de Atividades Esportivas (Karatê), lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de novembro de 2012.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Portaria Nº 444/2012**

PORTARIA Nº 444/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a partir de 30/11/2012, o Sr. FABIO DANIEL VIEIRA, ocupante do cargo de Professor de Artes Visuais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Portaria Nº 445/2012**

PORTARIA Nº 445/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a partir de 30/11/2012, o Sr. ORLANDO VILLA SANCHES, ocupante do cargo de Professor de Música (Fanfarra), lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**Portaria Nº 446/2012**

PORTARIA Nº 446/2012, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, a partir de 30/11/2012, o Sr. SERGIO PAULO RIBEIRO, ocupante do cargo de Professor de Música (Instrumento e Coral), lotado na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da presente portaria estão consignadas no orçamento municipal.

Art 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 20 de novembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**



**Ata de Registro de Preços Nº 21/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 1/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2012**

**Número do Registro de Preços:** 21/2012      **Data do Registro:** 21/11/2012      **Válido até:** 31/12/2012

**Objeto da Compra:** Aquisição de veículos novos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	VEICULO ZERO KM, FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2012/2013, TIPO VAN 16 PASSAGEIROS INCLUINDO O MOTORISTA, COMBUSTIVEL DIESEL, MOTOR TURBO INTERCOOLER, COM POTENCIA MINIMA DE 115CV, COM NO MINIMO 5 MARCHAS A FRENTE E UMA RE TRANSMISSÃO DIANTEIRA, DIREÇÃO HIDRAULICA, COM AR CONDICIONADO VINDO INSTALADO ORIGINAL DE FABRICA, COM DUTO CENTRAL PARA PASSAGEIROS, POLTRONAS DOS PASSAGEIROS RECLINAVEIS, REVESTIDAS EM TECIDO/CORVIM. CINTO DE SEGURANÇA ABDOMINAIS, REVESTIMENTO DO TETO, DAS LATERAIS E DA CAIXA DE RODA EM CORVIM, ISOLAMENTO TERMICO E ACUSTICO TOTAL, VIDROS DAS PORTAS DA CABINE DO MOTORISTA COM ADESIVO TIPO PELICULA ESCURA 75% E PASSAGEIROS 50%, JANELAS LATERAIS CORREDIÇAS NO COMPARTIMENTO DOS PASSAGEIROS, KIT ELETRICO COM ACIONAMENTO ELETRICO DOS VIDROS DIANTEIROS, TRAVAS ELETRICAS, ESTRIBO LONGO SE ESTENDENDO DA LATERAL CORREDIÇA ATE A PORTA DA CABINE, TACOGRAFO ELETRONICO DIGITAL E DEMAIS EQUIPAMENTOS OBRIGATORIOS. (82-07-8005)	un	GAMBATTO VEÍCULOS LTDA (1326)	FIAT	0	107.000,0000	1
			GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA (1509)	CITROEN	0	108.000,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 2/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2012****Número do Registro de Preços: 21/2012**      **Data do Registro: 21/11/2012**      **Válido até: 31/12/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de veículos novos.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DE MARCO LTDA (1510)	RENAULT	0	111.000,0000	3

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2012****PROCESSO Nº 63/2012**

(1326) - GAMBATTO VEÍCULOS LTDA

(1509) - GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA

(1510) - DE MARCO LTDA

Cordilheira Alta, 21 de Novembro de 2012.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 166, de 19 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 166, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

#### EXONERAR:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal ocupante de seu Cargo Temporário enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 20 de Novembro de 2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Sirlei de Fatima Camelo Cúnico	Monitor de Projeto	30:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### Decreto Nº. 167, de 19 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº. 167, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

#### EXONERAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal ocupante de seu Cargo Temporário enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 20 de Novembro de 2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Rogério C. Previatti	Monitor de Projeto	30:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### Decreto Nº. 168, de 19 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº. 168, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

#### EXONERAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal ocupante de seu Cargo Temporário enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 20 de Novembro de 2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Thiago Renan Cenci	Professor IV	20:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### Decreto Nº. 168, de 19 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº. 168, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

#### EXONERAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal ocupante de seu Cargo Temporário enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 20 de Novembro de 2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Thiago Renan Cenci	Professor IV	20:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Novembro de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

### Decreto Nº. 169, de 19 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº. 169, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina,

no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

**EXONERAR:**

Art. 1º O Servidor Público Municipal ocupante de seu Cargo Temporário enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 15 de Dezembro de 2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Leodoro de Lima	Monitor de Projeto	30:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Novembro de 2012.  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº. 170, de 19 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº. 170, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

**EXONERAR:**

Art. 1º O Servidor Público Municipal ocupante de seu Cargo Temporário enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 20 de Novembro de 2012.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Rafael Pertussatti	Monitor de Projeto	10:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Novembro de 2012.  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº. 171, de 20 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº. 171, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º O Servidor Público, Altair Souza de Lima, ocupante do Cargo Assessor de comunicação.Soc. e Informação, enquadrado na estrutura administrativa desta prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 20 de Novembro de 2012, conforme requerimento protocolado sob nº 204 de 20/11/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 20 de Novembro de 2012.  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Decreto Nº. 172, de 20 de Novembro de 2012.**

DECRETO Nº. 172, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA SERVIDOR PUBLICO A CONDUZIR VEÍCULO DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994; Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

**AUTORIZAR:**

Art. 1º O Servidor Público Municipal, abaixo nominado , a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
Gean Junior Botega	Auxiliar de Serviços Gerais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
20 de novembro de 2012.  
DARCI CABRAL DE MEDEIROS  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI  
Chefe de Gabinete

**Ermo**

**PREFEITURA**

**Portaria Nº 138, de 21 de Novembro de 2012**

PORTARIA Nº 138, de 21 de novembro de 2012.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o afastamento por 15 dias para tratamento de saúde da servidora Zenaide Costa da Rosa, conforme atestado médico e a urgente necessidade na continuidade dos serviços que

desenvolve junto a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e não havendo servidor disponível para substituí-la;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir VILMA LAURINDO JOÃO, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 21/11/2012 a 05/12/2012, em substituição a Servidora Zenaide Costa da Rosa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 21 de novembro de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

## Forquilha

### PREFEITURA

**Aviso de Licitação - Errata da Publicação**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO - ERRATA DA PUBLICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 122/PMF/2012

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a publicação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA 122/PMF/2012 que tem por objetivo a contratação de empresa especializada para execução de serviços braçais de coleta de lixo urbano no município de Forquilha/SC, para o exercício de 2013.

ONDE SE LÊ: "Tomada de Preço nº. 122/PMF/2012"

LEIA-SE: "Concorrência Pública nº. 122/PMF/2012"

Em virtude desta retificação não afetar a formulação da proposta, a data de abertura desse processo permanece inalterada. Demais esclarecimentos: (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 20 de novembro de 2012.

ADEMIR BRANDIELLI PEDRO

Presidente da Comissão de licitação

## Fraiburgo

### PREFEITURA

**Lei Complementar Nº 153/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 20 DE NOVEMBRO 2012.

CRIA VAGA EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NO QUADRO ÚNICO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criada uma vaga no cargo de provimento efetivo de Agente Operacional, Grupo Ocupacional GO, 40 (quarenta) horas

semanais, com alteração do Anexo I - Quadro Permanente de Cargos, Integrantes dos Grupos Ocupacionais Operacional, Funcional e Especialista da Câmara Municipal de Fraiburgo, constante da Lei Complementar nº 121/2010.

Art. 2º. A vaga criada por esta Lei Complementar poderá ser ocupada por candidato aprovado em concurso público homologado em 07/04/2011, respeitada rigorosamente a ordem de classificação.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Lei Nº 2161/2012**

LEI Nº 2161, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A ALIENAR OS BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alienar os seguintes bens móveis pertencentes ao patrimônio do Município de Fraiburgo:

I - Um caminhão, M.Benz/L 1113, ano 1980 e modelo 1981, renavan n. 550649565, placa MBI 3619, número de frota 74 e cadastro no patrimônio público sob n. 73553;

II - Um veículo VW/Fusca, ano e modelo 1976, renavan n. 551898011, placa LYH 1077, número de frota 192 e cadastro no patrimônio público sob n. 73554;

III - Um veículo GM/Celta, ano e modelo 2003, renavan n. 801518989, placa MDK 1802, número de frota 178 e cadastro no patrimônio público sob n. 73503;

IV - Um veículo VW/kombi, ano 2002 e modelo 2003, renavan n. 786943408, placa MBW 6846, número de frota 170 e cadastro no patrimônio público sob n. 73506;

V - Um veículo VW/Gol, ano 2002 e modelo 2003, renavan n. 786944684, placa MBW 6946, número de frota 172 e cadastro no patrimônio público sob n. 73507;

VI - Um veículo VW/Gol, ano e modelo 2002, renavan n. 784409390, placa MBQ 3934, número de frota 169 e cadastro no patrimônio público sob n. 73556;

VII - Um veículo FIAT/Fiorino, ano e modelo 2002, renavan n. 792630050, placa MCR 0488, número de frota 173 e cadastro no patrimônio público sob n. 73567;

VIII - Um veículo GM/Celta, ano e modelo 2003, renavan n. 801518180, placa MDK 1722, número de frota 177 e cadastro no patrimônio público sob n. 73557;

IX - Um Micro ônibus Marcopolo/Volare, ano e modelo 2000, renavan n. 733417965, placa KEH 6283, número de frota 183 e cadastro no patrimônio público sob n. 73558;

X - Um veículo VW/kombi, ano e modelo 1994, renavan n. 552386790, placa MDW 6730, número de frota 90 e cadastro no patrimônio público sob n. 73510;

XI - Um veículo VW/Gol, ano 2002 e modelo 2003, renavan n. 786945524, placa MBW 7016, número de frota 171 e cadastro no patrimônio público sob n. 73509;

XII - Um veículo GM/Vectra, ano 2001 e modelo 2002, renavan n. 777399776, placa MCJ 1612, número de frota 163 e cadastro no



patrimônio público sob n. 70227;  
XIII - Um veículo GM/Celta, ano e modelo 2003, renavan n. 801517192, placa MDK 1642, número de frota 179 e cadastro no patrimônio público sob n. 70226;  
XIV - Um caminhão M.Benz/L 1113, ano e modelo 1978, renavan n. 552358304, placa MAI 0297, número de frota 32 e cadastro no patrimônio público sob n. 70211;  
XV - Um veículo Camionete M.Benz/608 D, ano e modelo 1984, renavan n. 552138282, placa MAI 9527, número de frota 51 e cadastro no patrimônio público sob n. 70213;  
XVI - Um veículo VW/Gol, ano e modelo 2001, renavan n. 755238508, placa MBS 4812, número de frota 155 e cadastro no patrimônio público sob n. 70216;  
XVII - Um caminhão M.Benz/L 1318, ano e modelo 1989, renavan n. 555142213, placa MCF 3650, número de frota 165 e cadastro no patrimônio público sob n. 70217;  
XVIII - Um veículo VW/kombi, ano e modelo 2000, renavan n. 731963377, placa MBA 8481, número de frota 154 e cadastro no patrimônio público sob n. 73515;  
XIX - Um veículo VW/Gol, ano e modelo 2002, renavan n. 782407641, placa MJB 2334, número de frota 168 e cadastro no patrimônio público sob n. 73516;  
XX - Um veículo GM/Celta, ano e modelo 2003, renavan n. 801516021, placa MDK 1532, número de frota 180 e cadastro no patrimônio público sob n. 73518;  
XXI - Um veículo VW/Gol, ano 1997 e modelo 1998, renavan n. 681680377, placa LYX 9776, número de frota 186 e cadastro no patrimônio público sob n. 70223;  
XXII - Um caminhão M.Benz/LK 1113, ano e modelo 1979, renavan n. 552358827, placa MAJ 0517, número de frota 10 e cadastro no patrimônio público sob n. 73531;  
XXIII - Um veículo VW/Saveiro, ano e modelo 1997, renavan n. 670806145, placa LYI 3732, número de frota 156 e cadastro no patrimônio público sob n. 73540;  
XXIV - Uma motocicleta Honda/XLR 125 ES, ano 2001 e modelo 2002, renavan n. 773634118, placa MFT 2540, número de frota 159 e cadastro no patrimônio público sob n. 73541;  
XXV - Um veículo VW/Saveiro, ano e modelo 2005, renavan n. 856019275, placa MCL 7654, número de frota 216 e cadastro no patrimônio público sob n. 73527;

Art. 2º. O valor para alienação dos bens relacionados no artigo 1º desta Lei, não poderá ser menor do que o valor da avaliação prévia a ser realizada por Comissão Especial nomeada para este fim.

Art. 3º. Esta Lei em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 20 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Decreto Nº 0314/2012**

DECRETO Nº 0314, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO NA FORMA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições e em conformidade com as Leis municipais nº 1928/2007, 2064/2010 e 2161/2012,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo para comporem a Comissão Especial para Avaliação de Bens Móveis do patrimônio

do Município - veículos - ficando sob a Presidência do primeiro e assim composta:

Pedro de Oliveira  
Marco Antonio Dias da Silva  
Paulo Luiz Pacheco dos Santos  
Eloir Haupt

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
FRAIBURGO, SC., 21 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Decreto Nº 0315/2012**

DECRETO Nº 0315, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.  
DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0033, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0033 de 17 de outubro de 2012, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 21 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –  
ACT Nº 0033 DE 17 DE OUTUBRO DE 2012**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**  
Disciplina: **Médico Clínico Geral - PSF (Programa de Saúde da Família) - 40 hr**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Motivo
16	FELISBERTO MORA	NÃO PREENCHE OS REQUISITOS DO EDITAL



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –  
ACT Nº 0033 DE 17 DE OUTUBRO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**  
Disciplina: **Médico Clínico Geral - 20 hr**

***Critérios de Desempate***

**1º 2º 3º 4º 5º 6º**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	13	HÉLIO CAMARGO		27
2	2	FRANCISCO CARLOS BECKER IECK		27
3	10	LUIZ CARLOS BARREIRO FILHO		27
4	11	WALLACE XAVIER PONTES		23
5	15	MANOEL FERNANDES CAMPOS NETO		11
6	7	CEZAR MINORU KURITA NAGASAWA		10
7	4	LEONARDO IDECKI MORITA		9

Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	10	5	1	NÃO	29/4/1955
10	10	5	1	NÃO	29/7/1957
10	10	5	0	NÃO	31/1/1955
10	8	5	2	NÃO	17/12/1970
0	10	1	0	NÃO	29/10/1955
0	8	2	0	NÃO	3/12/1974
0	8	1	1	NÃO	3/11/1982



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –  
ACT Nº 0033 DE 17 DE OUTUBRO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral - PSF (Programa de Saúde da Família) - 40 hr**

***Critérios de Desempate***

**1º 2º 3º 4º 5º 6º**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	14	YARA MARIA GOMES		28
2	12	HÉLIO CAMARGO		27
3	1	FRANCISCO CARLOS BECKER IECK		27
4	8	LUIZ CARLOS BARREIRO FILHO		27
5	5	CLAUDIA ADRIANI TRAESEL		27
6	9	TIAGO PELLIZZETTI		13
7	6	CEZAR MINORU KURITA NAGASAWA		10
8	3	LEONARDO IDECKI MORITA		9
9	17	ALEXANDRE MACHADO MOURA		2

Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
10	10	5	0	NÃO	11/3/1966
10	10	5	1	NÃO	29/4/1955
10	10	5	1	NÃO	29/7/1957
10	10	5	0	NÃO	31/1/1955
10	10	0	2	NÃO	4/9/1972
0	10	3	1	NÃO	19/1/1982
0	8	2	0	NÃO	3/12/1974
0	8	1	1	NÃO	3/11/1982
0	2	0	0	NÃO	7/7/1984

**Portaria Nº 2216/2012**

PORTARIA Nº 2.216, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora JOSEANE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 004.861.239-10, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2217/2012**

PORTARIA Nº 2.217, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a servidora LUCIANA ROSANA REGINATTO FROZZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 019.235.119-20, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2218/2012**

PORTARIA Nº 2.218, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e suas alterações posteriores; em conformidade com o Edital nº 0036 de 28 de novembro de 2011 e contrato administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a agente de serviços gerais MARCIA DE FÁTIMA BORGES, que se encontra afastada em auxílio doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de VITALINA RODRIGUES DE SOUZA DE LIMA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº

551.952.889-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 23 de novembro de 2012 à 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2219/2012**

PORTARIA Nº 2.219, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido a servidora MARIZA DE FÁTIMA OZORIO, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o nº 848.910.419-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de novembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2220/2012**

PORTARIA Nº 2.220, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220/97 de 04 de junho de 1997 e suas alterações posteriores; em conformidade com o Edital nº 0035 de 11 de novembro de 2011 e contrato administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 20 horas semanais a professora MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE, que se encontra afastada em auxílio doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSALINA MUNIZ VIEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 781.769.309-97, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, pelo período de 23 de novembro de 2012 até 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 21 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **Aviso do Pregão Presencial Nº 0163/2012 - Rp 0074 - PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0163/2012 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0074/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de serviço de pintura sobre pavimentação (faixas de pedestres e faixas de eixo e borda), compreendendo material e mão de obra. Validade da Ata: Dezembro de 2012 a Janeiro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 10:00 horas do dia 04.12.2012. Abertura: às 10:00 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 20 de novembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

### **Edital de CM Nº 007/2012**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 007/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 362 e seguintes da Lei Municipal nº 053/2003, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Fraiburgo lança o presente EDECOM - EDITAL DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA OBRA DE MELHORAMENTO, para fins de cobrança da CM - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, objetivando o ressarcimento parcial ao erário dos valores despendidos nas obras de melhoramento, compreendendo a seguinte via pública da cidade de Fraiburgo:

#### **I - LOCAL**

RUA 25 DE AGOSTO (Bairro Vila Salete)

#### **II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

O memorial descreve normas para a execução dos serviços de melhoramentos e pavimentação em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, dentre elas:

- a) serviços iniciais: locação e pavimentação com pedra irregular de basalto;
- b) meio fio de concreto simples;
- e) base de brita;
- f) serviços gerais: limpeza permanente da obra, placas de sinalização e de identificação de ruas.

A descrição individual dos serviços e os valores encontram-se no memorial descritivo do projeto executivo de pavimentação inserto no Processo Administrativo nº 1007/2012.

#### **III - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA**

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis situados nas áreas

diretamente ou indiretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis incluídos na ZIN - Zona de Influência.

#### **IV - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

A cobrança da CM - Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra, adotando-se como critério o benefício resultante desta, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização e execução, bem como, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na respectiva zona de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo as avaliações efetuadas pela Comissão especialmente designada para tal fim (laudo anexo ao Processo Administrativo nº 1007/2012).

#### **V - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO**

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel, apurada mediante procedimento administrativo (avaliação por Comissão Especial) que consta no laudo anexo.

A APM - Administração Pública Municipal participa no custo total da obra com as importâncias consignadas nas planilhas insertas no Processo Administrativo nº 1007/2012. A importância a ser absorvida terá como parâmetro o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

#### **VI - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA**

CT/PO1 - Custo Total da Obra

CT/PO2 - Custo Parcial da Obra (já abatido o valor correspondente a PPM)

PPM - Parcela de Participação do Município

NT-IB - Número Total de Imóveis Beneficiados

CM - Contribuição de Melhoria

A CM - Contribuição de Melhoria, para cada imóvel, será calculada através da divisão do CT/PO - Custo Total ou Parcial da Obra pela QTMAB - Quantidade Total de Metros da Área Beneficiada, multiplicados pela QMAB - Quantidade de Metros Quadrados da Área Beneficiada - relativa ao imóvel - conforme fórmula abaixo:  
$$CM = ((CT/PO : QTMAB) \times (QMAB))$$

Para fins deste cálculo, o CT/PO a ser considerado é o CT/PO2 sendo que a QMAB de cada imóvel consta nas planilhas de custos anexas ao Processo Administrativo nº 1007/2012.

Referidos cálculos ficarão vinculados, em qualquer hipótese, à valorização ocorrida no imóvel.

#### **VII - FORMA DE PAGAMENTO**

O pagamento da Contribuição de Melhoria será efetuado pelos contribuintes, à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

a) em um só pagamento, com desconto de 10% (dez por cento), se recolhido até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte, incidindo o percentual de desconto sobre qualquer importância paga no mesmo período, independentemente do valor ser integral ou parcial;

b) de forma parcelada, em até 36 (trinta e seis) parcelas, sendo a

primeira em até 30 (trinta) dias após a notificação do contribuinte e as subseqüentes, de 30 em 30 dias, acrescidas da respectiva correção monetária; o vencimento de três parcelas acarreta o vencimento antecipado das demais e consequente inscrição em dívida ativa;

c) vencido e não quitado o débito, poderá o contribuinte parcelá-lo em até 60 (sessenta) vezes, atualizado de acordo com a variação da UFM, cuja parcela não poderá ser inferior a 20 UFM, se pessoa física e, 40 UFM, se pessoa jurídica, com os acréscimos previstos no Artigo 714 da Lei Complementar nº 053/2003.

#### VIII - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital o memorial e projetos executivos da obra, planilha orçamentária, Edital de Licitação da obra, bem como a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida e demais documentos insertos ao Processo Administrativo nº 1007/2012.

Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata o presente Edital tem o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados no mural público da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário ou possuidor a qualquer título poderá reclamar contra eventuais erros de localização e dimensões dos imóveis, cálculos dos índices atribuídos, custo da obra e número de prestações.

Nos termos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 096/2008, fica isento do pagamento da Contribuição de Melhoria o contribuinte, cujo imóvel seja alcançado pelo acréscimo de seu valor em decorrência de obra pública e atenda aos seguintes requisitos:

- I - Ser proprietário ou titular do domínio útil e possuidor de um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência familiar;
- II - Não ter renda familiar mensal superior a 2 (dois) salários mínimos.

O requerimento de isenção deverá ser apresentado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação para pagamento, devendo com ele serem apresentados os documentos comprobatórios da situação do contribuinte, servindo como parâmetro os documentos elencados na LC nº 096/2008.

#### X - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto ao Departamento de Obras e de Tributos do Município de Fraiburgo.

Fraiburgo (SC), 21 de novembro de 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

#### Edital Nº 003/2012

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

EDITAL N. 003/2012.

DISPÕE SOBRE A RELAÇÃO DAS ENTIDADES, BEM COMO SEUS DELEGADOS VOTANTES NA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal n. 8.069 (ECA), Lei Municipal nº. 920/92, Lei Municipal nº. 1219, de 04 de junho de 1997, alterada pelas Leis nº. 1352/98, 1394/99, 1664/2002 e Lei Complementar nº. 072/2006, torna público a relação das entidades, bem como seus delegados votantes na eleição do conselho tutelar:

#### 1. RELAÇÃO DAS ENTIDADES VOTANTES

Nº.	Entidade	Delegado	Suplente
01	Centro Educacional Fraiburgo - CEFRAI	Marilene Pereira Vanz	Helenice Ribeiro
02	Associação de Moradores do Bairro São Cristóvão	Celso Rodrigues	Sirley Aparecida Duarte de Oliveira
03	Câmara de Dirigentes Lojistas de Fraiburgo	Elaine Vedani Piccoli	Otávio Moreira
04	Associação Unidos em Comunidade (Liberata)	Hilda da Silva	Inês L. Calminatti
05	Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Fraiburgo	Gilmar Mendes Borba	Miguel Siqueira
06	Associação de Moradores do Bairro São Miguel	Eroldo Gerlach	Cedemir Rodrigo Remus
07	Lions Clube Fraiburgo – Terra da Maçã	Marcelo de Oliveira	Claudio da Costa Ferreira
08	Centro de Treinamento de Futsal e Futebol de Fraiburgo	Ana Paula Moraes	José Antonio Hoeckler
09	APAE Fraiburgo	Cesira Silva	Mônica Dal Magro Perazoli
10	Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Fraiburgo e Região – SINTSER	Edson Camargo Silva	Gentil Marini
11	ASAPREV Fraiburgo	Ivo Andrade de Oliveira	Maria Lucia Oechsler da Silva
12	Sociedade Assistencial, Social e Cultural Vida Feliz	Ismael Batista	Adelar Neimeth
13	Associação de Moradores Nossa Senhora Aparecida	Teresinha Claudete dos Santos	Ronaldo Pimentel
14	Instituto Educacional Carlos Drummond de Andrade	Elizete Ap. Primon Britzke	Marlei Primon
15	Associação Fraiburguense de Beneficência – Obreiros da Paz	Aldair Antonio Moraes	Laércio Raimundo Bianchi
16	Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP	Angelita Ribeiro Fadani	Soeni de Barros Yamaguchi

17	Associação de Moradores do Bairro das Nações	Jucondino Pereira dos Anjos Junior	Edemar Pereira
18	Sindicato dos Produtores Rurais de Fraiburgo	Ângelo Benincá	Alceu Baldissera
19	Grupo Voluntário Vida e Cidadania	Geni dos Santos	Eder Luiz Cruz
20	Rotary Clube de Fraiburgo	Lourdes Fátima S. G. de Souza	João Granemann de Souza
21	Associação Empresarial de Fraiburgo – ACIAF	Jorge Luiz Pozza Pederiva	Wilson Ribeiro Cardoso Junior
22	UNOESC Fraiburgo	Rosa Prates	Wagner Raimundo Olivo
23	Rádio Fraiburgo Ltda	Flavio Almir Furtado	Janete Lamp
24	Centro Cultural Egon Frey	Vânia Maria Franceschi Vieira	Fernando da Costa Vieira
25	Escola Básica Municipal Santo Antônio	Rojandro Polo	Leciane Karlsing de Moraes
26	Fundação Municipal de Esportes e Lazer	Moacir Gabriel da Cruz	Adalberto José Bilibio
27	Escola de Ensino Fundamental Bela Vista	Maria Elizete Ribas Fragoso	Josiane Aparecida B. dos Santos
28	Câmara Municipal de Fraiburgo	Paulo Cesar de Oliveira Santos	João Carlos Padilha
29	Secretaria de Ação Social	Rosane Wehrmeister Lemos	Dulcinei Rudeck Bilibio
30	Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina	Jackson França	Daniel Luiz Machado
31	Programa PROERD	Ricardo de Abreu	Antônio Campos
32	Polícia Militar	Moisés Eduardo Garcia Junqueira	Mauro Gonçalves da Silva
33	Centro de Educação Infantil Arnoldo Frey	Elizabett R. M. Zonta	Rosangela Dornelles
34	C.E.M. Dona Zenaide Maria S.P. da Costa	Maria Cristina Silva	Sandra de Fátima Lucietti
35	Delegacia de Polícia da Comarca de Fraiburgo	Jhon Endy Lamb	Caroline Zeni Ribeiro
36	C.E.M. São Cristóvão	Denilson Dalagnol	Elisangela Maria Barbosa Dalagnol
37	C.E.M. Arnoldo Frey	Ana Beloni Novicki	Salete Leite
38	Centro de Educação Infantil São Sebastião	Laudete Caraffa Storti	Eliane Terezinha de Souza Anton
39	Secretaria de Finanças	Olides Bertaiolli	Moisés Amadeu Patricio
40	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Fernando Padilha Kuhn	Jacqueline Gisele Farina
41	Secretaria de Administração e Planejamento	André Luiz de Oliveira	Maria de Lourdes Tibes Pauletti
42	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana	Marco Antonio Dias da Silva	Eliana Kicholla Polese
43	Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	Pedro de Oliveira	Luciana Cordeiro Frozza
44	Procuradoria	João Rudinei Belotto	Simara Cristina Ferreira de Deus
45	Escola de Educação Básica São José	Deize Maria Baretta	Marli Paniz dos Santos
46	Departamento de Cultura	Antonio Rodrigues Alves	Gisele Aparecida Fogaça da Rocha Ferreira
47	Secretaria de Saúde	Nilce Pinz	Salimara Clair Molim
48	Educação de Jovens e Adultos – EJA	Terezinha Salete Bierhals	Mirian Carla Ribeiro Balestrin
49	E.E.B. 25 de Maio	Aline Morganti Pinto	Daniel Celeste da Silva
50	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	Claudete Gheller Mathias	Juliana Padilha Ribeiro
51	Vice Prefeito	Edilberto Carlos Ferreira	Valdir Vergílio Gansalia

52	Centro de Educação Infantil Estrelinha	Luciane Ap. Campanaro Del Ré	Marlene Ap. Ferreira Weber
53	Escola Municipal José de Anchieta	Sirlene Ap. Strapazon de Mello	Sandra de Fátima Lucietti
54	Centro de Educação Infantil Zenaide da Costa	Alessandra Zonta	Vânia Maria Orlandi Felix
55	C.E.I. Lau Mello	Raquel T. Zanella	Maria Ap. dos Santos da Silva
56	Escola de Educação Básica Eurico Pinz	Jane Borges da Silva	Sandro Emanuel Caripuna
57	Centro de Educação Infantil Bela Vista	Jane Ap. Ozório	Neiva Custódia de Oliveira
58	C.E.M. Faxinal dos Carvalhos	Marines Marcondes	Janaina Rejane Formaggio
59	Centro Educacional Municipal São Miguel	Monica Campanharo Zanella	Enezita de Melo Perazzoli
60	E.M.E.F. Professor Eurico Pinz	Roberto Rivelino Lemos	Elisa Maria Maciel de Almeida
61	Prefeito	Nelmar Pinz	Taciana M. R. de Oliveira
62	Escola Municipal Macieira	Marli de Fátima Fernandes Bento Moreira	Dilma Maria Andrade Kleinjohann
63	C.E.M. São Sebastião	Wilmo Eduardo Weber Kem	Janice Ap. Prestes
64	C.E.M. Antonio Porto Burda	Nedilson Ribeiro	Dulcinéia Rosa Melo
65	Centro de Educação Infantil São José	Maria Margarete J. Marinho	Angélica Melo Mathias
66	E.M. Carlos Gomes	Gerusa Zanon	Ivonete Dias dos Santos Moresco
67	Centro de Educação Infantil Santo Antonio	Ângela Maria Ribeiro Serafini	Silvia Maria Moreira Gatti
68	C.E.I. Macieira	Rizoalete F. Munaro	Rosangela Lima da Rocha
69	C.E.M. Amábil de Carli Brandalise	Queila Maria Vezolli Chaves	Lillian Carina Thibes R. Oliveira
70	C.E.I. Liberata	Tatiana Rezzadori	Rosangela Luciano
71	Associação de Moradores do Bairro Jardim América	Darci Inácio Fritzen	Francisco Oliveira

## 2. RELAÇÃO DOS MEMBROS DO CMDCA

Nº.	Entidade	Delegado
01	Secretaria Municipal de Saúde	Sibele Godoy Caminsky
02	Secretaria Municipal de Ação Social	Suziléia Cecchin
03	Secretaria de Finanças	Ílido Lucas
04	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes	Maves Gislaïne Schleder Cezar Borszcz
05	Departamento de Cultura	Márcia Regina Cardoso
06	Procuradoria do Município	Marcos Antonio Maestri Miguel
07	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Fraiburgo	Carolina Fumagalli Tasca Hoffmann
08	Centro Cultural Egon Frey	Fernando da Costa Vieira
09	Pastoral da Criança	Valdenirce de Fátima de Paula Mello
10	Grupo Voluntário Vida e Cidadania	Vera Lucia Ribeiro de Matos
11	Projeto Espaço Alternativo	Cezonia Boll

FRAIBURGO (SC), 14 DE NOVEMBRO DE 2012.  
SUZILÉIA CECCHIN  
Presidente da Comissão Eleitoral

**Edital Nº 004/2012**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
 EDITAL N. 004/2012.  
 DISPÕE SOBRE A RELAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS A ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 139 da Lei Federal n. 8.069 (ECA), Lei Municipal nº. 920/92, Lei Municipal nº. 1219, de 04 de junho de 1997, alterada pelas Leis nº. 1352/98, 1394/99, 1664/2002 e Lei Complementar nº. 072/2006, torna público a relação definitiva dos candidatos a eleição do Conselho Tutelar:

**1. RELAÇÃO DOS CANDIDATOS**

Nome	Nº. de Inscrição
VERA LUCIA DE OLIVEIRA	001
OLIVETE SAVIAN	002
LECILDA GOMES RIBEIRO	004
VILMA SALETE BRIDI MAFRA	006
HEIDI APARECIDA DE BARROS KOGICOVSCY	008
JAIR ANTONIO FRITZEN	009
CENELÂNDIA VALIM LOPES	010
ROZENI DE FÁTIMA GAIO	011
VANESSA BRANDT	013
GISELLE APARECIDA ALVES VARELA DA SILVA	003
CLAUDINEI DE OLIVEIRA	005
LUCIANE BEATRIZ DOS SANTOS	016
CLAUDIANE APARECIDA MATTEUCCI	007

FRAIBURGO (SC), 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

SUZILÉIA CECCHIN

Presidente da Comissão Eleitoral

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais****NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos e entidades empresariais a liberação de crédito na data de 20/11/2012 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) , vinculado ao contrato de Convênio Nº 1.249/2010-1, assinado em 09/02/2010, objetivando a "Construção do Centro de Eventos - Bloco 1".

SECRETARIA DE FINANÇAS

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais****NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
21/11/2012	Fundo Nacional de Assistência Social	IGDBF	6.769,04
21/11/2012	Fundo Nacional de Assistência Social	IGDBF	6.769,04

21/11/2012	Fundo Nacional de Assistência Social	PFCM2	6.500,00
21/11/2012	Fundo Nacional de Assistência Social	PTMC	1.735,16
21/11/2012	Fundo Nacional de Assistência Social	PVMC	3.500,00

SECRETARIA DE FINANÇAS



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



## Anexos RREO 5º Bimestre 2012

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>12.960.693,13</b>	<b>19,06</b>	<b>63.609.756,57</b>	<b>93,54</b>	<b>4.390.243,43</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>64.770.000,00</b>	<b>64.770.000,00</b>	<b>11.021.114,85</b>	<b>17,02</b>	<b>56.189.642,14</b>	<b>86,75</b>	<b>8.580.357,86</b>
RECEITA TRIBUTARIA	8.732.050,00	8.732.050,00	1.282.457,18	14,69	7.805.068,46	89,38	926.981,54
IMPOSTOS	4.985.000,00	4.985.000,00	922.404,19	18,50	5.240.609,36	105,13	-255.609,36
TAXAS	3.097.050,00	3.097.050,00	295.691,51	9,55	2.160.168,17	69,75	936.881,83
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	650.000,00	650.000,00	64.361,48	9,90	404.290,93	62,20	245.709,07
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	900.000,00	139.199,61	15,47	705.415,87	78,38	194.584,13
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	900.000,00	900.000,00	139.199,61	15,47	705.415,87	78,38	194.584,13
RECEITA PATRIMONIAL	765.200,00	765.200,00	362.808,54	47,41	1.325.089,61	173,17	-559.889,61
RECEITAS IMOBILIARIAS	11.000,00	11.000,00	2.922,70	26,57	9.483,55	86,21	1.516,45
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	754.200,00	754.200,00	108.685,84	14,41	759.499,92	100,70	-5.299,92
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	251.200,00	0,00	556.106,14	0,00	-556.106,14
RECEITA DE SERVIÇOS	4.394.000,00	4.394.000,00	690.859,72	15,72	3.577.520,99	81,42	816.479,01
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.753.500,00	48.753.500,00	8.259.979,94	16,94	39.680.689,95	81,39	9.072.810,05
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	48.580.500,00	48.580.500,00	7.768.783,16	15,99	38.243.736,41	78,72	10.336.763,59
Transf. de Instituições Privadas	153.000,00	153.000,00	21.438,00	14,01	112.904,17	73,79	40.095,83
Transf. de Pessoas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	12.050,00	60,25	7.950,00
Transf. de Conv.	0,00	0,00	469.758,78	0,00	1.311.999,37	0,00	-1.311.999,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.225.250,00	1.225.250,00	285.809,86	23,33	3.095.857,26	252,67	-1.870.607,26
Multas e Juros de Mora	612.050,00	612.050,00	121.000,65	19,77	893.838,36	146,04	-281.788,36
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	81.000,00	81.000,00	66.888,40	82,58	1.239.230,23	529,91	-1.158.230,23
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	530.000,00	530.000,00	93.698,99	17,68	949.117,03	179,08	-419.117,03
RECEITAS DIVERSAS	2.200,00	2.200,00	4.221,82	191,90	13.671,64	621,44	-11.471,64
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.230.000,00</b>	<b>3.230.000,00</b>	<b>1.939.578,28</b>	<b>60,05</b>	<b>7.420.114,43</b>	<b>229,72</b>	<b>-4.190.114,43</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	1.339.041,51	44,63	2.908.581,50	96,95	91.418,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	1.339.041,51	44,63	2.908.581,50	96,95	91.418,50
ALIENAÇÃO DE BENS	230.000,00	230.000,00	5.887,63	2,56	66.103,36	28,74	163.896,64
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	40.500,00	81,00	9.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	180.000,00	180.000,00	5.887,63	3,27	25.603,36	14,22	154.396,64
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	594.649,14	0,00	4.445.429,57	0,00	-4.445.429,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	201.459,98	0,00	-201.459,98
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	594.649,14	0,00	4.243.969,59	0,00	-4.243.969,59
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>12.960.693,13</b>	<b>19,06</b>	<b>63.609.756,57</b>	<b>93,54</b>	<b>4.390.243,43</b>

Continua 1/3



Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>12.960.693,13</b>	<b>19,06</b>	<b>63.609.756,57</b>	<b>93,54</b>	<b>4.390.243,43</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	68.000.000,00	68.000.000,00	12.960.693,13	19,06	63.609.756,57	93,54	4.390.243,43
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.422.229,47	—	—	3.614.244,11	—	—
Superávit Financeiro	—	4.422.229,47	—	—	3.614.244,11	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>18.667.757,66</b>	<b>86.667.757,66</b>	<b>7.797.428,35</b>	<b>77.661.153,75</b>	<b>12.429.408,26</b>	<b>60.412.458,97</b>	<b>69,71</b>	<b>26.255.298,69</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>57.335.150,00</b>	<b>3.310.686,37</b>	<b>60.645.836,37</b>	<b>2.951.262,69</b>	<b>57.053.383,86</b>	<b>9.474.656,34</b>	<b>47.893.081,22</b>	<b>78,97</b>	<b>12.752.755,15</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.901.800,00	-381.043,83	33.520.756,17	984.686,18	32.116.164,70	5.086.212,34	26.186.986,33	78,12	7.333.769,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	200.000,00	151.923,07	351.923,07	8.000,00	257.423,51	61.047,34	225.380,17	64,04	126.542,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.233.350,00	3.539.807,13	26.773.157,13	1.958.576,51	24.679.795,65	4.327.396,66	21.480.714,72	80,23	5.292.442,41
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>10.264.850,00</b>	<b>15.357.071,29</b>	<b>25.621.921,29</b>	<b>4.846.165,66</b>	<b>20.607.769,89</b>	<b>2.954.751,92</b>	<b>12.519.377,75</b>	<b>48,86</b>	<b>13.102.543,54</b>
INVESTIMENTOS	9.584.850,00	15.188.994,36	24.773.844,36	4.798.088,73	19.879.692,96	2.772.448,77	11.952.125,00	48,24	12.821.719,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	680.000,00	168.076,93	848.076,93	48.076,93	728.076,93	182.303,15	567.252,75	66,89	280.824,18
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>18.667.757,66</b>	<b>86.667.757,66</b>	<b>7.797.428,35</b>	<b>77.661.153,75</b>	<b>12.429.408,26</b>	<b>60.412.458,97</b>	<b>69,71</b>	<b>26.255.298,69</b>

Continua 2/3

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>18.667.757,66</b>	<b>86.667.757,66</b>	<b>7.797.428,35</b>	<b>77.661.153,75</b>	<b>12.429.408,26</b>	<b>60.412.458,97</b>	<b>69,71</b>	<b>26.255.298,69</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.197.297,60	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>18.667.757,66</b>	<b>86.667.757,66</b>	<b>7.797.428,35</b>	<b>77.661.153,75</b>	<b>12.429.408,26</b>	<b>63.609.756,57</b>	<b>69,71</b>	<b>26.255.298,69</b>

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	68.000.000,00	86.667.757,66	7.797.428,35	77.661.153,75	12.429.408,26	60.412.458,97	100,00	69,71	26.255.298,69
Legislativa	2.180.000,00	2.180.000,00	224.295,52	1.403.921,98	271.003,14	1.136.681,15	1,88	52,14	1.043.318,85
Ação Legislativa	2.180.000,00	2.180.000,00	224.295,52	1.403.921,98	271.003,14	1.136.681,15	1,88	52,14	1.043.318,85
Administração	7.639.400,00	6.702.246,03	1.586,03	6.387.901,63	909.934,03	5.282.797,05	8,74	78,82	1.419.448,98
Administração Geral	6.144.400,00	5.267.246,03	-18.181,10	4.989.863,50	714.731,06	4.098.362,82	6,78	77,81	1.168.883,21
Administração Financeira	1.340.000,00	1.290.000,00	18.737,89	1.262.162,81	175.753,40	1.071.187,60	1,77	83,04	218.812,40
Controle Interno	155.000,00	145.000,00	1.029,24	135.875,32	19.449,57	113.246,63	0,19	78,10	31.753,37
Segurança Pública	699.050,00	1.368.211,71	65.989,11	1.002.885,58	400.788,90	699.445,10	1,16	51,12	668.766,61
Policimento	374.000,00	924.860,29	41.597,16	732.768,54	237.005,15	453.601,11	0,75	49,05	471.259,18
Defesa Civil	325.050,00	443.351,42	24.391,95	270.117,04	163.783,75	245.843,99	0,41	55,45	197.507,43
Assistência Social	2.058.000,00	1.688.075,31	92.893,40	1.478.030,55	270.527,48	1.218.745,75	2,02	72,20	469.329,56
Assistência ao Idoso	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	102.200,00	216.235,16	0,00	211.600,00	46.700,00	188.300,00	0,31	87,08	27.935,16
Assistência à Criança e ao Adolescente	278.800,00	186.701,51	9.884,76	107.136,55	22.279,16	90.862,40	0,15	48,67	95.839,11
Assistência Comunitária	1.627.000,00	1.285.138,64	83.008,64	1.159.294,00	201.548,32	939.583,35	1,56	73,11	345.555,29
Saúde	11.486.100,00	13.970.731,75	1.091.198,01	11.572.605,85	1.869.456,84	9.680.689,01	16,02	69,29	4.290.042,74
Atenção Básica	9.039.100,00	10.774.601,62	673.895,76	8.708.390,99	1.429.790,01	7.254.803,59	12,01	67,33	3.519.798,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.486.500,00	2.068.237,87	261.145,63	1.951.078,54	276.383,54	1.557.837,35	2,58	75,32	510.400,52
Suporte Profilático e Terapêutico	660.000,00	821.338,01	137.135,67	708.700,72	126.597,24	683.868,01	1,13	83,26	137.470,00
Vigilância Sanitária	136.500,00	101.500,00	713,32	74.777,05	11.227,24	57.154,05	0,09	56,31	44.345,95
Vigilância Epidemiológica	164.000,00	205.054,25	18.307,63	129.658,55	25.458,81	127.026,01	0,21	61,95	78.028,24
Educação	24.390.000,00	28.405.048,13	2.484.340,77	27.152.662,05	4.155.356,81	20.401.201,15	33,77	71,82	8.003.846,98
Alimentação e Nutrição	1.256.100,00	1.328.549,49	265.037,67	1.194.501,63	278.635,69	1.151.310,22	1,91	86,66	177.239,27
Ensino Fundamental	14.441.300,00	16.624.520,19	1.717.419,38	15.816.996,37	2.220.536,02	11.962.098,09	19,80	71,95	4.662.422,10
Ensino Médio	360.500,00	453.267,06	88.500,00	453.267,06	82.390,18	317.598,48	0,53	70,07	135.668,58
Ensino Superior	405.000,00	400.000,00	0,00	400.000,00	103.998,17	398.292,67	0,66	99,57	1.707,33
Educação Infantil	7.890.000,00	9.571.581,74	408.625,81	9.279.117,76	1.464.365,25	6.564.050,00	10,87	68,58	3.007.531,74
Educação de Jovens e Adultos	37.100,00	27.129,65	4.757,91	8.779,23	5.431,50	7.851,69	0,01	28,94	19.277,96
Cultura	1.145.000,00	5.624.227,70	448.635,50	4.414.353,09	653.311,34	3.227.089,60	5,34	57,38	2.397.138,10
Difusão Cultural	1.145.000,00	5.624.227,70	448.635,50	4.414.353,09	653.311,34	3.227.089,60	5,34	57,38	2.397.138,10
Urbanismo	6.335.000,00	12.812.433,97	2.835.328,08	11.716.411,69	2.090.664,79	8.142.250,83	13,48	63,55	4.670.183,14
Infra-Estrutura Urbana	2.570.000,00	8.306.604,79	2.429.363,74	7.349.466,84	1.287.226,64	4.452.901,81	7,37	53,61	3.853.702,98

Continua 1/3

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	68.000.000,00	86.667.757,66	7.797.428,35	77.661.153,75	12.429.408,26	60.412.458,97	100,00	69,71	26.255.298,69
Urbanismo	6.335.000,00	12.812.433,97	2.835.328,08	11.716.411,69	2.090.664,79	8.142.250,83	13,48	63,55	4.670.183,14
Serviços Urbanos	3.765.000,00	4.505.829,18	405.964,34	4.366.944,85	803.438,15	3.689.349,02	6,11	81,88	816.480,16
Habitação	260.000,00	195.145,72	0,00	80,00	0,00	80,00	0,00	0,04	195.065,72
Habitação Rural	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	220.000,00	195.145,72	0,00	80,00	0,00	80,00	0,00	0,04	195.065,72
Saneamento	5.181.450,00	5.784.774,53	340.300,21	5.328.849,84	801.798,74	4.292.066,99	7,10	74,20	1.492.707,54
Saneamento Básico Rural	50.000,00	177.000,00	0,00	121.421,87	80.773,40	104.880,13	0,17	59,25	72.119,87
Saneamento Básico Urbano	5.131.450,00	5.607.774,53	340.300,21	5.207.427,97	721.025,34	4.187.186,86	6,93	74,67	1.420.587,67
Gestão Ambiental	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	1.830.000,00	2.737.723,26	46.359,83	2.728.366,69	275.341,53	2.417.435,71	4,00	88,30	320.287,55
Abastecimento	150.000,00	1.111.953,36	8.811,52	1.111.563,72	31.877,24	1.100.165,45	1,82	98,94	11.787,91
Extensão Rural	1.680.000,00	1.625.769,90	37.548,31	1.616.802,97	243.464,29	1.317.270,26	2,18	81,02	308.499,64
Indústria	340.000,00	446.186,64	-0,20	446.186,44	26.351,26	436.565,95	0,72	97,84	9.620,69
Promoção Industrial	340.000,00	446.186,64	-0,20	446.186,44	26.351,26	436.565,95	0,72	97,84	9.620,69
Comércio e Serviços	255.000,00	423.395,48	-10.489,82	406.733,81	54.381,83	387.898,30	0,64	91,62	35.497,18
Promoção Comercial	50.000,00	335.000,00	-14.514,50	320.485,50	35.920,54	312.289,99	0,52	93,22	22.710,01
Turismo	205.000,00	88.395,48	4.024,68	86.248,31	18.461,29	75.608,31	0,13	85,53	12.787,17
Transporte	781.000,00	806.750,39	35.538,77	753.405,45	115.938,27	728.715,74	1,21	90,33	78.034,65
Transporte Rodoviário	781.000,00	806.750,39	35.538,77	753.405,45	115.938,27	728.715,74	1,21	90,33	78.034,65
Desporto e Lazer	990.000,00	1.004.777,86	36.870,55	996.445,09	149.755,97	841.335,93	1,39	83,73	163.441,93
Desporto Comunitário	950.000,00	1.001.763,60	36.870,55	996.405,09	149.755,97	841.295,93	1,39	83,98	160.467,67
Lazer	40.000,00	3.014,26	0,00	40,00	0,00	40,00	0,00	1,33	2.974,26
Encargos Especiais	2.010.000,00	2.113.029,18	104.582,59	1.872.314,01	384.797,33	1.519.460,71	2,52	71,91	593.568,47
Serviço da Dívida Interna	880.000,00	1.200.000,00	56.076,93	985.500,44	243.350,49	792.632,92	1,31	66,05	407.367,08
Outros Encargos Especiais	1.130.000,00	913.029,18	48.505,66	886.813,57	141.446,84	726.827,79	1,20	79,61	186.201,39

Continua 2/3

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	68.000.000,00	86.667.757,66	7.797.428,35	77.661.153,75	12.429.408,26	60.412.458,97	100,00	69,71	26.255.298,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	68.000.000,00	86.667.757,66	7.797.428,35	77.661.153,75	12.429.408,26	60.412.458,97	100,00	69,71	26.255.298,69

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPIT  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-1

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>5.634.323,04</b>	<b>6.597.176,02</b>	<b>5.750.061,03</b>	<b>6.095.228,97</b>	<b>6.053.037,48</b>	<b>7.186.410,81</b>	<b>6.369.700,10</b>	<b>5.724.363,46</b>	<b>6.093.661,91</b>	<b>5.670.173,42</b>	<b>5.828.379,48</b>	<b>6.096.189,95</b>	<b>73.098.705,67</b>	<b>71.075.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	487.477,65	627.766,23	836.792,25	852.642,84	767.873,06	1.603.304,17	640.916,40	599.706,55	584.607,05	636.768,96	614.620,96	667.836,22	8.920.312,34	8.732.050,00
I.P.T.U.	6.057,23	10.918,60	4.407,42	16.186,28	167.773,62	1.053.891,84	83.060,25	67.447,97	39.778,05	66.532,03	53.250,01	53.994,53	1.623.297,83	1.100.000,00
I.R.R.F	58.732,04	120.725,11	70.034,34	59.463,35	39.137,84	62.374,08	80.200,84	61.432,20	62.879,76	62.488,58	63.015,72	803.354,66	665.000,00	665.000,00
I.S.S.	202.906,23	252.646,30	264.960,03	183.942,95	301.375,76	232.175,10	220.883,32	229.762,48	242.612,45	245.955,97	287.477,21	239.371,76	2.904.069,56	2.700.000,00
I.T.B.I.	48.574,60	49.838,64	24.633,38	33.025,67	53.150,36	61.505,94	55.503,21	34.361,29	63.639,65	73.246,94	43.369,47	119.436,91	660.286,06	520.000,00
Outras Receitas Tributárias	171.207,55	193.637,58	472.757,08	560.024,59	206.435,48	193.357,21	201.268,78	206.702,61	175.706,10	188.154,26	168.035,69	192.017,30	2.929.304,23	3.747.050,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	66.883,02	64.610,71	64.486,26	47.237,28	65.328,82	100.517,65	84.208,33	68.542,49	66.949,46	68.945,97	72.153,32	67.046,29	836.909,60	900.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	112.823,50	116.521,11	99.643,20	86.530,93	110.510,28	81.927,77	337.386,71	70.188,03	105.544,47	70.549,68	54.678,07	308.130,47	1.554.434,22	765.200,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	322.075,06	315.213,38	359.136,76	392.792,76	392.489,69	339.924,47	369.327,26	317.528,41	334.768,99	380.692,93	328.612,47	362.247,25	4.214.809,43	4.394.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.475.040,16	5.342.851,89	4.233.642,92	4.274.902,72	4.246.334,32	4.632.890,34	4.656.374,19	4.415.755,81	4.386.570,76	4.348.348,84	4.629.416,30	4.534.018,22	54.176.146,47	55.058.500,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.087.370,18	1.828.588,82	1.149.295,31	1.390.247,27	944.199,93	1.190.001,58	1.330.932,58	1.135.749,90	848.140,06	935.904,73	818.902,91	869.302,39	13.528.635,66	15.300.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.271.381,77	1.261.167,18	1.126.547,11	980.077,06	1.058.278,52	1.108.102,81	996.111,54	1.029.392,63	1.006.835,93	1.007.857,28	1.168.854,08	1.101.562,50	13.116.168,41	14.300.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	171.357,71	114.802,01	88.415,84	144.785,41	185.333,55	172.647,76	213.125,79	186.267,98	216.949,32	232.579,71	222.247,03	267.100,53	2.215.612,64	2.000.000,00
Cota-Parte do ITR.	2.409,23	2.396,72	2.394,88	2.193,49	4.916,31	1.476,78	1.022,96	1.109,93	1.066,22	1.505,52	4.774,95	19.398,88	44.665,87	40.000,00
Outras Transferências Correntes	587.595,57	731.670,73	478.509,97	454.649,59	687.414,30	718.474,99	710.772,73	688.089,95	1.041.772,69	850.035,66	939.324,48	885.461,17	8.773.771,83	6.933.500,00
Transferências da LC 61/1989	27.054,83	28.631,52	8.823,31	18.430,27	16.400,04	17.401,62	19.696,19	17.595,80	16.408,75	18.136,84	18.341,83	17.727,61	224.648,61	300.000,00
Transferências da LC 87/1996	6.229,81	6.229,81	5.529,42	5.529,42	5.523,48	5.523,48	5.523,48	5.523,48	5.523,48	5.523,48	0,00	11.046,96	67.706,30	85.000,00
Transferências do FUNDEB	1.321.641,06	1.369.365,10	1.374.127,08	1.278.990,21	1.344.268,19	1.419.261,32	1.379.188,92	1.352.026,14	1.249.874,31	1.296.805,62	1.456.971,02	1.362.418,18	16.204.937,15	16.100.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	170.023,65	130.212,70	156.359,64	441.122,44	470.501,31	427.846,41	281.487,21	252.642,17	615.221,18	164.867,04	128.898,36	156.911,50	3.396.093,61	1.225.250,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>513.373,80</b>	<b>534.981,94</b>	<b>476.200,96</b>	<b>508.252,36</b>	<b>442.930,14</b>	<b>499.030,59</b>	<b>513.282,26</b>	<b>475.127,71</b>	<b>418.984,53</b>	<b>440.301,34</b>	<b>446.623,94</b>	<b>456.830,64</b>	<b>5.725.920,21</b>	<b>6.305.000,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	513.373,80	534.981,94	476.200,96	508.252,36	442.930,14	499.030,59	513.282,26	475.127,71	418.984,53	440.301,34	446.623,94	456.830,64	5.725.920,21	6.305.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>5.120.949,24</b>	<b>6.062.194,08</b>	<b>5.273.860,07</b>	<b>5.586.976,61</b>	<b>5.610.107,34</b>	<b>6.687.380,22</b>	<b>5.856.417,84</b>	<b>5.249.235,75</b>	<b>5.674.677,38</b>	<b>5.229.872,08</b>	<b>5.381.755,54</b>	<b>5.639.359,31</b>	<b>67.372.785,46</b>	<b>64.770.000,00</b>

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO

Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO

Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.370.119,12	2.554.709,51	3.711.447,87
DEDUÇÕES (II)	11.773.696,58	9.799.513,20	10.009.056,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	12.573.812,31	13.252.654,85	12.513.122,40
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	800.115,73	3.453.141,65	2.504.065,74
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.403.577,46	-7.244.803,69	-6.297.608,79
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-10.403.577,46</b>	<b>-7.244.803,69</b>	<b>-6.297.608,79</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>947.194,90</b>	<b>4.105.968,67</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>9.500.000,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>64.015.800,00</b>	<b>10.912.429,01</b>	<b>55.430.142,22</b>	<b>49.088.958,25</b>
Receita Tributária	8.732.050,00	1.282.457,18	7.805.068,46	7.459.714,36
I.P.T.U.	1.100.000,00	107.244,54	1.606.322,00	1.166.001,20
I.S.S.	2.700.000,00	526.848,97	2.448.517,03	2.270.867,83
I.T.B.I.	520.000,00	162.806,38	561.872,82	417.312,98
I.R.R.F.	665.000,00	125.504,30	623.897,51	568.631,94
Outras Receitas Tributárias	3.747.050,00	360.052,99	2.564.459,10	3.036.900,41
Receita de Contribuição	900.000,00	139.199,61	705.415,87	674.407,67
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	900.000,00	139.199,61	705.415,87	674.407,67
Receita Patrimonial Líquida	11.000,00	254.122,70	565.589,69	12.539,91
Receita Patrimonial	765.200,00	362.808,54	1.325.089,61	1.182.508,08
(-) Aplicações Financeiras	754.200,00	108.685,84	759.499,92	1.169.968,17
Transferências Correntes	48.753.500,00	8.259.979,94	39.680.689,95	36.582.620,35
F.P.M.	12.340.000,00	1.350.564,29	8.490.141,60	8.317.525,75
I.C.M.S.	11.440.000,00	1.816.333,43	8.466.896,40	8.881.895,64
Convênios	0,00	469.758,78	1.311.999,37	59.663,48
Outras Transferências Correntes	24.973.500,00	4.623.323,44	21.411.652,58	19.323.535,48
Demais Receitas Correntes	5.619.250,00	976.669,58	6.673.378,25	4.359.675,96
Dívida Ativa	530.000,00	93.698,99	949.117,03	458.757,37
Diversas Receitas Correntes	5.089.250,00	882.970,59	5.724.261,22	3.900.918,59
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>3.230.000,00</b>	<b>1.939.578,28</b>	<b>7.420.114,43</b>	<b>5.196.257,45</b>
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	1.339.041,51	2.908.581,50	1.249.999,98
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	230.000,00	5.887,63	66.103,36	99.147,05
Transferências de Capital	0,00	594.649,14	4.445.429,57	3.847.110,42
Convênios	0,00	594.649,14	4.243.969,59	3.841.566,42
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	201.459,98	5.544,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>594.649,14</b>	<b>4.445.429,57</b>	<b>3.847.110,42</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>64.015.800,00</b>	<b>11.507.078,15</b>	<b>59.875.571,79</b>	<b>52.936.068,67</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>60.645.836,37</b>	<b>9.474.656,34</b>	<b>47.893.081,22</b>	<b>39.282.312,27</b>
Pessoal e Encargos Sociais	33.520.756,17	5.086.212,34	26.186.986,33	20.905.243,63
Juros e Encargos da Dívida (IX)	351.923,07	61.047,34	225.380,17	101.282,77
Outras Despesas Correntes	26.773.157,13	4.327.396,66	21.480.714,72	18.275.785,87
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>60.293.913,30</b>	<b>9.413.609,00</b>	<b>47.667.701,05</b>	<b>39.181.029,50</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>25.621.921,29</b>	<b>2.954.751,92</b>	<b>12.519.377,75</b>	<b>7.244.087,68</b>
Investimentos	24.773.844,36	2.772.448,77	11.952.125,00	6.347.723,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	848.076,93	182.303,15	567.252,75	896.363,70
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>24.773.844,36</b>	<b>2.772.448,77</b>	<b>11.952.125,00</b>	<b>6.347.723,98</b>

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>400.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>85.467.757,66</b>	<b>12.186.057,77</b>	<b>59.619.826,05</b>	<b>45.528.753,48</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-21.451.957,66</b>	<b>-678.979,62</b>	<b>255.745,74</b>	<b>7.407.315,19</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	3.614.244,11	0,00
Superávit Financeiro	-	-	3.614.244,11	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-3.104.200,00</b>

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	47.178,49	752.937,24	800.115,73	-	-	890.168,20	5.802.217,52	5.086.376,84	5.058.063,64	1.085.598,26	548.723,82
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	47.178,49	622.887,69	670.066,18	0,00	0,00	888.072,20	5.067.257,53	4.412.594,50	4.412.275,00	1.038.500,32	504.554,41
GABINETE DO PREFEITO	0,00	990,00	990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	1.545,37	1.545,37	0,00	0,00	0,00	13.945,36	12.572,86	12.572,86	1.372,50	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEI	0,00	19.795,84	19.795,84	0,00	0,00	35.568,00	26.452,61	21.702,61	21.702,61	4.750,00	35.568,00
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	1.035,35	1.035,35	0,00	0,00	8.000,00	135.776,33	141.776,33	141.776,33	2.000,00	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMIC	0,00	247,63	247,63	0,00	0,00	0,00	1.114.274,47	93.828,36	93.828,36	1.020.446,11	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPOR	47.178,49	54.463,43	101.641,92	0,00	0,00	785.922,94	3.752.775,57	4.066.479,11	4.066.159,61	6.489,56	466.049,34
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	41.735,71	41.735,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	503.074,36	503.074,36	0,00	0,00	58.581,26	24.033,19	76.235,23	76.235,23	3.442,15	2.937,07
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FM	0,00	2.181,60	2.181,60	0,00	0,00	0,00	2.157,65	0,00	0,00	2.157,65	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER -	0,00	2.181,60	2.181,60	0,00	0,00	0,00	2.157,65	0,00	0,00	2.157,65	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO	0,00	45.143,84	45.143,84	0,00	0,00	2.096,00	252.268,42	215.115,25	215.115,25	39.249,17	0,00
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	45.143,84	45.143,84	0,00	0,00	2.096,00	252.268,42	215.115,25	215.115,25	39.249,17	0,00
SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO	0,00	82.724,11	82.724,11	0,00	0,00	0,00	93.891,12	88.200,00	60.206,30	5.691,12	27.993,70
AUTARQUIA MUNICIPAL	0,00	82.724,11	82.724,11	0,00	0,00	0,00	93.891,12	88.200,00	60.206,30	5.691,12	27.993,70
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386.642,80	370.467,09	370.467,09	0,00	16.175,71
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	386.642,80	370.467,09	370.467,09	0,00	16.175,71
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>47.178,49</b>	<b>752.937,24</b>	<b>800.115,73</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>890.168,20</b>	<b>5.802.217,52</b>	<b>5.086.376,84</b>	<b>5.058.063,64</b>	<b>1.085.598,26</b>	<b>548.723,82</b>

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINE  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9



MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	5.396.000,00	5.396.000,00	996.950,77	5.852.723,65	108,46
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.401.000,00	1.401.000,00	156.145,09	2.066.233,87	147,48
1.1.1- IPTU	1.100.000,00	1.100.000,00	107.244,54	1.627.068,01	147,92
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.000,00	1.000,00	2.943,61	8.655,28	865,53
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	28.506,78	302.263,27	151,13
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	17.450,16	149.124,01	149,12
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	(20.876,70)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	520.000,00	520.000,00	162.806,38	561.872,82	108,05
1.2.1- ITBI	520.000,00	520.000,00	162.806,38	567.667,32	109,17
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	(5.794,50)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.810.000,00	2.810.000,00	552.495,00	2.600.719,45	92,55
1.3.1- ISS	2.700.000,00	2.700.000,00	528.689,10	2.451.230,68	90,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	40.000,00	40.000,00	3.834,90	17.785,10	44,46
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	16.905,13	112.456,34	224,91
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	4.906,00	21.960,98	109,80
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(1.840,13)	(2.713,65)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	665.000,00	665.000,00	125.504,30	623.897,51	93,82
1.4.1- IRRF	665.000,00	665.000,00	125.504,30	623.897,51	93,82
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	31.875.000,00	31.875.000,00	4.519.259,67	23.389.817,90	73,38
2.1- Cota-Parte FPM	15.150.000,00	15.150.000,00	1.688.205,30	10.612.676,66	70,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.150.000,00	15.150.000,00	1.688.205,30	10.612.676,66	70,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.300.000,00	14.300.000,00	2.270.416,58	10.583.619,46	74,01
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	85.000,00	85.000,00	11.046,96	55.246,68	65,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	300.000,00	36.069,44	168.962,26	56,32
2.5- Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	24.173,83	39.859,92	99,65
2.6- Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	489.347,56	1.929.452,92	96,47
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>37.271.000,00</b>	<b>37.271.000,00</b>	<b>5.516.210,44</b>	<b>29.242.541,55</b>	<b>78,46</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	2.060.100,00	2.060.100,00	408.998,78	1.868.737,79	90,71
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.495.000,00	1.495.000,00	252.422,43	1.286.031,94	86,02
5.2- Outras Transferências do FNDE	553.000,00	553.000,00	153.140,64	539.550,24	97,57
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	12.100,00	12.100,00	3.435,71	43.155,61	356,66
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	—	0,00	323.646,66	1.716.198,77	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	323.646,66	1.716.198,77	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	311.500,00	311.500,00	84.223,05	535.412,40	171,88
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>2.371.600,00</b>	<b>2.371.600,00</b>	<b>816.868,49</b>	<b>4.120.348,96</b>	<b>173,74</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	6.305.000,00	6.305.000,00	903.454,58	4.677.564,47	74,19
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.960.000,00	2.960.000,00	337.641,01	2.122.535,06	71,71
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.860.000,00	2.860.000,00	454.083,15	2.116.723,06	74,01
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	17.000,00	17.000,00	2.209,38	11.049,28	65,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	60.000,00	60.000,00	7.213,86	33.792,34	56,32
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	8.000,00	8.000,00	4.834,74	7.971,89	99,65
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	400.000,00	400.000,00	97.472,44	385.492,84	96,37
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	16.250.000,00	16.250.000,00	2.837.394,26	13.641.044,56	83,94
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	16.100.000,00	16.100.000,00	2.819.389,20	13.513.930,99	83,94
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	150.000,00	150.000,00	18.005,06	127.113,57	84,74
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>9.795.000,00</b>	<b>9.795.000,00</b>	<b>1.915.934,62</b>	<b>8.836.366,52</b>	<b>90,21</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.375.000,00	11.126.244,64	1.657.770,23	8.667.146,32	77,90
13.1- Com Educação Infantil	5.000.000,00	5.464.244,64	865.067,06	4.409.211,81	80,69
13.2- Com Ensino Fundamental	6.375.000,00	5.662.000,00	792.703,17	4.257.934,51	75,20
14- OUTRAS DESPESAS	4.875.000,00	5.430.737,41	609.897,39	4.162.866,25	76,65
14.1- Com Educação Infantil	1.625.000,00	1.717.763,15	220.005,62	1.385.821,02	80,68
14.2- Com Ensino Fundamental	3.250.000,00	3.712.974,26	389.891,77	2.777.045,23	74,79
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	16.250.000,00	16.556.982,05	2.267.667,62	12.830.012,57	77,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					114.218,90
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					114.218,90
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					62,70
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				114.218,90	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	9.317.750,00	9.317.750,00	1.379.052,61	7.310.635,39	78,46
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	7.755.000,00	7.793.243,24	1.186.515,05	6.064.666,03	77,82
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.625.000,00	7.182.007,79	1.085.072,68	5.795.032,83	80,69
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.130.000,00	611.235,45	101.442,37	269.633,20	44,11
24- ENSINO FUNDAMENTAL	12.792.800,00	13.510.629,65	1.671.852,01	9.362.558,39	69,30
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	9.625.000,00	9.374.974,26	1.182.594,94	7.034.979,74	75,04
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.167.800,00	4.135.655,39	489.257,07	2.327.578,65	56,28
25- ENSINO MÉDIO	330.500,00	399.767,06	77.589,98	285.255,48	71,36
26- ENSINO SUPERIOR	405.000,00	400.000,00	103.998,17	398.292,67	99,57
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	21.283.300,00	22.103.639,95	3.039.955,21	16.110.772,57	72,89
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					8.836.366,52
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					127.113,57
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					114.218,90
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					9.077.698,99
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					6.349.525,43
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,71

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.505.000,00	1.977.435,05	265.126,60	1.686.358,28	85,28
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.601.700,00	4.323.973,13	850.275,00	2.604.070,30	60,22
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.106.700,00	6.301.408,18	1.115.401,60	4.290.428,58	68,09
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	24.390.000,00	28.405.048,13	4.155.356,81	20.401.201,15	71,82
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.689.702,52	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	13.513.930,99	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	13.745.672,02	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	127.113,57	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.585.075,06	0,00

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 114.218,90, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	3.000.000,00	2.908.581,50		91.418,50
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	25.621.921,29	12.519.377,75	0,00	13.102.543,54
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	25.621.921,29	12.519.377,75	0,00	13.102.543,54
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-22.621.921,29	-9.610.796,25		-13.011.125,04

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	230.000,00	66.103,36	163.896,64
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	180.000,00	25.603,36	154.396,64
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	40.500,00	9.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>230.000,00</b>	<b>66.103,36</b>	<b>163.896,64</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	331.391,75	121.720,03	0,00	209.671,72
Investimentos	331.391,75	121.720,03	0,00	209.671,72
<b>TOTAL</b>	<b>331.391,75</b>	<b>121.720,03</b>	<b>0,00</b>	<b>209.671,72</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	91.391,75	-55.616,67	35.775,08

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9



Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	36.921.000,00	36.921.000,00	29.242.541,55	79,20
Impostos	4.985.000,00	4.985.000,00	5.240.609,36	105,13
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.100.000,00	1.100.000,00	1.606.322,00	146,03
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	520.000,00	520.000,00	561.872,82	108,05
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.700.000,00	2.700.000,00	2.448.517,03	90,69
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	665.000,00	665.000,00	623.897,51	93,82
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	411.000,00	411.000,00	612.114,29	148,93
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	41.000,00	41.000,00	26.440,38	64,49
Dívida Ativa dos Impostos	250.000,00	250.000,00	414.630,72	165,85
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	120.000,00	120.000,00	171.043,19	142,54
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	31.525.000,00	31.525.000,00	23.389.817,90	74,19
Da União	14.925.000,00	14.925.000,00	10.707.783,26	71,74
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.800.000,00	14.800.000,00	10.612.676,66	71,71
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	40.000,00	40.000,00	39.859,92	99,65
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	85.000,00	85.000,00	55.246,68	65,00
Do Estado	16.600.000,00	16.600.000,00	12.682.034,64	76,40
Cota-Parte do ICMS	14.300.000,00	14.300.000,00	10.583.619,46	74,01
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	300.000,00	300.000,00	168.962,26	56,32
Cota-Parte do IPVA	2.000.000,00	2.000.000,00	1.929.452,92	96,47
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.597.500,00	3.597.500,00	3.208.482,67	89,19
Da União para o Município	2.655.300,00	2.655.300,00	2.302.250,82	86,70
Do Estado para o Município	282.200,00	282.200,00	253.597,64	89,86
Outras Receitas do SUS	660.000,00	660.000,00	652.634,21	98,88
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	33.786.500,00	33.786.500,00	35.836.296,82	106,07
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.305.000,00	-6.305.000,00	-4.677.564,47	74,19
<b>TOTAL</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>68.000.000,00</b>	<b>63.609.756,57</b>	<b>93,54</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	10.889.600,00	11.324.263,71	9.075.144,37	80,14
Pessoal e Encargos Sociais	6.971.000,00	6.392.585,20	5.155.292,37	80,64
Outras Despesas Correntes	3.918.600,00	4.931.678,51	3.919.852,00	79,48
DESPESAS DE CAPITAL	596.500,00	2.646.468,04	605.544,64	22,88
Investimentos	596.500,00	2.646.468,04	605.544,64	22,88

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	596.500,00	2.646.468,04	605.544,64	22,88
Investimentos	596.500,00	2.646.468,04	605.544,64	22,88
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>11.486.100,00</b>	<b>13.970.731,75</b>	<b>9.680.689,01</b>	<b>69,29</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	11.486.100,00	13.970.731,75	9.680.689,01	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.802.000,00	6.406.961,19	3.693.185,80	38,15
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.802.000,00	6.394.911,19	3.681.135,80	38,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	12.050,00	12.050,00	0,12
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>7.684.100,00</b>	<b>7.563.770,56</b>	<b>5.987.503,21</b>	<b>61,85</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	299.508,26	37.545,33

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <math>\leq \frac{V}{VI} \times 100</math> [(V - VI) / I]</b>	<b>20,35</b>
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	9.039.100,00	10.774.601,62	7.254.803,59	74,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.486.500,00	2.068.237,87	1.557.837,35	16,09
Suporte Profilático e Terapêutico	660.000,00	821.338,01	683.868,01	7,06
Vigilância Sanitária	136.500,00	101.500,00	57.154,05	0,59
Vigilância Epidemiológica	164.000,00	205.054,25	127.026,01	1,31
<b>TOTAL</b>	<b>11.486.100,00</b>	<b>13.970.731,75</b>	<b>9.680.689,01</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

FRAIBURGO, 20/11/2012

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

Município de FRAIBURGO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL  (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO  
Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

## Município de FRAIBURGO - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	68.000.000,00	
Previsão Atualizada		—	68.000.000,00	
Receitas Realizadas		12.960.693,13	63.609.756,57	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	3.614.244,11	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	68.000.000,00	
Créditos Adicionais		—	18.667.757,66	
Dotação Atualizada		—	86.667.757,66	
Despesas Empenhadas		7.797.428,35	77.661.153,75	
Despesas Liquidadas		12.429.408,26	60.412.458,97	
Superavit Orçamentário		—	3.197.297,60	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		7.797.428,35	77.661.153,75	
Despesas Liquidadas		12.429.408,26	60.412.458,97	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			67.372.785,46	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		9.500.000,00	4.105.968,67	43,22
Resultado Primário		-3.104.200,00	255.745,74	-8,24
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	800.115,73	0,00	800.115,73	0,00
EXECUTIVO	800.115,73	0,00	800.115,73	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.692.385,72	1.085.598,26	5.058.063,64	548.723,82
EXECUTIVO	6.305.742,92	1.085.598,26	4.687.596,55	532.548,11
LEGISLATIVO	386.642,80	0,00	370.467,09	16.175,71
TOTAL:	7.492.501,45	1.085.598,26	5.858.179,37	548.723,82
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		6.349.525,43	25%	21,71
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.552.927,42	60%	62,70
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.908.581,50	91.418,50	
Despesa de Capital Líquida		12.519.377,75	13.102.543,54	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		66.336,69	163.663,31
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		121.720,03	209.671,72
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.949.957,88	15,00	20,35
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

FRAIBURGO, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
 NELMAR PINZ  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 MOISÉS AMADEU PATRÍCIO  
 Controlador Interno

\_\_\_\_\_  
 ISABEL CRISTINA BEHER SCAPINELLO  
 Contadora CRC/SC nº 021.357/O-9

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Extrato Contrato Nº 75/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 75/2012 Processo nº 193/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: RMD Distribuidora de Produtos Eletrônicos Ltda.; CNPJ: 12.076.573/0001-88; Objeto: Aquisição de ventiladores de parede para as escolas dos sistemas Estadual, Municipal e do Distrito Federal, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 40/2011 do FNDE; Valor: R\$ 1.553,60 (Hum Mil, Quinhentos e Cinquenta e Três Reais e Sessenta Centavos); Data da Assinatura: 05/11/2012.

## Gaspar

### PREFEITURA

#### Aviso do Pregão Presencial Nº 156/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Aviso do Pregão Presencial nº 156/2012

O OBJETO é Registro de Preços de material de consumo para solda e oficina da Secretaria Municipal de Transportes e Obras. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 05/12/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 05/12/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 20/11/2012  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### Aviso do Pregão Presencial Nº 157/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Aviso do Pregão Presencial nº 157/2012

O OBJETO Registro de preços de fardamento para os servidores atuantes no setor de área azul do Município de Gaspar. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 07/12/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 07/12/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 21/11/2012  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### Aviso do Pregão Presencial Nº 159/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Aviso do Pregão Presencial nº 159/2012

O OBJETO é aquisição de móveis de escritório e sob medida para polícia civil. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 06/12/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 06/12/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 20/11/2012  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

#### Aviso do Pregão Presencial Nº 162/2012

PREFEITURA DE GASPAR/SC  
Aviso do Pregão Presencial nº 162/2012

OBJETO: Contratação de seguro para a frota municipal. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 04/12/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 04/12/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 20/11/2012.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### SAMAE

#### Extrato do Aditivo do Contrato Nº 59/2008 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2012

Número do contrato: 59/2008 - Número do Aditivo: 4 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 52/2008 - Modalidade: Inexigibilidade

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERV.

PÚBLICOS MUNIC. DO VALE ITAJAÍ - CNPJ do contratado: 03.960.819/0001-99

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional. Valor acrescido: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Gaspar (SC), em 14 de novembro de 2012.  
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI  
Diretor Presidente



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços Nº 21-a/2012

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21-A/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0114/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2012

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 13 de novembro de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao treze dias do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Uniformes para a Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Dallarosa Distribuidora de Brindes Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 03.257.744/0001-84 com sede a Rua José Rupp, 845 – Bairro Jardim José Rupp, Município de Herval d'Oeste – Estado de Santa Catarina, em decorrência do processo licitatório nº 114/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
4	Camisola em tecido malha, com abertura frontal, transpassado, com cordão para fechar, na cor branca, verde bebê e rosa bebê.	UNI	D'BRINDES	25,00	14,95	373,75
TOTAL em R\$						373,75

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.

IVONE ESQUINA

Gestor do FMS

CPF: 814.267.479-34

Contratante

JACIR DALLAROSA

Administrador

CPF: 144.641.6010-20

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

### Ata de Registro de Preços Nº 21-B/2012

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21-B/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0114/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2012

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 13 de novembro de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao treze dias do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Uniformes para a Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Cor Urbana Ind. e Comércio de Confecções Ltda. EPP, inscrita no CNPJ nº 06.057.694/0001-80 com sede a Rua Padre Fridmundo, 365 - Bairro Centro, Município de Tangará - Estado de Santa Catarina, em decorrência do processo licitatório nº 114/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
2	Camisa Gola Polo Casual Básica Piquet Liso. Composição: 50% algodão 50% Poliéster. Costura: Dupla. Botões: dois, bolso superior esquerdo. Modelo masculino. Tamanhos P, M, G, GG, EG. Cor a definir. Arte elaborada pela empresa vencedora.	UNI	COR URBANA	50	15,40	770,00
3	Camisetas em poliviscose, tamanhos P, M, G, GG, EG, com estampa 4 cores (modelos fornecidos pela SMS HO). Arte elaborada pela empresa vencedora.	UNI	COR URBANA	1.000	9,00	9.000,00

5	Campo cirúrgico em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 60x60 cm	UND	COR URBANA	40	7,00	280,00
6	Campo cirúrgico em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 45x45 cm	UND	COR URBANA	40	5,00	200,00
7	Campo cirúrgico em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 35x35 cm	UND	COR URBANA	40	3,00	120,00
8	Campo cirúrgico fenestrado em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 45x45 cm com abertura central de 15 cm de circunferência	UND	COR URBANA	40	5,00	200,00
9	Campo cirúrgico fenestrado em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 35x35 cm com abertura central de 15 cm de circunferência	UND	COR URBANA	40	3,00	120,00
10	Colete em tecido paraquedas com forro nylon, gola padre, um bolso superior e todo camuflado, 2 bolsos inferiores com lapela todo camuflado, abertura frontal com zíper, bordado na frente e atrás. Tamanhos: P, M, G, GG e EG. Arte elaborada pela empresa vencedora.	UNI	COR URBANA	50	35,00	1.750,00

12	Jaleco longo, gola padre, com um bolso superior bordado em até 4 cores, e dois inferiores, com botões frontais, cinto traseiro preso, manga longa com punhos. Abertura traseira, tecido Oxford, unissex, cor a definir, tamanhos sob medida sobre responsabilidade da Empresa vencedora.	UNI	COR URBANA	80	28,00	2.240,00
13	Jaleco longo, gola blazer, com um bolso superior bordado em até 4 cores, e dois inferiores, cinco botões frontais, cinto traseiro preso, manga longa com cinto em ambas as mangas com possibilidade de abotoar. Abertura traseira, tecido Oxford, unissex, cor a definir, tamanhos sob medida sobre responsabilidade da Empresa vencedora.	UNI	COR URBANA	30	28,00	840,00
18	Regatas em poliviscose, tamanhos P, M, G, GG, EG, com estampa 4 cores. (modelos fornecidos pela SMS HO). Arte elaborada pela empresa vencedora.	UNI	COR URBANA	300	7,50	2.250,00
TOTAL em R\$						17.770,00

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.

IVONE ESQUINA

Gestor do FMS

CPF: 814.267.479-34

PAULO ROBERTO COSER

Administrador

CPF: 051.560.299-06



Contratante

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 076.591.479-43**Ata de Registro de Preços Nº 21-C/2012**Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21-C/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0114/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 13 de novembro de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao treze dias do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Uniformes para a Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Di Lunas Ind. Com. de Confecções Ltda. ME. inscrita no CNPJ nº 02.590.546/0001-75 com sede a Rua Getúlio Vargas, 522 - Térreo - Bairro Centro, Município de Joaçaba - Estado de Santa Catarina, em decorrência do processo licitatório nº 114/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Boné de microfibra, 06 gomos, com fecho de metal, aba arredondada, carneira atalhada, bordado em 04 cores a ser definido pela secretaria solicitante.	UND	DI LUNAS	50,00	7,00	350,00
TOTAL em R\$						350,00

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.

IVONE ESQUINA  
Gestor do FMS  
CPF: 814.267.479-34  
ContratanteSILVANA MARIA MANTOANI PRONER  
Administradora  
CPF: 923.684.509-63  
Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 076.591.479-43**Ata de Registro de Preços Nº 21-D/2012**Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21-D/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0114/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 13 de novembro de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Ao treze dias do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de Uniformes para a Secretaria de Saúde pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Brintex Comércio de Tecidos Ltda. inscrita no CNPJ nº 02.521.357/0001-40 com sede a Rua Gouveia 999 - Bairro Boa Vista, Município de Belo Horizonte - Estado de Minas Gerais, em decorrência do processo licitatório nº 114/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
11	Fronhas em percal, 3 abas, na cor branca, verde bebê e rosa bebê, 70x55 cm	UND	BRINTEX	50,00	4,95	247,50
14	Jaleco longo, gola blazer, com um bolso superior bordado em até 4 cores, e dois inferiores, cinco botões frontais, cinto traseiro preso, manga longa punho. Abertura traseira, tecido Cedrofió (67% poliéster, 33% algodão), unisex, cor a definir. Tamanhos sob medida sobre responsabilidade da Empresa vencedora.	UNI	BRINTEX	30,00	29,80	894,00

15	Lençol para colchonetete infantil, em percal com elástico em toda a extensão, na cor branca, verde bebe e rosa bebe, 1,00x0,80 cm	UND	BRINTEX	30,00	8,50	255,00
16	Lençol para maca ambulatorial, em percal com elástico na parte superior e inferior, na cor branca, verde bebe e rosa bebe, 2,00mx0,80 cm	UND	BRINTEX	100,00	12,90	1.290,00
17	Lençol para maca ginecológica, em percal com elástico na parte superior e inferior, na cor branca, verde bebe e rosa bebe, 1,30mx0,75 cm	UND	BRINTEX	60,00	9,50	570,00
TOTAL em R\$						3.256,50

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.

IVONE ESQUINA                      MONICA RESENDE DO NASCIMENTO  
Gestor do FMS                      Administradora  
CPF: 814.267.479-34              CPF: 001.563.096-02  
Contratante                      Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA      YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 687.857.399-87              CPF: 076.591.479-43

### Ata de Registro de Preços Nº022-a/2012

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº022-A/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0115/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 12 de abril de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos doze dia do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de equipamentos para as ESF's e Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 06 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Társio Comércio e Representações Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 04.956.052/0001-97 com sede a Rua Sete de Setembro, 132 Sala 1 - Bairro Centro, Município de Joaçaba - Estado de Santa Catarina, em decorrência do processo licitatório nº 115/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de

fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	Armário 2 portas com chave, com dobradiças metálicas, com 4 prateleiras e regulagem de altura. Cor branca ou bege . A: 161 cm/L:91cm/P: 42 cm.	UND	MI	5	340,00	1.700,00
2	Giratória, alta, estilo operadora de caixa, com encosto, descanso de braços e pés, na cor preta.	UND	LG	3	146,00	438,00
Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
3	Cadeira estofada, com base giratória 5 hastes, com ajuste de altura a gás. Soldagem dos componentes que formam a estrutura deverão ser ligados entre si através de solda pelo sistema MIG em todas as junções. Partes metálicas, com tratamento anticorrosivo e acabamento com tinta epóxi-pó, híbrida e eletrostática na cor preta. Braços confeccionados em polipropileno 100% injetado. Assento (500x470mm) e encosto (460x480mm) em MDF de 12mm revestido com espuma injetada e acabamento tecido preto ou azul. Assento e encosto unidos por chapa de aço formando peça única.	UND	LG	10	180,00	1.800,00
TOTAL						3.938,00

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.

IVONE ESQUINA                      CALEB GERSON KIELING  
Gestor do FMS                      Gerente  
CPF: 814.267.479-34              CPF: 177.961.210-91  
Contratante Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA      YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 687.857.399-87              CPF: 076.591.479-43



**Ata de Registro de Preços Nº022-B/2012**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº022-B/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0115/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2012

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 12 de abril de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos doze dia do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de equipamentos para as ESF's e Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 06 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Cor e Arte - Comércio e Distribuidora Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 05.758.684/0001-09 com sede a Rua Severino Slongo, 30 - Bairro Centro, Município de Lacerdópolis - Estado de Santa Catarina, em decorrência do processo licitatório nº 115/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
11	Projeto Multímedia, Ultra Brilho 2000 contraste 400:1 resolução SVGA 800X600, peso aproximado 2,6 Kg, com controle remoto, bivolt, acompanhado de maleta para transporte	Und	NEC	3	1.389,00	4.167,00
TOTAL em R\$						4.167,00

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.

IVONE ESQUINA  
Gestor do FMS  
CPF: 814.267.479-34  
Contratante

CLÁUDIA INÊS TESSARO  
Administradora  
CPF: 908.090.099-00  
Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 076.591.479-43

**Ata de Registro de Preços Nº022-C/2012**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº022-C/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0115/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2012

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 12 de abril de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de

1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos doze dia do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de equipamentos para as ESF's e Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 06 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda. ME, inscrita no CNPJ nº 11.499.653/0001-83 com sede a Rua Silvino Ciarini, 530 Sala A - Bairro dos Industriais, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, em decorrência do processo licitatório nº 115/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
13	Ventilador de coluna com três velocidades, oscilante com inclinação regulável. Desmontável. Grade segura que não permita contato com a hélice. Medidas aproximadas: 1,50x45x41 cm. Voltagem 220 v. Potência: 80w. Garantia de 1 ano.	UNI	VENTISOL	15,00	138,00	2.070,00
TOTAL em R\$						2.070,00

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.

IVONE ESQUINA  
Gestor do FMS  
CPF: 814.267.479-34  
Contratante

DAIANE ROSA  
Administradora  
CPF: 949.233.889-00  
Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA  
CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS  
CPF: 076.591.479-43

**Ata de Registro de Preços Nº022-D/2012**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº022-D/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0115/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2012

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 12 de abril de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos doze dia do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste,



são registrados os preços para o eventual fornecimento de equipamentos para as ESF's e Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 06 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Ekipar Licit Informática Ltda.. ME, inscrita no CNPJ nº 07.894.379/0001-70 com sede a Rua Getulio Vargas, 484 – Ed. da Saúde – Bairro Centro, Município de Concórdia – Estado de Santa Catarina, em decorrência do processo licitatório nº 115/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
9	<p>Micro computador com no mínimo 2 núcleos de processamento 3MB cachê, frequência mínima de 3.1GHz. Placa mãe compatível com processador acima. Rede 10/100/1000 integrada. Som 6 canais integrado. Vídeo Inetrado com saída Dsub, DMI, Disposição para 8 saídas USB, 2pci exp, 1 PCI exp 16x2.0; 4 portas Sata, 2 Slots para memória DDR3 Dual 1066/133 Mhsz de 240 pinos para até 16GB, 1 PS2 para Teclado, 1 PS2 para Mouse, 1x saída digital SPIDIF, BIOS AMI BIOS SPI Flash Rom com 32 MB, Suporte a Multi Linguagem, Form Factor. HD 500 GB Sata 2 7200RPM; 4 GB de Memoria DDR3 1333 MHZ;</p> <p>Gravador de cdr-We DVD-R-W + Leitor de cdr-We DVD-R-W; Leitor de Cartão de Memória 2.5 interno USB;</p> <p>Gabinete Torre ATX com 04 baias ; Fonte 400 a 500 wats; Teclado PS/2; Mouse PS/2 Optico com Netscroll;</p> <p>MONITOR 18,5", Tempo de Resposta 5ms, Resolução 1366x768, Bivolt Automatico, Pixel Pitch 0,3mm;</p> <p>CERTIFICADO ISO9001, IEC60950, CATALOGO TÉCNICO. Microsoft Windows 7 home 32 bits, autenticados e registrados em nome da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste; com cd/DVD do software . Garantia de 1 ano.</p>	UNI	PAUTA	10	2.054,00	20.540,00
TOTAL em R\$						20.540,00

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.  
 IVONE ESQUINA                      MARCELO GRANEMANN DE SOUZA  
 Gestor do FMS                      Administrador  
 CPF: 814.267.479-34              CPF: 010.033.929-89  
 Contratante                      Contratada

**Testemunhas:**

RUBENS ANTONIO CORREIA      YASMIN LAÍS RIBAS  
 CPF: 687.857.399-87              CPF: 076.591.479-43

**Ata de Registro de Preços Nº022-e/2012**

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste  
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº022-E/2012  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0115/2012  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2012

**VIGÊNCIA:** A presente ATA vigorará até 12 de abril de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos doze dia do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de equipamentos para as ESF's e Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 06 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Dilso Luiz Fraporti - ME, inscrita no CNPJ nº 15.068.663/0001-15 com sede a Rua Capitão Sebastião R. da Rosa Silveira, 435– Bairro Jardim da



Fonte Município de Encantado – Estado do Rio Grande do Sul, em decorrência do processo licitatório nº 115/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
4	Câmera digital com 12 Mp, com cartão de memória 4gb compatível SD/SDHC, conexões USB, Sensor CCD de 1/2,3 polegadas, com filtro de cores primárias, tela LCD TFT Colorida de 2,4" 110.000 pontos aprox. área de cobertura aprox 96%. Com zoom digital/óptico. Com recursos de vídeo e áudio. Idioma português. Cor preto. Garantia 1 ano.	UNI	SONY	2	345,00	690,00
7	Forno microondas capacidade 18 lit, 700w, voltagem 110 e 220v, cor branco.	UND	MIDEA	2	257,00	514,00
12	Televisor com tela LCD 42" e resolução 1920x1080.  Contraste mínimo 70.000:1. Ângulo Visão 178°x178°. Formato tela:16:9. Som/auto falantes: Stereo/Sap potencia 10w RMS, AVL, Infinite Surround. Conexões de entrada para vídeo, áudio, USB, TV a Cabo e TV aberta.  Dimensões c/base: 1016x700x260. Peso c/base: aprox.15Kg. Cor: preto. Com controle remoto.  Baixo consumo energia. Com garantia mínima de 1 ano.		LG	2	1.770,00	3.540,00
TOTAL em R\$						4.744,00

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.

IVONE ESQUINA

Gestor do FMS

CPF: 814.267.479-34

DILSO LUIZ FRAPORTI

Administrador

CPF: 014.961.150-15

Contratante

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

### Ata de Registro de Preços Nº022-F/2012

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº022-F/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0115/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2012

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 12 de abril de 2013, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos doze dia do mês de novembro de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de equipamentos para as ESF's e Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 06 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, neste ato representada pela senhora Ivone Esquina, Gestora do Fundo e a empresa Bagatoli Comércio de Móveis Ltda. - ME, inscrita no CNPJ nº 09.053.748/0001-27 com sede a Rua Cecílio Rodrigues, 136- Bairro Seminário, Município de Taió - Estado de Santa Catarina, em decorrência do processo licitatório nº 115/2012, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
------	-----------	---------	-------	---------------------	----------------	-------------

5	CLIMATIZADOR 30.000 BTUS Com controle remoto, filtros especiais, compressores de alta eficiência, desumidificador independente, função ar anti-frio, controlador de fluxo de ar. Composto por: unidade interna (evaporadora) e unidade externa (condensadora), versão frio/quente. Capacidade frio e quente: 30.000 Btu/h; Voltagem: 220V; Baixo consumo energia. Já instalado. Garantia 1 ano.	UNI	KOMECO	1	3.650,00	3.650,00
6	CLIMATIZADOR 9.000 BTUS Com controle remoto, filtros especiais, compressores de alta eficiência, desumidificador independente, função ar anti-frio, controlador de fluxo de ar. Composto por: unidade interna (evaporadora) e unidade externa (condensadora), versão frio/quente. Capacidade frio e quente: 9.000 Btu/h; Voltagem: 220V; ; Baixo consumo energia. Já instalado. Garantia 1 ano.	UNI	KOMECO	8,00	1.488,00	11.904,00

8	LAVADORA DE ROUPA 7 KILOS, que lava; enxágua e centrifuga. Com sistema de reaproveitamento de água e filtro pegafiapos, dosador econômico de sabão e 4 níveis de água. Cesto em polipropileno especial que não enferruja. Dispenser para sabão em pó, amaciante e alvejante. Tipo de abertura superior. Velocidades de centrifugação 520 RPM. Eficiência energética classe A. Garantia 1 ano.	UNI	ELECTROLUX	1,00	880,00	880,00
TOTAL em R\$						16.434,00

Herval d'Oeste, em 19 de novembro de 2012.

IVONE ESQUINA

Gestor do FMS

CPF: 814.267.479-34

Contratante

JONATHAN BAGATOLI

Administrador

CPF: 078.670.219-22

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

YASMIN LAÍS RIBAS

CPF: 076.591.479-43

**Ibiam**

**PREFEITURA**

### Decreto Nº 2421/12

DECRETO Nº 2421, 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.680,00 (Dois mil, seiscentos e oitenta reais ) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 2004 MANUT.DAS ATIVIDADES



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

**ADMINISTRATIVAS**

Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.680,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 2.680,00 (Dois mil, seiscentos e oitenta reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 2004 MANUT.DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Modalidade de Aplicação: 33710000 TRANSF.A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.680,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,

EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

**Decreto Nº 2422/12**

DECRETO Nº 2422, 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.537,00 (Dezoito mil, e quinhentos e trinta e sete reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 AGRICULTURA

Sub-Função: 606 EXTENÇÃO RURAL

Programa: 2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto/Atividade: 2044 MANUT.DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 18.537,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 18.537,00 (Dezoito mil, e quinhentos e trinta e sete reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SEC. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 20 AGRICULTURA

Sub-Função: 606 EXTENÇÃO RURAL

Programa: 2001 ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

Projeto/Atividade: 2044 MANUT.DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 6.037,00

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 12.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,

EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

**Decreto Nº 2423/2012**

DECRETO Nº 2423, 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

NELSON MÁRIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0483/2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0205 SEC. M.DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSP.

Função: 26 TRANSPORTE

Sub-Função: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade: 2050 MANUT.SEC. INFRAESTRUTURA, TRANSP. OBRAS

Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 25.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0205 SEC. M.DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSP.

Função: 26 TRANSPORTE

Sub-Função: 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa: 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade: 2050 MANUT.SEC. INFRAESTRUTURA, TRANSP. OBRAS

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 25.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM,

EM 20 DE NOVEMBRO DE 2012.  
NELSON MÁRIO GRASSI  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

### Extrato Processo Licitatório 49/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2012  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2012

O Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiama/SC torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para Aquisição de MADEIRA DE EUCALIPTO SERRADA, PARA SER DOADA A MUNICIPE QUE ENCONTRA-SE EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME LEI MUNICIPAL 507 DE 17 DE SETEMBRO DE 2012, com recursos próprios do Município de Ibiama do exercício financeiro de 2012.

Entrega dos envelopes: 06/12/2012 até às 08:30 horas

Abertura dos envelopes: 06/12/2012 às 08:40 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Unitário

Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiama, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 às 13:00 horas na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0\*\*49)534-0044 ou no seguinte endereço eletrônico: [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br)

Ibiama, 21 de Novembro de 2012.

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal de Ibiama

## Imbituba

### PREFEITURA

### Portaria DGP/SEAGP N.º 311/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 311, de 20 de novembro de 2012.  
Dispõe sobre a retificação do período aquisitivo para concessão de licença-prêmio e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Retificar o período aquisitivo para concessão de licença-prêmio fixado na PORTARIA DGP/SEAGP N.º 197, de 31 de Julho de 2009, concedida ao servidor ÉRICO JOSÉ LAURENTINO, inscrito no CPF sob o nº 770.036.169-04, Assistente Administrativo, matríc. nº 647, admitido em 05 de Abril de 1999, referente ao quinquênio do período aquisitivo devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Onde se lê:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
------------	--------------------	-----------

06/04/2004 a 06/04/2009	01.07.2010 a 29.08.2010	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2009.
----------------------------	----------------------------	--

Leia-se:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
05/04/1999 a 04/04/2004	01.07.2010 a 29.08.2010	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 20 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria DGP/SEAGP N.º 312/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 312, de 20 de novembro de 2012.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARLI GARCIA, Professora, matrícula nº 391, inscrita no CPF sob o n.º 520.790.159-15, admitida em 01 de julho de 1987, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2002 a 2007	01.07.2013 a 29.08.2013	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 20 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria DGP/SEAGP N.º 313/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 313, de 20 de novembro de 2012.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.



O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor EUGÊNIO JOSÉ SANT'ANA, Médico, matrícula nº 151, inscrita no CPF sob o n.º 296.462.279-53, admitido em 15 de maio de 1998, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2003 a 2008	01.11.2013 a 30.12.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 20 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria DGP/SEAGP N.º 314/2012**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 314, de 20 de novembro de 2012.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora MARIA DE LOURDES DAVID, Visitadora Sanitária, matrícula nº 1800, inscrita no CPF sob o n.º 888.440.999-34, admitida em 09 de setembro de 2002, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênio	Período de Fruição	Conversão
2007 a 2012	01.02.2013 a 01.04.2013	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a agosto de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 20 de novembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial 47/2012 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 55/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 04 de dezembro de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de mesa cirúrgica para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 22 de novembro de 2012.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial 48/2012 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 56/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 04 de dezembro de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de equipamentos para uso do Laboratório Público Municipal da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 22 de novembro de 2012.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

**Publicação de Extrato de Tomada de Preço 01/2012 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2012

PROCESSO Nº 54/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que realizará às 14:00 horas do dia 07 de dezembro de 2012, licitação na modalidade de Tomada de Preço, tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa ampliação das Unidades Básicas de Saúde dos Bairros de Vila Nova, Vila Santo Antonio e Arroio . A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 22 de novembro de 2012.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Presidente da Comissão de Licitação

**Extrato: PMI SEINFRA 2011/193 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/193 A04

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES

C.N.P.J: 83.665.141/0001

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL  
ATÉ 03/01/2013

Fundamento: Processo nº. 146/2011 Concorrência 06/2011

Imbituba, 03 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2011/193 A05**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/193 A05

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES

C.N.P.J: 83.665.141/0001

Objeto: ACRÉSCIMO DE 0,4281%(ZERO VIRGULA QUATRO DOIS  
OITO UM POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGI-  
NAL

Valor: R\$ 7.695,35

Fundamento: Processo nº. 146/2011 Concorrência 06/2011

Imbituba, 29 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2011/223 A04**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/223 A04

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

C.N.P.J: 83.665.141/0001-50

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO  
ORIGINAL ATÉ 08/01/2013.

Fundamento: Processo nº. 156/2011 Concorrência 08/2011

Imbituba, 29 de outubro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S/A

Representante Legal

Contratada

**Notas Incrições Processo Seletivo Simplificado e Outros**

NOTA

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal e do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, vem através deste informar sobre a abertura das inscrições para o Processo Seletivo Simplificado para a contratação de Professores temporários para o ano letivo de 2013 e para contratação de Servente/Merendeira.

Também, estão abertas inscrições para Concurso Público para provimento efetivo dos cargos de: Contador, Médico Auditor, Médico Clínico Geral e Educador do CREAS.

As inscrições vão do dia 21/11 a 18/12/12 e serão realizadas exclusivamente pela Internet. As provas serão realizadas no dia 13/01/13.

Os editais completos, bem como o link para inscrição, estão disponíveis nos sites: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) e [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Presidente da CERSP



**O Poder Legislativo  
Municipal Acessível ao Cidadão**

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**



## Iomerê

## PREFEITURA

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 5º Bimestre 2012

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 5º Bimestre 2012

+ [ CPL ] ----- { 001 } +

Município de IOMERÊ CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO	
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%		
Categoria Econômica / Fontes	(a)	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	9.558.109,52	9.558.109,52	1.916.070,76	20,050	11.886.003,38	124,360	-2.327.893,86	
RECEITAS CORRENTES	8.626.328,75	8.626.328,75	1.845.795,62	21,400	9.671.047,38	112,110	-1.044.718,63	
RECEITA TRIBUTÁRIA	283.062,13	283.062,13	66.554,61	23,510	438.244,63	154,820	-155.182,50	
IMPOSTOS	242.973,44	242.973,44	63.595,03	26,170	388.190,06	159,770	-145.216,62	
TAXAS	34.255,69	34.255,69	2.959,58	8,640	50.054,57	146,120	-15.798,88	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	5.833,00	5.833,00	0,00	0,000	0,00	0,000	5.833,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	47.962,44	47.962,44	9.355,35	19,510	50.102,95	104,460	-2.140,51	
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	47.962,44	47.962,44	9.355,35	19,510	50.102,95	104,460	-2.140,51	
RECEITA PATRIMONIAL	63.831,58	63.831,58	7.555,34	11,840	94.407,74	147,900	-30.576,16	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.111,89	10.111,89	1.545,99	15,290	8.609,15	85,140	1.502,74	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	53.719,69	53.719,69	6.009,35	11,190	85.798,59	159,720	-32.078,90	
RECEITA DE SERVIÇOS	62.821,98	62.821,98	123,00	0,200	14.343,09	22,830	48.478,89	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.102.221,83	8.102.221,83	1.760.480,22	21,730	9.045.028,60	111,640	-942.806,77	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.049.744,29	8.049.744,29	1.760.480,22	21,870	9.041.933,00	112,330	-992.188,71	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	52.477,54	52.477,54	0,00	0,000	3.095,60	5,900	49.381,94	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	66.428,79	66.428,79	1.727,10	2,600	28.920,37	43,540	37.508,42	
MULTAS E JUROS DE MORA	18.189,43	18.189,43	1.367,73	7,520	19.892,15	109,360	-1.702,72	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	27.226,38	27.226,38	140,15	0,510	966,62	3,550	26.259,76	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	11.105,20	11.105,20	219,22	1,970	8.061,60	72,590	3.043,60	
RECEITAS DIVERSAS	9.907,78	9.907,78	0,00	0,000	0,00	0,000	9.907,78	
RECEITAS DE CAPITAL	931.780,77	931.780,77	70.275,14	7,540	2.214.956,00	237,710	-1.283.175,23	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,000	1.099.766,52	0,000	-1.099.766,52	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,000	1.099.766,52	0,000	-1.099.766,52	
ALIENAÇÃO DE BENS	86.780,77	86.780,77	0,00	0,000	0,00	0,000	86.780,77	
Alienação de Bens Móveis	86.780,77	86.780,77	0,00	0,000	0,00	0,000	86.780,77	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	845.000,00	845.000,00	70.275,14	8,320	1.115.189,48	131,980	-270.189,48	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	845.000,00	845.000,00	70.275,14	8,320	1.115.189,48	131,980	-270.189,48	
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	9.558.109,52	9.558.109,52	1.916.070,76	100,000	11.886.003,38	100,000	-2.327.893,86	
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	9.558.109,52	9.558.109,52	1.916.070,76	100,000	11.886.003,38	100,000	-2.327.893,86	
DÉFICIT (VI)					566.046,78			
TOTAL (VII)=(V+VI)	9.558.109,52	9.558.109,52	1.916.070,76		11.886.003,38			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	1.167.833,21	-	-	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	1.167.833,21	-	-	
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	1.167.833,21	-	-	
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-	

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	9.558.109,52	5.371.864,24	14.929.973,76	1.231.556,26	13.360.275,93	1.838.175,89	12.452.050,16	0,00	83,40	2.477.923,60
DESPESAS CORRENTES	8.010.765,36	2.302.729,95	10.313.495,31	1.156.942,48	9.458.261,16	1.703.897,43	8.805.923,40	0,00	85,38	1.507.571,91
Pessoal e Encargos Sociais	3.418.235,32	1.203.047,95	4.621.283,27	831.118,75	4.162.108,50	834.079,59	4.158.247,75	0,00	89,98	463.035,52
Juros/Encargos da Dívida	100.000,00	17.300,00	117.300,00	24.326,29	93.285,07	24.326,29	93.285,07	0,00	79,53	24.014,93
Outras despesas Correntes	4.492.530,04	1.082.382,00	5.574.912,04	301.497,44	5.202.867,59	845.491,55	4.554.390,58	0,00	81,69	1.020.521,46
DESPESAS DE CAPITAL	1.497.344,16	3.097.834,29	4.595.178,45	74.613,78	3.902.014,77	134.278,46	3.646.126,76	0,00	79,35	949.051,69
Investimentos	1.297.344,16	3.115.134,29	4.412.478,45	13.515,64	3.810.367,56	73.180,32	3.554.479,55	0,00	80,56	857.998,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	200.000,00	-17.300,00	182.700,00	61.098,14	91.647,21	61.098,14	91.647,21	0,00	50,16	91.052,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	-28.700,00	21.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.300,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	9.558.109,52	5.371.864,24	14.929.973,76	1.231.556,26	13.360.275,93	1.838.175,89	12.452.050,16	0,00	83,40	2.477.923,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	9.558.109,52	5.371.864,24	14.929.973,76	1.231.556,26	13.360.275,93	1.838.175,89	12.452.050,16	0,00	83,40	2.477.923,60
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	9.558.109,52	5.371.864,24	14.929.973,76	1.231.556,26	13.360.275,93	1.916.070,76	12.452.050,16	0,00	83,40	2.477.923,60

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
	(a)		(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho BaldisseraContadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. AltenhofenResponsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara BernartSec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>9.558.109,52</b>	<b>14.929.973,76</b>	<b>1.231.556,26</b>	<b>13.360.275,93</b>	<b>1.838.175,89</b>	<b>12.452.050,16</b>	<b>100,00</b>	<b>83,40</b>	<b>2.477.923,60</b>
01	LEGISLATIVA	475.101,33	475.101,33	44.592,22	254.463,02	49.561,94	245.109,56	1,97	51,59	229.991,77
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	475.101,33	475.101,33	44.592,22	254.463,02	49.561,94	245.109,56	1,97	51,59	229.991,77
	<b>Subtotal</b>	<b>475.101,33</b>	<b>475.101,33</b>	<b>44.592,22</b>	<b>254.463,02</b>	<b>49.561,94</b>	<b>245.109,56</b>	<b>1,97</b>	<b>51,59</b>	<b>229.991,77</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	1.473.056,30	1.945.656,30	251.689,55	1.684.121,85	306.450,95	1.584.699,50	12,73	81,45	360.956,80
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	918.056,30	1.333.536,30	148.415,73	1.228.549,60	186.948,85	1.172.656,03	9,42	87,94	160.880,27
04.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	555.000,00	612.120,00	103.273,82	455.572,25	119.502,10	412.043,47	3,31	67,31	200.076,53
	<b>Subtotal</b>	<b>1.948.157,63</b>	<b>2.420.757,63</b>	<b>296.281,77</b>	<b>1.938.584,87</b>	<b>356.012,89</b>	<b>1.829.809,06</b>	<b>14,69</b>	<b>75,59</b>	<b>590.948,57</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	10.200,00	27.241,97	1.304,03	21.934,36	4.262,15	20.673,36	0,17	75,89	6.568,61
06.181	POLICIAMENTO	10.200,00	27.241,97	1.304,03	21.934,36	4.262,15	20.673,36	0,17	75,89	6.568,61
	<b>Subtotal</b>	<b>1.958.357,63</b>	<b>2.447.999,60</b>	<b>297.585,80</b>	<b>1.960.519,23</b>	<b>360.275,04</b>	<b>1.850.482,42</b>	<b>14,86</b>	<b>75,59</b>	<b>597.517,18</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	138.029,38	164.763,37	10.856,45	91.802,39	17.419,87	76.219,25	0,61	46,26	88.544,12
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	31.150,38	37.130,44	7.812,65	24.778,96	5.388,81	18.762,00	0,15	50,53	18.368,44
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLES	87.873,37	87.873,37	942,24	46.989,84	8.865,22	38.700,79	0,31	44,04	49.172,58
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	19.005,63	39.759,56	2.101,56	20.033,59	3.165,84	18.756,46	0,15	47,17	21.003,10
	<b>Subtotal</b>	<b>2.096.387,01</b>	<b>2.612.762,97</b>	<b>308.442,25</b>	<b>2.052.321,62</b>	<b>377.694,91</b>	<b>1.926.701,67</b>	<b>15,47</b>	<b>73,74</b>	<b>686.061,30</b>
10	SAÚDE	1.943.020,26	2.885.025,07	368.767,51	2.456.603,44	451.616,51	2.301.235,55	18,48	79,76	583.789,52
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.322.990,54	2.163.873,41	300.717,46	1.816.536,73	346.620,08	1.735.175,92	13,93	80,19	428.697,49
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATO	603.193,52	664.688,24	56.638,45	600.447,18	92.784,83	526.440,10	4,23	79,20	138.248,14
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.000,00	7.000,00	441,00	1.291,00	441,00	1.291,00	0,01	18,44	5.709,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	9.836,20	49.463,42	10.970,60	38.328,53	11.770,60	38.328,53	0,31	77,49	11.134,89
	<b>Subtotal</b>	<b>4.039.407,27</b>	<b>5.497.788,04</b>	<b>677.209,76</b>	<b>4.508.925,06</b>	<b>829.311,42</b>	<b>4.227.937,22</b>	<b>33,95</b>	<b>76,90</b>	<b>1.269.850,82</b>
12	EDUCAÇÃO	2.385.390,07	2.905.961,01	301.286,19	2.651.531,38	490.246,54	2.532.296,84	20,34	87,14	373.664,17
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	66.766,76	69.771,90	14.291,34	60.633,81	14.291,34	60.633,81	0,49	86,90	9.138,09
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.808.623,31	2.149.957,87	255.422,45	1.962.608,47	389.404,96	1.894.271,29	15,21	88,11	255.686,58
12.362	ENSINO MÉDIO	335.000,00	335.000,00	17.483,92	309.903,34	74.015,54	275.142,88	2,21	82,13	59.857,12
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	160.000,00	336.231,24	14.088,48	310.180,56	10.893,66	295.684,70	2,37	87,94	40.546,54
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	15.000,00	15.000,00	0,00	8.205,20	1.641,04	6.564,16	0,05	43,76	8.435,84
	<b>Subtotal</b>	<b>6.424.797,34</b>	<b>8.403.749,05</b>	<b>978.495,95</b>	<b>7.160.456,44</b>	<b>1.319.557,96</b>	<b>6.760.234,06</b>	<b>54,29</b>	<b>80,44</b>	<b>1.643.514,99</b>
13	CULTURA	167.000,00	182.670,17	-28.350,36	148.962,91	18.518,19	132.732,11	1,07	72,66	49.938,06
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	167.000,00	182.670,17	-28.350,36	148.962,91	18.518,19	132.732,11	1,07	72,66	49.938,06
	<b>Subtotal</b>	<b>6.591.797,34</b>	<b>8.586.419,22</b>	<b>950.145,59</b>	<b>7.309.419,35</b>	<b>1.338.076,15</b>	<b>6.892.966,17</b>	<b>55,36</b>	<b>80,28</b>	<b>1.693.453,05</b>
15	URBANISMO	632.504,75	2.434.751,47	116.623,98	2.351.294,22	125.117,80	2.190.742,80	17,59	89,98	244.008,67
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	632.504,75	2.434.751,47	116.623,98	2.351.294,22	125.117,80	2.190.742,80	17,59	89,98	244.008,67
	<b>Subtotal</b>	<b>7.224.302,09</b>	<b>11.021.170,69</b>	<b>1.066.769,57</b>	<b>9.660.713,57</b>	<b>1.463.193,95</b>	<b>9.083.708,97</b>	<b>72,95</b>	<b>82,42</b>	<b>1.937.461,72</b>
16	HABITAÇÃO	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>7.274.302,09</b>	<b>11.021.170,69</b>	<b>1.066.769,57</b>	<b>9.660.713,57</b>	<b>1.463.193,95</b>	<b>9.083.708,97</b>	<b>72,95</b>	<b>82,42</b>	<b>1.937.461,72</b>
17	SANEAMENTO	100.000,00	127.851,00	27.851,00	127.851,00	21.308,50	95.888,25	0,77	75,00	31.962,75
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	100.000,00	127.851,00	27.851,00	127.851,00	21.308,50	95.888,25	0,77	75,00	31.962,75
	<b>Subtotal</b>	<b>7.374.302,09</b>	<b>11.149.021,69</b>	<b>1.094.620,57</b>	<b>9.788.564,57</b>	<b>1.484.502,45</b>	<b>9.179.597,22</b>	<b>73,72</b>	<b>82,34</b>	<b>1.969.424,47</b>
20	AGRICULTURA	1.006.788,38	1.833.529,98	85.909,97	1.751.637,11	150.274,20	1.682.270,51	13,51	91,75	151.259,47
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	102.000,00	57.000,00	1.170,00	48.529,15	4.108,60	34.660,25	0,28	60,81	22.339,75
20.606	EXTENÇÃO RURAL	904.788,38	1.776.529,98	84.739,97	1.703.107,96	146.165,60	1.647.610,26	13,23	92,74	128.919,72
	<b>Subtotal</b>	<b>8.381.090,47</b>	<b>12.982.551,67</b>	<b>1.180.530,54</b>	<b>11.540.201,68</b>	<b>1.634.776,65</b>	<b>10.861.867,73</b>	<b>87,23</b>	<b>83,67</b>	<b>2.120.683,94</b>
22	INDÚSTRIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.431.090,47</b>	<b>12.982.551,67</b>	<b>1.180.530,54</b>	<b>11.540.201,68</b>	<b>1.634.776,65</b>	<b>10.861.867,73</b>	<b>87,23</b>	<b>83,67</b>	<b>2.120.683,94</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
23.695	TURISMO	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.433.590,47</b>	<b>12.985.051,67</b>	<b>1.180.530,54</b>	<b>11.540.201,68</b>	<b>1.634.776,65</b>	<b>10.861.867,73</b>	<b>87,23</b>	<b>83,65</b>	<b>2.123.183,94</b>
25	ENERGIA	117.962,44	164.302,95	2.140,51	164.055,33	30.114,36	152.611,91	1,23	92,88	11.691,04
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	117.962,44	164.302,95	2.140,51	164.055,33	30.114,36	152.611,91	1,23	92,88	11.691,04
	<b>Subtotal</b>	<b>8.551.552,91</b>	<b>13.149.354,62</b>	<b>1.182.671,05</b>	<b>11.704.257,01</b>	<b>1.664.891,01</b>	<b>11.014.479,64</b>	<b>88,46</b>	<b>83,76</b>	<b>2.134.874,98</b>
26	TRANSPORTE	533.556,61	988.145,10	43.585,21	980.546,41	110.577,49	795.904,03	6,39	80,55	192.241,07
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	533.556,61	988.145,10	43.585,21	980.546,41	110.577,49	795.904,03	6,39	80,55	192.241,07
	<b>Subtotal</b>	<b>9.085.109,52</b>	<b>14.137.499,72</b>	<b>1.226.256,26</b>	<b>12.684.803,42</b>	<b>1.775.468,50</b>	<b>11.810.383,67</b>	<b>94,85</b>	<b>83,54</b>	<b>2.327.116,05</b>
27	DESPORTO E LAZER	423.000,00	771.174,04	5.300,00	675.472,51	62.707,39	641.666,49	5,15	83,21	129.507,55
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	223.000,00	756.174,04	5.300,00	662.948,91	62.358,39	629.142,89	5,05	83,20	127.031,15
27.813	LAZER	200.000,00	15.000,00	0,00	12.523,60	349,00	12.523,60	0,10	83,49	2.476,40
	<b>Subtotal</b>	<b>9.508.109,52</b>	<b>14.908.673,76</b>	<b>1.231.556,26</b>	<b>13.360.275,93</b>	<b>1.838.175,89</b>	<b>12.452.050,16</b>	<b>100,00</b>	<b>83,52</b>	<b>2.456.623,60</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	21.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.300,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	21.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.300,00
	<b>Subtotal</b>	<b>9.558.109,52</b>	<b>14.929.973,76</b>	<b>1.231.556,26</b>	<b>13.360.275,93</b>	<b>1.838.175,89</b>	<b>12.452.050,16</b>	<b>100,00</b>	<b>83,40</b>	<b>2.477.923,60</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>9.558.109,52</b>	<b>14.929.973,76</b>	<b>1.231.556,26</b>	<b>13.360.275,93</b>	<b>1.838.175,89</b>	<b>12.452.050,16</b>	<b>100,00</b>	<b>83,40</b>	<b>2.477.923,60</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	11/2011	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	04/2012	05/2012
RECEITAS CORRENTES (I)	1.220.905,28	1.501.745,48	1.215.240,55	1.226.242,35	1.102.016,59	1.250.334,65	1.323.507,32
Receita Tributária	37.739,39	50.916,56	34.332,06	45.075,97	32.716,93	52.275,16	105.319,65
IPTU	2.044,90	1.359,09	168,74	0,00	0,00	11.127,73	49.881,97
ISS	13.673,26	21.015,30	9.003,50	13.338,99	9.060,21	12.408,08	17.538,73
ITBI	7.660,00	5.300,00	4.000,00	12.048,11	4.352,00	3.700,00	2.800,00
IRRF	11.697,05	21.593,40	18.455,87	14.832,49	14.639,24	16.935,68	14.473,57
Outras	2.664,18	1.648,77	2.703,95	4.856,38	4.665,48	8.103,67	20.625,38
Receita de Contribuições	9.930,05	4.982,28	4.898,87	5.252,04	4.871,90	5.296,77	5.481,79
Receita Patrimonial	12.549,71	13.382,66	14.710,54	13.295,10	13.650,61	12.472,40	13.483,85
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.055,94	-9.385,52	872,99	1.097,10	0,00	650,00	11.600,00
Transferências Correntes	1.148.269,52	1.439.401,78	1.157.196,00	1.159.152,66	1.040.103,26	1.175.910,76	1.185.647,29
Cota-Parte do FPM	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71
Cota-Parte do ICMS	580.649,72	590.004,92	545.761,05	475.518,33	513.900,01	538.025,09	483.844,11
Cota-Parte do IPVA	23.441,84	5.666,78	19.749,13	35.080,83	25.475,33	28.223,07	40.352,84
Cota-Parte do ITR	31,81	0,00	42,18	28,12	26,53	28,30	0,00
Transf.da LC 87/1996	2.905,51	2.905,51	2.674,77	2.674,77	2.672,99	2.672,99	2.672,99
Transferência do FUNDEB	50.552,82	52.378,29	64.882,86	60.580,00	63.671,91	67.223,94	65.325,95
Outras Transferências	82.924,00	314.854,30	93.100,26	63.927,87	80.281,51	93.486,77	94.351,69
Demais Receitas Correntes	2.360,67	2.447,72	3.230,09	2.369,48	10.673,89	3.729,56	1.974,74
II-DEDUÇÕES	205.511,56	216.900,00	200.695,95	208.711,95	180.817,02	204.724,09	207.100,04
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	205.511,56	216.900,00	200.695,95	208.711,95	180.817,02	204.724,09	207.100,04
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.015.393,72	1.284.845,48	1.014.544,60	1.017.530,40	921.199,57	1.045.610,56	1.116.407,28

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

|

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	06/2012	07/2012	08/2012	09/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.131.052,25	1.064.537,44	1.051.342,15	1.110.942,78	1.099.321,41	14.297.188,25	10.322.594,87	
Receita Tributária	26.482,39	46.930,02	28.557,84	36.480,06	30.074,55	526.900,58	283.062,13	
IPTU	456,29	5.221,69	1.978,91	5.762,29	346,90	78.348,51	56.945,11	
ISS	9.510,40	11.720,26	5.320,21	6.550,05	11.033,43	140.172,42	72.493,00	
ITBI	920,00	13.470,00	4.520,00	8.760,00	3.124,27	70.654,38	16.933,76	
IRRF	14.749,79	13.706,53	14.256,04	13.834,18	14.183,91	183.357,75	96.601,57	
Outras	845,91	2.811,54	2.482,68	1.573,54	1.386,04	54.367,52	40.088,69	
Receita de Contribuições	4.943,34	4.897,45	5.105,44	4.482,82	4.872,53	65.015,28	47.962,44	
Receita Patrimonial	7.835,37	5.930,91	5.473,62	4.015,15	3.540,19	120.340,11	63.831,58	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	123,00	15.013,51	62.821,98	
Transferências Correntes	1.090.764,83	1.004.566,96	1.010.228,16	1.065.136,60	1.059.812,19	13.536.190,01	9.798.487,95	
Cota-Parte do FPM	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	4.861.109,58	4.256.218,78	
Cota-Parte do ICMS	501.031,93	484.705,95	485.182,87	563.076,26	530.498,15	6.292.198,39	3.856.169,10	
Cota-Parte do IPVA	22.173,37	31.910,08	31.665,70	31.709,17	37.927,31	333.375,45	245.118,93	
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	20,76	772,60	2.033,78	2.984,08	3.079,81	
Transf.da LC 87/1996	2.672,99	2.672,99	2.672,99	0,00	5.345,98	32.544,48	28.467,08	
Transferência do FUNDEB	64.039,38	59.200,92	61.423,83	69.010,11	64.531,61	742.821,62	517.783,51	
Outras Transferências	74.940,95	108.024,50	78.297,72	93.479,87	93.486,97	1.271.156,41	891.650,74	
Demais Receitas Correntes	1.026,32	2.212,10	1.977,09	828,15	898,95	33.728,76	66.428,79	
II-DEDUÇÕES	192.059,72	169.056,29	175.856,48	182.304,35	182.164,22	2.325.901,67	1.696.266,12	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	192.059,72	169.056,29	175.856,48	182.304,35	182.164,22	2.325.901,67	1.696.266,12	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	938.992,53	895.481,15	875.485,67	928.638,43	917.157,19	11.971.286,58	8.626.328,75	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	<b>Previsão Orçamentária</b>
Valor	0,00

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(09/2012)	Exercício Anterior(2011)	Exercício Atual(2012)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	0,00	1.169.450,93	1.108.352,79
DEDUÇÕES (II)	2.236.739,55	1.095.576,61	767.220,75
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.236.739,55	1.095.576,61	767.220,75
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-2.236.739,55	73.874,32	341.132,04
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-2.236.739,55	73.874,32	341.132,04

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	267.257,72	2.577.871,59

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	333.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	159.499,54

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
|  
| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
| Demonstrativo do Resultado Primario |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

\_\_\_\_\_  
Contadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

\_\_\_\_\_  
Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011				de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	943.248,66	2.708,00	940.540,66		0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.470,02	0,00	27.470,02		0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IOMERÊ										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	970.718,68	2.708,00	968.010,68		0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011				de 2011				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	251.033,89	251.033,89	63.689,25	394.476,44	157,14
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	64.940,18	64.940,18	6.131,58	80.226,97	123,54
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	56.945,11	56.945,11	6.109,19	74.944,52	131,61
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	858,89	858,89	22,39	622,74	72,51
1.1.3- Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/P	2.709,40	2.709,40	0,00	1.643,20	60,65
1.1.4- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	4.426,78	4.426,78	0,00	3.016,51	68,14
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	16.933,76	16.933,76	11.884,27	57.694,38	340,71
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	16.933,76	16.933,76	11.884,27	57.694,38	340,71
1.3 - Receita Resultante do - ISS	72.558,38	72.558,38	17.655,31	106.487,79	146,76
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	72.493,00	72.493,00	17.583,48	105.483,86	145,51
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Servi	65,38	65,38	71,83	1.003,93	1535,53
1.3.4- Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Q	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	96.601,57	96.601,57	28.018,09	150.067,30	155,35
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	96.601,57	96.601,57	28.018,09	150.067,30	155,35
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.481.330,58	8.481.330,58	1.821.895,42	9.517.011,58	112,21
2.1 - Cota Parte do FPM	4.256.218,78	4.256.218,78	633.076,98	3.979.753,78	93,50
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	4.256.218,78	4.256.218,78	633.076,98	3.979.753,78	93,50
2.2- Cota-Parte do ICMS	3.856.169,10	3.856.169,10	1.093.574,41	5.121.543,75	132,81
2.3- TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC	28.467,08	28.467,08	5.345,98	26.733,46	93,91
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	92.276,88	92.276,88	17.455,19	81.761,49	88,60
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	3.079,81	3.079,81	2.806,38	2.952,27	95,86
2.6- Cota-Parte do IPVA	245.118,93	245.118,93	69.636,48	304.266,83	124,13
<b>3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)</b>	<b>8.732.364,47</b>	<b>8.732.364,47</b>	<b>1.885.584,67</b>	<b>9.911.488,02</b>	<b>113,50</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	109.470,36	109.470,36	27.867,66	118.954,58	108,66
5.1- Rec.Rem.Dep. Ban. de Rec.Vinc. Salário Educaç	1.895,67	1.895,67	81,62	1.622,47	85,59
5.1- Transf. do Salário Educação	48.442,68	48.442,68	13.242,40	66.330,86	136,93
5.2- Rec. Rem. Dep. Banc. Alimentação Escolar	0,00	0,00	23,88	44,09	0,00
5.2- Rec. Rem. Dep. Banc. Apoio Transp. Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transf. Direta PNAE-Alimentação	21.766,76	21.766,76	5.492,00	19.360,00	88,94
5.2- Transf. Direta do FNDE ref PNATE	37.365,25	37.365,25	9.027,76	31.597,16	84,56
<b>9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO</b>	<b>109.470,36</b>	<b>109.470,36</b>	<b>27.867,66</b>	<b>118.954,58</b>	<b>108,66</b>



[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

		FUNDEB				
		Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB		Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		1.696.266,12	1.696.266,12	364.468,57	1.903.490,11	112,22
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)		851.243,76	851.243,76	126.615,32	795.950,44	93,50
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)		771.233,82	771.233,82	218.714,70	1.024.307,79	132,81
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)		5.693,42	5.693,42	1.069,18	5.346,62	93,91
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)		18.455,38	18.455,38	3.491,05	16.352,35	88,60
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)		615,96	615,96	561,25	590,40	95,85
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)		49.023,78	49.023,78	14.017,07	60.942,51	124,31
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		519.079,11	519.079,11	133.713,86	641.710,57	123,62
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB		517.783,51	517.783,51	133.541,72	639.890,51	123,58
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN		1.295,60	1.295,60	172,14	1.820,06	140,48
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)		1.178.482,61	1.178.482,61	230.926,85	1.263.599,60	107,22

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	519.079,11	656.998,36	140.444,52	653.750,94	99,51
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	519.079,11	656.998,36	140.444,52	653.750,94	99,51
14.0 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	519.079,11	656.998,36	140.444,52	653.750,94	99,51

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	12.919,25
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>12.919,25</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100)</b>	<b>% 99,86</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>12.919,25</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012</b>	<b>12.919,25</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.183.091,12	2.183.091,12	471.396,17	2.477.872,00	113,50
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	160.000,00	183.000,00	10.893,66	158.636,13	86,69
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	160.000,00	183.000,00	10.893,66	158.636,13	86,69
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.545.348,98	1.850.268,23	366.199,20	1.726.261,53	93,30
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	519.079,11	656.998,36	140.444,52	653.750,94	99,51
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	1.026.269,87	1.193.269,87	225.754,68	1.072.510,59	89,88
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[ www.cplinformatica.com.br ]

003

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)</b>	<b>1.705.348,98</b>	<b>2.033.268,23</b>	<b>377.092,86</b>	<b>1.884.897,66</b>	<b>92,70</b>

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	1.263.599,60
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	1.820,06
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	12.919,25
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	1.248.860,29
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	3.133.757,95

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 31,62

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	1.705.348,98	2.033.268,23	377.092,86	1.884.897,66	92,70

	Saldo	Cancelado
	Até o Bimestre	em 2011 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

## VALOR

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	FUNDEB(b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	12.919,25	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	639.890,51	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	653.750,94	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.820,06	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	878,88	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 | Municipio de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	1.099.766,52	-1.099.766,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	1.099.766,52	-1.099.766,52
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	1.099.766,52	-1.099.766,52
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	0,00	0,00	1.099.766,52	-1.099.766,52
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	0,00	0,00	1.099.766,52	-1.099.766,52

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	4.595.178,45	134.278,46	3.646.126,76	949.051,69
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	4.595.178,45	134.278,46	3.646.126,76	949.051,69
--------------------------------	--------------	------------	--------------	------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-4.595.178,45	-134.278,46	-2.546.360,24	-2.048.818,21
-------------------	---------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	89.249,23	519,47	88.729,76
Rec.Rem. Dep. Ban. de Rec. Vic. Alienação de Bens - Educação	0,00	1,27	-1,27
Rec.Rem. Dep. Ban. de Rec. Vic. Alienação de Bens - Outros	2.468,46	512,41	1.956,05
Rec. Rem. Dep. Ban. Alienação de Bens Saúde	0,00	5,79	-5,79
Alienação de Bens Móveis	86.780,77	0,00	86.780,77
Total	89.249,23	519,47	88.729,76

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	96.492,28	71.583,64	24.908,64
Despesas de Capital	96.492,28	71.583,64	24.908,64
Investimentos	96.492,28	71.583,64	24.908,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	96.492,28	71.583,64	24.908,64

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	71.740,86	-71.064,17	676,69

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	8.732.364,47	8.732.364,47	9.911.488,02	113,50
Impostos	251.033,89	251.033,89	394.476,44	157,14
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	56.945,11	56.945,11	74.944,52	131,61
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	96.601,57	96.601,57	150.067,30	155,35
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	16.933,76	16.933,76	57.694,38	340,71
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	72.493,00	72.493,00	105.483,86	145,51
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	858,89	858,89	622,74	72,51
Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serviços Qua	65,38	65,38	1.003,93	1535,53
Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/Prop.Ter	2.709,40	2.709,40	1.643,20	60,65
Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.Nat	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana -	4.426,78	4.426,78	3.016,51	68,14
Receitas de transf. constitucionais e Legais	8.481.330,58	8.481.330,58	9.517.011,58	112,21
da União	8.481.330,58	8.481.330,58	9.517.011,58	112,21
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	4.256.218,78	4.256.218,78	3.979.753,78	93,50
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	3.079,81	3.079,81	2.952,27	95,86
TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC N	28.467,08	28.467,08	26.733,46	93,91
Cota-Parte do ICMS	3.856.169,10	3.856.169,10	5.121.543,75	132,81
Cota-Parte do IPVA	245.118,93	245.118,93	304.266,83	124,13
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	92.276,88	92.276,88	81.761,49	88,60
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	465.511,60	465.511,60	511.000,61	109,77
da União para o Município	412.598,29	412.598,29	440.293,03	106,71
Transf. Rec. Sistema Unico Saude-SUS Rep. Fundo	412.598,29	412.598,29	440.293,03	106,71
do Estado para o Município	52.913,31	52.913,31	70.707,58	133,63
Transf.Rec. Estado p/Programa de Saude-Repasse F	52.913,31	52.913,31	70.707,58	133,63
(-)-Dedução para o Fundef	-1.696.266,12	-1.696.266,12	-1.903.490,11	112,22
Total de Receita de Impostos	7.501.609,95	7.501.609,95	8.518.998,52	113,56

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	1.824.551,98	2.629.277,49	2.200.944,21	83,71
Pessoal e Encargos Sociais	907.866,34	1.355.882,47	1.168.918,71	86,21
Outras Despesas Correntes	916.685,64	1.273.395,02	1.032.025,50	81,05
Despesas de Capital	118.468,28	255.747,58	100.291,34	39,21
Investimentos	118.468,28	255.747,58	100.291,34	39,21
Total	1.943.020,26	2.885.025,07	2.301.235,55	79,76

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	2.301.235,55	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	633.241,44	839.131,66	513.239,91	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	617.989,14	823.879,36	512.896,25	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	15.252,30	15.252,30	343,66	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	1.787.995,64	0,00

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2011(e)	Aplic.Apurada em 2011(F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2011	Can.em 2012(g)
RP de Des.Próprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	21,32	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2011				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	18,04

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.322.990,54	2.163.873,41	1.735.175,92	75,40
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	603.193,52	664.688,24	526.440,10	22,88
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.000,00	7.000,00	1.291,00	0,06
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	9.836,20	49.463,42	38.328,53	1,67
Total	1.943.020,26	2.885.025,07	2.301.235,55	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	633.241,44	839.131,66	513.239,91	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	617.989,14	823.879,36	512.896,25	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	15.252,30	15.252,30	343,66	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	1.943.020,26	2.885.025,07	1.787.995,64	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
 Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
 Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
 Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
 VALCIR AFONSO SERIGHELLI



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	9.558.109,52
Previsão Atualizada da Receita	0,00	9.558.109,52
Receitas Realizadas	1.916.070,76	11.886.003,38
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	1.167.833,21
Déficit Orçamentário	0,00	5.371.864,24

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	9.558.109,52
Dotação Atualizada	0,00	14.929.973,76
Despesas Empenhadas	1.231.556,26	13.360.275,93
Despesas Liquidadas	1.838.175,89	12.452.050,16
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.231.556,26	13.360.275,93
Despesas Liquidadas	1.838.175,89	12.452.050,16

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	11.971.286,58

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	333.000,00	2.577.871,59	774,1356
Resultado Primario	159.499,54	-1.566.679,61	-982,2471

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	970.718,68	2.708,00	968.010,68	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	31,6174
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	99,863
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Crédito	1.099.766,52	-1.099.766,52
Despesa de Capital Líquida	3.646.126,76	949.051,69

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	519,47	88.729,76
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	71.583,64	24.908,64

Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.787.995,64	15,00	18,04

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

**PEGASO**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC** ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Ipumirim

## PREFEITURA

### Extrato de Contrato Nº 49/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 49/2012

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2011, Processo de Licitação nº 100/2011, homologado em 02 de janeiro de 2012.

Objeto: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 100/2011, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA.

Valor: R\$ 930,00 (Novecentos e Trinta Reais)

Assinatura: 07/11/2012 Vigência: 07/12/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA, situada na RUA MIT-SUGORO TANAKA 145, Bairro TOCANTINS, cidade de Toledo-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.856.593/0001-66.

### Extrato de Contrato Nº 50/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 50/2012

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2011, Processo de Licitação nº 7/2011, homologado em 16 de maio de 2011.

Objeto: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 13/2.011, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, E, DE OUTRO LADO, BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO CAMILO, NA FORMA ABAIXO.

Valor: R\$ 0,01 (Um Centavo)

Assinatura: 18/10/2012 Vigência: 17/05/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL- HOSP. SÃO CAMILO, situada na RUA BENTO GONÇALVES 445, Bairro CENTRO, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0012-54.

### Extrato de Contrato Nº 87/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 87/2012

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2011, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23034.001419/2011-58.

Objeto: aquisição de mobiliário escolar da educação básica de acordo com a Adesão do Edital de Pregão Eletrônico nº 23/2011a, Processo Administrativo nº 23034.001419/2011-58, realizado através do FNDE/MEC.

Valor: R\$ 75.566,50 (Setenta e Cinco Mil Quinhentos e Sessenta e Seis Reais e Cinquenta Centavos)

Assinatura: 31/10/2012 Vigência: 31/12/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MÓVEIS E COMERCIO DE EQUIPAM, situado no DISTRITO INDUSTRIAL DE SOCORRO, 178, Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL, cidade de Nossa Senhora do Socorro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.325.400/0007-62.

### Extrato de Contrato Nº 88/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 88/2012

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2011b, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23034.025047/2011-55.

Objeto: cont. de solução integrada interativa de computador e projeção, denominada Computador Interativo e Solução de Lousa Digital, para o atendimento das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios e demais entidades autorizadas a aderir ao prog. de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Prog. Nacional de Tec. Educ.(PROINFO) do Ministério da Educ., ref. ao item 01 COMP. INTERATIVO, do Pregão Eletrônico nº72 /2011b, FNDE/MEC, Proc. Adm. nº23034.025047/2011-55.

Valor: R\$ 9.125,00 (Nove Mil Cento e Vinte e Cinco Reais)

Assinatura: 31/10/2012 Vigência: 31/12/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A, situada na AV INDEPENDENCIA, 3500, Bairro LOTEAMENTO INDÚSTRIA, cidade de Taubaté-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.170.289/0001-25.

### Extrato de Contrato Nº 89/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 89/2012

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço, para elaboração e apresentação do edital, resoluções do processo de escolha de conselheiros tutelares, capacitação do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, reordenamento da Lei do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS.

Valor: R\$ 5.176,00 (Cinco Mil Cento e Setenta e Seis Reais)

Assinatura: 07/11/2012 Vigência: 31/12/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VIVER DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA-ME, situada na RUA CEL. MANOEL DOS SANTOS MARINHO 319 E, Bairro JARDIN ITÁLIA, cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.677.640/0001-66.

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 2316

Decreto nº 2316/2012.

“Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados, empenhada nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 porém, não consumado o implemento de condição na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização, na forma que especifica e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso I, da Lei Complementar nº. 007/2001 de 15/10/2001, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 inscritos em Restos a Pagar - não Processados, nos balanços gerais do município de Irineópolis, a saber:

GABINETE DO PREFEITO:

SECRETARIA DA FAZENDA:

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO:

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

SECRETARIA DA AGRICULTURA:

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA:

Parágrafo Único - Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo dos balanços dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 21 de novembro de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

#### Contrato Nº 142/2012

CONTRATO Nº 142/2012

Contrato para realização de Teste Seletivo, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a Associação dos Municípios do Planalto Norte - AMPLANORTE.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade nº 6.109.615-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a Associação dos Municípios do Planalto Norte - AMPLANORTE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.244.954/0001-77, com sede a Rua Maria do Espírito Santo, nº 400, Centro, na cidade de Mafra., Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Helio Daniel Costa, portador do CPF nº 000.620.139-39, RG nº 2.773.718-SC, no exercício do cargo de Secretário Executivo, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidora dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Este contrato tem por objeto a prestação de serviços, no qual a Contratada se compromete a realizar Teste Seletivo destinado ao provimento de vagas para cargos de professor disponíveis na Secretaria Municipal de Educação, a serem admitidos em Caráter Temporário para o ano letivo de 2013, onde a mesma será responsável pela elaboração do edital, aplicação e correção das provas, divulgação do gabarito e resultado final, análise dos eventuais recursos, bem como todos os demais atos necessários a completa realização do Teste Seletivo.

O candidato poderá se inscrever nas seguintes disciplinas, áreas e níveis de ensino:

- Educação Infantil;
- Séries Iniciais do Ensino Fundamental;
- Artes;
- Educação Física;
- Matemática;
- Geografia;
- História;
- Língua Portuguesa;
- Língua Inglesa;

- j) Ciências;  
k) PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

O preenchimento das vagas da Secretaria Municipal da Educação dar-se-á, conforme a necessidade da Secretaria da Educação, após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e na ocorrência de necessitar de substituição de servidores efetivos em afastamento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - BASE LEGAL DO CONTRATO

O presente instrumento contratual é realizado com dispensa de licitação por tratar-se de contratação de pequeno valor (abaixo de R\$ 8.000,00), regendo-se pelas disposições expressas no art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de Direito Público aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a empresa CONTRATANTE, não pagará a CONTRATADA nenhum valor, pois a mesma se propõe a realizar o contrato sem qualquer custo para o Município, apenas tendo como contraprestação o valor arrecadado com as inscrições, estimadas em um total de 150 (cento e cinquenta), caso o número de inscritos não atinja o estimado, ainda assim nenhum valor será devido a Contratada pelo Município.

O valor da inscrição será de R\$ 30,00 (trinta reais), para aqueles que se inscreverem em uma área de ensino ou uma disciplina específica.

O valor da inscrição será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), para aqueles que se inscreverem em duas disciplinas ou áreas de ensino conforme habilitação.

#### CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma direta a Contratada não poderá sub empreitar os serviços a ela adjudicados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todos os materiais e serviços a serem empregados na execução do objeto deverão ser fornecidos pela empresa Contratada, bem como todos os custos de aquisição serão encargos da mesma.

#### CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo máximo para a execução completa do objeto do contrato será de no máximo 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado mediante a formulação de cláusulas aditivas neste Instrumento de Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços executados será de competência e responsabilidade da Municipalidade, através do Departamento de Recursos Humanos e Comissão Especial designada para este fim, à quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do referido contrato.

#### CLÁUSULA SETIMA - REAJUSTE

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão,

com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA NONA - VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 120 (cento e vinte) após a assinatura do presente Contrato.

#### CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município por seus responsáveis fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Contratada assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou à terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO - A Contratada se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização do objeto, que serão feitas por comissão designada por esta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

PARÁGRAFO SETIMO - A Contratada assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução do objeto.

PARÁGRAFO OITAVO - A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

PARÁGRAFO NONO - A Contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do Contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total das inscrições.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

- a) Cinco décimos por cento (0,5%) do valor das inscrições por dia, caso ultrapasse o prazo de início,
- b) Cinco décimos por cento (0,5%) do valor das inscrições por dia que exceda o prazo contratual, sem justificativa aceita por esta Municipalidade.



PARÁGRAFO SEGUNDO - As multas previstas nas letras "a" e "b" do PARÁGRAFO PRIMEIRO são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A multa definida na letra "a" do PARÁGRAFO PRIMEIRO será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devida e a multa da letra "b" do PARÁGRAFO PRIMEIRO será descontada da última parcela ou das cauções retidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos Preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de Protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e dos Princípios Gerais de Direito.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pela CONTRATANTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 21 de novembro de 2012.  
Município de Irineópolis

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

Contratante

Associação dos Municípios do Planalto Norte - AMPLANORTE  
HELIO DANIEL COSTA  
Secretário Executivo  
Contratada

Testemunhas:

Nome: ROSANE DE CASSIA DOS SANTOS CORREA PRUST  
CPF: 806.507.919-91

Nome: FRANCIELE APARECIDA WEINGARTNER  
CPF: 028.179.289-54

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

#### Contrato 912/2012/PMJ - TA 3/2012

CONTRATO Nº 912/2012/PMJ - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Sr. RAFAEL LASKE, e a Empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.223.659/0001-81 estabelecida na Avenida XV de Novembro, 468 - 1º andar, Centro, no Município de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, portador da Carteira de Identidade nº 11/C 3.538.752/SSP/SC e CPF nº 008.482.959-19, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, 1800 - Apto 301 - centro, na cidade de Joaçaba, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 912/2012/PMJ, firmado em 16/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 11/2012/ MJ - Edital CC nº 1/2012/PMJ, homologado em 16/03/2012, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q (recapeamento) de parte da Rua Antonio Nunes Varella, Bairro Vila Pedrini, e para a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q sobre estrada vicinal (terra) de parte da Rua Antonio Nunes Varella até a Vila Cordazzo, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e, consequentemente, a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Considerando a necessidade de dilação do prazo de execução da obra em função dos serviços de detonação em rocha não previstos inicialmente, a CONTRATADA deverá entregar a obra, completamente executada, até o dia 18 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Em virtude da dilação do prazo de execução descrito na cláusula primeira deste Termo, a vigência do contrato fica prorrogada para 18 de dezembro de 2012, em atendimento à solicitação da CONTRATADA, em conformidade com o parecer da fiscalização da obra e com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.



Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 14 de novembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Testemunhas:

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_

**Ordem de Serviço Nº 179/2012 - Recebida Em 14/11/2012**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 179/2012

Autorizo por meio desta, a empresa T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 72.332.778/0001-09 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais, equipamentos e da mão de obra necessários para a execução dos serviços de capina mecânica em vias urbanas e logradouros públicos do município de Joaçaba/SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 76/2012/PMJ - Edital Pregão Presencial nº 36/2012/PMJ, homologado no dia 19/09/2012. O total do serviço ora contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 68.480,00 (Sessenta e oito mil e quatrocentos e oitenta reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Terceira do CONTRATO Nº 966/2012/PMJ, de 19 de Setembro de 2012. O prazo para a conclusão dos serviços é de 08 (Oito) meses, contados a partir da data de recebimento da presente Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 23 de Outubro de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

Representante: Sra. JULEIDE INES D'AGOSTINI

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_

CPF: 589.785.859-49

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

## PLASS

### Decreto Superávit Financeiro

DECRETO Nº 4.196 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 16 da Lei Municipal 4.210 de 16/12/11 (LOA) e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por LEI;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos próprios do PLASS:

ÓRGÃO: 15 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

UNIDADE: 01 - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS - PLASS

Proj./Ativ.: 0.007 - CONTRIBUIÇÃO AO PASEP PLASS

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.201.0

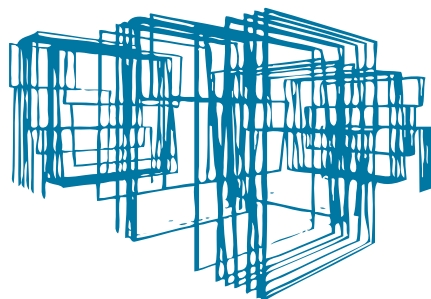
Valor: R\$ 3.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 20 de novembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito



## Programa de Gestão de Obras



**Programa de Gestão de Obras:**  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

**www.cig a.sc.gov.br**



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

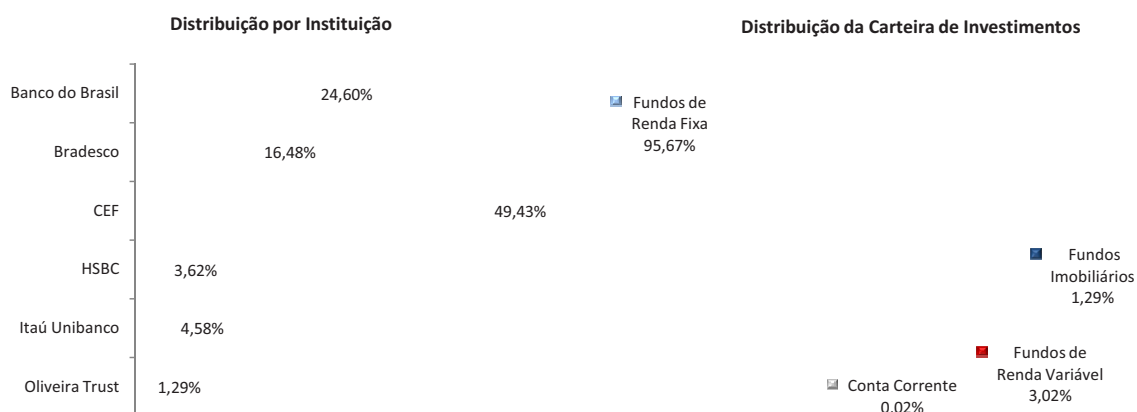
**IMPRES****Relatorio Carteira Investimento IMPRES Outubro/2012**

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de  
Joaçaba - SC

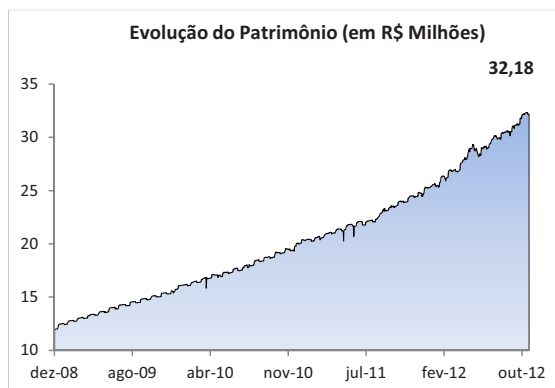
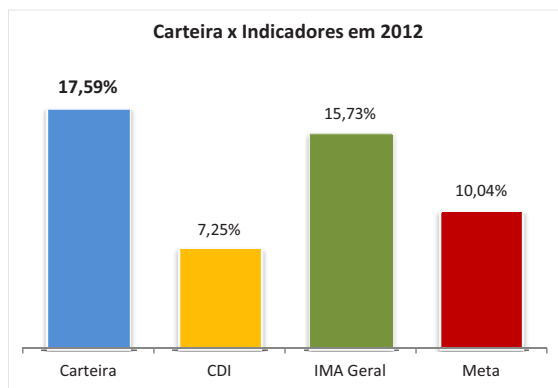
**Relatório da Carteira de Investimentos do IMPRES****OUTUBRO**

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Prime Consultoria, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:



HISTÓRICO DE RENTABILIDADE	NO MÊS		NO ANO		EM 252 DIAS ÚTEIS	
IMPRES	2,38%	comparativo	17,59%	comparativo	20,07%	comparativo
CDI	0,61%	392%	7,25%	243%	9,11%	220%
IMA Geral	2,18%	109%	15,73%	112%	18,07%	111%
Meta Atuarial (INPC + 6%)	1,20%	199%	10,04%	175%	12,26%	164%



**Análise de Desempenho:** A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

**SIMAE****Ata Registro de Preços 01/12 - Brita**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2012**

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0050/2012, na Ata de julgamento de preços, homologada em 13/11/2012, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Brita Graduada para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 050/2012.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - Brita Graduada, Quantidade - 1.200, Unidade de medida - M<sup>3</sup>.

1º. Colocado - Empresa: Pedreira Triângulo Ltda, no valor de R\$ 42,90 o m<sup>3</sup>;

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Brita Graduada, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 050/2012 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

**3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

**4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 A Brita deverá ser entregue conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Solicitação de Entrega - SE.

4.2 Após o recebimento da SE, por parte do fornecedor, a Brita deverá ser entregue no prazo máximo de 04 (quatro) horas após o recebimento da solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos locais indicados na SE.

4.2.1 Serão solicitadas entregas nos municípios de Joaçaba, Herval do oeste e Luzerna.

4.3 No ato da entrega da Brita a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que a Brita será recebida:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade da Brita com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade da Brita com a especificação e a consequente aceitação.

4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. A Brita que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição da Brita recusada, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na LEI.

**5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA****5.1 O pagamento será:**

5.1.1. Efetivado mensalmente, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL [compras@simae.sc.gov.br](mailto:compras@simae.sc.gov.br).

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao do material entregue, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061  
FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.  
ELEMENTO: 3390.30.99.00

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- Efetuar a entrega da brita após solicitação em até 04 (quatro) horas, em horário comercial;
- providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, a brita em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência;

b) Multa:

1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 13 de novembro de 2012.

Pregoeiro Oficial

ANA PAULA PEREIRA

Equipe de Apoio

ELIANE APARECIDA CERON VIER

LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA

Representantes Credenciados:

PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA

RUDI OLWEILER JR.

## Termo Recebimento Obra Lima e PFERL

### TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0179/2012 de 20/11/2012 da Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE, para proceder ao Recebimento Definitivo da Obra referente ao Convite JHL nº 0010/2012, Licitação 0052/2012 decorrente do Contrato JHL nº 0085/2012 de 13 de Julho de 2012 e os Senhores Paulo Henrique Oliveira de Souza, Diretor Industrial e Engº Jorge Augusto da Silva, Engenheiro Responsável pela obra, ambos da empresa Lima & Pferl Ltda, após o recebimento Provisório da Obra de Execução do Aprofundamento e Substituição do revestimento de poço artesiano localizado na comunidade de Nova Petrópolis, além da limpeza e desobstrução e desinfecção do mesmo, através de aplicação de produtos químicos e ar, conforme Termo Provisório assinado em 09 de agosto de 2012 declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de execução do Aprofundamento e Substituição do revestimento de poço artesiano localizado na comunidade de Nova Petrópolis, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

2. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.



Joaçaba SC, 20 de Novembro de 2012.

Membro da Comissão:

ENGº JOÃO CARLOS UNGERICH \_\_\_\_\_

Membro da Comissão:

PAULO CESAR LAMIN \_\_\_\_\_

Membro da Comissão:

VALDINEI ANTONIO GUSATTO \_\_\_\_\_

Representante da Contratada:

PAULO H. O. DE SOUZA \_\_\_\_\_

Engenheiro da Contratada:

ENGº JORGE AUGUSTO DA SILVA \_\_\_\_\_

Visto da Direção do SIMAE:

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI \_\_\_\_\_

### **Tomada de Preços JHL 0009/2012 - SIMAE**

Licitação nº 0085/2012 - Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0009/2012 - Protocolo JHL 3136/2012

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0009/2012 - Licitação 0085/2012, tipo Menor Preço Global (Empreitada Integral), que trata do Objeto: Aquisição de Reservatório Circular em Chapa de Aço Carbono Revestido com Vidro Fundido com Capacidade para 1.930m³ de água, compreendendo fornecimento do material e Montagem. Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 07/12/2012 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC. Da Abertura: A abertura será realizada no dia 07/12/2012 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 22 de novembro de 2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

### **Resumo de Contrato JHL 0136/2012 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA-HERVAL D' OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0136/2012

TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0082/2011

Pregão Presencial 0040/2011

PROCESSO LICITATÓRIO 0054/2011

PROTOCOLO Nº 2857/2011

Data: 19/11/2012

Objeto: Reajuste no valor do Óleo Diesel

Contratado: GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA

Valor Atual: R\$ 2,05 (Dois reais e cinco centavos) o Litro

PROGRAMA: 14.01.2061 14.01.1051 14.01.1052

ELEMENTO: 3390.30.01.004490.51.99.00 4490.51.99.00

Prazo de vigência: 20/11/2012 a 31/12/2012

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

## **José Boiteux**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria 315/2012**

PORTARIA Nº 315/2012

Alcino Pereira, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, de 120 (cento e vinte dias) a servidora Adriana Schlup, no período de usufruto será de 01.11.2012 a 01.03.2012.

José Boiteux, 01 de novembro de 2012.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

#### **Portaria 316/2012**

PORTARIA Nº 316/2012.

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA NA FAMÍLIA, ao servidor Cristiani dos Santos Deringer, nos termos do artigo 122 da Lei nº 170, de 28.02.92, a partir de 01.11.2012 a 15.11.2012 conforme especificado na declaração anexa.

José Boiteux, 01 de novembro de 2012.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

#### **Portaria 317/2012**

PORTARIA Nº 317/2012

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, e amparado no artigo 73, § 1º, I da Lei nº 170 de 28.02.92 RESOLVE CONCEDER EXONERAÇÃO A PEDIDO, a Servidora Neusa Inês Fusinato, admitida em cargo Temporária através da Portaria n. 166/2012, no cargo de Técnica de Enfermagem, a partir de 30.11.2012.

José Boiteux, 07 de novembro de 2012.

ALCINO PEREIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

#### **Portaria 318/2012**

PORTARIA Nº 318/2012

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Maria Fernanda de Oliveira Rudolf Cruz, nos termos do artigo 104 da Lei nº 170, de 28.02.92, no período de 01.09.2012 a 07.11.2012, como especificado no Atestado Anexo.

José Boiteux, 07 de novembro de 2012.

ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

### Portaria 319/2012

PORTARIA Nº 319/2012

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor Airton Vicari, nos termos do artigo 104 da Lei nº 170, de 28.02.92, no período de 28.08.2012 a 11.02.2013, como especificado no Atestado Anexo.

José Boiteux, 14 de novembro de 2012.

ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

### Portaria 320/2012

PORTARIA Nº 320/2012

Alcino Pereira, Prefeito do município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica, RESOLVE CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, de 120 (cento e vinte dias) a servidora Maria Fernanda de Oliveira Rudolf Cruz, no período de usufruto será de 08.11.2012 a 08.03.2013.

José Boiteux, 14 de novembro de 2012.

ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

### Portaria 321/2012

PORTARIA Nº 321/2012

Alcino Pereira, Prefeito do Município de José Boiteux, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 79 da Lei Orgânica e artigo 134 da Lei 170/1992, RESOLVE CONCEDER DIREITO A FRUIÇÃO DE LICENÇA PREMIO de (1 mês) ao servidor Aclair Cesar Cabana que será usufruído no período de 26.11.2012 a 25.12.2012, correspondente ao quinquênio de 2006 a 2011.

José Boiteux, 19 de novembro de 2012.

ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra

### Portaria 322/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

PORTARIA No 322 de 20/NOVEMBRO/2012

Dispõe sobre a criação do Fórum Municipal para a Elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de José Boiteux.

Alcino Pereira, Prefeito Municipal de José Boiteux, no uso de suas atribuições legais, baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1o – Fica criado o Fórum Municipal para a Elaboração do Plano Municipal de Educação, diretamente subordinado a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e com coordenação da Secretária de Educação, Sra. Marcia Fusinato Barbosa Athayde, que terá como atribuição a coordenação dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Educação, bem como gerenciar todos os dados e informações ali tratados.

Artigo 2o – O Fórum Municipal para a Elaboração do Plano Municipal de Educação será constituído pelas seguintes câmaras setoriais e seus respectivos membros:

CÂMARA SETORIAL	COORDENADOR	MEMBROS
		<p>Marly de Oliveira Lisieski Sirlei Penz Tottene Miria Moser Darolt Tatiana Aparecida V. Ricardo Nádia Buzzi Fanslau Kelly Correa da Silveira Marta Adriana Pedri Natalina Vergueiro Suzana de Oliveira Alice Portes Scholl da Cunha</p>
Educação Infantil	Naira S. B. Fernandes Thomaz	<p>Tatiana Weidmann Gisele Thomaz Voss</p>
Ensino Fundamental	Cristiani dos Santos Deringer	<p>Claudia Bonetti Haehmkuhl Natalina Bertelli Luciana Aparecida Costa Ricardo Vencato Silvia Schwartz Fusinato Naira S. B. Fernandes Thomaz</p>
Ensino Médio e Formação Profissional	Igídio Fusinato	<p>Alice Regina Supriano Jardel Brehmer Sérgio Fusinato Patrícia Fusinato da Cunha Ana Maria Vendrami Claudia Vanelle Fusinato</p>
Educação de Jovens, Adultos e Idosos	José Ricardo Meneghelli	<p>Erondina dos Santos Albertina L. Sevegnani Claudino Comper Nicacio Antonio Mariano Jair de Souza Aihu Patté Cocta Patté Jeovitto Veitcha Crendô</p>
Educação Superior e Pós-graduação	Tiago Griboski	<p>Jardel Possamai Leonardo Alupes Weisweiler Janaina Moretto Elisa Cristina Strubel Claudia Vanielle Fusinato</p>



Educação a Distância e Tecnologias Educacionais	Cristiane dos Santos	Eduardo André de Andrade Anna Paula de Oliveira Diana Bertelli de Oliveira
Educação Especial	Josemar Bona	Ondina Bertelli Helena Maria B. de Oliveira Alice Portes Scholl da Cunha Noeli de G. Loffhagen Ambrosio Bertelli Regiane M. Stollmeier Marina Moser de Assis Soráia Emilia Dell Agnolo
Educação Indígena	Abraão Kovi Patté	Nicacio Antonio Mariano Jeovitto V. Crendô Adelina Paoté Semerita Syaoi Natalina Vergueiro Marta Adriana Pedri Marcondes Nambla Elizete Taveza Priprá Janete Warubloi Paula de Oliveira Aihu Patté Paulo Huritá Filho Aldina Cuzu Nhô Patté Gemerita Cyaoi Juarez Ayoconã Lenise Sabrina Firintãin Patté Mariana de Jesus
Formação dos Professores e Valorização do Magistério	Gisele Cristine Fernandes Thomaz Voss	Narci Frizzi Daniela M. Meneghelli Sônia Eskelsen Bagattoli Alice Kópp Marize R. Bayersdórfer Schuartz Júlio César Bagattoli
Financiamento e Gestão	Márcia Fusinato Barbosa Athay-de	Francieli C. Cipriani Boing Bianca Brenziger Pasotto Jair de Souza Gilson Lehnkuhl Genésio Pereira Omério Vaz Natalina Bertelli Silvio Diogo Correa Claudino Possamai Daiane Mondini Moser Albertina L. Sevegnani Josemar Bona Jonas Pudewell

Artigo 3o – Constituem atribuições do Fórum Municipal para a Elaboração do Plano Municipal de Educação, além das indicadas do Artigo 1o:

- I – a elaboração das diretrizes para a gestão e o financiamento da educação;
- II – a elaboração das diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e;
- III – a elaboração das diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, nos próximos dez anos.

IV – analisar e estabelecer blocos de discussão com o objetivo de agrupar as informações tratadas pelo sistema a fim de contemplar sua conceituação, produtos, responsabilidades e dúvidas.

Artigo 4o – As ações a serem adotadas pela Coordenação do Fórum, de imediato, obedecerão as seguintes ações:

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
Criação do Fórum de discussão para a apresentação das Câmaras Setoriais da educação no município	Secretaria de Educação
Coordenação das discussões no Fórum	Secretaria de Educação e Coordenação das Câmaras Setoriais
Levantamento de dados para a elaboração do Plano Municipal de Educação	Secretaria de Educação
Elaboração do documento final para apresentação a comunidade e ao chefe do poder executivo para encaminhamento a Câmara dos Vereadores.	Secretaria de Educação

I – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Prefeitura Municipal de José Boiteux, 20 de Novembro de 2012.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal de José Boiteux

**Lages**

**PREFEITURA**

### Chamamento Público 03/2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2012

A Prefeitura do Município de Lages, através da Secretaria Municipal da Educação, torna público para conhecimento dos interessados o lançamento do Edital de Chamada Pública nº 03/2012, que tem como objeto o Cadastramento de grupos formais e informais para a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Lages, do mês de fevereiro a julho do ano de 2013. A retirada do Edital far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00 horas, no Armazém da Alimentação Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, Lages/SC, ou através do site. [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) Maiores informações pelo telefone (49) 3225-3828.

Lages, 20 de novembro de 2012.  
ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

**PP 13,16,17 e CC 06-2012 SEMASA**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 13-2012 SEMASA

Objeto: Fornecimento de Equipamentos p/ ERAT2, ERAB3 e ETA.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 05/12/2012 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 1.004.361,52

Modalidade: PP 16-2012 SEMASA

Objeto: Aquisição de Moto-bomba e Bomba tipo Autoaspirante.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 06/12/2012 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 22.736,00

Modalidade: PP 17-2012 SEMASA

Objeto: Aquisição de Materiais p/ ETE Pró Morar.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 06/12/2012 às 16:30

Valor Estimado: R\$ 76.634,75

Modalidade: CC 06-2012 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviço de Leitura de Hidrômetros

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 27/12/2012 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 1.014.000,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de novembro de 2012.

JONAS ALBERTO FERREIRA

Secretário da SEMASA

**Resultado PP 48-2012 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

SETOR DE LICITAÇÃO

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2012 - PML

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A COZINHA COMUNITÁRIA.**

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS

R\$ 89.081,96

Lages, 20 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

**1º Adt. ao Contrato 350/2011 - PML**

1º TERMO ADITIVO AO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM

FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 350/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: PRANDI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 06.224.123/0001-92, com sede à Rua Henrique Oswald n.º 295 - Lages/SC - cep:88.506-000 - fone:32271118.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa PRANDI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, representado neste ato pela Sra. Cristina Keiko Yamaguchi, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 134/2011, correlato à Tomada de Preços n.º 17/2011, aberto em 06/10/2011 e homologado em 02/12/2011, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO**

Contratação de Empresa de Engenharia, Tipo Menor Preço Global, para Prestação de Serviço de Construção do Setor Administrativo Do Parque Ecológico de Lages, SC, com fornecimento de material, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital.

1.1- Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA, mediante emissão de Ordem de Serviço expedido pela Secretaria de Obras do Município;

1.2- O controle dos serviços e a qualidade ambiental são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.3- Os serviços executados fora das normas técnicas da ABNT e dos padrões exigidos não serão aceitos e pagos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para execução: fica prorrogado em mais 06 (seis) meses;

2.2 - Do contrato: fica prorrogado em mais 06 (seis) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

3.1 - Ao firmarem este instrumento, declaram as partes plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Termo.

LAGES, SC, em 10 de NOVEMBRO de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA      PRANDI Construção Civil LTDA  
Prefeito Municipal                      Representante

CRISTINA KEIKO YAMAGUCHI

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**1º Termo Aditivo ao Contrato 233/2012 - PML**

1º TERMO ADITIVO AO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM

FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 233/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - sala 04 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato



**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

- Os produtos serão retirados do depósito da empresa fornecedora, em até três dias úteis da(s) solicitação(ões) da Secretaria;

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 26.940,40 (vinte e seis mil e novecentos e quarenta centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até trinta dias, das entregas, vista das notas fiscais decorrentes.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção e Recuperação das Estradas do Interior, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

Provisório para efeito de verificação e posterior aceitação

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 10 de setembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME

Representante

VALDIR MADRUGA DE CÓRDOVA

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 282/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 282/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 82.894.718/0001-33, estabelecido à Rua Mário Ribeiro Ramos n.º 242 - Lages/SC - cep: 88.509-340.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, representado neste ato pelo Sr. Julio César Rodrigues Delfes, Sócio Gerente, inscrito no CPF sob n.º 656.055.009-53, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 121/2012, correlato ao Convite n.º 29/2012, aberto em 24/07/2012 e homologado em 03/09/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para fornecimento de gêneros alimentícios e material de limpeza para consumo das equipes de recuperação de estradas e pontos do interior de Lages, em conformidade com as especificações do Anexo II - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 273/2012, em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

- Os produtos serão retirados do depósito da empresa fornecedora, em até três dias úteis da(s) solicitação(ões) da Secretaria;



2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.753,95 (dois mil e setecentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até trinta dias, das entregas, vista das notas fiscais decorrentes.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção e Recuperação das Estradas do Interior, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Provisório para efeito de verificação e posterior aceitação

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral

dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 10 de setembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME

Representante

JULIO CÉSAR RODRIGUES DELFES

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 283/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 283/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: SULCATARINENSE MINERAÇÃO ARTEFATOS DE CIMENTO BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 76.614.254/0001-61, estabelecida à Estrada Geral Tijucas s/nº km 03 - Biguaçu/SC - cep: 88.160-000.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa SULCATARINENSE MINERAÇÃO ARTEFATOS DE CIMENTO BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA, representada neste ato pela Sra. Fernanda Schmitt, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 92/2012, correlato à Concorrência 08/2012, aberta em 21/05/2012 e homologado em 19/09/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Serviços de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário, das Redes Coletoras, das Ligações Macro e Microdrenagem do Ribeirão Ponte Grande, a Urbanização da Avenida Ponte Grande e do Sistema Integrado Ponte Grande, no Município de Lages, em conformidade com os projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias/quantitativas, partes do Edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, em até 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.2 De Execução, em até 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Obras, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização;

2.4 De Recebimento Provisório, em até 15 (quinze) dias, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.5 De Recebimento Definitivo, em até 60 (sessenta) dias, pela

Comissão Municipal de Recebimento de Obras, mediante termo circunstanciado, para efeito de vistoria e da comprovação da adequação do objeto às condições contratadas. Durante este período, a CONTRATADA terá sob sua responsabilidade, todo o serviço contratado. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento, deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, sem ônus para o Município;

2.6 Do Contrato, a sua vigência será de 27 (vinte e sete) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 46.171.470,26 (quarenta e seis milhões, cento e setenta e um mil, quatrocentos e setenta reais e vinte e seis centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, até o 20º (vigésimo) dia útil da(s) data(s) da(s) aprovação(ões) do(s) Boletim(ins) de Medição(ões) pelo Engenheiro Fiscal, comprovando que os serviços foram executados;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se ao direito de efetuar somente o pagamento dos itens/subitens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura;

4.4 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1 O(s) valor(es) ofertado(s) na proposta poderá(ão) ser revisto(s), desde que devidamente requerido(s), demonstrado(s) através de planilha(s), plenamente justificado(s) e aprovado(s) pelo Contratante;

5.2 O(s) preço(s) será(ão) reajustado(s) pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), a cada doze meses, tendo como data base a da apresentação da proposta na licitação;

5.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 O objeto desta licitação será contratado com recursos provenientes da União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, na qualidade de Compromitente repassadora dos recursos, representada pela Caixa Econômica Federal, consoante Termo de Compromisso nº 0350967-85/2011, provisionados na conta: 0902.1.011 - Construção da Avenida Ponte Grande, Código de Despesa nº 85 e Elemento de Despesa nº 44905191, ano base 2012;

6.2 As despesas correrão nos exercícios futuros, às contas das dotações orçamentárias próprias para atender as despesas da mesma natureza.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e do presente Contrato;

7.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor

inicialmente contratado, pertinentes ao quantitativo, nos termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

7.5 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.7 Não subcontratar o total dos serviços contratados, entretanto é permitido fazê-lo parcialmente, desde que haja prévia e comprovada necessidade, mediante autorização do órgão responsável do CONTRATANTE.

7.7.1 Em caso de subcontratação, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável, tanto em relação ao CONTRATANTE, como perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições deste contrato.

7.7.2 A CONTRATADA deverá comunicar os serviços optados pela subcontratação à fiscalização da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, apresentando a relação dos serviços subcontratados e as empresas que irão executá-los.

7.7.3 Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização escrita do CONTRATANTE, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

7.7.4 A CONTRATADA deverá exigir de seus subcontratados cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-as ao Órgão Fiscalizador da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, quando solicitado, sob pena de incorrer nas cominações estabelecidas em contrato.

7.8 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.9 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.10 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.11 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.12 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

7.13 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

7.14 Manter no local dos serviços, o Diário de Obras ou de Ocorrências, para obtenção de assinatura(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s) e do(s) Fiscal(is) competente(s), pela ocasião da(s) vistoria(s);

7.15 Sinalizar e manter sinalizado o local dos serviços de acordo com o Código Nacional de Trânsito e orientação da Secretaria de Obras;

7.16 A homologação fica condicionada a entrega de disquete com cópia da Planilha Orçamentária à Comissão de Licitação;

7.17 Identificar o local com placa, segundo modelo padrão fornecido pela Contratante, durante o período de execução da obra;

7.18 Entregar a ART do Responsável Técnico, validada pelo CREA, em até 10 (dez) dias contados da assinatura da Ordem de Serviço, na Secretaria de Obras;



7.19 Propiciar, sempre que solicitado, as visitas dos técnicos indicados, objetivando o acompanhamento da execução da obra;

7.20 No caso de Empresa sediada em outro Estado, a assinatura do Contrato fica condicionada a apresentação da Prova de Regularidade junto ao CREA, devidamente submetida ao Visto do CREA/SC, em vigência;

7.21 Contactar com o Departamento Técnico da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, antes de iniciar os serviços, no sentido de acertar, no local da obra, os detalhes da execução, como também, providenciar as licenças, as aprovações e os registros específicos junto aos órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais competentes;

7.22 Executar os serviços conforme projeto(s), observando rigorosamente os princípios básicos de engenharia, as normas e especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e outras aplicáveis, independentes de transcrição, além de representar o conhecimento do objeto deste contrato, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;

7.23 Providenciar, às suas expensas, a partir dos pontos iniciais que lhes sejam indicados, as instalações e rede provisória de energia elétrica, água potável e esgotos, quando necessárias à execução de seus trabalhos;

7.24 Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, pelo fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos, máquinas, ferramentas normais e especiais, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos;

7.24.1 Os materiais a serem empregados deverão receber prévia aprovação da fiscalização da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, as quais se reservam os direitos de rejeitá-los caso não satisfaçam os padrões especificados.

7.25 Substituir no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, qualquer irregularidade constatada nos materiais empregados na execução da obra;

7.26 Refazer no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento de expediente escrito pela fiscalização da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

7.27 Assumir, automaticamente, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços objeto deste contrato, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA ou de qualquer de seus empregados ou prepostos e ainda de culpa ou dolo de eventuais subcontratadas ou qualquer de seus empregados ou prepostos;

7.28 A utilização do engenheiro responsável técnico, uma equipe de operários, além de no mínimo um mestre de obras de comprovada experiência e, quando necessário, o engenheiro agrimensor, para execução do objeto deste contrato, incluído os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para ao CONTRATANTE;

7.29 Utilizar apenas profissionais qualificados, devidamente uniformizados, identificados individualmente (crachá), munidos dos equipamentos de proteção individual e coletivo, conforme exigências legais, bem como os demais equipamentos e materiais e ferramentas necessárias à execução dos serviços;

7.30 Não substituir o engenheiro responsável técnico, salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância do Órgão Fiscalizador da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, apresentando para tal fim, o acervo técnico do novo técnico, que deverá ser igual ou superior ao anterior;

7.31 Manter, no local da obra, um projeto completo reservado ao manuseio da fiscalização do CONTRATANTE;

7.32 Obter aprovação dos projetos elaborados nos órgãos competentes e na forma exigida em normas legais vigentes, se for o caso, bem como obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os respectivos emolumentos e as taxas e obedecendo às leis, aos regulamentos

e às posturas referente aos serviços e à segurança pública. É obrigada, também, a cumprir quaisquer formalidades e a pagar, à sua custa, as multas porventura impostas por esses órgãos;

7.33 Submeter à prévia aprovação da fiscalização do CONTRATANTE, com antecedência mínima de cinco dias do início do item a executar, a indicação da empresa que pretenda subcontratar, com a comprovação da sua regularidade fiscal, e no caso de serviços que exijam responsabilidade técnica, obrigatoriamente acompanhada de sua Certidão de Registro no CREA;

7.34 Fornecer e assegurar a utilização dos EPI (Equipamento de Proteção Individual) e EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) necessários à proteção da integridade física dos trabalhadores e certificar-se de que todos os empregados que estejam alocados na execução da obra possuem formação básica em Segurança do Trabalho;

7.35 Responsabilizar-se pelas despesas de estadia, locomoção, refeições e horas de trabalho de seus funcionários que prestarem serviços durante a execução deste contrato;

7.36 Arcar, com exclusividade, pelos ônus salariais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, etc., decorrentes da relação contratual;

7.37 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender no prazo máximo que for concedido por escrito;

7.38 Adquirir e manter permanentemente no local da obra, um "Livro Diário de Obras", onde tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão proceder anotações diárias, visando a comprovação real do andamento da obra, bem como, todo e qualquer fato, que mereça registro, o qual será entregue a Secretaria de Obras do CONTRATANTE após medição final da obra.

7.38.1 O "Livro Diário de Obras" deverá ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que efetivamente a empresa contratada iniciar as obras.

7.39 Apresentar a Tesouraria da Secretaria de Finanças do CONTRATANTE, juntamente com os documentos de cobrança, a folha de pagamento e as guias de recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas devidamente quitadas, de seus empregados e subcontratados, pertinente ao objeto deste contrato e ao mês de referência;

7.40 Diligenciar para que as medições sejam, de pronto, processadas e, logo após, emitir corretamente a documentação fiscal e faturas, encaminhando-as a fiscalização da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, juntamente com o Livro Diário de Obras;

7.41 Responsabilizar-se por eventual acréscimo dos custos deste contrato, quando, por determinação da autoridade competente os serviços forem embargados ou tiverem a sua execução suspensa, por ela motivada;

7.42 Confeccionar e colocar placas de identificação do objeto deste contrato, inclusive as exigidas pelo órgão conveniado, se houver, conforme modelos fornecidos pelo Departamento Técnico da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, as quais deverão ser fixadas dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após o início das obras, sob pena de incorrer em multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor global deste por dia de atraso na colocação, permanecendo no local das obras por prazo indeterminado;

7.43 Permitir e facilitar a inspeção das obras pela Fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos as informações e esclarecimentos solicitados pelos técnicos da Secretaria de Obras do CONTRATANTE;

7.43.1 O não atendimento das solicitações feitas pela Fiscalização será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais.

7.44 Prever toda a mão-de-obra necessária para garantir a prestação dos serviços no regime contratado, sem paralisação, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, atraso, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecendo as disposições da legislação trabalhista vigente, arcando exclusivamente com este ônus;

7.45 No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre seus empregados ou de seus subcontratados, cabe a ela resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à Justiça do trabalho;

7.46 Assumir a defesa nas ações propostas por terceiros contra o CONTRATANTE, relativas a execução dos serviços contratados e ações trabalhistas, arcando com os ônus delas decorrentes;

7.47 Providenciar as suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregue em perfeitas condições;

7.48 Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela fiscalização da Secretaria de Obra do CONTRATANTE e pelos atrasos acarretados por esta rejeição;

7.48.1 Retirar do canteiro das obras todo e qualquer material, peças ou equipamento que for rejeitado pela fiscalização da Secretaria de Obra do CONTRATANTE.

7.49 Restringir ao interior do "Canteiro de Obras" a estocagem e guarda de todos os materiais, equipamentos, máquinas, carregamento e descarga, assim com todas as atividades normais de seus empregados e/ou prepostos, durante execução dos serviços contratados;

7.50 Responsabilizar-se pela instalação de tapume nos limites do canteiro de obras;

7.51 Colocar em lugar visível, a placa da empresa com o nome do técnico responsável;

7.52 Apresentar, junto com a primeira fatura dos serviços, cópia da matrícula da obra ou serviço, perante o INSS;

7.53 Apresentar, junto às parcelas intermediárias, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

7.54 Apresentar, junto com a última fatura dos serviços, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, referente à matrícula acima mencionada;

7.55 Entregar ao Departamento Técnico da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias corridos após a data da Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada, devidamente assinada pelo Engenheiro responsável e registrada junto ao CREA, abrangendo toda a execução contratual.

7.56 Responsabilizar-se pelo pagamento ou reembolso de todos os valores de multas aplicadas pela Delegacia Regional do Trabalho, CREA ou qualquer entidade em decorrência da execução deste contrato.

7.57 Atender ao que dispõe o Art. 7º da Constituição Federal, em seu inciso XXXIII, que assim determina: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos";

7.58 Manter durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

7.59 Proceder no final dos serviços, à limpeza de todas as áreas trabalhadas, devendo remover todo o material, equipamentos, máquinas e outros seus pertences, incluindo entulhos e materiais remanescentes, sendo esses serviços considerados incluídos no valor deste contrato;

7.60 Manter a obra em perfeitas condições de conservação e funcionamento, por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo;

7.61 Notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto;

7.62 Oferecer Garantia de Execução dos Serviços, objeto da Licitação, ao Contratante equivalente a 5% do valor homologado, com validade no mínimo de 60 (sessenta) dias além do vencimento

do contrato, em uma das modalidades: Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública, Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a critério do Licitante, nos termos do disposto no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.62.1 A caução somente será levantada após lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços. No caso de rescisão do contrato por inadimplência do Contratado, não será devolvido o valor referente à caução, o qual será retido pelo Município, para ressarcimentos;

7.62.2 No caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos serviços, não será devolvido o valor referente à caução, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o Município;

7.63 Responder pela solidez e segurança da obra, durante o prazo irredutível de 5 (cinco) anos, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariem a boa técnica ou desobedeçam aos projetos e/ou especificações.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Emitir o contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da homologação;

8.2 Encaminhar o termo de contrato ao ajucatario, em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da sua emissão;

8.3 Emitir a Ordem de Serviço, em prazo não superior a 20 (vinte) dias contados da assinatura do respectivo Termo de Contrato;

8.4 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

8.5 Exercer a fiscalização dos serviços prestados pela CONTRATADA, por técnicos especialmente designados, notificando, imediatamente e por escrito, quaisquer problemas ou irregularidades encontradas;

8.6 Prestar aos empregados da CONTRATADA, informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e que digam respeito a natureza dos serviços que tenham que executar;

8.7 Fornecer, quando tiver, outros elementos que se fizerem necessários à compreensão dos "Documentos Técnicos" e colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação dos mesmos;

8.8 Solicitar, nos prazos previstos, toda a documentação legal referente a prestação de serviços e de funcionários da CONTRATADA, inclusive solicitando a substituição de qualquer funcionário que não atenda aos interesses dos serviços ou do CONTRATANTE.

8.9 Notificar tempestivamente à CONTRATADA todas e quaisquer autuações, notificações e informações que venha a receber com relação ao inadimplemento pela CONTRATADA de suas obrigações contratuais, a fim de que a CONTRATADA possa cumpri-las em tempo hábil.

8.10 Fiscalizar, conferir e acompanhar a execução da obra e serviços, notificando a CONTRATADA, por escrito, sobre defeitos ou irregularidades encontrados, fixando prazos e condições para as correções.

8.11 Designar a Comissão de Vistoria para o recebimento das obras;

8.12 Atestar e efetuar à CONTRATADA os devidos pagamentos e respectivos reajustes, quando for o caso, nas condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DO BOLETIM DE MEDIÇÃO:

9.1 Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados, elaborado pela contratada, mediante carta dirigida ao Engenheiro Fiscal da Secretaria de Obras do Município, sendo que o mesmo terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisá-los e aprová-los.

9.1.1. Findo este prazo e não havendo manifestação do Engenheiro Fiscal, a contratada estará autorizada a emitir a respectiva nota fiscal/fatura.

9.1.2. Caso o Engenheiro Fiscal venha a constatar divergência quanto aos valores apurados, informará por escrito, à contratada,

que deverá apresentar novo boletim de medição corrigido, bem como as justificativas devidas e efetuar as correções requeridas.

9.1.3. A aprovação do boletim de medição se dará com o "CERTIFICADO" do Engenheiro Fiscal da obra na nota fiscal/fatura devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional.

9.2. Os boletins de medições deverão corresponder aos serviços efetivamente executados até o final de cada mês, compreendendo períodos correspondentes a 30 (trinta) dias consecutivos, exceto o inicial e o final que poderão abranger períodos inferiores a 30 (trinta) dias.

9.3. A contratada deverá destacar na nota fiscal/fatura, o número e a data de assinatura do contrato, o mês da execução do serviço, o número do boletim de medição.

9.4. Os quantitativos dos serviços relacionados na planilha orçamentária, para efeito de pagamento, deverão ser considerados apenas como previstos, não importando em obrigação da Secretaria de Obras do Município, de autorizar sua execução integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no artigo 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 A fiscalização das obras executadas, objeto deste contrato, será de competência e responsabilidade do Departamento Técnico da Secretaria de Obras do CONTRATANTE, a quem cabe verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos das faturas, substituição de materiais, alterações de projetos e solucionar eventuais problemas de ordem técnica, e ainda as que seguem:

10.1.1 Determinar a CONTRATADA um reforço do equipamento ou substituição de unidades defeituosas, caso venha a constatar que o mesmo é insuficiente para dar aos serviços o andamento normal previsto;

10.1.2 Exercer rigoroso controle em relação às quantidades e, particularmente, à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas;

10.1.3 Exigir o imediato afastamento de quaisquer empregados ou prepostos da CONTRATADA que não mereça sua confiança ou embarace a fiscalização, e ainda, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, após advertência por escrito;

10.1.4 Agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive, para rejeitar os serviços executados em desacordo com o projeto, especificações técnicas ou com imperfeição, conforme as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;

10.1.5 Transmitir suas ordens e instruções por escrito, salvo em situações de urgência ou emergência, sendo reservado a CONTRATADA o direito de solicitar da Fiscalização, por escrito, a posterior confirmação das ordens ou instruções verbais recebidas;

10.2 A fiscalização se efetuará no local das obras.

10.3 A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo da Secretaria de Obras do CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

10.4 O documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução das obras será o "LIVRO DIÁRIO DE OBRAS", onde tanto a CONTRATADA quanto a fiscalização do CONTRATANTE deverão proceder às anotações visando à comprovação real do andamento das obras e execução dos termos de contrato, sendo visado diariamente por profissionais credenciados por ambas as partes.

10.5 A aceitação por parte da Fiscalização não isenta a CONTRATADA de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Em conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, a licitante adjudicada que descumprir as condições do contrato, poderá o órgão competente do Município, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes penalidades:

11.1.1. Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta, para o caso de ocorrer recusa injustificada ou desinteresse para assinatura do contrato;

11.1.2. Multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato por dia que exceder o prazo para início dos serviços;

11.1.3. Multa equivalente a 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato atualizado por dia que exceder injustificadamente o prazo para conclusão dos serviços;

11.1.3.1. A multa que se refere o subitem 11.1.2., será devolvida a contratada desde que ela termine os serviços rigorosamente dentro do prazo estipulado;

11.1.4. As penalidades estabelecidas nos itens 11.1.2. e 11.1.3 poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

11.1.5. Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato, em caso de rescisão motivada pela contratada ou por iniciativa da mesma (sem justo motivo);

11.2. Pela inexecução parcial ou total do contrato, o órgão competente do Município poderá, garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicarmos as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

11.2.1. Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e/ou nas faltas leves não acarretem prejuízos de monta a execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.2.2. Multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor não executado do contrato pela inexecução parcial e na ordem 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total;

11.2.3. Multa na ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a critério do órgão competente do Município quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada;

11.2.4. Suspensão por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município de Lages-SC, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.2.5. Declaração de inidoneidade para participar de licitações e contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais e Municipais, quando a inexecução decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor;

11.3. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;

11.4. A aplicação das penalidades estabelecidas no Contrato é de competência exclusiva do Município;

11.5. Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados;

11.6. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o órgão competente da Administração, recorrerá às garantias constituídas, se houverem, a fim de ressarcir-

11.7. Nenhum pagamento será feito a contratada, que tenha sido multada, antes de pagar ou relevada a multa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E PRORROGAÇÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

13.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio do Contratado.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES/SC, em 01 de outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SULCATARINENSE MIN ART. DE CIM BRIT. E CONST. LTDA

Representante

FERNANDA SCHMITT

Arnaldo Moraes Walter Manfroi

Secretário de Obras Secretário de Finanças

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 284/2012 - PML**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 284/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa TERRA ENGENHARIA LTDA, representada neste ato pelo seu Sócio Gerente o Sr. Leonardo Milioli Tutida, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 99/2012, correlato à Concorrência 12/2012, aberta em 04/06/2012 e homologado em 19/09/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A Contratação de Empresa de Engenharia para Construção do CEIM (Centro de Educação Infantil Municipal), no Bairro da Várzea nesta cidade.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 12 (doze) meses a contar da(s) data(s) da(s) assinatura(s) da(s) Ordem(ns) de Serviço(s) decorrente(s);

2.3 De Entrega, em até 10 (dez) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Obras, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL**

A sua vigência será de 16 (dezesseis) meses a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.490.770,46 (um milhão, quatrocentos e noventa mil, setecentos e setenta reais e quarenta e seis centavos).

**CLÁUSULA QUINTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

Será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até 15 (quinze) dias subsequentes ao da prestação do(s) serviço(s), à vista do(s) respectivo(s) Boletim(ns) de Medição(ões) correspondente(s), testado(s) pela Secretaria de Obras;

5.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

5.2 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se ao direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura;

5.3 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

**CLÁUSULA SEXTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

O(s) valor(es) ofertado(s) na proposta poderá(ão) ser revisto(s), desde que devidamente requerido(s), demonstrado(s) através de planilha(s), plenamente justificado(s) e aprovado(s) pelo Contratante;

6.1 O(s) preço(s) será(ão) reajustado(s) pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, tendo como data base a da apresentação da proposta na licitação;

6.2 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O objeto desta contratação será pago com recursos provenientes da União Federal, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, consoante Termo de Compromisso nº 202100/2011, e o Município de Lages, complementado com a contrapartida do Município, provisionada na conta: 0801.1.002 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Educação Básica, Código de Despesa nº 50 e Elemento de Despesa nº 44905191, ano base 2012. Fonte de Recursos: Próprios/ PAC 2;

7.1 As despesas correrão nos exercícios futuros, às contas das dotações orçamentárias próprias para atender as despesas da mesma natureza.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu(s) Anexo(s) e do presente Contrato;

8.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

8.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

8.4 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

8.5 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou

indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

8.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo;

8.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

8.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

8.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

8.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

8.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

8.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

8.13 Manter no local dos serviços, o Diário de Obras ou de Ocorrências, para obtenção de assinatura(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s) e do(s) Fiscal(is) competente(s), pela ocasião da(s) vistoria (s);

8.14 Sinalizar e manter sinalizado o local dos serviços de acordo com o Código Nacional de Trânsito e orientação da Secretaria de Obras;

8.15 A homologação fica condicionada a entrega de disquete/CD com cópia da Planilha Orçamentária à Comissão de Licitação;

8.16 Identificar o local com placa, segundo modelo padrão fornecido pelo Contratante, durante o período de execução da obra;

8.17 Entregar a ART do Responsável Técnico, validada pelo CREA, em até 10 (dez) dias contados da assinatura da Ordem de Serviço, na Secretaria de Obras;

8.18 Propiciar, sempre que solicitado, as visitas dos técnicos indicados, objetivando o acompanhamento da execução da obra.

8.19 No caso de Empresa sediada em outro Estado, a assinatura do Contrato fica condicionada a apresentação da Prova de Regularidade junto ao CREA, devidamente submetida ao Visto do CREA/SC, em vigência;

8.20 Oferecer Garantia de Execução dos Serviços, objeto da Licitação, ao Contratante equivalente a 5% do valor homologado, com validade no mínimo de 60 (sessenta) dias além do vencimento do contrato, em uma das modalidades: Caução em Dinheiro ou Títulos da Dívida Pública, Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a critério do Licitante, nos termos do disposto no §1º do art. 56 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

8.20.1 A caução somente será levantada após lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços. No caso de rescisão do contrato por inadimplência do Contratado, não será devolvido o valor referente à caução, o qual será retido pelo Município, para ressarcimentos;

8.20.2 No caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos serviços, não será devolvido o valor referente à caução, a não ser que a rescisão e/ou paralisação decorra de acordo com o Município.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Emitir a Ordem de Serviço, em prazo não superior a 20 (vinte) dias contados da assinatura do respectivo Termo de Contrato;

9.2 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital/Contrato;

9.3 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução

do(s) serviço(s), objeto deste Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO:

É permitida a subcontratação dos serviços licitados, exceto os de maior relevância, desde que, solicitada expressamente pela Contratada e devidamente consentida/aprovada pela Secretaria de Obras, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO

11.1 Provisório, em até 05 (cinco) dias úteis, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

11.2 Definitivo, em até 90 (noventa) dias, pela Comissão Municipal de Recebimento de Obras, mediante termo circunstanciado, para efeito de vistoria e da comprovação da adequação do objeto às condições contratadas. Durante este período, a CONTRATADA terá sob sua responsabilidade, todo o serviço contratado. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento, deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, sem ônus para o Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

12.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o Contratado à multa de mora equivalente a 0,01% do valor total do contrato, por dia de atraso;

12.2 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará ao Contratado a aplicação das seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa no equivalente a 5% do valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração Pública, na forma do inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos moldes do inciso IV do art. 86 da Lei de Licitações.

12.3 A empresa vencedora que recusar-se a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, ficará suspensa de participar de qualquer processo licitatório realizado pela Prefeitura do Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei,.

12.4 Poderão ser aplicadas notificações e/ou multas contratuais ao Contratado por irregularidades cometidas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

12.5 Compreende-se por notificação a formalização em documento apropriado da ocorrência de irregularidade ou grupo de irregularidades sobre as quais a Empresa deve tomar imediatas providências, com a finalidade de corrigir as falhas apontadas;

12.6 Compreende-se por multa contratual o desconto de valores monetários contra o Contratado, em face de irregularidades apontadas;

12.7 O uso de notificações sobre irregularidades constatadas não exclui a possibilidade de aplicação de multa sobre as mesmas;

12.8 As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, na Lei Complementar 123/2006 e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis,

recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

Ao firmar este instrumento, declaram as PARTES plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato e ao Edital Correlato.

15.1 - Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

LAGES, SC, em 24 de setembro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

TERRA ENGENHARIA LTDA

Representante

Leonardo Milioli Tutida

ARNALDO MORAES WALTER MANFROI

Secretário de Obras Secretário de Finanças

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 285/2012 - PML

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 285/2012

CONTRATO DE PROGRAMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAGES E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA.

O MUNICÍPIO DE LAGES, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.777.301/0001-90, com sede na R. Benjamin Constant, 13-centro, representada pelo prefeito Excelentíssimo Senhor Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONSORCIADO/CONTRATANTE e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.173.405/0001-48, representado pelo seu Presidente, Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONSÓRCIO/CONTRATADO, celebram o presente Contrato de Programa, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira. Aplica-se ao presente contrato as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Estatuto do CISAMA e da Lei Municipal N.º 3.733/2011 (14/04/2011). Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula Segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de programa, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### DO OBJETO

Cláusula terceira. O contrato de Programa "Desenvolver Serra Catarinense" tem por objeto a prestação de serviço público em regime de gestão associada com o objetivo de:

I - propiciar o acesso ao serviço de inspeção de produtos de origem animal e vegetal no município de LAGES;

II - organizar e gerir o serviço da forma mais conveniente e

adequada à realidade do Município;

III - unificar em termos de resultados da qualidade sanitária dos produtos, todos os serviços de inspeção sanitária dos Municípios integrantes do CISAMA;

IV - construir as condições técnicas e legais à adesão coletiva ao Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária - SUASA;

V - alcançar a equivalência do SIM aos preceitos do Decreto nº 5741/2006 que instituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA;

VI - agregar valor aos produtos produzidos pela agricultura familiar através de agroindústrias, articuladas em rede;

VII - construir uma identidade aos produtos da agroindústria familiar da região de abrangência do Consórcio;

VIII - constituir e compartilhar equipe técnica capacitada entre os Municípios participantes do Contrato de Programa, possibilitando a prestação de serviços de inspeção e fiscalização sanitária, inclusive de assistência técnica, a execução de obras e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;

IX - dar suporte técnico complementar à consecução dos objetivos do Programa através do CISAMA, com redução de custos ao Município;

X - estruturar o Serviço de Inspeção Municipal através da aquisição e uso comum de equipamentos de escritório, de informática e de comunicação, veículos oficiais e outros bens necessários para o alcance dos objetivos do Programa;

XI - compartilhar procedimentos licitatórios e de admissão de pessoal;

XII - integrar os serviços de inspeção através de um sistema operacional de dados compartilhados;

XIII - produzir informações, estudos técnicos, pesquisas e análise de qualidade dos produtos da agroindústria familiar;

XIV - promover o uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;

XV - apoiar e fomentar o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

XVI - definir o exercício de competências pertencentes aos profissionais que atuam no Programa, nos termos de autorização ou delegação, previstos em lei, instruções normativas, decretos e outros regulamentos.

#### DAS METAS PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO

##### OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Cláusula quarta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO/CONTRATANTE:

I - cumprir a lei municipal que dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal - SIM;

II - cumprir na sua jurisdição os preceitos estipulados no art. 23 do Decreto 5741/2006 e normativas do CISAMA, para a plena atenção à sanidade agropecuária, com a participação da sociedade organizada;

III - constituir e manter equipe técnica com definição do responsável pelo serviço de inspeção municipal através de Portaria de nomeação ou designação;

IV - receber do contratado os bens e equipamentos referidos no inciso II da cláusula quinta, ficando responsável pela guarda, danos diretos ou indiretos e manutenção. No caso do bem previsto na alínea "a", do inciso II, da cláusula quinta, seguro total, emplacamento e seguro obrigatório, a partir do mês de agosto de 2013, e multas e franquias dos seguros a partir da data do recebimento do bem;

V - usar os bens e equipamentos exclusivamente para o serviço de inspeção municipal e vigilância sanitária, sendo que referidos bens e equipamentos serão disponibilizados tão somente pelo tempo de duração do presente contrato de Programa;

VI - prever na Lei Orçamentária Anual - LOA os recursos necessários ao funcionamento do Serviço de Inspeção Municipal e do presente contrato de Programa;

VII - repassar os recursos respectivos ao contratado por meio de contrato de rateio estabelecido anualmente;



VIII - submeter, anualmente ou sempre que solicitado, plano de ação e relatório composto de critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar - COMSEA;  
IX - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, nos termos do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93;  
X - controlar e acompanhar toda a execução do contrato.

Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO/CONTRATADO:

I - executar os serviços nas condições estipulados no presente contrato de Programa:

- a) Fortalecer o CISAMA e o SIM em todos os municípios consorciados através da celebração de convênios de cooperação e de projetos de investimento e custeio dos serviços;
- b) constituição de equipe técnica multidisciplinar para dar suporte ao programa e ao serviço de inspeção municipal;
- c) elaborar projetos técnicos de estabelecimentos participantes do Programa dentro de preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação;
- d) emitir análise, parecer e aprovação dos estabelecimentos relacionados no SIM e no Serviço de Inspeção Brasileiro - SISBI;
- e) contratar em benefício do Programa serviços laboratoriais, de pesquisa e de capacitação dos técnicos;
- f) articular e desenvolver atividades de capacitação em processamento e manipulação de alimentos, boas práticas agropecuárias e de fabricação, organização e gestão de agroindústrias familiares, visando a viabilidade dos estabelecimentos relacionados e a elaboração de produtos de qualidade;
- g) construir novas relações de mercado e fortalecer o mercado institucional, articulando a oferta com a demanda em espaços e canais alternativos de comercialização com a construção de uma marca de identidade territorial;
- h) organizar e apoiar a comercialização em bases cooperativas, projetos estruturais, de logística e de serviços, articulando as iniciativas em rede para acesso aos mercados;
- i) integrar os Serviços de Inspeção Municipal através de um sistema de informações - SIG/SIM e banco de dados relacional;
- j) apoiar através de projetos agroindustriais os produtos com potencial de identidade geográfica;
- k) elaborar instruções normativas para padronização do serviço de inspeção e fiscalização sanitária;
- l) desenvolver ações de educação sanitária buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral.

II - transferir a contratante os seguintes bens e equipamentos:

- a) 01 veículo gol, placas MJW4055
- b) 01 lap top Acer, patrimônio 000011
- c) 01 projetor de multimídia Epson, patrimônio 000047
- d) 01 smartphone LG, patrimônio 000065
- e) 01 impressora laser HP, patrimônio 000029
- f) 02 mesas de escritório, patrimônio 000091 e 000092
- g) 02 cadeiras de escritório, patrimônio 000127 e 000128

III - elaborar e encaminhar a contratante, relatórios anuais quanto aos serviços contratados, fazendo nele constar um resumo geral das atividades e valores;

IV - disponibilizar à contratante suas informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segunda a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento das metas;

V - publicar na rede mundial de computadores os dados constantes nos incisos III e IV desta cláusula;

VI - permitir o livre acesso dos representantes da contratante aos equipamentos, instalações, serviços e projetos contratados;

VII - fornecer informações e certidões solicitadas por cidadãos, organizações da sociedade civil da contratante.

DOS RECURSOS

Cláusula sexta. A despesa com a execução deste contrato correrá de acordo com o contrato de rateio firmado anualmente, devendo ser previstos os novos créditos orçamentários capazes de dar

guarida às despesas decorrentes de eventuais prorrogações deste contrato, mediante termo aditivo.

DA RESCISÃO

Cláusula sétima. O presente contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente, inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30 dias, respeitando as metas em curso constante em contrato de rateio.

DAS PENALIDADES

Cláusula oitava. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelo contratante, o presente contrato será rescindido e implicará na desvinculação do SUASA, na devolução dos bens e equipamentos ora transferidos, na exclusão de participação em acordos de cooperação, projetos e ações desenvolvidas pelo CISAMA neste Programa.

Cláusula nona. Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelo contratado, o presente contrato será rescindido implicando na suspensão do repasse de recursos previsto no contrato de rateio.

Parágrafo único. as penalidades serão aplicadas pela Assembléia Geral do CISAMA.

DA VIGÊNCIA E ADITAMENTO

Cláusula décima. O presente contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura, enquanto o Município for consorciado, mantenedor do contrato de rateio e das responsabilidades estabelecidos por este instrumento, podendo ser alterado por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedada a modificação do seu objeto.

DO FORO

Cláusula décima primeira. Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima segunda. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

10 de agosto de 2012

Consórcio/contratado

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Presidente CISAMA

Consortado/contratante

LAGES

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

**Contrato 286/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 286/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 01.980.629/0001-08, estabelecida à Rua Pedro Hoffmann n.º 215 - Orleans/SC - cep: 88.870.000.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, representado neste ato pelo seu Sócio o Sr. Artedanio Silva Vieira, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 131/2012, correlato ao Pregão Eletrônico n.º 32/2012, aberto em 19/09/2012 e homologado em 03/10/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para fornecimento de equipamentos para execução do Projeto Social da Av. Ponte Grande, em conformidade com as especificações do Anexo II - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 283/2012, em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

- Os equipamentos deverão ser entregues em até dez dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal da Assistência Social de Lages;

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.209,98 (dois mil, duzentos e nove reais e noventa e oito centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até trinta dias, da disponibilização em conta das parcelas dos recursos repassados pelo Fundo Ministerial, provenientes de Convênio, inerentes ao mês, à vista das notas fiscais decorrentes.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O objeto desta licitação será contratado com recursos provenientes da União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, na qualidade de Compromitente repassadora dos recursos, representada pela Caixa Econômica Federal, consoante Termo de Compromisso nº 0350967-85/2011, provisionados na conta: 0902.1.011 - Construção da Avenida Ponte Grande, Código de Despesa nº 85 e Elemento de Despesa nº 44905299, ano base 2012;

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

Provisório para efeito de verificação e posterior aceitação

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 04 de outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Representante

Artedanio Silva Vieira

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 287/2012 - PML**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 287/2012**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.355.104/0001-06, estabelecida à Rod BR 282, nº 49, em Lages/SC - cep: 88.520.210.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CCL CONSTRUTORA LTDA, representada neste ato pelo o Sr. Francisco Pereira Filho, Sócio Proprietário, inscrito no Crea sob n.º 016413-0, CPF n.º 149.094.130-49, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 125/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 22/2012, aberto em 27/08/2012 e homologado em 04/10/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - Contratação de Empresa de engenharia para prestação de serviços de execução 30.000 m² de Fresagem de pavimento asfáltico, dentro do perímetro urbano de Lages, SC, com fornecimento de material, em conformidade com o Termo de Referência e Planilha Orçamentária/Quantitativa, partes do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

2.1 - Para início: contar-se-á da data da assinatura do contrato;  
2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até o dia 31/12/2012;

2.3 - Da entrega: em até dois dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado à Secretaria Municipal, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, a sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS**

3.1- O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA pelos serviços o valor global de R\$ 242.100,00 (duzentos e quarenta e dois mil e cem reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO****4. DOS PAGAMENTOS:**

4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente em até vinte dias do fechamento do mês, à vista do(s) boletim(ins) de Medição(ões) correspondente(s), devidamente testado pela Secretaria Municipal.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;

4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se o direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura, devidamente reparada.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS**

5.1 - As despesas do presente Contrato correrão por conta dos

recursos da conta: Manutenção e recuperação de Vias, ano base 2012.

**CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO**

6.1- O MUNICÍPIO fiscalizará amplamente a execução dos serviços da CONTRATADA e transmitirá por escrito as instruções, ordem e reclamações à CONTRATADA, objetivando o saneamento de pendências ou dúvidas eventualmente surgidas no decorrer do serviço.

**CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES**

A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

**CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILÍBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1 Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado;

9.2 Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização correlata a execução dos serviços, objeto deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;



10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CA-SOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E, por assim estarem justificadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

Lages/SC, 08 de outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CCL CONSTRUTORA LTDA  
Representante  
FRANCISCO PEREIRA FILHO

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 288/2012 - PML

CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 288/2012

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, representado neste ato pelo seu prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, de ora em diante denominado "LOCATÁRIO e de outro lado o Sr. Jean Pereira, inscrito no CNPF sob n.º 30.795.179-03, RG nº 3.498.989, de ora em diante denominado "LOCADOR", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Av. Corina Caon, 198 - Bairro Jardim Cepar, Lages, SC, que será usado para acomodar o CEIM Primeiros Passo da Secretaria da Educação.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 02 de julho de 2012 e seu término previsto para 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação será R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por mês, durante o prazo do contrato.

3.1-O pagamento será efetuado mensalmente, até o quinto dia do mês subsequente.

#### CLÁUSULA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art.24,inciso X da Lei nº8.666/93

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Não poderá transferir este contrato, nem ceder os imóveis, no todo ou em parte, sem o consentimento por escrito do locador; Todas as despesas normais de locação, luz, telefone, ficam a cargo do comodatário, cabendo-se efetuar diretamente estes pagamentos nas devidas épocas.

Manter os imóveis cedidos em boas condições de higiene e limpeza, e em perfeito estado de conservação.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio aviso com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para as partes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A validade e vigência do contrato terão início após cumpridas as formalidades legais e perdurarão até o prazo total para cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para o custeio do objeto ora contratado, correrá pela conta: Manutenção do Ensino Fundamental, ano base 2012.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que por ventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Contratada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (DUAS) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES-SC, 02 de JULHO de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA    JEAN PEREIRA  
Prefeito Municipal                      Locador

AMILTON WERLICH

Procuradoria Geral do Município  
Sec. Municipal De Educação

#### Contrato 289/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 289/2012

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, Lages/SC.

CONTRATADA: ELETRO PAMPA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 85.168.383/0001-64, com sede à Av. João Goulart, n.º 56 - nesta cidade de Lages/SC - cep: 88.521-000.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ELETRO PAMPA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, por seu representante o Sr. Volni de Moliner, Diretor, doravante denominado, CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 135/2012, correlato ao Convite n.º 32/2012, aberto em 02/10/2012 e homologado em 19/10/2012, consoante as

cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços, de instalação do Sistema de Prevenção de Incêndio e do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPCDA) no Aeroporto Municipal Correia Pinto, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária/Quantitativa, copiados em CD-ROOM, partes do Edital e autorização de fornecimento sob n.º 285/2012.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

- 2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;
- 2.2 De Execução, em trinta dias, a contar da(s) data(s) da(s) assinatura(s) da(s) Ordem(ns) de Serviço(s), decorrente(s);
- 2.3 De Entrega, em até cinco dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Obras, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização;
- 2.4 De Recebimento Provisório, em até 15 (quinze) dias, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;
- 2.5 De Recebimento Definitivo, em até 30 (trinta) dias, pela Comissão Municipal de Recebimento de Obras, mediante termo circunstanciado, para efeito de vistoria e da comprovação da adequação do objeto às condições contratadas. Durante este período, a CONTRATADA terá sob sua responsabilidade, todo o serviço contratado. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento, deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, sem ônus para o Município;
- 2.6 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

- 3.1- O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA pelos serviços a quantia de R\$ 54.668,92 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

##### 4. DOS PAGAMENTOS:

- 4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até trinta dias da data da entrega dos serviços, à vista do termo de recebimento devidamente testado pela Comissão de Recebimento de Obras do Município.
- 4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;
- 4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;
- 4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se o direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura, devidamente reparada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

- 5.1 - As despesas do presente Contrato correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Município, conta Manutenção da Diretoria de Meio Ambiente, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

O MUNICÍPIO fiscalizará amplamente a execução dos serviços da

CONTRATADA e transmitirá por escrito as instruções, ordem e reclamações à CONTRATADA, objetivando o saneamento de pendências ou dúvidas eventualmente surgidas no decorrer do serviço.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES

A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

- 7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);
- 7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;
- 7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;
- 7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;
- 7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
- 7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;
- 7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;
- 7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;
- 7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;
- 7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;
- 7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- 7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;
- 7.13 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- 7.14 Manter no local dos serviços, o Diário de Obras ou de Ocorrências, para obtenção de assinatura(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s) e do(s) Fiscal(is) competente(s), pela ocasião da(s) vistoria (s);
- 7.15 Sinalizar e manter sinalizado o local dos serviços de acordo com o Código Nacional de Trânsito e orientação da Secretaria Municipal;
- 7.16 A assinatura do contrato fica condicionada a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) e da entrega de disquete com cópia da Planilha Orçamentária, à Comissão de Licitação;

#### CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1 Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado;





9.2 Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização correlata a execução dos serviços, objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E, por assim estarem justificadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

Lages/SC, 22 de outubro de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ELETRO PAMPA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Representante

VOLNI DE MOLINER

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 290/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CIVIL POR TEMPO CERTO N.º 290/2012

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, representada neste ato pelo Sr. Geovani Broering, Secretário Municipal, de ora em diante denominado "CONTRATANTE", e de outro lado o Sr. Éderilson da Silva, inscrito no CPF/MF sob n.º 067.208.189-02, C.I. n.º 4.320.466, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC, de ora em diante denominado "Contratado", acordam firmar o presente contrato obedecendo as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Compete ao CONTRATADO:

1.1- Prestação de serviços de Apresentação de Shows de Malabarismo no Projeto Brincando na Praça a ser realizada pela Secretaria Municipal do Turismo nesta cidade de Lages, SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este termo está dispensado do processo Licitatório, conforme Lei 8.666/93 e justificativa anexa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor deste contrato será R\$ 3.000,00 (três mil reais), que serão pagos durante o prazo de vigência deste termo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo deste contrato será pelo período de 03/09/2012 e seu término previsto para 31/10/2012.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Recursos Financeiros para o pagamento deste contrato serão provenientes do orçamento da Secretaria Municipal de Turismo, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As obrigações do contrato serão pessoais e intransferíveis, promovendo todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato.

Por ser a relação jurídica, estabelecida neste termo, de natureza civil, a mesma não configura relação de emprego ou obrigações decorrentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O contratante obriga-se a efetuar os pagamentos ora contratados dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, bem como das condições necessárias para a execução das atividades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes ou pelo não cumprimento das obrigações aqui estipuladas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas sobre o presente contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 03 de setembro de 2012.

GEOVANI BROERING

Secretaria de Turismo

ÉDERSON DA SILVA

contratado

Procuradoria do Município

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### Decreto N.º 110/2012

DECRETO Nº 110 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 858 de 28 de dezembro de 2011.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	31.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL	31.000,00
Função	10	Saúde	31.000,00
Sub-função	301	Saúde Básica	31.000,00
Programa	6	Saúde com Excelência	31.000,00
Atividade	2.019	Assistência Farmacêutica	31.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	31.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	31.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicação Direta	31.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0067	Assistência Farmacêutica Básica	31.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			31.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Fonte de Recursos	0.1.0067	Assistência Farmacêutica Básica	31.000,00
TOTAL DE RECURSOS UTILIZADOS			31.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de novembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### Processo Licitatório Nº 025/2012 Pregão Presencial Nº 021/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2012

Tipo “Menor Preço” (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para a Unidade Básica de Saúde de Rio das Pedras, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Licitação nº 021/2012. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 023/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 04 de dezembro de 2012. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 20/11/2012.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde.

## CÂMARA MUNICIPAL

### Contrato Nº 002/2012

CONTRATO Nº 002/2012

TERMO DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA

Por este instrumento particular de Contrato de Empreitada por menor preço global, que fazem entre si, a CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com Sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl - Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 10.779.622/0001-13, neste ato representado pelo Presidente da Câmara, ARINO SCHEIDT MARIAN, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 13.624.323/0001-06, com sede da Rua Canadá, nº 400, Sala 03, Centro, Município de Ituporanga/SC doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 002/2012, homologado em 19/11/2012, mediante sujeição mútua das normas constantes do Edital antes citado e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

O objeto do presente contrato consiste na Contratação de Empresa Especializada para executar os projetos Elétrico e Preventivo Contra Incêndio NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, edificada no imóvel situado na Av. Adolfo Scheidt, município de Leoberto Leal, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Ituporanga, sob o nº. R-3-13.045, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços nº 002/2012, por parte da CONTRATADA, conforme projeto respectivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA declara ter examinado em detalhes a documentação atinente ao objeto do presente Contrato e possuir condições de executá-los dentro da melhor técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Fazem parte deste Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é do conhecimento das partes Contratantes: Normas e Especificações da ABNT, proposta da Contratada, Edital de Licitação, modalidade Tomada de Preços nº 002/2012, projeto, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A obra, objeto do presente Contrato será realizado sob o regime de Empreitada por Menor preço global.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para fornecimento e execução dos serviços ora contratados, constituindo-se na única remuneração pelos trabalhos prestados inclusive transportes.

Os pagamentos serão efetuados a partir do 10º dia, após a aprovação dos serviços realizados, observando-se o cronograma físico-financeiro, à vista da documentação fiscal fornecida pelo licitante.

O pagamento será efetuado observadas as seguintes condições:

01. A fatura corresponderá à medição do serviço executado, mediante fiscalização e aceite pela Contratante, incluindo a legalização da obra, que não poderá ser inferior ao estipulado no cronograma físico-financeiro.

02. Os pagamentos subseqüentes, também ficam condicionados a medição feita pela fiscalização de acordo com o cronograma físico-financeiro, conferência e aceite, sendo que os mesmos ficam condicionados a disponibilidade financeira do Poder Legislativo.

03. A última fatura fica condicionada ao Termo de Recebimento Definitivo dos serviços executados.

04. Para fins de pagamento a Contratada deverá encontrar-se em situação regular referente aos seguintes documentos:

I - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND) e FGTS;  
II - Certidão conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

05. O licitante vencedor indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

06. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira da contratada com a Câmara Municipal, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

01. Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos no presente Contrato, a CONTRATADA deverá depositar a importância equivalente a 03% (três por cento) do valor deste contrato em conta poupança específica no Banco do Brasil S/A, agência de Leoberto Leal, em nome da CÂMARA MUNICIPAL, onde será corrigida pelo índice de correção da Caderneta de Poupança

02. O total retido só será restituído a CONTRATADA, depois de liquidado todos os compromissos que assume neste Contrato e obtido o Termo de Recebimento de Serviços;

03. A liberação da caução estará condicionada a apresentação do

Certificado de Regularidade de Situação no INSS, relativo à obra executada;

04. A Caução será liberada até 01 (um) dia após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, pela comissão especialmente designada. O Termo de Recebimento de Obras será emitido após 60 (sessenta) dias do recebimento provisório da obra, caso não surjam quaisquer irregularidades;

05. Em caso de rescisão contratual, a devolução da caução somente se efetivará se houver acordo ou por falência da CONTRATADA;

06. A CONTRATADA estará sujeita a perda de caução, se na execução do objeto, vier a comprometer a Ordem ou Segurança Pública;

07. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir qualquer compromisso que assume neste Contrato, fica a CÂMARA MUNICIPAL, após comprovação, autorizada a liberar a seu favor (da Câmara Municipal), total ou parcialmente, os valores depositados a título de caução;

08. Em qualquer dos casos previstos, a liberação da caução da CONTRATADA se efetivará através de autorização da CÂMARA MUNICIPAL.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS

As despesas oriundas do presente Contrato correrão por conta dos seguintes recursos:

##### FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

01.01 01.031.0001 1.001 4.4.90.00.00.00.00.0175 (Câmara Municipal de Vereadores - Construção da Sede do Poder Legislativo - Recurso Ordinário)

#### CLÁUSULA SÉTIMA - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS E PRAZO PARA EXECUÇÃO

01. Os serviços deverão ser iniciados até 05 (CINCO) dias após a assinatura da respectiva Ordem de Serviço;

02. A obra deverá ser entregue no prazo previsto no cronograma físico, salvo motivos de força maior devidamente justificado;

03. A CONTRATADA poderá pedir prorrogação do prazo em caso de interrupção dos trabalhos, por fatos oriundos da Administração Municipal ou de força maior, conforme definido no Código Civil em vigor;

04. O andamento dos serviços seguirá rigorosamente o cronograma apresentado pela CONTRATADA na sua proposta;

05. Os serviços incompletos ou executados em desacordo com os projetos e normas apresentados, serão refeitos imediatamente, não cabendo a Firma executante o direito de indenização.

06. O Licitante se obriga a entregar o objeto do presente edital no prazo máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato

#### CLÁUSULA OITAVA - MULTAS

01. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado, quando sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida;

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o valor da multa for igual ou inferior a 01 (uma) UFM, será dispensado o seu pagamento, sem prejuízo das

demais penalidades previstas neste Contrato.

02. O atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega do serviço, sem justificativa da CONTRATADA, será considerado como recusa e dará causa de cancelamento da Ordem de Serviço correspondente a aplicação da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto do Contrato não realizado;

03. A CONTRATADA fica sujeita a multa de 01 (uma) a 10 (dez) UFGs, em caso de infração a quaisquer disposições contidas no Código de Posturas, Código de Obras, Código Nacional de Trânsito e outros dispositivos legais pertinentes, respondendo ainda pelas multas decorrentes da infração cometida devidas ao órgão competente;

04. A CONTRATADA assiste o direito de pedir reconsideração, por escrito a CÂMARA MUNICIPAL dentro de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data da notificação recebida, que será decidida em 03 (três) dias, relevando ou não a multa;

05. Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA notificada, por escrito, pela CÂMARA MUNICIPAL. A partir da notificação, terá ela o prazo de 10 (dez) dias para recolher a CÂMARA MUNICIPAL;

06. Nenhum pagamento de medição será efetuado a CONTRATADA, se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

#### CLÁUSULA NONA - DA FORÇA MAIOR

Se a CONTRATADA, por circunstância de força maior, conforme definido legalmente, for temporariamente impedida de cumprir total ou parcialmente suas obrigações, deverá comunicar o fato a CÂMARA MUNICIPAL e ratificar por escrito até 05 (cinco) dias essa comunicação, descrevendo as ocorrências.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As obrigações contratuais da CONTRATADA serão suspensas enquanto perdurar a situação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CÂMARA MUNICIPAL e a CONTRATADA, reciprocamente, não serão responsáveis por atrasos de qualquer natureza, causados por motivos de força maior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - EMPREGADOS

A CONTRATADA obriga-se a observar, quanto ao pessoal empregado nas obras que trata este Contrato, a legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É de total responsabilidade da CONTRATADA, a manutenção das normas relativas à Segurança e Medicina do Trabalho, em efetivo funcionamento, na obra em questão.

01. As multas ou outras penalidades impostas à CONTRATADA, pela Delegacia Regional do Trabalho, deverão ser pagas pela mesma, nos termos da NR-4 de 18 de junho de 1978, item 4.6.5;

02. Atrasos no cronograma, decorrentes de penalidades impostas por infração legal, não serão consideradas em hipótese alguma, motivos de força maior.

PARAGRAFO SEGUNDO - A CÂMARA MUNICIPAL poderá exigir o afastamento de qualquer empregado cuja atuação ou permanência nos serviços prejudique a execução das obras, ou cujo comportamento seja julgado inconveniente, sem que fique obrigada a declarar os motivos desta Resolução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

01. O material necessário a execução dos serviços e obras será fornecido pela CONTRATADA.

O material a ser transportado, sua carga e descarga, assim como a guarda será de inteira responsabilidade da CONTRATADA não cabendo a CÂMARA MUNICIPAL, em hipótese alguma, a obrigação de indenizar ou substituir por perdas, desaparecimentos, furtos ou outros;

02. A CONTRATADA colocará a disposição da obra, todo o equipamento necessário e em bom estado de conservação, em qualidade e espécie, para manter o bom andamento da mesma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

01. A CONTRATADA responderá pela solidez, segurança e perfeição das obras executadas, nos termos do Código Civil em vigor, mesmo após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

02. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados a CÂMARA MUNICIPAL ou a terceiros, decorrentes dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando a CÂMARA MUNICIPAL de quaisquer reclamações resultantes de atos de seus prepostos ou pessoa física ou jurídica empregada ou ajustada na execução dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou procedimento, mediante documento escrito, quando:

a) As partes assim o acordarem;

b) A CÂMARA MUNICIPAL assim o julgar conveniente, administrativamente se a CONTRATADA:

01. Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas;

02. Transferir o Contrato a terceiros ou sub-empregar sem concordância escrita da CÂMARA MUNICIPAL;

03. Entrar em concordata ou falência, ou atrasar em mais de quinze dias o salário do pessoal envolvido na obra;

04. Deixar evidenciada por culpa, dolo, simulação, fraude na execução da obra ou por reiteradas impugnações feitas pela Fiscalização, sua incapacidade para dar execução aos serviços;

05. Desatender as determinações regulares da fiscalização da CÂMARA MUNICIPAL ou seu(s) preposto(s);

06. Paralisar os serviços sem justa causa e prévia comunicação a CÂMARA MUNICIPAL.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização a CONTRATADA, ficando a CÂMARA MUNICIPAL autorizada a liberar a seu favor (Câmara Municipal) os valores depositados a título de caução;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo rescisão contratual, a qualquer título, a CÂMARA MUNICIPAL pagará no ato da assinatura do Termo da Rescisão, por todos os serviços executados pela CONTRATADA, e ainda não faturados pela mesma, de acordo com avaliação feita pela Fiscalização da CÂMARA MUNICIPAL, não cabendo a CONTRATADA, qualquer valor adicional, a título de indenização ou qualquer outro;



**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de ocorrer a hipótese de rescisão constante do item 03, desta Cláusula, as obras serão recebidas pela CÂMARA MUNICIPAL na situação em que se encontrarem, que ficará desobrigada de qualquer vínculo para com a CONTRATADA, massa falida ou sucessora da Firma.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização pertinente aos serviços, obras e fornecimentos de materiais, será exercida por:

01. CÂMARA MUNICIPAL, que designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, o qual terá autoridade para exercer controle e fiscalização da execução contratual;

02. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; e

03. Demais órgãos de fiscalização.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A CÂMARA MUNICIPAL poderá exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, exibição dos documentos pertinentes ao cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas previdenciárias relacionadas com o objeto deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES DO PROJETO

No interesse da consecução dos objetivos da Câmara Municipal, os serviços objeto deste ato convocatório poderão ser aumentados ou suprimidos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no Artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93, decorrentes da alteração do projeto proposto pela Câmara Municipal, sem que caiba a CONTRATADA, direito de reclamação ou indenização, mesmo que o valor global da obra seja diminuído.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Em caso de variação do volume das obras e serviços estipulados, prevalecerão para efeito de pagamento, os preços unitários.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

O presente Contrato é estipulado em R\$ 23.629,62 (vinte e três mil e seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos).

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - VIGÊNCIA

Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, perdurando sua vigência pelo período de 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com a legislação vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada se obriga expressamente a cumprir, sem qualquer falha, o objeto do Contrato, obedecendo rigorosamente as Cláusulas e condições contratuais, e ainda:

a) Executar os serviços com mão-de-obra qualificada e obedecer rigorosamente as instruções contidas nos anexos da Tomada de Preços nº 002/2012.

b) Apresentar solicitação por escrito à fiscalização, minuciosamente justificada, quando se fizer necessário a mudança das especificações ou substituições de algum material pelo seu equivalente por iniciativa da Contratada, além de catálogos e ensaios técnicos emitidos em laboratório qualificado, quando for o caso. Entende-se por equivalente o material ou equipamento que tem a mesma função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venha prejudicar o andamento da obra e não dar causa a possíveis prorrogações de prazo.

c) Manter durante toda a execução do Contrato, um profissional diplomado em engenharia civil, para exercer a função de responsável técnico, além de um encarregado (que deverá permanecer no local durante todas as horas de trabalho) e pessoal de comprovada competência.

d) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

e) Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho.

f) Empregar boa técnica na execução da obra, utilizando materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no projeto e nas especificações técnicas, submetendo a Contratante qualquer modificação que se faça necessária em relação às especificações constantes nos anexos do edital.

g) Arcar com todas as despesas relativas a instalação e execução da obra, tais como: fornecimento de materiais, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, transportes, impostos, taxas e emolumentos, leis sociais, etc.

h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de erro de execução ou do emprego de material de má qualidade.

i) Manter no local da obra um Diário de Serviços para registro de todas as ocorrências dos serviços, alertando por escrito à fiscalização quanto às dificuldades, erros, divergências que possam comprometer a sua realização ou a segurança de pessoas.

j) Manter o canteiro de obras em perfeito estado de limpeza ao longo do decorrer da obra.

l) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, apresentando os comprovantes que lhe forem solicitados pela Contratante.

m) A ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade pela má execução da obra contratada.

n) A Contratada responderá pela solidez e segurança da obra no prazo previsto no Código Civil Brasileiro.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Executado o Contrato, o seu objeto será recebido:

Provisoriamente, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, nomeada pelo Presidente da Câmara, composta no mínimo por 03 (três) membros, e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a comunicação escrita de entrega da obra pela Contratada e a emissão do termo de medição de acordo com o cronograma físico-financeiro.

A Comissão comunicará diretamente a empresa contratada as irregularidades e as descreverá no verso do Termo de Recebimento Provisório ou em termo, que será anexado ao processo original, ou, não se verificando irregularidades, assinará o Termo de Recebimento Provisório, que será anexado ao processo original, para fins de pagamento, conforme cronograma físico-financeiro;

Definitivamente, pela comissão a qual se refere o item anterior, dentro de 60 (sessenta) dias corridos, após o recebimento



provisório e precedido de vistoria que comprove a adequação da obra às disposições estabelecidas no Edital e em seus anexos, bem como, nas cláusulas contratuais, mediante Termo de Recebimento Definitivo, o qual será lavrado, se atendidas todas as reclamações da fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições que tenham sido verificadas na execução da obra.

Fica obrigada a Contratada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Tomada de Preços nº 002/2012 em que se verifiquem vícios, falhas, utilização de materiais impróprios ou má qualidade, incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga - SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Leoberto Leal/SC, 21 de novembro de 2012.

ARINO SCHEIDT MARIAN  
Presidente da Câmara  
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

INÁCIO HACK  
CPF: 613.053.679-87

ANDREIA APARECIDA EGER  
CPF: 019.759.919-23

VISTO:

**Luzerna**

**PREFEITURA**

#### Extrato Tomada Preço PML. 013.2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE EDITAL  
Processo Licitatório 0092/2012  
Tomada de Preço nº 0013/2012

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal em exercício, CARLOS RENATO MARCON, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO.

OBJETO: Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, por um período de 12 (doze) meses, conforme características descritas no anexo. REGIMENTO: Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 10 de dezembro de 2012.

CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: às 08h10min do dia 10 de dezembro de 2012.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)  
MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

#### Extrato do 2º Termo de Aditamento - Contrato Nº PML.038.12

EXTRATO DE CONTRATO

PML 2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml. 038.12 - Segundo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: CBB IND. E COM. DE ASFALTO E ENG. LTDA

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, alterar a alterar o prazo de vigência do Contrato pml.038.12, prorrogando por mais 60 (sessenta) dias, passando a vigência de 120 (cento e vinte) dias para 180 (cento e oitenta) dias, e consequentemente alterando a Cláusula Oitava do Contrato pml.038.12.

Luzerna(SC), 01 de novembro de 2012.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

VINICIUS ZÓZIMO CAGLIARI

CBB IND. E COM. DE ASFALTO E ENG. LTDA  
CONTRATADA

**Massaranduba**

**PREFEITURA**

#### Decreto Nº. 2594 de 09 de Novembro de 2012

DECRETO Nº. 2594 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2012

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 25.100,00 (Vinte e cinco mil e cem reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População  
0602 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 7.500,00  
0602 - 16401 - Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 17.600,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 25.100,00 (Vinte e cinco mil e cem reais), do seguinte programa e verbas abaixo discriminadas:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA  
0602.010.301.0100.2033 - Atendimento à População  
0602 - 44710000 - Transferências a Consórcios Públicos  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 1.000,00  
0602 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde R\$ 6.500,00  
0602 - 16401 - Piso de Atenção Básica - PAB R\$ 17.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,  
EM 09 DE NOVEMBRO DE 2012  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Proc 26.2012 PP 17.2012 Aquisição de Medicamentos e Materiais Ambulatoriais**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 26/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2012 - RP

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de diversos medicamentos e materiais ambulatoriais destinados ao atendimento de pacientes no Pronto Atendimento Municipal.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 04/12/2012.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 04/12/2012.. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 20 de Novembro de 2012.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

ANNA KARINE REINKE FRANZ  
Gestora Fundo Municipal

## **Meleiro**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria N.º 345/2012**

PORTARIA n.º 345/2012  
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### **CONCEDER**

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor ARCÂNGELO BROVEDAN VIEIRA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 12/11/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Novembro de 2012.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. Adm. e Finanças

## **Navegantes**

### **PREFEITURA**

#### **Prorroga Benefício Instituído Pela Lei 2569**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

DECRETO N.º 694 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO DO BENEFÍCIO INSTITUÍDO PELA LEI N.º 2569 DE 25 DE JANEIRO 2012, A QUAL AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ANISTIA DE JUROS E MULTAS DOS DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, III da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 4.º da Lei n.º 2569 de 25 de janeiro de 2012, que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ANISTIA DE JUROS E MULTAS DOS DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

CONSIDERANDO o incremento de receitas públicas municipais com o advento da lei municipal n.º 2569, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder anistia de juros e multas dos débitos lançados em dívida ativa;

CONSIDERANDO que a implementação vem promovendo a regularização cadastral e a resolução de situações pendentes nos sistemas de informatização do Município de Navegantes;

CONSIDERANDO os benefícios que a Anistia concedida tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade financeira,

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações repassadas pela Secretaria de Finanças, Fiscalização e Controle, subsiste a possibilidade de mais contribuintes aderirem ao Programa,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 27 de novembro do ano em curso o prazo para concessão da anistia de juros e multa, previsto no art. 1.º da lei municipal nº 2569 de janeiro de 2012.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 21 de novembro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 de Novembro de 2012.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2012.  
ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA  
Secretário de Administração e Logística

**Prorroga Prazo Para Adesão ao Refis**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 695 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, INSTITUÍDO PELA LEI N° 2568 DE 25 DE JANEIRO 2012

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, III da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o § 2º, do Art. 2º da lei n° 2568 de 25 de janeiro de 2012, que INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, CONSIDERANDO o incremento de receitas públicas municipais com o advento da Lei Municipal nº 2568, que institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Navegantes; CONSIDERANDO que a implementação vem promovendo a regularização cadastral e a resolução de situações pendentes nos sistemas de informatização do Município de Navegantes; CONSIDERANDO os benefícios que o Programa REFIS tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade financeira, CONSIDERANDO que, de acordo com as informações repassadas pela Secretaria de Finanças, Fiscalização e Controle, subsiste a possibilidade de mais contribuintes aderirem ao Programa;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 27 de novembro do ano em curso o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal no Município de Navegantes, previsto no art. 1º da Lei Municipal nº 2568 de 25 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 21 de novembro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de novembro de 2012.

ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA

Secretário de Administração e Logística

**Extrato Termo Aditivo Contrato N° 168/2012**

Contrato N°.: 168/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : BELGA EMPREITEIRA LTDA

Valor : 26.094,80 (vinte e seis mil e noventa e quatro reais e oitenta centavos).

Vigência : Início: 14/10/2012 Término: 31/12/2012

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 188/2011

Recursos: Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00 (127)

Objeto : O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência e aditivo de 8,94% (oito virgula noventa e quatro por cento) do valor do contrato firmado entre as partes em 03 de fevereiro de 2012.

NAVEGANTES, 21 de Novembro de 2012

**NAVEGANTESPREV****Altera Edital N°001/2012, de 23 de Outubro de 2012**

ALTERA EDITAL N°001/2012, de 23 de outubro de 2012, que trata da eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes - NAVEGANTESPREV.

A Comissão Eleitoral, no uso das atribuições que lhe compete a Resolução nº001/12, aprovada pelo Conselho de Administração do NAVEGANTESPREV, Resolve alterar os itens abaixo, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

**1. DAS ALTERAÇÕES**

1.1 Os itens 6.1 e 7.4 passam a vigorar com a seguinte redação:

6.1 As eleições serão realizadas no dia 15 de dezembro de 2012 (sábado), das 08h00 às 17h00 na Escola Prof.<sup>a</sup> Neusa Maria Rebello Vieira, Rua: José Alcebíades Laurentino nº350, Centro, Telefone: 3319-3379.

7.4 Ao término da votação a Comissão Eleitoral fará a apuração dos votos, e emitirá relatório de Apuração Final, expresso em números absolutos, o qual será analisado e posteriormente homologado em ata registrada pela Comissão Eleitoral devidamente rubricada e assinada pelos seus membros;

1.2. O Anexo único passa a vigorar com a seguinte redação:

Inscrições	12, 13,14, 19 e 20/11/2012
Homologação das Inscrições	21/11
Prazo para Impugnação das Candidaturas	23/11
Publicidade dos Atos acerca de eventuais impugnações	26/11
Relação Oficial das Candidaturas	27/11
Campanha dos Candidatos	28/11 a 12/12
Eleição	15/12
Apuração dos votos	15/12
Divulgação do resultado das Eleições	17/12
Prazo para recursos	18 e 19/12
Publicidade dos Atos acerca de eventuais recursos	20/12
Prazo contrarrazões	21 e 26/12
Proclamação do resultado definitivo das Eleições	28/12
Posse dos Eleitos	02/01/2013

**2. DISPOSIÇÕES FINAIS**

2.1. Mantêm-se inalteradas as demais disposições do Edital nº001/2012.

2.2 O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Navegantes, 19 de novembro de 2012.

MARCOS ANTÔNIO BITTENCOURT

Presidente da Comissão Eleitoral

**Homologação das Inscrições dos Candidatos**

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS INSCRITOS A MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL DO NAVEGANTESPREV CONFORME EDITAL Nº001/2012

A Comissão Eleitoral, no uso das atribuições que lhe compete a Resolução nº001/12, aprovada pelo Conselho de Administração do NAVEGANTESPREV, torna público a Homologação das inscrições dos candidatos a membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do NAVEGANTESPREV, conforme edital nº001/2012.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Nº Inscrição	Nome Candidato	RG nº	CPF Nº
001	José dos Passos Lemos (Zezinho)	574.979	459.403.809-30
002	Juliano de Amorim Busana	3721.771	006.930.389-42
003	Gianini Grazieli Francisco	39395502	009.105.839-27
004	Sheila Maria Ságas Machado	3255.297	005.009.879-98
006	Simone Leffer da Silva	3198373	953.247.049-20
010	Mairon Atilio Arceno	511.8788-4	066.166.539-94

**CONSELHO FISCAL**

Nº Inscrição	Nome Candidato	RG nº	CPF Nº
005	José Estevão Couto Neto (Nó)	421.541	291.585.839-01
008	Leonardo Silva Vianna	268.89174-6	268.596.908-01
009	Jaison Fernando Lotério	3705130	964.409.889/72

MARCOS ANTÔNIO BITTENCOURT  
Presidente da Comissão Eleitoral

**Palhoça**

**PREFEITURA**

**Revogação da Concorrência Pública Nº86/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE REVOGAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 86/2012

O Município de Palhoça torna público que fica REVOGADO o Edital Concorrência Pública Nº 86/2012, que consiste na contratação de empresa para fornecimento e execução de drenagem e pavimentação asfáltica da Av. das Torres, Área Industrial, drenagem e pavimentação asfáltica da Via Lateral BR282 Km 15 500 ao 16 130, drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Princesa Isabel e Rua Antônio Vieira, todas localizadas neste Município. A REVOGAÇÃO

se dá devido ao não repasse dos recursos por parte do BADESC, agente financiador. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 08:00 às 18:00 horas, diariamente ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). Palhoça, 20 de novembro de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES.

**CÂMARA MUNICIPAL****Publicação Tomada de Preços Nº15/12**

EDITAL DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS nº015/2012

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

UNIDADE EXECUTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

**11. REALIZAÇÃO**

A Câmara Municipal de Palhoça torna Pública e dá ciência aos interessados que no dia 12 de dezembro de 2012 às 09h30min, procedeu a análise dos envelopes de habilitação e propostas da Tomada de Preços nº. 015/2012, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC LOCAL LONGA DISTÂNCIA VC1, VC2 E VC3 para Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações Técnicas constantes do Termo de Referência - Anexo I.

Palhoça, 20 de novembro de 2012.

MARIA JOSÉ DA SILVA SCHUTZ

Presidente

**Peritiba**

**PREFEITURA**

**Extrato de Contrato 88/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 88/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa PAULÍNIA LOTTERMANN REIS. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 7.241,14. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 89/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 89/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa TENDÊNCIA MAT. P/ INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 1.546,00. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.



Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 90/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 90/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa DILSO LUIZ FRAPORTI. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 5.924,00. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 91/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 91/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa SUPERAR LTDA. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 17.547,00. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 92/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 92/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa ELETRO ELETRONICA 2000 LTDA ME. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 1.605,00. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 93/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 93/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa KALBRINK MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS LTDA. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 4.783,00. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 94/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 94/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa MÓVEIS ANDRIEI LTDA ME. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 4.650,00. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 95/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 95/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 735,00. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 96/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 96/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO PERITIBA LTDA ME. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 700,00. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 97/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 97/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa OLGA NESTOR ME. Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 420,00. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

**Extrato de Contrato 98/2012**

MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 98/2012. Partes: Município de Peritiba e a empresa COMAPE - MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA. Objeto:



Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para equipar a escola de educação infantil do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA. VALOR: R\$ 2.935,10. Vigência: 19 de Novembro à 30 de Dezembro de 2012.

Município de Peritiba, 19 de Novembro de 2012.  
TARCISIO REINALDO BERVIAN  
Prefeito Municipal.

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1.634, de 14 de Novembro de 2012.

LEI Nº 1.634, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A.

EUZEBIO CALISTO VIECELLI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar convênio com a CELESC Distribuição S/A, Subsidiária Integral de Economia Mista Estadual, concessionária de distribuição de energia elétrica, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.336.783/0001-90, com sede em Florianópolis, na forma da minuta constante do anexo.

Art. 2º O convênio de que trata esta lei tem por objeto atribuir à CELESC Distribuição S/A o encargo de arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública incidente sobre proprietários, titulares de domínio útil, possuidores e ocupantes de unidades de imóveis servidos, efetiva ou potencialmente, com tal serviço e que estejam ligados como consumidores à rede de energia elétrica no Município, na forma da Lei Complementar Municipal n. 102, de 28 de dezembro de 2002.

Parágrafo único. A arrecadação de que trata este artigo será feita juntamente com as faturas de consumo de energia elétrica.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,  
14 de novembro de 2012.  
EUZEBIO CALISTO VIECELLI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO

LEI Nº 1.634, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO A FIRMAR CONVÊNIO COM A CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A.

MINUTA CONVÊNIO

#### Decreto Nº 3.700, de 20 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 3.700, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELLI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

#### DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 0202 - Secretaria de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 0402 - Administração Geral

Atividade: 4005 - Transf. A instituições privadas sem fins lucrativos

Modalidade de Aplicação: 3350-0000

Fonte: 0300

Total Suplementado R\$ 11.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2011, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial, fonte 0100.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,  
em 20 De Novembro De 2012.  
EUZEBIO CALISTO VIECELLI  
Prefeito Municipal

#### Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 008/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2012

O Município de Pinheiro Preto e a Secretaria Municipal de Educação, com fundamento no disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, FAZEM SABER aos que o presente Edital virem e a quem interessar possa que, de acordo com o disposto no artigo 6º da Lei complementar nº 115, de 22 de junho de 2004, estarão abertas de 20 de novembro de 2012 a 04 de dezembro de 2012, as inscrições do processo seletivo simplificado para função de professores em caráter temporário, a fim de comporem o CADASTRO DE RESERVA para atuação nas seguintes áreas e programas, ano letivo de 2012:

#### 1. DA INSCRIÇÃO

1.1 Área I: Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

1.2 Área II: Profissional de Apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

1.3 Área III: Professor Disciplina de Artes.



1.4 Área IV: Professor Disciplina de Língua Estrangeira - Inglês.

1.5 Área V: Professor para Sala AEE - Atendimento Educacional Especializado.

1.6 Área VI: Atendente de Creche.

1.7 Área VII: Professor de Educação Física para Comissão Municipal de Esportes - CME

## 2. DO LOCAL E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

2.1 A pré-inscrição deverá ser realizada via internet no site <http://www.pinheiropreto.sc.gov.br> a partir do dia 20 de novembro de 2012 até o dia 04 de dezembro de 2012.

PINHEIRO PRETO, 19 DE NOVEMBRO DE 2012.  
GENI DE OLIVEIRA  
SEC. DE EDUCAÇÃO



**VISÃO ESTRATÉGICA E  
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,  
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA  
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:  
**[www.egem.org.br](http://www.egem.org.br)**

## Anexos LRF RREO 5Bim\_2012

+[ CPL ]-----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 | Balanço Orçamentário  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO  
 |  
 |-----  
 | LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	10.986.896,00	10.986.896,00	2.341.264,24	21,310	10.934.547,55	99,520	52.348,45
RECEITAS CORRENTES	10.976.880,00	10.976.880,00	1.628.900,81	14,840	9.006.992,41	82,050	1.969.887,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	290.700,00	290.700,00	52.941,41	18,210	321.547,33	110,610	-30.847,33
IMPOSTOS	189.000,00	189.000,00	48.816,19	25,830	253.047,93	133,890	-64.047,93
TAXAS	71.700,00	71.700,00	4.125,22	5,750	68.379,40	95,370	3.320,60
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - CM	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	120,00	0,400	29.880,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	287.000,00	287.000,00	62.776,35	21,870	283.163,61	98,660	3.836,39
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	240.000,00	240.000,00	55.067,06	22,940	244.754,52	101,980	-4.754,52
CONTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	47.000,00	47.000,00	7.709,29	16,400	38.409,09	81,720	8.590,91
RECEITA PATRIMONIAL	573.150,00	573.150,00	73.704,84	12,860	532.999,43	92,990	40.150,57
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	4.600,00	4.600,00	0,00	0,000	1.989,65	43,250	2.610,35
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	498.550,00	498.550,00	69.161,58	13,870	503.431,87	100,980	-4.881,87
Outras Receitas Patrimoniais	70.000,00	70.000,00	4.543,26	6,490	27.577,91	39,400	42.422,09
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	70.000,00	70.000,00	4.543,26	6,490	27.577,91	39,400	42.422,09
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,000	150,00	15,000	850,00
Outras Receitas Agropecuárias	1.000,00	1.000,00	0,00	0,000	150,00	15,000	850,00
RECEITA DE SERVIÇOS	41.000,00	41.000,00	1.450,00	3,540	16.562,50	40,400	24.437,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.665.080,00	9.665.080,00	1.416.705,54	14,660	7.691.236,41	79,580	1.973.843,59
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.589.080,00	9.589.080,00	1.396.319,54	14,560	7.457.636,41	77,770	2.131.443,59
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	76.000,00	76.000,00	20.386,00	26,820	233.600,00	307,370	-157.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.950,00	118.950,00	21.322,67	17,930	161.333,13	135,630	-42.383,13
MULTAS E JUROS DE MORA	40.600,00	40.600,00	8.764,40	21,590	27.360,54	67,390	13.239,46
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.000,00	4.000,00	0,00	0,000	66.731,50	1668,290	-62.731,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.500,00	13.500,00	2.739,42	20,290	18.214,44	134,920	-4.714,44
RECEITAS DIVERSAS	60.850,00	60.850,00	9.818,85	16,140	49.026,65	80,570	11.823,35
RECEITAS DE CAPITAL	10.016,00	10.016,00	712.363,43	7112,250	1.927.555,14	19244,76	-1.917.539,14
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	511.623,79	0,000	511.623,79	0,000	-511.623,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	511.623,79	0,000	511.623,79	0,000	-511.623,79
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	150.739,64	1507,400	150.739,64	1507,400	-140.739,64
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	1.511,00	15,110	1.511,00	15,110	8.489,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	149.228,64	0,000	149.228,64	0,000	-149.228,64
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	16,00	16,00	50.000,00	312500,0	1.265.191,71	7907448,	-1.265.175,71
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	16,00	16,00	50.000,00	312500,0	1.265.191,71	7907448,	-1.265.175,71
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	674.550,00	674.550,00	74.702,19	11,070	336.179,36	49,840	338.370,64
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	11.661.446,00	11.661.446,00	2.415.966,43	100,000	11.270.726,91	100,000	390.719,09
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	11.661.446,00	11.661.446,00	2.415.966,43	100,000	11.270.726,91	100,000	390.719,09
DÉFICIT (VI)					350.469,59		
TOTAL (VII)=(V+VI)	11.661.446,00	11.661.446,00	2.415.966,43		11.270.726,91		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	1.967.615,67	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	1.967.615,67	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	1.967.615,67	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
								NÃO	%		
DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		PROCESSADOS	((g+h)		Saldo a
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício			Liquidar	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(f)	(f-(g+h))	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	10.986.896,00	4.803.694,51	15.790.590,51	1.716.311,31	11.391.120,24	2.213.059,99	11.159.369,57	0,00	70,67	4.631.220,94	
DESPESAS CORRENTES	9.529.140,00	1.249.551,39	10.778.691,39	1.419.014,37	8.581.586,57	1.455.029,56	8.317.910,53	0,00	77,17	2.460.780,86	
Pessoal e Encargos Sociais	4.350.380,00	73.356,22	4.423.736,22	686.724,12	3.449.681,45	690.817,42	3.447.853,16	0,00	77,94	975.883,06	
Juros/Encargos da Dívida	40.000,00	-15.000,00	25.000,00	1.343,51	5.948,37	1.343,51	5.948,37	0,00	23,79	19.051,63	
Outras despesas Correntes	5.138.760,00	1.191.195,17	6.329.955,17	730.946,74	5.125.956,75	762.868,63	4.864.109,00	0,00	76,84	1.465.846,17	
DESPESAS DE CAPITAL	763.206,00	3.554.143,12	4.317.349,12	297.296,94	2.809.533,67	758.030,43	2.841.459,04	0,00	65,81	1.475.890,08	
Investimentos	711.206,00	3.555.043,12	4.266.249,12	291.190,42	2.779.115,61	751.923,91	2.811.040,98	0,00	65,89	1.455.208,14	
Inversões Financeiras	2.000,00	-900,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00	
Amortização da Dívida	50.000,00	0,00	50.000,00	6.106,52	30.418,06	6.106,52	30.418,06	0,00	60,84	19.581,94	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	259.550,00	0,00	259.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.550,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	435.000,00	0,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	674.550,00	105.700,00	780.250,00	109.138,81	461.826,93	109.138,81	461.826,93	0,00	59,19	318.423,07	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	11.661.446,00	4.909.394,51	16.570.840,51	1.825.450,12	11.852.947,17	2.322.198,80	11.621.196,50	0,00	70,13	4.949.644,01	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	11.661.446,00	4.909.394,51	16.570.840,51	1.825.450,12	11.852.947,17	2.322.198,80	11.621.196,50	0,00	70,13	4.949.644,01	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	11.661.446,00	4.909.394,51	16.570.840,51	1.825.450,12	11.852.947,17	2.415.966,43	11.621.196,50	0,00	70,13	4.949.644,01	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	SALDO
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)		(a-c)
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	209.550,00	209.550,00	17.696,47	8,440	80.498,90	38,420	129.051,10
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	465.000,00	465.000,00	57.005,72	12,260	255.680,46	54,990	209.319,54
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	465.000,00	465.000,00	57.005,72	12,260	255.680,46	54,990	209.319,54
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	209.550,00	209.550,00	17.696,47	8,440	80.498,90	38,420	129.051,10
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	674.550,00	674.550,00	74.702,19	11,070	336.179,36	49,840	338.370,64
TOTAL	674.550,00	674.550,00	74.702,19		336.179,36		338.370,64

								INSCRITAS EM				
								RESTOS A PAGAR				
		D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		NÃO	%	Saldo a	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercicio	PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar		
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	/f)	(f-(g+h))		
DESPESAS CORRENTES	674.550,00	105.700,00	780.250,00	109.138,81	461.826,93	109.138,81	461.826,93	0,00	59,19	318.423,07		
Pessoal e Encargos Sociais	674.550,00	105.700,00	780.250,00	109.138,81	461.826,93	109.138,81	461.826,93	0,00	59,19	318.423,07		
TOTAL	674.550,00	105.700,00	780.250,00	109.138,81	461.826,93	109.138,81	461.826,93	0,00	59,19	318.423,07		

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZÉBIO CALISTO VIECELIContadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANIResponsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>		<b>10.986.896,00</b>	<b>15.790.590,51</b>	<b>1.716.311,31</b>	<b>11.391.120,24</b>	<b>2.213.059,99</b>	<b>11.159.369,57</b>	<b>100,00</b>	<b>70,67</b>	<b>4.631.220,94</b>
01	LEGISLATIVA	388.300,00	387.600,00	45.121,20	237.370,25	45.121,20	237.370,25	2,13	61,24	150.229,75
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	388.300,00	387.600,00	45.121,20	237.370,25	45.121,20	237.370,25	2,13	61,24	150.229,75
	<b>Subtotal</b>	<b>388.300,00</b>	<b>387.600,00</b>	<b>45.121,20</b>	<b>237.370,25</b>	<b>45.121,20</b>	<b>237.370,25</b>	<b>2,13</b>	<b>61,24</b>	<b>150.229,75</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	1.788.000,00	1.768.100,00	255.710,39	1.546.251,57	255.336,38	1.530.801,72	13,72	86,58	237.298,28
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.788.000,00	1.768.100,00	255.710,39	1.546.251,57	255.336,38	1.530.801,72	13,72	86,58	237.298,28
	<b>Subtotal</b>	<b>2.176.300,00</b>	<b>2.155.700,00</b>	<b>300.831,59</b>	<b>1.783.621,82</b>	<b>300.457,58</b>	<b>1.768.171,97</b>	<b>15,84</b>	<b>82,02</b>	<b>387.528,03</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	30.100,00	30.100,00	111,00	8.946,31	445,00	8.920,31	0,08	29,64	21.179,69
06.181	POLICIAMENTO	30.100,00	30.100,00	111,00	8.946,31	445,00	8.920,31	0,08	29,64	21.179,69
	<b>Subtotal</b>	<b>2.206.400,00</b>	<b>2.185.800,00</b>	<b>300.942,59</b>	<b>1.792.568,13</b>	<b>300.902,58</b>	<b>1.777.092,28</b>	<b>15,92</b>	<b>81,30</b>	<b>408.707,72</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	355.002,00	465.767,47	50.009,33	289.059,10	49.914,33	287.799,00	2,58	61,79	177.968,47
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	60.000,00	60.000,00	8.368,26	37.105,51	8.368,26	37.105,51	0,33	61,84	22.894,49
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	295.002,00	405.767,47	41.641,07	251.953,59	41.546,07	250.693,49	2,25	61,78	155.073,98
	<b>Subtotal</b>	<b>2.561.402,00</b>	<b>2.651.567,47</b>	<b>350.951,92</b>	<b>2.081.627,23</b>	<b>350.816,91</b>	<b>2.064.891,28</b>	<b>18,50</b>	<b>77,87</b>	<b>586.676,19</b>
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	495.000,00	495.000,00	68.804,36	339.822,93	68.804,36	339.822,93	3,05	68,65	155.177,07
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	495.000,00	495.000,00	68.804,36	339.822,93	68.804,36	339.822,93	3,05	68,65	155.177,07
	<b>Subtotal</b>	<b>3.056.402,00</b>	<b>3.146.567,47</b>	<b>419.756,28</b>	<b>2.421.450,16</b>	<b>419.621,27</b>	<b>2.404.714,21</b>	<b>21,55</b>	<b>76,42</b>	<b>741.853,26</b>
10	SAÚDE	2.239.442,00	2.789.281,89	349.032,46	2.250.862,12	386.926,40	2.080.599,32	18,64	74,59	708.682,57
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.122.442,00	2.602.792,74	317.291,22	2.109.685,09	366.709,25	1.950.946,38	17,48	74,96	651.846,36
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.500,00	36.666,43	10.235,96	31.697,36	4.823,50	26.284,90	0,24	71,69	10.381,53
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	10.500,00	13.100,13	2.078,88	5.447,53	2.000,00	5.368,65	0,05	40,98	7.731,48
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	85.000,00	85.000,00	19.426,40	58.156,15	13.393,65	52.123,40	0,47	61,32	32.876,60
10.605	ABASTECIMENTO	5.000,00	51.722,59	0,00	45.875,99	0,00	45.875,99	0,41	88,70	5.846,60
	<b>Subtotal</b>	<b>5.295.844,00</b>	<b>5.935.849,36</b>	<b>768.788,74</b>	<b>4.672.312,28</b>	<b>806.547,67</b>	<b>4.485.313,53</b>	<b>40,19</b>	<b>75,56</b>	<b>1.450.535,83</b>
12	EDUCAÇÃO	1.739.500,00	2.320.545,15	311.258,55	1.980.634,34	530.436,08	1.951.326,28	17,49	84,09	369.218,87
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.356.500,00	2.067.545,15	281.084,78	1.798.162,52	500.970,63	1.777.105,52	15,92	85,95	290.439,63
12.364	ENSINO SUPERIOR	70.000,00	70.000,00	16.205,00	56.253,00	12.555,00	52.403,00	0,47	74,86	17.597,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	295.000,00	165.000,00	13.968,77	108.794,82	14.006,45	108.749,76	0,97	65,91	56.250,24
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	18.000,00	18.000,00	0,00	17.424,00	2.904,00	13.068,00	0,12	72,60	4.932,00
	<b>Subtotal</b>	<b>7.035.344,00</b>	<b>8.256.394,51</b>	<b>1.080.047,29</b>	<b>6.652.946,62</b>	<b>1.336.983,75</b>	<b>6.436.639,81</b>	<b>57,68</b>	<b>77,96</b>	<b>1.819.754,70</b>
13	CULTURA	461.002,00	581.002,00	0,00	499.901,05	0,00	499.901,05	4,48	86,04	81.100,95
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	461.002,00	581.002,00	0,00	499.901,05	0,00	499.901,05	4,48	86,04	81.100,95
	<b>Subtotal</b>	<b>7.496.346,00</b>	<b>8.837.396,51</b>	<b>1.080.047,29</b>	<b>7.152.847,67</b>	<b>1.336.983,75</b>	<b>6.936.540,86</b>	<b>62,16</b>	<b>78,49</b>	<b>1.900.855,65</b>
15	URBANISMO	421.994,00	1.960.027,62	129.650,07	926.685,75	332.045,19	923.756,84	8,28	47,13	1.036.270,78
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	130.002,00	1.178.147,00	107.344,79	579.192,52	301.887,05	579.192,52	5,19	49,16	598.954,48
15.452	SERVIÇOS URBANOS	291.992,00	781.880,62	22.305,28	347.493,23	30.158,14	344.564,32	3,09	44,07	437.316,30
	<b>Subtotal</b>	<b>7.918.340,00</b>	<b>10.797.424,13</b>	<b>1.209.697,36</b>	<b>8.079.533,42</b>	<b>1.669.028,94</b>	<b>7.860.297,70</b>	<b>70,44</b>	<b>72,80</b>	<b>2.937.126,43</b>
16	HABITAÇÃO	50.000,00	347.317,60	65.895,64	317.035,53	110.985,36	361.927,25	3,24	104,21	-14.609,65
16.482	HABITAÇÃO URBANA	50.000,00	347.317,60	65.895,64	317.035,53	110.985,36	361.927,25	3,24	104,21	-14.609,65
	<b>Subtotal</b>	<b>7.968.340,00</b>	<b>11.144.741,73</b>	<b>1.275.593,00</b>	<b>8.396.568,95</b>	<b>1.780.014,30</b>	<b>8.222.224,95</b>	<b>73,68</b>	<b>73,78</b>	<b>2.922.516,78</b>
17	SANEAMENTO	53.002,00	26.917,04	3.915,04	3.915,04	3.915,04	3.915,04	0,04	14,54	23.002,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	53.002,00	26.917,04	3.915,04	3.915,04	3.915,04	3.915,04	0,04	14,54	23.002,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.021.342,00</b>	<b>11.171.658,77</b>	<b>1.279.508,04</b>	<b>8.400.483,99</b>	<b>1.783.929,34</b>	<b>8.226.139,99</b>	<b>73,72</b>	<b>73,63</b>	<b>2.945.518,78</b>
18	GESTÃO AMBIENTAL	3.000,00	3.000,00	0,00	1.025,00	0,00	1.025,00	0,01	34,17	1.975,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.000,00	3.000,00	0,00	1.025,00	0,00	1.025,00	0,01	34,17	1.975,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.024.342,00</b>	<b>11.174.658,77</b>	<b>1.279.508,04</b>	<b>8.401.508,99</b>	<b>1.783.929,34</b>	<b>8.227.164,99</b>	<b>73,72</b>	<b>73,62</b>	<b>2.947.493,78</b>
20	AGRICULTURA	445.002,00	653.747,50	50.867,07	451.002,42	55.302,69	445.487,17	3,99	68,14	208.260,33
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	62.002,00	245.747,50	2.690,00	125.691,68	5.736,40	125.691,68	1,13	51,15	120.055,82
20.606	EXTENÇÃO RURAL	383.000,00	408.000,00	48.177,07	325.310,74	49.566,29	319.795,49	2,87	78,38	88.204,51



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
	<b>Subtotal</b>	<b>8.469.344,00</b>	<b>11.828.406,27</b>	<b>1.330.375,11</b>	<b>8.852.511,41</b>	<b>1.839.232,03</b>	<b>8.672.652,16</b>	<b>77,72</b>	<b>73,32</b>	<b>3.155.754,11</b>
22	INDÚSTRIA	6.000,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	6.000,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.100,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.475.344,00</b>	<b>11.829.506,27</b>	<b>1.330.375,11</b>	<b>8.852.511,41</b>	<b>1.839.232,03</b>	<b>8.672.652,16</b>	<b>77,72</b>	<b>73,31</b>	<b>3.156.854,11</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	5.000,00	5.000,00	611,05	910,81	638,54	869,82	0,01	17,40	4.130,18
23.695	TURISMO	5.000,00	5.000,00	611,05	910,81	638,54	869,82	0,01	17,40	4.130,18
	<b>Subtotal</b>	<b>8.480.344,00</b>	<b>11.834.506,27</b>	<b>1.330.986,16</b>	<b>8.853.422,22</b>	<b>1.839.870,57</b>	<b>8.673.521,98</b>	<b>77,72</b>	<b>73,29</b>	<b>3.160.984,29</b>
26	TRANSPORTE	1.497.002,00	2.948.234,24	342.899,52	2.295.809,35	329.483,79	2.243.958,92	20,11	76,11	704.275,32
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.497.002,00	2.948.234,24	342.899,52	2.295.809,35	329.483,79	2.243.958,92	20,11	76,11	704.275,32
	<b>Subtotal</b>	<b>9.977.346,00</b>	<b>14.782.740,51</b>	<b>1.673.885,68</b>	<b>11.149.231,57</b>	<b>2.169.354,36</b>	<b>10.917.480,90</b>	<b>97,83</b>	<b>73,85</b>	<b>3.865.259,61</b>
27	DESPORTO E LAZER	100.000,00	225.500,00	34.975,60	204.140,29	36.255,60	204.140,29	1,83	90,53	21.359,71
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	100.000,00	225.500,00	34.975,60	204.140,29	36.255,60	204.140,29	1,83	90,53	21.359,71
	<b>Subtotal</b>	<b>10.077.346,00</b>	<b>15.008.240,51</b>	<b>1.708.861,28</b>	<b>11.353.371,86</b>	<b>2.205.609,96</b>	<b>11.121.621,19</b>	<b>99,66</b>	<b>74,10</b>	<b>3.886.619,32</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	215.000,00	87.800,00	7.450,03	37.748,38	7.450,03	37.748,38	0,34	42,99	50.051,62
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	215.000,00	87.800,00	7.450,03	37.748,38	7.450,03	37.748,38	0,34	42,99	50.051,62
	<b>Subtotal</b>	<b>10.292.346,00</b>	<b>15.096.040,51</b>	<b>1.716.311,31</b>	<b>11.391.120,24</b>	<b>2.213.059,99</b>	<b>11.159.369,57</b>	<b>100,00</b>	<b>73,92</b>	<b>3.936.670,94</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	259.550,00	259.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.550,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	259.550,00	259.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.550,00
	<b>Subtotal</b>	<b>10.551.896,00</b>	<b>15.355.590,51</b>	<b>1.716.311,31</b>	<b>11.391.120,24</b>	<b>2.213.059,99</b>	<b>11.159.369,57</b>	<b>100,00</b>	<b>72,67</b>	<b>4.196.220,94</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>10.986.896,00</b>	<b>15.790.590,51</b>	<b>1.716.311,31</b>	<b>11.391.120,24</b>	<b>2.213.059,99</b>	<b>11.159.369,57</b>	<b>100,00</b>	<b>70,67</b>	<b>4.631.220,94</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>674.550,00</b>	<b>780.250,00</b>	<b>109.138,81</b>	<b>461.826,93</b>	<b>109.138,81</b>	<b>461.826,93</b>	<b>4,14</b>	<b>59,19</b>	<b>318.423,07</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>11.661.446,00</b>	<b>16.570.840,51</b>	<b>1.825.450,12</b>	<b>11.852.947,17</b>	<b>2.322.198,80</b>	<b>11.621.196,50</b>	<b>104,14</b>	<b>70,13</b>	<b>4.949.644,01</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>674.550,00</b>	<b>780.250,00</b>	<b>109.138,81</b>	<b>461.826,93</b>	<b>109.138,81</b>	<b>461.826,93</b>	<b>4,14</b>	<b>59,19</b>	<b>318.423,07</b>
01	LEGISLATIVA	1.700,00	2.400,00	325,32	1.369,63	325,32	1.369,63	0,01	57,07	1.030,37
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.700,00	2.400,00	325,32	1.369,63	325,32	1.369,63	0,01	57,07	1.030,37
04	ADMINISTRAÇÃO	100.000,00	100.000,00	17.892,28	80.481,31	17.892,28	80.481,31	0,72	80,48	19.518,69
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000,00	100.000,00	17.892,28	80.481,31	17.892,28	80.481,31	0,72	80,48	19.518,69
10	SAÚDE	155.000,00	155.000,00	25.527,31	106.742,09	25.527,31	106.742,09	0,96	68,87	48.257,91
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	155.000,00	155.000,00	25.527,31	106.742,09	25.527,31	106.742,09	0,96	68,87	48.257,91
12	EDUCAÇÃO	274.850,00	379.850,00	38.150,63	162.064,33	38.150,63	162.064,33	1,45	42,67	217.785,67
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	200.550,00	305.550,00	33.687,06	134.963,03	33.687,06	134.963,03	1,21	44,17	170.586,97
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	74.300,00	74.300,00	4.463,57	27.101,30	4.463,57	27.101,30	0,24	36,48	47.198,70
20	AGRICULTURA	28.000,00	28.000,00	5.967,19	20.349,35	5.967,19	20.349,35	0,18	72,68	7.650,65
20.606	EXTENÇÃO RURAL	28.000,00	28.000,00	5.967,19	20.349,35	5.967,19	20.349,35	0,18	72,68	7.650,65
26	TRANSPORTE	115.000,00	115.000,00	21.276,08	90.820,22	21.276,08	90.820,22	0,81	78,97	24.179,78
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	115.000,00	115.000,00	21.276,08	90.820,22	21.276,08	90.820,22	0,81	78,97	24.179,78
	<b>TOTAL</b>	<b>674.550,00</b>	<b>780.250,00</b>	<b>109.138,81</b>	<b>461.826,93</b>	<b>109.138,81</b>	<b>461.826,93</b>	<b>4,14</b>	<b>59,19</b>	<b>318.423,07</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

```

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+
|
|                               Município de PINHEIRO PRETO                                CONSOLIDADO |
|                               Relatório Resumido da Execução Orçamentária                    |
|                               Demonstrativo da Receita Corrente Líquida                    |
|                               Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social                      |
|                               NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012                              |
+-----+

```

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	11/2011	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	04/2012	05/2012
RECEITAS CORRENTES (I)	1.123.792,36	1.407.148,69	1.055.689,15	1.083.916,08	1.073.798,27	1.260.762,76	1.214.168,33
Receita Tributária	15.040,67	31.750,27	26.270,95	18.373,11	27.366,32	115.830,92	29.306,05
IPTU	524,30	3.712,71	0,00	0,00	0,00	61.107,11	5.354,91
ISS	6.829,44	11.017,19	6.942,93	4.023,63	7.552,83	9.511,80	14.671,80
ITBI	192,00	336,88	10.867,48	400,00	2.854,40	0,00	648,81
IRRF	6.902,52	14.641,76	4.163,51	8.972,80	7.114,13	7.012,69	5.339,62
Outras	592,41	2.041,73	4.297,03	4.976,68	9.844,96	38.199,32	3.290,91
Receita de Contribuições	27.072,09	70.775,79	5.501,85	25.662,49	30.882,23	30.828,22	32.030,96
Receita Patrimonial	69.513,11	54.813,79	75.714,39	60.675,90	56.337,93	74.668,93	49.232,34
Receita Agropecuária	180,00	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	30,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.680,00	2.805,00	1.425,00	2.495,00	1.520,00	610,00	2.825,00
Transferências Correntes	1.000.707,07	1.231.751,84	939.363,50	968.949,83	882.324,95	1.029.467,44	1.092.133,79
Cota-Parte do FPM	434.756,58	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71
Cota-Parte do ICMS	354.957,30	358.700,67	343.724,80	299.936,41	324.437,46	345.032,52	300.113,91
Cota-Parte do IPVA	22.433,96	9.335,38	18.857,46	26.029,82	33.164,34	40.462,32	45.857,35
Cota-Parte do ITR	886,68	0,00	0,00	24,72	0,00	0,00	0,00
Transf.da LC 87/1996	3.480,18	1.740,09	1.686,30	1.686,30	1.685,19	1.685,19	1.685,19
Transferência do FUNDEB	72.446,73	75.062,72	78.450,69	73.067,32	76.796,56	81.080,81	78.791,52
Outras Transferências	111.745,64	313.321,00	65.658,50	46.862,52	92.166,42	114.956,00	166.586,11
Demais Receitas Correntes	4.599,42	15.192,00	7.353,46	7.759,75	75.366,84	9.357,25	8.610,19
II-DEDUÇÕES	189.693,11	237.030,51	161.413,73	192.933,00	170.864,26	194.643,77	198.611,70
Contrib.EMPREGADORES e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	23.330,40	66.908,19	1.824,93	22.005,00	27.191,35	26.896,04	28.058,83
Servidor	23.330,40	66.908,19	1.824,93	22.005,00	27.191,35	26.896,04	28.058,83
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	166.362,71	170.122,32	159.588,80	170.928,00	143.672,91	167.747,73	170.552,87
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	934.099,25	1.170.118,18	894.275,42	890.983,08	902.934,01	1.066.118,99	1.015.556,63

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	06/2012	07/2012	08/2012	09/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.011.658,78	985.457,38	940.306,43	977.945,58	934.594,02	13.069.237,83	13.035.180,00	
Receita Tributária	14.087,68	15.087,43	22.283,46	25.577,80	27.363,61	368.338,27	290.700,00	
IPTU	1.088,65	422,22	378,18	626,21	789,89	74.004,18	64.000,00	
ISS	5.655,11	7.544,34	12.659,21	10.547,98	10.412,99	107.369,25	55.000,00	
ITBI	0,00	680,00	2.273,56	1.930,18	7.282,33	27.465,64	20.000,00	
IRRF	5.202,94	5.662,57	6.126,51	8.716,68	8.509,93	88.365,66	50.000,00	
Outras	2.140,98	778,30	846,00	3.756,75	368,47	71.133,54	101.700,00	
Receita de Contribuições	32.106,62	31.397,99	31.976,90	31.267,81	31.508,54	381.011,49	287.000,00	
Receita Patrimonial	38.980,81	64.183,66	39.500,63	56.334,57	17.370,27	657.326,33	573.150,00	
Receita Agropecuária	0,00	60,00	0,00	0,00	0,00	390,00	1.000,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	3.327,50	1.835,00	1.075,00	1.450,00	0,00	26.047,50	41.000,00	
Transferências Correntes	914.684,66	855.542,53	839.729,75	850.611,03	849.733,30	11.454.999,69	11.723.380,00	
Cota-Parte do FPM	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	4.888.102,34	5.800.000,00	
Cota-Parte do ICMS	312.474,79	305.582,79	305.883,49	354.991,34	334.452,46	3.940.287,94	4.000.000,00	
Cota-Parte do IPVA	44.725,69	51.893,00	39.420,00	30.615,27	48.505,55	411.300,14	380.000,00	
Cota-Parte do ITR	0,00	12,82	0,00	518,76	1.559,77	3.002,75	1.500,00	
Transf.da LC 87/1996	1.685,19	1.685,19	1.685,19	0,00	3.370,38	22.074,39	30.000,00	
Transferência do FUNDEB	77.239,69	71.403,95	74.085,14	83.235,12	77.833,41	919.493,66	760.000,00	
Outras Transferências	52.653,09	106.912,26	67.691,64	74.161,95	58.023,34	1.270.738,47	751.880,00	
Demais Receitas Correntes	8.471,51	17.350,77	5.740,69	12.704,37	8.618,30	181.124,55	118.950,00	
II-DEDUÇÕES	185.846,02	164.299,08	168.741,48	167.136,51	171.569,34	2.202.782,51	2.298.300,00	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	27.814,14	27.852,75	28.044,42	27.374,73	27.692,33	334.993,11	240.000,00	
Servidor	27.814,14	27.852,75	28.044,42	27.374,73	27.692,33	334.993,11	240.000,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	158.031,88	136.446,33	140.697,06	139.761,78	143.877,01	1.867.789,40	2.058.300,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	825.812,76	821.158,30	771.564,95	810.809,07	763.024,68	10.866.455,32	10.736.880,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(I)	465.000,00	465.000,00	89.978,79	521.563,72	405.524,00
RECEITAS CORRENTES	465.000,00	465.000,00	89.978,79	521.563,72	405.524,00
Receita de Contribuições	150.000,00	150.000,00	34.529,81	153.820,73	383.695,89
Pessoal Civil	150.000,00	150.000,00	34.529,81	153.820,73	122.712,15
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	150.000,00	150.000,00	34.529,81	153.820,73	122.712,15
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	300.000,00	300.000,00	49.367,41	342.438,34	260.983,74
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	300.000,00	300.000,00	49.367,41	342.438,34	260.983,74
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	6.081,57	25.304,65	21.828,11
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(II)	465.000,00	465.000,00	57.005,72	255.680,46	196.336,70
<b>Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)</b>	<b>930.000,00</b>	<b>930.000,00</b>	<b>146.984,51</b>	<b>777.244,18</b>	<b>601.860,70</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(VI)	490.000,00	490.000,00	63.560,94	314.059,66	250.133,93
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	490.000,00	490.000,00	63.560,94	314.059,66	250.133,93
Pessoal e Encargos Sociais	430.000,00	430.000,00	63.560,94	314.059,66	250.133,93
Pessoal Civil	0,00	0,00	63.560,94	314.059,66	250.133,93
Aposentadorias	0,00	0,00	52.264,74	253.916,68	202.459,99
Pensões	0,00	0,00	11.296,20	60.142,98	47.673,94
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	<b>490.000,00</b>	<b>490.000,00</b>	<b>63.560,94</b>	<b>314.059,66</b>	<b>250.133,93</b>

**Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)** **440.000,00** **440.000,00** **83.423,57** **463.184,52** **351.726,77**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS

## Previsão Orçamentária

Valor	0,00
-------	------

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior(09/2012)	Anterior(2011)	Atual(2012)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	548.255,98	666.911,49	531.042,70
Investimentos	2.945.859,85	2.409.079,80	2.982.886,68

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
			No	Exerc.Atual	
	Inicial	Atualizada	Bimestre	Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	465.000,00	465.000,00	57.005,72	255.680,46	196.336,70
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	465.000,00	465.000,00	57.005,72	255.680,46	196.336,70
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	465.000,00	465.000,00	57.005,72	255.680,46	196.336,70
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME	465.000,00	465.000,00	57.005,72	255.680,46	196.336,70
Contrib . Patro. Serv. Civil Ativo	465.000,00	465.000,00	57.005,72	255.680,46	196.336,70
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	<b>465.000,00</b>	<b>465.000,00</b>	<b>57.005,72</b>	<b>255.680,46</b>	<b>196.336,70</b>

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
			No	Exerc.Atual	
	Inicial	o Exercício	Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
APLICAÇÕES DIRETAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	145.355,74	333.044,20	326.937,68
DEDUÇÕES (II)	3.045.402,68	2.292.883,51	2.356.658,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.045.402,68	2.292.883,51	2.356.658,93
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-2.900.046,94	-1.959.839,31	-2.029.721,25
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-2.900.046,94	-1.959.839,31	-2.029.721,25

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-69.881,94	870.325,69

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-30.000,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	1.704.615,31	1.704.615,31	1.704.615,31
DEDUÇÕES (VIII)	3.075.991,29	3.435.232,39	3.513.929,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.075.991,29	3.435.232,39	3.513.929,38
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-1.371.375,98	-1.730.617,08	-1.809.314,07
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-1.371.375,98	-1.730.617,08	-1.809.314,07

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUXEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Primario |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	11.082.880,00	1.629.898,16	8.812.161,99	7.918.062,50
Receita Tributária	290.700,00	52.941,41	321.547,33	241.511,22
IPTU	64.000,00	1.416,10	69.767,17	60.726,77
ISS	55.000,00	20.960,97	89.522,62	43.802,45
IRRF	50.000,00	17.226,61	66.821,38	58.238,26
ITBI	20.000,00	9.212,51	26.936,76	9.072,26
Outras	101.700,00	4.125,22	68.499,40	69.671,48
Receita de Contribuição	1.636.100,00	212.180,73	955.522,33	774.438,12
Receita Previdenciária	240.000,00	55.067,06	244.754,52	198.834,39
Outras Contribuições	47.000,00	7.709,29	38.409,09	36.068,89
Receitas Previdenciárias	674.550,00	74.702,19	336.179,36	269.767,42
Receita Patrimonial Líquida	4.600,00	0,00	1.989,65	2.402,72
Receita Patrimonial	573.150,00	73.704,84	532.999,43	466.533,01
(-) Aplicações Financeiras	568.550,00	73.704,84	531.009,78	464.130,29
Transferências Correntes	9.665.080,00	1.416.705,54	7.691.236,41	7.052.114,15
FPM	4.640.000,00	506.461,66	3.183.803,34	3.097.478,10
ICMS	3.200.000,00	551.555,23	2.581.304,90	2.489.405,20
Outras Transferências	1.825.080,00	358.688,65	1.926.128,17	1.465.230,85
Demais Receitas Correntes	160.950,00	22.772,67	178.045,63	117.363,71
Dívida Ativa	13.500,00	2.739,42	18.214,44	7.453,37
Diversas Receitas Correntes	147.450,00	20.033,25	159.831,19	109.910,34
Receitas de Capital (II)	10.016,00	712.363,43	1.927.555,14	410.945,52
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	511.623,79	511.623,79	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	10.000,00	150.739,64	150.739,64	6.501,00
Transferências de Capital	16,00	50.000,00	1.265.191,71	404.444,52
Outras Transferências de Capital	16,00	50.000,00	1.265.191,71	404.444,52
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	16,00	50.000,00	1.265.191,71	404.444,52
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	11.082.896,00	1.679.898,16	10.077.353,70	8.322.507,02

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	11.558.941,39	1.564.168,37	8.779.737,46	6.685.856,43
Pessoal e Encargos Sociais	5.179.986,22	796.995,39	3.894.875,89	3.263.290,66
Outras Despesas Correntes	6.353.955,17	765.829,47	4.878.913,20	3.418.735,06
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	1.343,51	5.948,37	3.830,71
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	11.533.941,39	1.562.824,86	8.773.789,09	6.682.025,72
Despesas de Capital (XI)	4.317.349,12	758.030,43	2.841.459,04	534.580,20
Investimentos	4.266.249,12	751.923,91	2.811.040,98	504.582,27
Inversões Financeiras	1.100,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	50.000,00	6.106,52	30.418,06	29.997,93
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	4.267.349,12	751.923,91	2.811.040,98	504.582,27
Reserva de Conting. (XVI)	259.550,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	78.180,15	437.421,25	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	16.060.840,51	2.392.928,92	12.022.251,32	7.186.607,99
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-4.977.944,51	-713.030,76	-1.944.897,62	1.135.899,03
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			1.967.615,67	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-418.550,00

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
| Demonstrativo do Resultado Primario |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.	de 2011			
Anteriores	de 2011					de 2011				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO DE PREVID. SOCIAL DOS SERV.PUBLICOS DE PINHEIRO PRETO - IPREPI										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SISTEMA ASSIST.MÉDICA HOSPITALAR SERVIDORES PINHEIRO PRETO-SIMASPP										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.	de 2011			
Anteriores	de 2011					de 2011				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de PINHEIRO PRETO  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	198.900,00	198.900,00	56.755,38	270.747,52	136,12
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	73.000,00	73.000,00	9.141,52	83.868,02	114,89
1.1.1- Imposto s/ Propr. Predial e Territorial U	64.000,00	64.000,00	1.416,10	69.767,17	109,01
1.1.2- Multas e Juros de Mora do IPTU	1.000,00	1.000,00	191,86	495,48	49,55
1.1.3- Receita de Dívida Ativa Tributária do IPT	6.000,00	6.000,00	2.739,42	6.284,44	104,74
1.1.4- Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributá	2.000,00	2.000,00	4.794,14	7.320,93	366,05
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	20.000,00	20.000,00	9.212,51	26.936,76	134,68
1.2.1- Imp. s/ Transm. Interv. Bens Imóv.e Dir.	20.000,00	20.000,00	9.212,51	26.936,76	134,68
1.3 - Receita Resultante do - ISS	55.900,00	55.900,00	21.174,74	93.121,36	166,59
1.3.1- Imposto sobre Serviços de Qualquer Nature	55.000,00	55.000,00	20.960,97	89.522,62	162,77
1.3.2- Multas e Juros de Mora do ISSQN	200,00	200,00	213,77	313,06	156,53
1.3.3- Receita de Dívida Ativa Tributária do ISS	500,00	500,00	0,00	3.067,68	613,54
1.3.4- Multas/Juros de Mora Dívida Ativa Tributá	200,00	200,00	0,00	218,00	109,00
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	50.000,00	50.000,00	17.226,61	66.821,38	133,64
1.4.1- Imp.de Renda Ret.na Fonte s/ Rend.do Trab	50.000,00	50.000,00	17.226,61	66.821,38	133,64
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.291.500,00	10.291.500,00	1.418.095,13	7.656.431,19	74,40
2.1 - Cota Parte do FPM	4.640.000,00	4.640.000,00	506.461,66	3.183.803,34	68,62
2.1.2- Cota-Parte do FPM	5.800.000,00	5.800.000,00	633.076,98	3.979.753,78	68,62
2.2- Cota-Parte do ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	689.443,80	3.226.629,97	80,67
2.3- Transf. Financeiras do ICMS - Desoneração LC	30.000,00	30.000,00	3.370,38	16.854,12	56,18
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	80.000,00	80.000,00	11.004,62	51.546,45	64,43
2.5- Cota-Parte do ITR	1.500,00	1.500,00	2.078,53	2.116,07	141,07
2.6- Cota-Parte do IPVA	380.000,00	380.000,00	79.120,82	379.530,80	99,88
<b>3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)</b>	<b>10.490.400,00</b>	<b>10.490.400,00</b>	<b>1.474.850,51</b>	<b>7.927.178,71</b>	<b>75,57</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	155.000,00	155.000,00	22.382,80	121.963,47	78,69
5.1- Transf.do FNDE Progroma Salário Educação	80.000,00	80.000,00	7.829,16	70.863,73	88,58
5.2- Transf.do FNDE Programa Alimentação Escolar -	25.000,00	25.000,00	6.404,00	22.576,00	90,30
5.2- Transf.do FNDE Programa Transporte Escolar -	50.000,00	50.000,00	8.149,64	28.523,74	57,05
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	76.000,00	76.000,00	20.386,00	81.552,00	107,31
6.1- Transf. Convênio Transporte Escolar Estadual	76.000,00	76.000,00	20.386,00	81.552,00	107,31
<b>9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO</b>	<b>231.000,00</b>	<b>231.000,00</b>	<b>42.768,80</b>	<b>203.515,47</b>	<b>88,10</b>



[ www.cplinformatica.com.br ]

002

## Município de PINHEIRO PRETO

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.058.300,00	2.058.300,00	283.638,79	1.531.304,37	74,40
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.160.000,00	1.160.000,00	126.615,32	795.950,44	68,62
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	137.888,57	645.325,07	80,67
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	674,06	3.370,76	56,18
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	2.200,92	10.309,30	64,43
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	300,00	300,00	415,70	423,20	141,07
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	76.000,00	76.000,00	15.844,22	75.925,60	99,90
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	763.050,00	763.050,00	161.237,56	773.930,00	101,43
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	760.000,00	760.000,00	161.068,53	771.984,21	101,58
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	3.050,00	3.050,00	169,03	1.945,79	63,80
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	1.298.300,00	1.298.300,00	122.570,26	759.320,16	58,49

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	762.050,00	892.050,00	147.444,57	761.221,96	85,33
13.1 - Com Educação Infantil	300.000,00	170.000,00	14.134,45	81.927,44	48,19
13.2 - Com Ensino Fundamental	462.050,00	722.050,00	133.310,12	679.294,52	94,08
14.0 - OUTRAS DESPESAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	763.050,00	893.050,00	147.444,57	761.221,96	85,24

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	15.267,83
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>15.267,83</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100)</b>	<b>% 96,39</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>0,00</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012</b>	<b>0,00</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.622.600,00	2.622.600,00	368.712,63	1.981.794,68	75,57
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	362.300,00	232.300,00	18.470,02	135.731,06	58,43
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	300.000,00	170.000,00	14.134,45	81.927,44	48,19
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	62.300,00	62.300,00	4.335,57	53.803,62	86,36
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.353.050,00	1.618.325,04	243.158,81	1.287.670,93	79,57
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	463.050,00	723.050,00	133.310,12	679.294,52	93,95
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	890.000,00	895.275,04	109.848,69	608.376,41	67,95
25.0 - ENSINO MEDIO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

[ www.cplinformatica.com.br ]

003

Município de PINHEIRO PRETO  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	18.000,00	36.000,00	2.904,00	13.068,00	36,30
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)</b>	<b>1.733.350,00</b>	<b>1.886.625,04</b>	<b>264.532,83</b>	<b>1.436.469,99</b>	<b>76,14</b>

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	759.320,16
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	1.945,79
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	15.267,83
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	742.106,54
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	2.165.508,53

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 27,32

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	80.000,00	86.318,65	10.226,16	51.196,10	59,31
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	212.000,00	212.000,00	212.000,00	100,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	126.000,00	389.804,26	69.059,32	330.254,79	84,72
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	206.000,00	688.122,91	291.285,48	593.450,89	86,24
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	1.939.350,00	2.574.747,95	555.818,31	2.029.920,88	78,84

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

Saldo	Cancelado
Até o	em
Bimestre	2011
(g)	

46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE 0,00 0,00

## VALOR

## FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

FUNDEB(b) FUNDEF

47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	34.965,85	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	926.213,51	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	908.271,58	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.945,79	0,00
51.0- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	54.853,57	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN



DOM/SC

Assinado Digitalmente

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de PINHEIRO PRETO	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao Atualizada(a)	Receitas Realizadas No Bimestre	Até o Bim.(b)	Saldo a Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	511.623,79	511.623,79	-511.623,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	511.623,79	511.623,79	-511.623,79
Operações de Crédito Internas	0,00	511.623,79	511.623,79	-511.623,79
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	0,00	511.623,79	511.623,79	-511.623,79
Operações Cred. Internas p/Programa de Educação.	0,00	212.000,00	212.000,00	-212.000,00
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	0,00	299.623,79	299.623,79	-299.623,79

Despesas	Dotação Atualizada(c)	Despesas Liquidadas No Bimestre	Até o Bim.(d)	Saldo a Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	4.317.349,12	758.030,43	2.841.459,04	1.475.890,08
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	4.317.349,12	758.030,43	2.841.459,04	1.475.890,08
--------------------------------	--------------	------------	--------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-4.317.349,12	-246.406,64	-2.329.835,25	-1.987.513,87
-------------------	---------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de PINHEIRO PRETO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	10.000,00	150.739,64	-140.739,64
Alienação de Outros Bens Móveis	10.000,00	1.511,00	8.489,00
Alienação de Imóveis Urbanos	0,00	149.228,64	-149.228,64
Total	10.000,00	150.739,64	-140.739,64

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	10.000,00	0,00	10.000,00
Despesas de Capital	10.000,00	0,00	10.000,00
Investimentos	10.000,00	0,00	10.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	10.000,00	0,00	10.000,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	6.839,20	150.739,64	157.578,84

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de PINHEIRO PRETO

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	11.661.446,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	11.661.446,00
Receitas Realizadas	2.415.966,43	11.270.726,91
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	1.967.615,67
Déficit Orçamentário	0,00	4.909.394,51

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	11.661.446,00
Dotação Atualizada	0,00	16.570.840,51
Despesas Empenhadas	1.825.450,12	11.852.947,17
Despesas Liquidadas	2.322.198,80	11.621.196,50
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.825.450,12	11.852.947,17
Despesas Liquidadas	2.322.198,80	11.621.196,50

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	10.866.455,32

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	146.984,51	777.244,18
Despesas Previdenciárias (IV)	63.560,94	314.059,66
Resultado Previdenciário (III-IV)	83.423,57	463.184,52

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-30.000,00	870.325,69	-2901,0856
Resultado Primário	-418.550,00	-1.944.897,62	464,6751

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00



[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de PINHEIRO PRETO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE		%Aplicado Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%> 27,3175
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60% 96,3852
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	511.623,79	-511.623,79
Despesa de Capital Líquida	2.841.459,04	1.475.890,08

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	777.244,18	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	314.059,66	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	463.184,52	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	150.739,64	-140.739,64
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	10.000,00

	Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde		%Aplicado Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	2.138.792,88	15,00 27,01

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
EUZEBIO CALISTO VIECELI

Contadora CRC/SC020405/0-3  
MARIA HELENA MATTANA MARIANI

Responsável pelo Controle Interno  
SANDRA R. P. BRESSAN



# Prêmio FECAM de Fotografia

Retratos das riquezas de Santa Catarina  
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Ata Julgamento Propostas Preço TP 006-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO PORTO BELO  
CNPJ: 13.102.858/0001-09  
AV. GOVERNADOR CELSO RAMOS, 1492  
C.E.P.: 88210-000 - PORTO BELO - SC  
TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2012 - TP  
Processo Administrativo: 4/2012  
Processo de Licitação: 4/2012  
Data do Processo: 17/10/2012  
Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para prestação de serviços de publicidade e propaganda, compreendendo planejamento, estudo, pesquisa, criação e produção, conforme especificações técnicas mínimas descritas no anexo I (BRIEFING) do presente edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 5/2012 (Sequência: 3)

Ao(s) 21 de Novembro de 2012, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO PORTO BELO, reuniram-se os

membros da Comissão Permanente de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 990/2012, para julgamento das propostas de preço das

proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 4/2012, Licitação nº 6/2012 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas

as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Dando sequência aos trabalhos da Comissão, foi aberto os envelopes contendo a proposta técnica identificada das proponentes, para identificação das análises da Subcomissão. Feito a identificação, foi feito os cálculos para pontuação da Proposta Comercial, onde foi o resultado: 9mm Publicidades ficou com a nota 9,97 e a empresa Tatticas publicidades ficou com nota 10, na sequência foi aberto os envelopes contendo as Propostas de Preço, a empresa 9mm Publicidade apresentou o seguinte valor R\$ 149.190,80 (Cento e quarenta e nove mil cento e noventa reais e oitenta centavos) e a empresa Tatticas Publicidade o valor de R\$ 148.701,92 (Cento e quarenta e oito reais setecentos e um reais e noventa e dois centavos), após foi feito os cálculos da Pontuação geral, onde ficou a seguinte classificação: Tatticas Publicidade com Pontuação de 16,128 e a empresa 9mm com 25,458. O Presidente fará a publicação desta ata no mural público e no Diário Oficial dos Municípios. Já deixando marcado a abertura das Documentações para o dia 27 de Novembro de 2012 às 09:00 horas. Nada mais havendo a tratar o presidente encerra os trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

PORTO BELO, 21 de Novembro de 2012  
COMISSÃO:

RODRIGO TRUFFA DA COSTA  
Presidente da Comissão de Licitação

JULIANA MARIA SERPA  
Equipe De Apoio

EMANUEL D. MADUREIRA DA ALELUIA SENEM  
Equipe De Apoio

#### Aviso de Licitação CC 046/2012

AVISO DE LICITAÇÃO  
CARTA CONVITE Nº 046/2012

OBJETO - Execução de serviços técnicos especializados para Elaboração dos Projetos de Engenharia (complementares) da "Reurbanização da Praça da Bandeira no Centro de Porto Belo", conforme Termo de Referência, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 09:00h do dia 30/11/2012, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br)

ALCENIR LEMOS CORREA      RODRIGO TRUFFA DA COSTA  
Secretário de Administração      Presidente da Comissão  
Porto Belo - SC, 22 de Novembro de 2012.

## Porto União

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 1.013/2012

DECRETO Nº 1.013, de 20 de novembro de 2012.

Dispõe sobre atualização de valores da contribuição para custeio do serviço de Iluminação Pública, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 84, inciso I, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que estabelecem as Leis Complementares Municipais nºs 015, de 27 de dezembro de 2002 e 020, de 18 de dezembro de 2003,

#### DECRETA:

Art. 1º Para os fins do disposto no Artigo 4º, § 3º da Lei Complementar Municipal nº 020, de 18 de dezembro de 2003, a atualização de valores da contribuição para custeio do serviço de Iluminação Pública para o exercício de 2013, será efetuada com base na variação acumulada do IGPM - Índice Geral de Preços de Mercado, havida entre os meses de janeiro a dezembro de 2012, elaborado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - F.G.V.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Porto União (SC), 20 de novembro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Extrato de Edital de Pregão Presencial 008/2012 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 009/2012 - FUNREBOM  
Extrato de Edital de Pregão presencial 008/2012 - FUNREBOM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de pregão presencial, tipo menor preço por item para aquisição de 01 (um) veículo tipo furgão, com teto alto, destinado a transformação em ambulância para ser utilizado como Auto Socorro de Urgência pelo Corpo de Bombeiros Militar de Porto União, com as demais características. Recebimento dos envelopes e credenciamento será às 14:00 horas do dia 04 de dezembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas do mesmo dia e local. Maiores informações e cópia do edital podem ser retiradas a Rua Padre Anchieta, 126, fone (42) 3523 1155, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br, site www.portouniao.sc.gov.br.

Porto União SC, 22 de Novembro de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### Lei Municipal Nº 5.341/2012

LEI Nº 5.341 de 14 de Novembro de 2012  
"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS CENTROS DE TREINAMENTO - PADA-RIA ESCOLA, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica regulamentado no Município de Rio do Sul, o funcionamento dos Centros de Treinamento - Padaria Escola, sob a coordenação da Secretaria de Assistência Social e Habitação, visando a qualificação profissional para a inclusão das pessoas no mercado de trabalho na área de Panificação e Confeitearia básicas.

Art. 2º Os cursos oferecidos pelos Centros de Treinamento - Padaria Escola serão oferecidos de forma gratuita para a população de Rio do Sul, re-sidente há no mínimo 1 (um) ano no município, desde que e em situação de desemprego.

§ 1º Para os cursos disponibilizados, terão preferência os alunos já cadastrados no Programa Emergencial de Auxílio-desemprego (PEAD) de Rio do Sul, sob as regras da Lei nº 4.472, de 10 de novembro de 2.006.

§ 2º Os alunos terão direito a transporte gratuito até o local do curso, com saídas do centro da cidade.

§ 3º Receberão o diploma de conclusão de curso os alunos que tenham mais de 75% de frequência; e perderá o direito de frequentar o curso o aluno que tiver 3 (três) faltas consecutivas não justificadas, ou 5 (cinco) faltas alternadas não justificadas.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com entidades da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, além de entidades Federais, Estaduais e Municipais com a finalidade específica do fiel cumprimento das normas previstas na

presente lei, naquilo que couber.

Parágrafo único. Os convênios e parcerias serão firmados para manu-tenção da estrutura, assim como para a comercialização dos produtos visando investimento e pagamento das despesas correntes dos próprios Centros de Treinamento - Padaria Escola.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal, definidas como Proteção Social Básica.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de Novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

#### Lei Municipal Nº 5.342/2012

LEI Nº 5.342 de 14 de Novembro de 2012

"DISPÕE SOBRE O MANUAL DE ATENDIMENTO À SAÚDE NO ÂMBITO DA GESTÃO PLENA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, EM RELAÇÃO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Gestão Plena do Sistema Único de Saúde do município de Rio do Sul, em relação à Secretaria Municipal de Saúde, o Manual de Atendimento à Saúde - MAS, o qual tem por finalidade divulgar informações aos usuários relativas ao sistema de atendimento na área da saúde do município, devendo conter, no mínimo:

I - os estabelecimentos de saúde, especificando os respectivos endereços, com pontos de referência, telefones, dias e horários de atendimento, além de eventual documentação necessária para obtenção dos serviços;

II - as especialidades médicas disponíveis nos Postos de Saúde, Estratégias de Saúde da Família e Pronto-socorros da cidade, com os respectivos horários de atendimento e o limite de consultas por período trabalhado;

III - a localização dos laboratórios de análises clínicas que possuem convênio com a Prefeitura Municipal;

IV - todos os números dos telefones para contato dos serviços de emergências médicas;

V - os números dos telefones das empresas concessionárias dos serviços funerários da municipalidade.

Art. 2º O Manual de Atendimento à Saúde deverá ser distribuído a cada unidade familiar, por meio de cartilha encaminhada junto ao carnê do IPTU, no início de cada ano.

§ 1º O Manual de Atendimento à Saúde deverá ser atualizado anualmente, no mês de dezembro, a tempo de sua versão impressa estar disponível quando da entrega dos carnês mencionados no caput deste artigo.

§ 2º O Manual de Atendimento à Saúde deverá ser disponibilizado na página oficial da internet da Prefeitura Municipal de Rio do Sul e atualizado tri-mestralmente.

§ 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal.

Parágrafo único. Poderá ser firmado convênios com entidades da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, além de órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais com a finalidade específica de custeio de impressão e possibilidade de divulgação da logo dos apoiadores.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta lei para disponibilizar em

sua página oficial da internet o Manual de Atendimento à Saúde, devendo distribuir a sua versão impressa a partir de janeiro de 2013.

Art. 4º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

14 de Novembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

## 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 565/2012

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 565/2012 firmado em 02/05/2012, com término previsto para 19/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GYZELE DO ROCIO FIRMINO SAMPAIO, portador(a) do CPF nº 034.131.129-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 565/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 565/2012, iniciando-se a prorrogação em 20/10/2012 e encerrando-se em 03/12/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

GYZELE DO ROCIO FIRMINO SAMPAIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

## Portaria N. 1205/RH

PORTARIA N. 1205/RH

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder à servidora ERMENI PEREIRA NILSEN, matrícula n. 26662/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 137066/2012 a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de

Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de novembro de 2012, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

## Portaria N. 1234/RH

PORTARIA N. 1234/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora KHELLEN KUHLL DELLA SANTOS, matrícula 27707/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Mglb

## Portaria N. 1235/RH

PORTARIA N. 1235/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder à servidora ADRIANA DE FATIMA RIBEIRO, matrícula 2577103, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Lsps



**Portaria N. 1236/RH**  
PORTARIA N. 1236/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. Conceder à servidora JULITA ANDRADE NEGHERBOM, matrícula 27367/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1237/RH**  
PORTARIA N. 1237/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. Conceder ao servidor JEAN DE JESUS, matrícula 27600/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1238/RH**  
PORTARIA N. 1238/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. Conceder ao servidor JOSE MARCONSINI, matrícula 27677/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da

Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1242/RH**  
PORTARIA N. 1242/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. Conceder ao servidor ANTONIO CARLOS SEBOLD, matrícula 7897/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2007 a 2010, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de janeiro de 2011, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1243/RH**  
PORTARIA N. 1243/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. Conceder ao servidor HAROLDO SWAROWSKY, matrícula 25208/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de novembro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1244/RH**  
PORTARIA N. 1244/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. Conceder à servidora ERMENI PEREIRA NILSEN, matrícula 26662/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1245/RH**  
PORTARIA N. 1245/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. Conceder ao servidor LEANDRO DA SILVA FERREIRA, matrícula 28100/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria N. 1254/RH**  
PORTARIA N. 1254/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. Conceder à servidora LENIR VANDERLINDE, matrícula 2441403, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com

fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Lsos

**Portaria Nº 1241/RH**  
PORTARIA Nº 1241/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Centro de Educação Infantil Dr. Romão Trauczynski, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: Rubia Maria Knupfer, matrícula 23116/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível II, classe "B" e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, Dominanda Aparecida dos Santos, matrícula 13595/03, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B", Evalci Zunino Fachner, matrícula 17299/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B" e, designar como seus respectivos suplentes: Leocadia Bet, matrícula 14214/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "B" e Glaucemara Bonacolsi, matrícula 21784/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, nível III, classe "C".

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Centro de Educação Infantil supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 09 de novembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 1246/RH**  
PORTARIA Nº 1246/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere



Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, instituir Comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento Administrativo e Financeiro, da Secretaria Municipal de Saúde e, designar como membros: Sonia Pasqualini Vota, matrícula 31909/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Administrador e designada para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, Daniela Cristina Ferrari, matrícula 28320/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, Carl Heinz Gutjahr, matrícula 4200/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e, designar como seus respectivos suplentes: Cristiane Aparecida Leandro De Souza, matrícula 2755/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde e Luciane Araujo Mattana, matrícula 35551/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 13 de novembro de 2012  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**11º Termo Aditivo ao Contrato Nº 030/2009**

11º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 030/2009 firmado em 03/11/2009, com término previsto para 31/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MANOEL VICENTE LAMIN, portador(a) do CPF nº 762.875.059-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 11º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 030/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 030/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/11/2012 e encerrando-se em 31/12/2012.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17 de Outubro de 2012.  
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário de Administração

MANOEL VICENTE LAMIN  
Contratado((a))

**Testemunhas:**

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

**12º Termo Aditivo ao Contrato Nº 456/2009**

12º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0456/2009 firmado em 11/05/2009, com término previsto para 31/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VILMAR SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 461.849.619-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 12º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0456/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0456/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/11/2012 e encerrando-se em 31/12/2012.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17 de Outubro de 2012.  
RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário de Administração

VILMAR SCHMIDT  
Contratado((a))

**Testemunhas:**

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

**13º Termo Aditivo ao Contrato Nº 095/2009**

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 095/2009 firmado em 23/02/2010, com término previsto para 11/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CRISTINA MATTOS, portador(a) do CPF nº 053.271.419-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 095/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 095/2009, iniciando-se a prorrogação em 12/10/2012 e encerrando-se em 30/11/2012."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ANA CRISTINA MATTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

#### 15º Termo Aditivo ao Contrato Nº 564/2009

15º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0564/2009 firmado em 08/06/2009, com término previsto para 11/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) CLAUDIA MARA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 902.641.699-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 15º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0564/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0564/2009, iniciando-se a prorrogação em 12/10/2012 e encerrando-se em 30/11/2012."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

CLAUDIA MARA DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

#### 15º Termo Aditivo ao Contrato Nº 565/2009

15º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0565/2009 firmado em 08/06/2009, com término previsto para 11/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de

Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ROSANGELA JOHANN, portador(a) do CPF nº 008.285.659-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 15º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0565/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0565/2009, iniciando-se a prorrogação em 12/10/2012 e encerrando-se em 30/11/2012."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

ROSANGELA JOHANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

#### 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 600/2012

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 600/2012 firmado em 01/08/2012, com término previsto para 22/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) RAQUEL PAVESI LOTERIO, portador(a) do CPF nº 000.170.209-21, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 600/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 600/2012, iniciando-se a prorrogação em 23/10/2012 e encerrando-se em 21/12/2012."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

RAQUEL PAVESI LOTERIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .                                  Nome: .  
CPF: .                                    CPF: .

**4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 550/2012**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 550/2012 firmado em 18/04/2012, com término previsto para 31/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) WALTER MIRANDA COSTA, portador(a) do CPF nº 046.991.859-40, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 550/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 550/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/11/2012 e encerrando-se em 30/11/2012.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário de Administração  
WALTER MIRANDA COSTA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .                                  Nome: .  
CPF: .                                    CPF: .

**9º Termo Aditivo ao Contrato Nº 298/2011**

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2011 firmado em 22/08/2011, com término previsto para 11/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NIVALDA APARECIDA BUCHLING, portador(a) do CPF nº 563.650.719-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 298/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 298/2011, iniciando-se a prorrogação em 12/10/2012 e encerrando-se em 30/11/2012.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário de Administração

NIVALDA APARECIDA BUCHLING

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .                                  Nome: .  
CPF: .                                    CPF: .

**9º Termo Aditivo ao Contrato Nº 299/2011**

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 299/2011 firmado em 22/08/2011, com término previsto para 11/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANGELA LOPES HAMES, portador(a) do CPF nº 792.075.539-53, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 299/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 299/2011, iniciando-se a prorrogação em 12/10/2012 e encerrando-se em 30/11/2012.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário de Administração

ANGELA LOPES HAMES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .                                  Nome: .  
CPF: .                                    CPF: .

**9º Termo Aditivo ao Contrato Nº 308/2011**

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2011 firmado em 23/08/2011, com término previsto para 11/10/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA, portador(a) do CPF nº 732.728.179-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 308/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto



Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 308/2011, iniciando-se a prorrogação em 12/10/2012 e encerrando-se em 30/11/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08 de Outubro de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI

Secretário de Administração

MARIA CONCEIÇÃO FERREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

Nome: .

CPF: .

CPF: .

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Decreto Municipal Nº 099/2012

DECRETO Nº 099, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza urbanizar área de terras que especifica.

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 23, alínea h, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Torna urbana área de terras de propriedade do Sr. VALMIR LUIZ CAMÍCIA, pessoa física, portador do CPF nº 296.366.809-06, conforme Termo de Verificação nº. 006/2012 e Autorização de Urbanização nº. 006/2012, constantes do Processo Administrativo nº. 133/2012.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 21 de novembro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### Processo Licitatório Nº 0088/2012

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO - SC

PREFEITURA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO nº 0088/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

#### MODALIDADE LEILÃO N. 004/2012

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação Pública na Modalidade de LEILÃO, tipo maior lance por item, com a finalidade de promover a alienação de bens inservíveis -

TRATOR NEW ROLLAND 5030 R\$ 26.000,00

Conforme autorização do Sr. Prefeito Municipal constante junto ao Processo Licitatório. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Compras e Licitações do Município de Salto Veloso, nas dependências do Paço Municipal, sito à Travessa das Flores, n. 58, Centro, em Salto Veloso, SC., de 2ª a 6ª feira, das 07:30h às 12:00h. O recebimento e credenciamento dos participantes, bem como a apresentação dos envelopes contendo documentos e propostas, dar-se-á no endereço supra, às 09:00h do dia 12 de dezembro de 2012, tendo início pela abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO.

Salto Veloso, 21 de novembro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal



### Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável

Informações municipais para a promoção do  
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

[indicadores.fecam.org.br](http://indicadores.fecam.org.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

[illegible]

RECEITAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				
Categoria Econômica / Fontes	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	SALDO
	(a)	(b/a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	15.626.020,00	15.626.020,00	2.816.823,12	18,030	13.923.361,98	89,100	1.702.658,02
RECEITAS CORRENTES	15.626.000,00	15.626.000,00	2.619.168,12	16,760	13.085.866,41	83,740	2.540.133,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	490.000,00	490.000,00	63.469,84	12,950	504.345,33	102,930	-14.345,33
IMPOSTOS	381.000,00	381.000,00	52.113,58	13,680	448.761,07	117,790	-67.761,07
TAXAS	69.000,00	69.000,00	2.000,26	2,900	38.656,13	56,020	30.343,87
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	9.356,00	23,390	16.928,13	42,320	23.071,87
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	630.000,00	630.000,00	81.831,67	12,990	362.464,49	57,530	267.535,51
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	550.000,00	550.000,00	65.589,13	11,930	296.996,70	54,000	253.003,30
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	16.242,54	20,300	65.467,79	81,830	14.532,21
RECEITA PATRIMONIAL	805.500,00	805.500,00	384.726,38	47,760	1.450.203,35	180,040	-644.703,35
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	805.500,00	805.500,00	384.726,38	47,760	1.450.203,35	180,040	-644.703,35
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	2.000,00	2.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	2.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	110.000,00	110.000,00	14.829,24	13,480	63.179,08	57,440	46.820,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.470.400,00	13.470.400,00	2.061.420,06	15,300	10.484.752,37	77,840	2.985.647,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.426.400,00	13.426.400,00	2.054.298,06	15,300	10.456.210,37	77,880	2.970.189,63
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	44.000,00	44.000,00	7.122,00	16,190	28.542,00	64,870	15.458,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.100,00	118.100,00	12.890,93	10,920	220.921,79	187,060	-102.821,79
MULTAS E JUROS DE MORA	28.500,00	28.500,00	9.279,80	32,560	53.998,68	189,470	-25.498,68
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	2.000,00	263,75	13,190	5.197,62	259,880	-3.197,62
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.000,00	9.000,00	2.671,89	29,690	14.528,90	161,430	-5.528,90
RECEITAS DIVERSAS	78.600,00	78.600,00	675,49	0,860	147.196,59	187,270	-68.596,59
RECEITAS DE CAPITAL	20,00	20,00	197.655,00	988275,0	837.495,57	4187477,7	-837.475,57
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	50.005,00	0,000	163.007,00	0,000	-163.007,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	50.005,00	0,000	73.005,00	0,000	-73.005,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,000	90.002,00	0,000	-90.002,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,00	20,00	147.650,00	738250,0	674.488,57	3372442,7	-674.468,57
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20,00	20,00	147.650,00	738250,0	674.488,57	3372442,7	-674.468,57
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	983.500,00	983.500,00	100.810,02	10,250	471.485,45	47,940	512.014,55
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	16.609.520,00	16.609.520,00	2.917.633,14	100,000	14.394.847,43	100,000	2.214.672,57
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	16.609.520,00	16.609.520,00	2.917.633,14	100,000	14.394.847,43	100,000	2.214.672,57
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	16.609.520,00	16.609.520,00	2.917.633,14		14.394.847,43		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	712.291,09	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	712.291,09	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	712.291,09	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-



								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
								NÃO	%	Saldo a	
DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar	
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	(h)	(/f)	(f-(g+h))	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)				
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	15.626.020,00	3.164.682,50	18.790.702,50	1.633.265,29	13.908.813,62	2.416.275,88	12.077.220,05	0,00	64,27	6.713.482,45	
DESPESAS CORRENTES	13.052.500,00	309.253,74	13.361.753,74	1.628.453,53	10.873.704,61	2.116.710,60	10.474.245,65	0,00	78,39	2.887.508,09	
Pessoal e Encargos Sociais	6.358.000,00	386.271,94	6.744.271,94	1.040.942,92	5.243.028,59	1.061.555,40	5.218.546,62	0,00	77,38	1.525.725,32	
Juros/Encargos da Dívida	120.000,00	0,00	120.000,00	6.757,04	45.381,20	6.757,04	45.381,20	0,00	37,82	74.618,80	
Outras despesas Correntes	6.574.500,00	-77.018,20	6.497.481,80	580.753,57	5.585.294,82	1.048.398,16	5.210.317,83	0,00	80,19	1.287.163,97	
DESPESAS DE CAPITAL	715.020,00	2.855.428,76	3.570.448,76	4.811,76	3.035.109,01	299.565,28	1.602.974,40	0,00	44,90	1.967.474,36	
Investimentos	679.020,00	2.891.428,76	3.570.448,76	4.811,76	3.035.109,01	299.565,28	1.602.974,40	0,00	44,90	1.967.474,36	
Inversões Financeiras	6.000,00	-6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	30.000,00	-30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.000,00	0,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	1.748.500,00	0,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	983.500,00	-19.626,95	963.873,05	100.650,10	405.725,09	101.285,32	382.414,38	0,00	39,67	581.458,67	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	16.609.520,00	3.145.055,55	19.754.575,55	1.733.915,39	14.314.538,71	2.517.561,20	12.459.634,43	0,00	63,07	7.294.941,12	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	16.609.520,00	3.145.055,55	19.754.575,55	1.733.915,39	14.314.538,71	2.517.561,20	12.459.634,43	0,00	63,07	7.294.941,12	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.935.213,00	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	16.609.520,00	3.145.055,55	19.754.575,55	1.733.915,39	14.314.538,71	2.917.633,14	14.394.847,43	0,00	63,07	7.294.941,12	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS		até o Bimestre (c)	%	SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%			
	(a)	(b)	(b/a)	(c/a)			
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	983.500,00	983.500,00	100.810,02	10,250	471.485,45	47,940	512.014,55
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	983.500,00	983.500,00	100.810,02	10,250	471.485,45	47,940	512.014,55
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	100.000,00	100.000,00	17.968,21	17,970	81.381,28	81,380	18.618,72
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	883.500,00	883.500,00	82.841,81	9,380	390.104,17	44,150	493.395,83
TOTAL	983.500,00	983.500,00	100.810,02		471.485,45		512.014,55

										INSCRITAS EM				
										RESTOS A PAGAR				
										NÃO		%		
										PROCESSADOS		((g+h)	Liquidar	
										(h)		(/f)	(f-(g+h))	
										(g)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				
										Bimestre		Exercício		
										Bimestre		Exercício		
										(g)				
										(h)				
										(f)=(d+e)				

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIEROContador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCAROResponsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
	<b>DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>15.626.020,00</b>	<b>18.790.702,50</b>	<b>1.633.265,29</b>	<b>13.908.813,62</b>	<b>2.416.275,88</b>	<b>12.077.220,05</b>	<b>100,00</b>	<b>64,27</b>	<b>6.713.482,45</b>
01	LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	45.582,96	220.628,76	47.071,51	218.771,92	1,81	49,78	220.728,08
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	439.500,00	439.500,00	45.582,96	220.628,76	47.071,51	218.771,92	1,81	49,78	220.728,08
	<b>Subtotal</b>	<b>439.500,00</b>	<b>439.500,00</b>	<b>45.582,96</b>	<b>220.628,76</b>	<b>47.071,51</b>	<b>218.771,92</b>	<b>1,81</b>	<b>49,78</b>	<b>220.728,08</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	2.083.300,00	2.086.900,00	210.752,19	1.788.527,40	321.117,46	1.691.101,72	14,00	81,03	395.798,28
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.083.300,00	2.086.900,00	210.752,19	1.788.527,40	321.117,46	1.691.101,72	14,00	81,03	395.798,28
	<b>Subtotal</b>	<b>2.522.800,00</b>	<b>2.526.400,00</b>	<b>256.335,15</b>	<b>2.009.156,16</b>	<b>368.188,97</b>	<b>1.909.873,64</b>	<b>15,81</b>	<b>75,60</b>	<b>616.526,36</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	44.000,00	62.136,58	4.949,37	33.837,90	6.568,19	31.961,37	0,26	51,44	30.175,21
06.181	POLICIAMENTO	44.000,00	62.136,58	4.949,37	33.837,90	6.568,19	31.961,37	0,26	51,44	30.175,21
	<b>Subtotal</b>	<b>2.566.800,00</b>	<b>2.588.536,58</b>	<b>261.284,52</b>	<b>2.042.994,06</b>	<b>374.757,16</b>	<b>1.941.835,01</b>	<b>16,08</b>	<b>75,02</b>	<b>646.701,57</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	590.101,00	612.344,37	68.354,94	411.155,08	86.929,28	398.134,80	3,30	65,02	214.209,57
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	10.000,00	10.000,00	0,00	6.958,04	133,99	6.958,04	0,06	69,58	3.041,96
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	580.101,00	602.344,37	68.354,94	404.197,04	86.795,29	391.176,76	3,24	64,94	211.167,61
	<b>Subtotal</b>	<b>3.156.901,00</b>	<b>3.200.880,95</b>	<b>329.639,46</b>	<b>2.454.149,14</b>	<b>461.686,44</b>	<b>2.339.969,81</b>	<b>19,38</b>	<b>73,10</b>	<b>860.911,14</b>
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	605.000,00	605.000,00	82.553,60	455.146,51	92.069,04	443.589,43	3,67	73,32	161.410,57
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	605.000,00	605.000,00	82.553,60	455.146,51	92.069,04	443.589,43	3,67	73,32	161.410,57
	<b>Subtotal</b>	<b>3.761.901,00</b>	<b>3.805.880,95</b>	<b>412.193,06</b>	<b>2.909.295,65</b>	<b>553.755,48</b>	<b>2.783.559,24</b>	<b>23,05</b>	<b>73,14</b>	<b>1.022.321,71</b>
10	SAÚDE	2.866.053,00	3.453.835,80	410.655,31	2.803.361,12	676.595,12	2.656.121,79	21,99	76,90	797.714,01
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.687.052,00	3.264.891,90	388.621,01	2.715.972,79	653.988,42	2.569.482,96	21,28	78,70	695.408,94
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	24.000,00	26.473,15	0,00	12.107,74	0,00	12.107,74	0,10	45,74	14.365,41
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36.000,00	36.000,00	280,00	3.494,76	388,70	3.161,76	0,03	8,78	32.838,24
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	14.000,00	21.200,00	0,00	2.825,00	0,00	2.825,00	0,02	13,33	18.375,00
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	100.000,00	105.269,75	21.754,30	68.960,83	22.218,00	68.544,33	0,57	65,11	36.725,42
10.605	ABASTECIMENTO	5.001,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
	<b>Subtotal</b>	<b>6.627.954,00</b>	<b>7.259.716,75</b>	<b>822.848,37</b>	<b>5.712.656,77</b>	<b>1.230.350,60</b>	<b>5.439.681,03</b>	<b>45,04</b>	<b>74,93</b>	<b>1.820.035,72</b>
12	EDUCAÇÃO	3.203.554,00	3.630.767,09	444.955,71	3.157.265,33	610.846,34	3.076.507,73	25,47	84,73	554.259,36
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.473.554,00	2.697.272,42	342.659,01	2.270.358,09	401.361,90	2.239.073,05	18,54	83,01	458.199,37
12.364	ENSINO SUPERIOR	5.000,00	550,00	0,00	550,00	0,00	550,00	0,00	100,00	0,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	710.000,00	930.000,00	102.296,70	883.412,57	209.484,44	833.940,01	6,91	89,67	96.059,99
12.366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	2.944,67	0,00	2.944,67	0,00	2.944,67	0,02	100,00	0,00
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>9.831.508,00</b>	<b>10.890.483,84</b>	<b>1.267.804,08</b>	<b>8.869.922,10</b>	<b>1.841.196,94</b>	<b>8.516.188,76</b>	<b>70,51</b>	<b>78,20</b>	<b>2.374.295,08</b>
13	CULTURA	182.000,00	225.000,00	20.851,86	215.080,15	66.630,77	194.505,67	1,61	86,45	30.494,33
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	182.000,00	225.000,00	20.851,86	215.080,15	66.630,77	194.505,67	1,61	86,45	30.494,33
	<b>Subtotal</b>	<b>10.013.508,00</b>	<b>11.115.483,84</b>	<b>1.288.655,94</b>	<b>9.085.002,25</b>	<b>1.907.827,71</b>	<b>8.710.694,43</b>	<b>72,13</b>	<b>78,37</b>	<b>2.404.789,41</b>
15	URBANISMO	654.004,00	2.728.068,46	64.282,53	2.293.313,09	96.461,18	999.875,96	8,28	36,65	1.728.192,50
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	70.004,00	2.132.568,46	0,00	1.768.283,57	664,95	481.176,82	3,98	22,56	1.651.391,64
15.452	SERVIÇOS URBANOS	584.000,00	595.500,00	64.282,53	525.029,52	95.796,23	518.699,14	4,29	87,10	76.800,86
	<b>Subtotal</b>	<b>10.667.512,00</b>	<b>13.843.552,30</b>	<b>1.352.938,47</b>	<b>11.378.315,34</b>	<b>2.004.288,89</b>	<b>9.710.570,39</b>	<b>80,40</b>	<b>70,15</b>	<b>4.132.981,91</b>
16	HABITAÇÃO	10.001,00	250.001,00	0,00	250.000,00	0,00	150.000,00	1,24	60,00	100.001,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	10.001,00	250.001,00	0,00	250.000,00	0,00	150.000,00	1,24	60,00	100.001,00
	<b>Subtotal</b>	<b>10.677.513,00</b>	<b>14.093.553,30</b>	<b>1.352.938,47</b>	<b>11.628.315,34</b>	<b>2.004.288,89</b>	<b>9.860.570,39</b>	<b>81,65</b>	<b>69,97</b>	<b>4.232.982,91</b>
17	SANEAMENTO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>10.682.513,00</b>	<b>14.093.553,30</b>	<b>1.352.938,47</b>	<b>11.628.315,34</b>	<b>2.004.288,89</b>	<b>9.860.570,39</b>	<b>81,65</b>	<b>69,97</b>	<b>4.232.982,91</b>
18	GESTÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	605,00	0,00	605,00	0,01	12,10	4.395,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	605,00	0,00	605,00	0,01	12,10	4.395,00
	<b>Subtotal</b>	<b>10.687.513,00</b>	<b>14.098.553,30</b>	<b>1.352.938,47</b>	<b>11.628.920,34</b>	<b>2.004.288,89</b>	<b>9.861.175,39</b>	<b>81,65</b>	<b>69,94</b>	<b>4.237.377,91</b>
20	AGRICULTURA	699.003,00	699.071,20	81.933,35	676.308,01	88.148,16	648.252,33	5,37	92,73	50.818,87

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
20.606	EXTENÇÃO RURAL	699.003,00	699.071,20	81.933,35	676.308,01	88.148,16	648.252,33	5,37	92,73	50.818,87
	<b>Subtotal</b>	<b>11.386.516,00</b>	<b>14.797.624,50</b>	<b>1.434.871,82</b>	<b>12.305.228,35</b>	<b>2.092.437,05</b>	<b>10.509.427,72</b>	<b>87,02</b>	<b>71,02</b>	<b>4.288.196,78</b>
22	INDÚSTRIA	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Subtotal</b>	<b>11.407.516,00</b>	<b>14.797.624,50</b>	<b>1.434.871,82</b>	<b>12.305.228,35</b>	<b>2.092.437,05</b>	<b>10.509.427,72</b>	<b>87,02</b>	<b>71,02</b>	<b>4.288.196,78</b>
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	28.002,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
23.695	TURISMO	28.002,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
	<b>Subtotal</b>	<b>11.435.518,00</b>	<b>14.797.626,50</b>	<b>1.434.871,82</b>	<b>12.305.228,35</b>	<b>2.092.437,05</b>	<b>10.509.427,72</b>	<b>87,02</b>	<b>71,02</b>	<b>4.288.198,78</b>
26	TRANSPORTE	1.782.002,00	1.767.549,05	182.436,84	1.394.540,30	283.654,84	1.366.607,44	11,32	77,32	400.941,61
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.782.002,00	1.767.549,05	182.436,84	1.394.540,30	283.654,84	1.366.607,44	11,32	77,32	400.941,61
	<b>Subtotal</b>	<b>13.217.520,00</b>	<b>16.565.175,55</b>	<b>1.617.308,66</b>	<b>13.699.768,65</b>	<b>2.376.091,89</b>	<b>11.876.035,16</b>	<b>98,33</b>	<b>71,69</b>	<b>4.689.140,39</b>
27	DESPORTO E LAZER	230.000,00	247.026,95	9.199,59	163.663,77	33.426,95	155.803,69	1,29	63,07	91.223,26
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	230.000,00	247.026,95	9.199,59	163.663,77	33.426,95	155.803,69	1,29	63,07	91.223,26
	<b>Subtotal</b>	<b>13.447.520,00</b>	<b>16.812.202,50</b>	<b>1.626.508,25</b>	<b>13.863.432,42</b>	<b>2.409.518,84</b>	<b>12.031.838,85</b>	<b>99,62</b>	<b>71,57</b>	<b>4.780.363,65</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	120.000,00	6.757,04	45.381,20	6.757,04	45.381,20	0,38	37,82	74.618,80
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	320.000,00	120.000,00	6.757,04	45.381,20	6.757,04	45.381,20	0,38	37,82	74.618,80
	<b>Subtotal</b>	<b>13.767.520,00</b>	<b>16.932.202,50</b>	<b>1.633.265,29</b>	<b>13.908.813,62</b>	<b>2.416.275,88</b>	<b>12.077.220,05</b>	<b>100,00</b>	<b>71,33</b>	<b>4.854.982,45</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>13.877.520,00</b>	<b>17.042.202,50</b>	<b>1.633.265,29</b>	<b>13.908.813,62</b>	<b>2.416.275,88</b>	<b>12.077.220,05</b>	<b>100,00</b>	<b>70,87</b>	<b>4.964.982,45</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	1.748.500,00	1.748.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.748.500,00
	<b>Subtotal</b>	<b>15.626.020,00</b>	<b>18.790.702,50</b>	<b>1.633.265,29</b>	<b>13.908.813,62</b>	<b>2.416.275,88</b>	<b>12.077.220,05</b>	<b>100,00</b>	<b>64,27</b>	<b>6.713.482,45</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>983.500,00</b>	<b>963.873,05</b>	<b>100.650,10</b>	<b>405.725,09</b>	<b>101.285,32</b>	<b>382.414,38</b>	<b>3,17</b>	<b>39,67</b>	<b>581.458,67</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>16.609.520,00</b>	<b>19.754.575,55</b>	<b>1.733.915,39</b>	<b>14.314.538,71</b>	<b>2.517.561,20</b>	<b>12.459.634,43</b>	<b>103,17</b>	<b>63,07</b>	<b>7.294.941,12</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>983.500,00</b>	<b>963.873,05</b>	<b>100.650,10</b>	<b>405.725,09</b>	<b>101.285,32</b>	<b>382.414,38</b>	<b>3,17</b>	<b>39,67</b>	<b>581.458,67</b>
01	LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	616,72	5.229,75	1.251,94	5.229,75	0,04	49,81	5.270,25
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	10.500,00	10.500,00	616,72	5.229,75	1.251,94	5.229,75	0,04	49,81	5.270,25
04	ADMINISTRAÇÃO	135.000,00	135.000,00	5.308,83	52.948,55	5.308,83	46.498,16	0,39	34,44	88.501,84
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	135.000,00	135.000,00	5.308,83	52.948,55	5.308,83	46.498,16	0,39	34,44	88.501,84
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
10	SAÚDE	90.000,00	90.000,00	14.675,39	59.389,11	14.675,39	59.389,11	0,49	65,99	30.610,89
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	90.000,00	90.000,00	14.675,39	59.389,11	14.675,39	59.389,11	0,49	65,99	30.610,89
12	EDUCAÇÃO	430.000,00	454.900,00	43.659,03	169.108,18	43.659,03	154.801,27	1,28	34,03	300.098,73
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	340.000,00	339.900,00	38.540,63	143.566,76	38.540,63	129.259,85	1,07	38,03	210.640,15
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	90.000,00	115.000,00	5.118,40	25.541,42	5.118,40	25.541,42	0,21	22,21	89.458,58
13	CULTURA	13.000,00	10.000,00	2.471,22	2.471,22	2.471,22	2.471,22	0,02	24,71	7.528,78
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	13.000,00	10.000,00	2.471,22	2.471,22	2.471,22	2.471,22	0,02	24,71	7.528,78
15	URBANISMO	55.000,00	43.500,00	6.383,50	25.586,72	6.383,50	23.033,31	0,19	52,95	20.466,69
15.452	SERVIÇOS URBANOS	55.000,00	43.500,00	6.383,50	25.586,72	6.383,50	23.033,31	0,19	52,95	20.466,69
20	AGRICULTURA	75.000,00	57.000,00	10.177,70	41.626,63	10.177,70	41.626,63	0,34	73,03	15.373,37
20.606	EXTENÇÃO RURAL	75.000,00	57.000,00	10.177,70	41.626,63	10.177,70	41.626,63	0,34	73,03	15.373,37
26	TRANSPORTE	140.000,00	140.000,00	10.951,65	42.958,87	10.951,65	42.958,87	0,36	30,68	97.041,13
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	140.000,00	140.000,00	10.951,65	42.958,87	10.951,65	42.958,87	0,36	30,68	97.041,13
27	DESPORTO E LAZER	25.000,00	12.973,05	6.406,06	6.406,06	6.406,06	6.406,06	0,05	49,38	6.566,99
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	25.000,00	12.973,05	6.406,06	6.406,06	6.406,06	6.406,06	0,05	49,38	6.566,99
	<b>TOTAL</b>	<b>983.500,00</b>	<b>963.873,05</b>	<b>100.650,10</b>	<b>405.725,09</b>	<b>101.285,32</b>	<b>382.414,38</b>	<b>3,17</b>	<b>39,67</b>	<b>581.458,67</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES								
ESPECIFICAÇÃO	11/2011	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	04/2012	05/2012	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.475.924,53	1.932.264,75	1.442.025,40	1.481.478,39	1.483.588,77	1.648.392,71	1.611.742,38	
Receita Tributária	65.948,79	53.144,73	26.460,19	60.879,43	113.271,87	55.246,73	63.057,56	
IPTU	756,61	1.324,40	218,00	16.534,38	83.993,62	21.140,50	5.052,52	
ISS	27.503,29	19.635,36	11.273,31	5.779,40	13.819,99	14.803,84	20.323,37	
ITBI	4.952,70	6.890,00	6.061,09	4.580,00	1.812,00	1.460,00	4.620,00	
IRRF	24.767,47	24.987,45	7.952,43	7.437,73	11.263,44	10.883,38	28.485,66	
Outras	7.968,72	307,52	955,36	26.547,92	2.382,82	6.959,01	4.576,01	
Receita de Contribuições	40.906,39	50.381,94	14.831,12	25.644,37	41.062,67	28.026,59	42.509,19	
Receita Patrimonial	110.469,96	18.029,25	114.740,83	124.410,79	117.547,60	222.395,68	146.364,91	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	7.656,87	22.914,98	470,65	5.008,94	3.732,70	7.256,44	9.035,27	
Transferências Correntes	1.280.832,59	1.680.742,56	1.271.190,64	1.259.991,22	1.198.615,15	1.318.795,84	1.339.758,24	
Cota-Parte do FPM	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	
Cota-Parte do ICMS	578.734,76	589.204,96	555.135,38	488.024,57	531.034,90	555.858,04	497.481,44	
Cota-Parte do IPVA	21.328,79	11.847,06	18.971,63	25.450,47	40.700,78	29.717,53	40.213,45	
Cota-Parte do ITR	44,36	21,93	49,47	12,36	0,00	31,74	66,33	
Transf.da LC 87/1996	2.934,78	2.934,78	2.764,62	0,00	2.764,62	2.762,11	2.762,11	
Transferência do FUNDEB	163.056,51	168.944,37	175.570,05	163.507,39	171.852,50	181.439,93	176.316,87	
Outras Transferências	106.969,57	434.197,48	87.713,74	61.653,69	98.187,37	102.735,89	123.818,33	
Demais Receitas Correntes	-29.890,07	107.051,29	14.331,97	5.543,64	9.358,78	16.671,43	11.017,21	
II-DEDUÇÕES	223.359,46	254.626,91	212.572,83	228.087,03	206.694,66	229.170,10	230.925,01	
Contrib. Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	18.823,25	36.587,41	10.109,27	19.278,11	19.339,53	20.622,13	21.030,72	
Servidor	18.823,25	36.587,41	10.109,27	19.278,11	19.339,53	20.622,13	21.030,72	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	204.536,21	218.039,50	202.463,56	208.808,92	187.355,13	208.547,97	209.894,29	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.252.565,07	1.677.637,84	1.229.452,57	1.253.391,36	1.276.894,11	1.419.222,61	1.380.817,37	

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	06/2012	07/2012	08/2012	09/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.434.241,16	1.452.349,36	1.478.733,77	1.429.963,78	1.561.934,76	18.432.639,76	18.221.200,00	
Receita Tributária	56.138,21	32.528,77	33.292,73	24.675,29	38.794,55	623.438,85	490.000,00	
IPTU	4.633,01	1.400,37	2.977,26	1.708,51	472,21	140.211,39	130.000,00	
ISS	13.743,04	15.164,75	10.283,29	6.781,50	13.466,71	172.577,85	86.000,00	
ITBI	27.333,00	6.456,00	9.972,00	6.284,57	5.610,30	86.031,66	15.000,00	
IRRF	8.759,75	8.873,54	9.556,82	9.473,55	8.316,23	160.757,45	150.000,00	
Outras	1.669,41	634,11	503,36	427,16	10.929,10	63.860,50	109.000,00	
Receita de Contribuições	35.352,10	60.194,96	33.011,82	48.263,90	33.567,77	453.752,82	630.000,00	
Receita Patrimonial	27.773,20	183.728,62	128.515,34	107.617,72	277.108,66	1.578.702,56	805.500,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	5.361,23	8.535,07	8.949,54	8.482,73	6.346,51	93.750,93	110.000,00	
Transferências Correntes	1.294.442,02	1.150.345,83	1.156.047,02	1.232.586,07	1.201.564,41	15.384.911,59	16.065.600,00	
Cota-Parte do FPM	425.906,21	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	4.861.109,58	5.800.000,00	
Cota-Parte do ICMS	515.934,13	490.177,28	505.180,50	585.697,69	552.053,92	6.444.517,57	6.700.000,00	
Cota-Parte do IPVA	31.039,20	42.092,96	29.790,73	33.339,27	34.061,28	358.553,15	340.000,00	
Cota-Parte do ITR	0,00	427,06	0,00	779,90	1.094,63	2.527,78	2.000,00	
Transf.da LC 87/1996	2.762,11	2.762,11	2.762,11	0,00	5.524,22	30.733,57	44.000,00	
Transferência do FUNDEB	172.844,32	164.664,04	165.784,88	186.260,58	174.172,92	2.064.414,36	2.000.000,00	
Outras Transferências	145.956,05	132.169,86	101.564,51	119.420,04	108.669,05	1.623.055,58	1.179.600,00	
Demais Receitas Correntes	15.174,40	17.016,11	118.917,32	8.338,07	4.552,86	298.083,01	118.100,00	
II-DEDUÇÕES	218.096,77	202.054,42	200.589,24	208.044,91	206.106,41	2.620.327,75	2.995.200,00	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	21.208,77	29.711,02	21.036,86	20.830,75	20.590,15	259.167,97	400.000,00	
Servidor	21.208,77	29.711,02	21.036,86	20.830,75	20.590,15	259.167,97	400.000,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	196.888,00	172.343,40	179.552,38	187.214,16	185.516,26	2.361.159,78	2.595.200,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.216.144,39	1.250.294,94	1.278.144,53	1.221.918,87	1.355.828,35	15.812.312,01	15.226.000,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(I)	1.100.000,00	1.100.000,00	403.153,24	1.558.474,60	915.357,00
RECEITAS CORRENTES	1.100.000,00	1.100.000,00	403.153,24	1.558.474,60	915.357,00
Receita de Contribuições	400.000,00	400.000,00	41.420,90	203.757,31	915.357,00
Pessoal Civil	400.000,00	400.000,00	41.420,90	203.757,31	177.761,27
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	400.000,00	400.000,00	41.420,90	203.757,31	177.761,27
Contribuição do Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	700.000,00	700.000,00	361.732,34	1.354.717,29	737.595,73
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	700.000,00	700.000,00	361.732,34	1.354.717,29	737.595,73
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(II)	883.500,00	883.500,00	82.841,81	390.104,17	372.577,34
<b>Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)</b>	<b>1.983.500,00</b>	<b>1.983.500,00</b>	<b>485.995,05</b>	<b>1.948.578,77</b>	<b>1.287.934,34</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(VI)	600.000,00	600.000,00	88.580,60	407.863,17	359.803,42
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	600.000,00	600.000,00	88.580,60	407.863,17	359.803,42
Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00	530.000,00	88.580,60	407.863,17	359.803,42
Pessoal Civil	0,00	0,00	88.580,60	407.863,17	359.803,42
Aposentadorias	0,00	0,00	88.580,60	407.863,17	359.803,42
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	450.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	<b>600.000,00</b>	<b>600.000,00</b>	<b>88.580,60</b>	<b>407.863,17</b>	<b>359.803,42</b>

**Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)** **1.383.500,00** **1.383.500,00** **397.414,45** **1.540.715,60** **928.130,92**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Plano Financeiro	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	370.000,00	370.000,00	55.456,42	55.456,42	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

passe Recebido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
----------------	------	------	------	------	------

**RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS****Previsão Orçamentária**

Valor	0,00				
-------	------	--	--	--	--

**Período de Referencia**

	Mês	Exercício	Exercício	
	Anterior(09/2012)	Anterior(2011)	Atual(2012)	
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>				
Caixa	0,00	0,00	0,00	
Bancos Conta Movimento	9.074.357,38	7.578.714,29	9.386.511,26	
Investimentos	0,00	0,00	0,00	

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	Exercício	
	Inicial	Atualizada	No	Exerc.Atual	Anterior até
			Bimestre	Até o Bim.	o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	883.500,00	883.500,00	82.841,81	390.104,17	372.577,34
RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA	883.500,00	883.500,00	82.841,81	390.104,17	372.577,34
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	883.500,00	883.500,00	82.841,81	390.104,17	372.577,34
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	883.500,00	883.500,00	82.841,81	390.104,17	372.577,34
Contribuição Patronal Ativo Civil	883.500,00	883.500,00	82.841,81	390.104,17	0,00
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	<b>883.500,00</b>	<b>883.500,00</b>	<b>82.841,81</b>	<b>390.104,17</b>	<b>372.577,34</b>

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas	Período de	
	Inicial	o Exercício	No	Exerc.Atual	Referência
			Bimestre	Até o Bim.	Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
APLICAÇÕES DIRETAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	26.734,21	26.734,21	26.734,21
DEDUÇÕES (II)	1.027.984,49	1.434.278,83	1.484.698,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.031.187,29	1.435.531,63	1.485.951,06
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-3.202,80	-1.252,80	-1.252,80
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.001.250,28	-1.407.544,62	-1.457.964,05
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.001.250,28	-1.407.544,62	-1.457.964,05

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-50.419,43	-456.713,77

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	41.000,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	7.578.714,29	8.929.952,89	9.386.511,26
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.578.714,29	8.929.952,89	9.386.511,26
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-7.578.714,29	-8.929.952,89	-9.386.511,26
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-7.578.714,29	-8.929.952,89	-9.386.511,26

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Primario |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	15.804.000,00	2.335.251,76	12.107.148,51	11.687.715,94
Receita Tributária	490.000,00	63.469,84	504.345,33	328.907,29
IPTU	130.000,00	2.180,72	138.130,38	84.892,44
ISS	86.000,00	20.248,21	125.439,20	64.636,87
IRRF	150.000,00	17.789,78	111.002,53	102.539,25
ITBI	15.000,00	11.894,87	74.188,96	13.785,76
Outras	109.000,00	11.356,26	55.584,26	63.052,97
Receita de Contribuição	2.597.000,00	283.451,71	1.305.435,39	1.171.884,36
Receita Previdenciária	400.000,00	41.420,90	203.757,31	177.761,27
Outras Contribuições	230.000,00	40.410,77	158.707,18	129.203,39
Receitas Previdenciárias	983.500,00	100.810,02	471.485,45	432.459,85
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	805.500,00	384.726,38	1.450.203,35	815.676,12
(-) Aplicações Financeiras	805.500,00	384.726,38	1.450.203,35	815.676,12
Transferências Correntes	13.470.400,00	2.061.420,06	10.484.752,37	10.366.808,39
FPM	4.640.000,00	506.461,66	3.183.803,34	3.098.007,88
ICMS	5.360.000,00	910.201,47	4.221.379,35	4.197.785,53
Outras Transferências	3.470.400,00	644.756,93	3.079.569,68	3.071.014,98
Demais Receitas Correntes	230.100,00	27.720,17	284.100,87	252.575,75
Dívida Ativa	9.000,00	2.671,89	14.528,90	8.125,62
Diversas Receitas Correntes	221.100,00	25.048,28	269.571,97	244.450,13
Receitas de Capital (II)	20,00	197.655,00	837.495,57	203.000,00
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	0,00	50.005,00	163.007,00	103.000,00
Transferências de Capital	20,00	147.650,00	674.488,57	100.000,00
Outras Transferências de Capital	20,00	147.650,00	674.488,57	100.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	20,00	147.650,00	674.488,57	100.000,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	15.804.020,00	2.482.901,76	12.781.637,08	11.787.715,94

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	14.325.626,79	2.217.995,92	10.856.660,03	10.070.257,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.689.544,99	1.161.943,88	5.586.573,64	5.021.426,27
Outras Despesas Correntes	6.516.081,80	1.049.295,00	5.224.705,19	5.003.484,93
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	6.757,04	45.381,20	45.345,80
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	14.205.626,79	2.211.238,88	10.811.278,83	10.024.911,20
Despesas de Capital (XI)	3.570.448,76	299.565,28	1.602.974,40	1.291.654,88
Investimentos	3.570.448,76	299.565,28	1.602.974,40	1.283.659,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	7.995,68
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	3.570.448,76	299.565,28	1.602.974,40	1.283.659,20
Reserva de Conting. (XVI)	110.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	393.926,01	1.504.989,34	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	17.886.075,55	2.904.730,17	13.919.242,57	11.308.570,40
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.082.055,55	-421.828,41	-1.137.605,49	479.145,54
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			712.291,09	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-655.500,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

Município de SALTO VELOSO	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo do Resultado Primario	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

+-----

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão	
Orçamento da Seguridade Social	
JANEIRO A OUTUBRO 2012	

+-----

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO										
	0,00	580,80	0,00	0,00	580,80	44.323,82	0,00	44.050,98	272,84	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO VELOSO										
	0,00	2.622,00	0,00	1.950,00	672,00	216,44	0,00	0,00	216,44	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DE SALTO VELOSO - IPRESVEL										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO DO SISTEMA MUN. DE ASSIST. DOS SERVIDORES PUBLICOS DE SALTO VELOSO - SIMA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>0,00</b>	<b>3.202,80</b>	<b>0,00</b>	<b>1.950,00</b>	<b>1.252,80</b>	<b>44.540,26</b>	<b>0,00</b>	<b>44.050,98</b>	<b>489,28</b>	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI





[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de SALTO VELOSO  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	392.000,00	392.000,00	57.314,62	465.455,06	118,74
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	141.000,00	141.000,00	7.381,76	154.824,37	109,80
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	130.000,00	130.000,00	2.180,72	138.130,38	106,25
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	2.000,00	2.000,00	343,05	968,13	48,41
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	6.000,00	6.000,00	1.970,93	5.267,71	87,80
1.1.4- Multas e Juros de Mora da Divida Ativa de	3.000,00	3.000,00	2.887,06	10.458,15	348,60
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	15.000,00	15.000,00	11.894,87	74.188,96	494,59
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	15.000,00	15.000,00	11.894,87	74.188,96	494,59
1.3 - Receita Resultante do - ISS	86.000,00	86.000,00	20.248,21	125.439,20	145,86
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	86.000,00	86.000,00	20.248,21	125.439,20	145,86
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	150.000,00	150.000,00	17.789,78	111.002,53	74,00
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	150.000,00	150.000,00	17.789,78	111.002,53	74,00
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.976.000,00	12.976.000,00	1.863.662,89	9.693.522,07	74,70
2.1 - Cota Parte do FPM	5.800.000,00	5.800.000,00	633.076,98	3.979.753,78	68,62
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.800.000,00	5.800.000,00	633.076,98	3.979.753,78	68,62
2.2- Cota-Parte do ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	1.137.751,61	5.276.577,85	78,75
2.3- Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	44.000,00	44.000,00	5.524,22	24.864,01	56,51
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00	90.000,00	18.035,00	84.487,64	93,88
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.000,00	2.000,00	1.874,53	2.461,49	123,07
2.6- Cota-Parte do IPVA	340.000,00	340.000,00	67.400,55	325.377,30	95,70
<b>3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)</b>	<b>13.368.000,00</b>	<b>13.368.000,00</b>	<b>1.920.977,51</b>	<b>10.158.977,13</b>	<b>75,99</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	293.000,00	293.000,00	46.093,24	234.484,63	80,03
5.1- Transferência do Salário-Educação	200.000,00	200.000,00	34.180,86	174.445,30	87,22
5.2- Transf.Direta do FNDE ref.Prog. Nac. Alim.Esc	60.000,00	60.000,00	6.988,00	42.804,00	71,34
5.2- Transferencias do PNATE	33.000,00	33.000,00	4.924,38	17.235,33	52,23
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	4,00	4,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Conv. ação n. 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Conv. ação n.023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Convenio Ação nº 024	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Convenio Ação nº 023	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
<b>9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO</b>	<b>293.004,00</b>	<b>293.004,00</b>	<b>46.093,24</b>	<b>234.484,63</b>	<b>80,03</b>

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

## Município de SALTO VELOSO

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.586.400,00	2.586.400,00	371.625,58	1.933.611,29	74,76
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.160.000,00	1.160.000,00	126.615,32	795.950,44	68,62
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.340.000,00	1.340.000,00	227.550,14	1.055.198,50	78,75
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	18.000,00	18.000,00	3.605,27	16.895,20	93,86
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	400,00	400,00	374,89	492,25	123,06
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	68.000,00	68.000,00	13.479,96	65.074,90	95,70
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.010.000,00	2.010.000,00	361.633,40	1.737.486,70	86,44
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	2.000.000,00	2.000.000,00	360.433,50	1.732.413,48	86,62
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	10.000,00	10.000,00	1.199,90	5.073,22	50,73
<b>12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)</b>	<b>586.400,00</b>	<b>586.400,00</b>	<b>11.192,08</b>	<b>201.197,81</b>	<b>34,31</b>
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)					
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)					

DESPESAS DO FUNDEB	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	1.700.000,00	1.585.217,03	283.503,90	1.274.855,07	80,42
13.1 - Com Educação Infantil	300.000,00	318.377,03	35.253,65	317.424,21	99,70
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.400.000,00	1.266.840,00	248.250,25	957.430,86	75,58
14.0 - OUTRAS DESPESAS	310.000,00	336.657,58	35.523,22	295.135,09	87,67
14.1 - Com Educação Infantil	110.000,00	102.000,00	14.762,07	83.134,29	81,50
14.2 - Com Ensino Fundamental	200.000,00	234.657,58	20.761,15	212.000,80	90,34
<b>15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)</b>	<b>2.010.000,00</b>	<b>1.921.874,61</b>	<b>319.027,12</b>	<b>1.569.990,16</b>	<b>81,69</b>

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	27.984,58
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>27.984,58</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100)</b>	<b>% 71,76</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>0,00</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012</b>	<b>0,00</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
<b>22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)</b>	<b>3.342.000,00</b>	<b>3.342.000,00</b>	<b>480.244,38</b>	<b>2.539.744,28</b>	<b>75,99</b>
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	800.000,00	895.377,03	115.146,50	726.897,53	81,18
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	410.000,00	420.377,03	50.015,72	400.558,50	95,29
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	390.000,00	475.000,00	65.130,78	326.339,03	68,70
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.536.550,00	2.541.694,92	388.381,37	1.972.460,42	77,60
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.494.824,58	269.011,40	1.169.431,66	78,23
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	936.550,00	1.046.870,34	119.369,97	803.028,76	76,71
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26.0 - ENSINO SUPERIOR	5.000,00	5.550,00	0,00	550,00	9,91

[ www.cplinformatica.com.br ]

003

## Município de SALTO VELOSO

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)						R\$ 1,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	15.000,00	17.944,67	0,00	2.944,67	16,41	
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)</b>	<b>3.356.550,00</b>	<b>3.460.566,62</b>	<b>503.527,87</b>	<b>2.702.852,62</b>	<b>78,10</b>	

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

						Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)						201.197,81
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)						5.073,22
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						27.984,58
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO						0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.						0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)						168.140,01
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)						2.867.497,96
39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100)						% 28,23

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	200.000,00	286.695,08	21.893,97	232.103,01	80,96
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	77.004,00	175.942,76	29.627,19	145.236,72	82,55
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	277.004,00	462.637,84	51.521,16	377.339,73	81,56
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	3.633.554,00	3.923.204,46	555.049,03	3.080.192,35	78,51

## RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

## DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
---	------	------

## VALOR

## FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS

	FUNDEB(b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	128.633,34	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.992.682,63	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.036.358,45	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.073,22	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	90.030,74	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	3.570.448,76	299.565,28	1.602.974,40	1.967.474,36
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	3.570.448,76	299.565,28	1.602.974,40	1.967.474,36
--------------------------------	--------------	------------	--------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-3.570.448,76	-299.565,28	-1.602.974,40	-1.967.474,36
-------------------	---------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de SALTO VELOSO	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
<b>RECEITAS</b>			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	163.007,00	-163.007,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	73.005,00	-73.005,00
Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	90.002,00	-90.002,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>163.007,00</b>	<b>-163.007,00</b>

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
<b>DESPESAS</b>			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
<b>Saldo Financeiro a Aplicar</b>	<b>1.407,80</b>	<b>163.007,00</b>	<b>164.414,80</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	13.371.000,00	13.371.000,00	10.203.661,50	76,31
Impostos	395.000,00	395.000,00	510.139,43	129,15
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	130.000,00	130.000,00	138.130,38	106,25
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	150.000,00	150.000,00	111.002,53	74,00
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	15.000,00	15.000,00	74.188,96	494,59
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	86.000,00	86.000,00	125.439,20	145,86
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	2.000,00	2.000,00	968,13	48,41
Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	37.750,62	3775,06
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Tribut	3.000,00	3.000,00	10.458,15	348,60
Multas/Juros Mora Dívida Ativa de Outros Tributo	1.000,00	1.000,00	6.892,04	689,20
Receita Dívida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana -	6.000,00	6.000,00	5.267,71	87,80
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	1.000,00	1.000,00	41,71	4,17
Receitas de transf. constitucionais e Legais	12.976.000,00	12.976.000,00	9.693.522,07	74,70
da União	5.846.000,00	5.846.000,00	4.007.079,28	68,54
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.800.000,00	5.800.000,00	3.979.753,78	68,62
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	2.000,00	2.000,00	2.461,49	123,07
Transf. Financ. ICMS Deson. Lei 87/96	44.000,00	44.000,00	24.864,01	56,51
do Estado	7.130.000,00	7.130.000,00	5.686.442,79	79,75
Cota-Parte do ICMS	6.700.000,00	6.700.000,00	5.276.577,85	78,75
Cota-Parte do IPVA	340.000,00	340.000,00	325.377,30	95,70
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	90.000,00	90.000,00	84.487,64	93,88
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	542.000,00	542.000,00	436.428,86	80,52
da União para o Município	464.000,00	464.000,00	352.145,58	75,89
Piso de Atenção Básica - PAB	82.000,00	82.000,00	69.522,00	84,78
Programa Saude da Família	172.000,00	172.000,00	146.300,00	85,06
PSF - Odonto	26.000,00	26.000,00	23.910,00	91,96
PACS - Agentes Comunitarios de Saúde	74.000,00	74.000,00	77.472,00	104,69
Farmacia Básica	24.000,00	24.000,00	20.172,68	84,05
Vigilância Sanitária	36.000,00	36.000,00	8.963,04	24,90
Epidemiologia e Controle de Doenças	14.000,00	14.000,00	4.305,86	30,76
Gestão do SUS	36.000,00	36.000,00	1.500,00	4,17
do Estado para o Município	78.000,00	78.000,00	84.283,28	108,06
Cofinanc.Assist. Farm. Básica	22.000,00	22.000,00	12.903,24	58,65
MAC	24.000,00	24.000,00	14.630,04	60,96
Cofinanc. da Atenção Básica	32.000,00	32.000,00	56.750,00	177,34
(-)Dedução para o Fundef	-2.595.200,00	-2.595.200,00	-1.938.584,07	74,70
Total de Receita de Impostos	11.317.800,00	11.317.800,00	8.701.506,29	76,88

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.875.050,00	3.212.932,80	2.408.439,02	74,96
Pessoal e Encargos Sociais	1.411.000,00	1.395.481,94	898.208,60	64,37
Outras Despesas Correntes	1.464.050,00	1.817.450,86	1.510.230,42	83,10
Despesas de Capital	81.003,00	330.903,00	307.071,88	92,80
Investimentos	81.003,00	330.903,00	307.071,88	92,80
Total	2.956.053,00	3.543.835,80	2.715.510,90	76,63



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

|

| Município de SALTO VELOSO CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Próprias com Saúde				
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	2.715.510,90	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	14.000,00	14.000,00	87.145,64	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	14.000,00	14.000,00	14.140,64	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	73.005,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	111.937,49	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	2.516.427,77	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2011(e)	Aplic.Apurada em 2011(F)	RESTOS A PAGAR	
			Insc.em 31 de dez.de 2011	Can.em 2012(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	25,41	-2.622,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2011				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	24,66

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas Até o Bim.	%
Despesas com Saúde (Por SubFunção)				
ATENÇÃO BÁSICA	2.777.052,00	3.354.891,90	2.628.872,07	96,81
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	24.000,00	26.473,15	12.107,74	0,45
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	36.000,00	36.000,00	3.161,76	0,12
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	14.000,00	21.200,00	2.825,00	0,10
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	100.000,00	105.269,75	68.544,33	2,52
ABASTECIMENTO	5.001,00	1,00	0,00	0,00
Total	2.956.053,00	3.543.835,80	2.715.510,90	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	14.000,00	14.000,00	87.145,64	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	14.000,00	14.000,00	14.140,64	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	73.005,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	111.937,49	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.956.053,00	3.543.835,80	2.516.427,77	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de SALTO VELOSO

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanço Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	16.609.520,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	16.609.520,00
Receitas Realizadas	2.917.633,14	14.394.847,43
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	712.291,09
Déficit Orçamentário	0,00	3.145.055,55

Balanço Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	16.609.520,00
Dotação Atualizada	0,00	19.754.575,55
Despesas Empenhadas	1.733.915,39	14.314.538,71
Despesas Liquidadas	2.517.561,20	12.459.634,43
Superávit Orçamentário	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.733.915,39	14.314.538,71
Despesas Liquidadas	2.517.561,20	12.459.634,43

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	15.812.312,01

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	485.995,05	1.948.578,77
Despesas Previdenciárias (IV)	88.580,60	407.863,17
Resultado Previdenciário (III-IV)	397.414,45	1.540.715,60

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	41.000,00	-456.713,77	-1113,9360
Resultado Primário	-655.500,00	-1.137.605,49	173,5477

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	3.202,80	0,00	1.950,00	1.252,80
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	44.540,26	0,00	44.050,98	489,28
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de SALTO VELOSO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício %Aplicado Até o Bim.
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE		
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%> 28,2262
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60% 71,7629
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	1.602.974,40	1.967.474,36

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	1.948.578,77	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	407.863,17	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	1.540.715,60	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	163.007,00	-163.007,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

	Limites Constitucionais Anuais	
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício %Aplicado Até o Bim.
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde		
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	2.516.427,77	15,00 24,66

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

Prefeito Municipal  
PEDRINHO ANSILIERO

Contador CRC - SC-15.177/0  
ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Responsável pelo Controle Interno  
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Extrato de Dispensa de Licitação Nº 374/2012 - Semed

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº374/2012  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATRAVÉS DE PALESTRAS PARA PROFESSORES, DIRETORES E SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO BENTO DO SUL, VISANDO A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, QUE SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DE 05 (CINCO) PALESTRAS PARA APROXIMADAMENTE 1.000 (MIL) PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL, COM A CARGA HORÁRIA TOTAL DE 20 (VINTE) HORAS DE ATIVIDADES, CONFORME CRONOGRAMA E PROJETO DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA ANEXO.

CONTRATADO: SENAC - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

VALOR: R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais).

SÃO BENTO DO SUL, 21 de novembro de 2012.

SALETE BAYERL SPITZNER

Secretária Municipal de Educação

### Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 374/2012 - Semed

#### JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 a Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ATRAVÉS DE PALESTRAS PARA PROFESSORES, DIRETORES E SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO BENTO DO SUL, VISANDO A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, QUE SERÁ IMPLEMENTADO ATRAVÉS DE 05 (CINCO) PALESTRAS PARA APROXIMADAMENTE 1.000 (MIL) PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL, COM A CARGA HORÁRIA TOTAL DE 20 (VINTE) HORAS DE ATIVIDADES, CONFORME CRONOGRAMA E PROJETO DE EXECUÇÃO E CRONOGRAMA ANEXO.

II - Contratado: SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93 e se justifica por fortalecer ações de formação, capacitação e aperfeiçoamento do profissional educador, promovendo sua política e técnica, possibilitando a elevação do nível de qualidade da educação oferecida às crianças, jovens e adultos da Rede Municipal de Ensino.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é empresa incumbida estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e, portanto, passível de dispensa de licitação, conforme art. 24, XIII da Lei 8.666/93.

V- Justificativa do Preço: o preço contratado é o praticado no mercado para os referidos serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93; e, determino a publicação

no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 05 dias.

SALETE BAYERL SPITZNER

Secretária Municipal de Educação

### Retificação Edital

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL Nº 001/2012 - De Alteração de carga horária, remoção e/ou lotação por concurso e remoção por permuta.

A Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, através da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, vem por meio desta, RETIFICAR item 1.2. do referido Edital.

Onde se lê

1.2.1 São requisitos para inscrição neste processo ser servidor efetivo do quadro de pessoal desta Prefeitura, lotado na Secretaria Municipal de Educação em Unidade Escolar, bem como ter concluído o estágio probatório.

Leia-se

1.2.1 O requisito para a ampliação de carga horária é a existência de vagas e interesse da Secretaria Municipal de Educação, através de parecer, conforme art. 43 da Lei nº 945/2004.

Inclua-se

1.2.2 O requisito para redução de carga horária é a aprovação em estágio probatório e interesse da Secretaria Municipal de Educação, através de parecer, conforme art. 44 da Lei nº 945/2004.

São Bento do Sul - SC, 12 de novembro de 2012.

SALETE BAYERL SPITZNER

Secretária Municipal de Educação

## IPRESBS

### Portaria IPRESBS Nº 497/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 497/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 409/2012, à servidora SONIA APARECIDA ROTTER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/10/2012, em virtude de concessão de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/10/2012.

São Bento do Sul, 21/11/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

**SAMAE****Portaria/SAMAE/SBS Nº 303/2012, de 21 de Novembro de 2012.**

" CONCEDE FÉRIAS "

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 13883, de 11 de outubro de 2012, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

**RESOLVE**

Art.1º- CONCEDER ao servidor Edelson Ilg, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Saneamento II, desde 08/07/1998, lotado nesta Autarquia, férias referente saldo dos períodos aquisitivos: 2008/2009, 2010/2011 e 2011/2012.

Art. 2º - As férias a que se refere o artigo 1º, contar-se-ão de 21/11 a 04/12/2012.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO WEIHERMANN  
Diretor Presidente

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA****Lei Nº 2.046, de 20 de Novembro de 2012.**

LEI Nº 2.046, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Altera a Lei Municipal nº 1.384, de 30 de dezembro de 2002 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo II, da Lei nº 1.384, de 30 de dezembro de 2002, criado pela Lei nº 1.560, de 16 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a redação constante do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2013.

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de novembro de 2012.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO  
(Lei nº 2.046, de 20 de novembro de 2012)

ANEXO II  
(Lei nº 1.384, de 30/12/2002)

**VALOR DA COSIP PARA CONTRIBUINTES RURAIS**

Faixa de Consumo de energia elétrica	Alíquota %
Até 70kwh	Isento

Consumidores residentes nas sedes dos Distritos e Vilas que contenham iluminação pública	Isento
Todos os demais consumidores	Isento

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de novembro de 2012.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 2.047, de 20 de Novembro de 2012.**

LEI Nº 2.047, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.

Autoriza o Município de São Lourenço do Oeste a receber bens imóveis em doação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação, os seguintes bens imóveis:

I - parte da chácara número 46 (quarenta e seis) com área de 954,01m<sup>2</sup> (novecentos e cinquenta e quatro vírgula zero um metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Senhor Hary Pandini, localizado na zona urbana, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula de nº 915, do Cartório de Registro de Imóveis local e memorial descritivo constantes dos Anexos I e II, respectivamente, desta Lei.

II - parte da chácara nº 14 (quatorze) com área de 456,86m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta e seis vírgula oitenta e seis metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade dos Senhores Ivalino Guarnieri e Vanderlei Guarnieri, localizado na zona urbana, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula nº 14.311, do Cartório de Registro de Imóveis local e memorial descritivo, constantes dos Anexos I e II, respectivamente, desta Lei.

III - parte da chácara nº 14 (quatorze) com área de 1.423,50m<sup>2</sup> (um mil, quatrocentos e vinte e três vírgula cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade dos Senhores Ivalino Guarnieri e Vanderlei Guarnieri, localizado na zona urbana, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme matrícula nº 14.311, do Cartório de Registro de Imóveis local e memorial descritivo, constantes dos Anexos I e II, respectivamente, desta Lei.

§ 1º Os imóveis descritos no caput foram avaliados em R\$ 171.700,00 (cento e setenta e um mil e setecentos reais), R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais) e R\$ 227.000,00 (duzentos e vinte e sete mil reais), sucessivamente, conforme laudo de avaliação constante do Anexo III, desta Lei.

§ 2º Os bens imóveis, descritos nos incisos I, II e III do art. 1º desta Lei, serão destinados a compor, respectivamente, parte da rua Aldo Lemos, rua Frei Alfredo João Lazzarotto e Avenida Ernesto Beuter, localizadas na zona urbana deste Município de São Lourenço do Oeste, conforme termos de doação constantes do Anexo IV desta LEI.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o registro dos bens, descrito no art. 1º desta Lei, para o patrimônio do Município.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de novembro de 2012.  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal



**Paralisação de Obra N°.002/2012**

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de novembro de 2012.

PARALIZAÇÃO DE OBRA N°.002/2012

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito que a empresa BRITTER RODOVIAS LTDA., vencedora do Processo Licitatório nº123/2012, Modalidade Concorrência para /Obras e Serviços de Engenharia nº019/2012, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA DOM PEDRO II, ENTRE A RUA DUQUE DE CAXIAS E RUA RUI BARBOSA, COM ÁREA TOTAL DE 3.146,32M²,, em virtude do que assinou o contrato nº353/2012, de 18 de outubro de 2012, INTERROMPA DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão da não liberação de 50% do recurso do Ministério das Cidades, proveniente do Contrato de Repasse nº. 366.400-79/2011, conforme determina a Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011.

Destaca-se, por oportuno, que é prerrogativa da Administração alterar o contrato, na forma do artigo 79, § 5º da Lei nº 8666/93, onde ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Cordialmente

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
EVANDRO BALDISSERA  
Briter Rodovias Ltda.  
Chapecó, SC.



# Prêmio FECAM de Fotografia

Retratos das riquezas de Santa Catarina  
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



O 1º Prêmio FECAM de Fotografia é um concurso fotográfico promovido pela Federação Catarinense de Municípios e tem o objetivo de valorizar os municípios catarinenses por meio do registro fotográfico.

**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>8.167.240,07</b>	<b>14,99</b>	<b>45.090.832,92</b>	<b>82,76</b>	<b>9.393.415,64</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>38.367.890,56</b>	<b>38.367.890,56</b>	<b>7.960.430,12</b>	<b>20,75</b>	<b>38.040.009,97</b>	<b>99,15</b>	<b>327.880,59</b>
RECEITA TRIBUTARIA	5.435.211,25	5.435.211,25	752.415,75	13,84	4.950.286,63	91,08	484.924,62
IMPOSTOS	4.210.000,00	4.210.000,00	593.978,66	14,11	4.021.472,71	95,52	188.527,29
TAXAS	1.005.211,25	1.005.211,25	138.191,28	13,75	812.454,16	80,82	192.757,09
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	220.000,00	220.000,00	20.245,81	9,20	116.359,76	52,89	103.640,24
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	900.000,00	131.516,45	14,61	729.209,19	81,02	170.790,81
Contrib p/ o Custeio dos Serviços de Iluminação Pú	900.000,00	900.000,00	131.516,45	14,61	729.209,19	81,02	170.790,81
RECEITA PATRIMONIAL	277.930,51	277.930,51	47.257,78	17,00	344.657,30	124,01	-66.726,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	277.930,51	277.930,51	47.257,78	17,00	344.657,30	124,01	-66.726,79
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	7.218,92	0,00	9.925,23	0,00	-9.925,23
Outras Rec. Agropecuárias	0,00	0,00	7.218,92	0,00	9.925,23	0,00	-9.925,23
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	54.256,99	0,00	256.899,19	0,00	-256.899,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.154.329,40	31.154.329,40	6.843.476,22	21,97	31.212.166,38	100,19	-57.836,98
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.547.887,40	30.547.887,40	5.125.372,70	16,78	25.256.747,83	82,68	5.291.139,57
Transf. de Conv.	606.442,00	606.442,00	1.718.103,52	283,31	5.955.418,55	982,03	-5.348.976,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	600.419,40	600.419,40	124.288,01	20,70	536.866,05	89,42	63.553,35
Multas e Juros de Mora	184.776,90	184.776,90	60.100,64	32,53	259.504,02	140,44	-74.727,12
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.403,75	38.403,75	2.668,33	6,95	2.668,33	6,95	35.735,42
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	272.238,75	272.238,75	31.484,71	11,57	189.608,56	69,65	82.630,19
RECEITAS DIVERSAS	105.000,00	105.000,00	30.034,33	28,60	85.085,14	81,03	19.914,86
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>16.116.358,00</b>	<b>16.116.358,00</b>	<b>206.809,95</b>	<b>1,28</b>	<b>7.050.822,95</b>	<b>43,75</b>	<b>9.065.535,05</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00	4.000.000,00	50.466,97	1,26	162.634,82	4,07	3.837.365,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.000.000,00	4.000.000,00	50.466,97	1,26	162.634,82	4,07	3.837.365,18
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	145.600,00	0,00	225.600,00	0,00	-225.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	48.400,00	0,00	48.400,00	0,00	-48.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	97.200,00	0,00	177.200,00	0,00	-177.200,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.116.358,00	12.116.358,00	10.742,98	0,09	6.662.588,13	54,99	5.453.769,87
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	12.116.358,00	12.116.358,00	10.742,98	0,09	6.662.588,13	54,99	5.453.769,87
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>8.167.240,07</b>	<b>14,99</b>	<b>45.090.832,92</b>	<b>82,76</b>	<b>9.393.415,64</b>

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>8.167.240,07</b>	<b>14,99</b>	<b>45.090.832,92</b>	<b>82,76</b>	<b>9.393.415,64</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.359.344,74	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	54.484.248,56	54.484.248,56	8.167.240,07	14,99	46.450.177,66	82,76	9.393.415,64
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	6.023.687,73	—	—	5.589.919,03	—	—
Superávit Financeiro	—	6.023.687,73	—	—	5.589.919,03	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>14.741.176,75</b>	<b>69.225.425,31</b>	<b>6.865.003,92</b>	<b>53.473.723,80</b>	<b>7.959.804,85</b>	<b>46.450.177,66</b>	<b>67,10</b>	<b>22.775.247,65</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>34.595.476,92</b>	<b>6.252.989,41</b>	<b>40.848.466,33</b>	<b>4.295.894,76</b>	<b>33.683.321,11</b>	<b>6.335.914,03</b>	<b>31.876.293,51</b>	<b>78,04</b>	<b>8.972.172,82</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.252.671,50	-924.982,55	17.327.688,95	2.581.679,75	12.635.112,90	2.582.429,75	12.629.739,44	72,89	4.697.949,51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	65.300,35	215.300,35	23.332,02	174.913,95	23.332,02	174.913,95	81,24	40.386,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.192.805,42	7.112.671,61	23.305.477,03	1.690.882,99	20.873.294,26	3.730.152,26	19.071.640,12	81,83	4.233.836,91
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>19.883.771,64</b>	<b>8.488.187,34</b>	<b>28.371.958,98</b>	<b>2.569.109,16</b>	<b>19.790.402,69</b>	<b>1.623.890,82</b>	<b>14.573.884,15</b>	<b>51,37</b>	<b>13.798.074,83</b>
INVESTIMENTOS	19.033.771,64	5.221.387,56	24.255.159,20	2.307.240,33	15.833.584,64	1.362.021,99	10.617.066,10	43,77	13.638.093,10
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	2.700.000,00	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00	100,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	850.000,00	566.799,78	1.416.799,78	261.868,83	1.256.818,05	261.868,83	1.256.818,05	88,71	159.981,73
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.000,00</b>

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>14.741.176,75</b>	<b>69.225.425,31</b>	<b>6.865.003,92</b>	<b>53.473.723,80</b>	<b>7.959.804,85</b>	<b>46.450.177,66</b>	<b>67,10</b>	<b>22.775.247,65</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>14.741.176,75</b>	<b>69.225.425,31</b>	<b>6.865.003,92</b>	<b>53.473.723,80</b>	<b>7.959.804,85</b>	<b>46.450.177,66</b>	<b>67,10</b>	<b>22.775.247,65</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>14.741.176,75</b>	<b>69.225.425,31</b>	<b>6.865.003,92</b>	<b>53.473.723,80</b>	<b>7.959.804,85</b>	<b>46.450.177,66</b>	<b>67,10</b>	<b>22.775.247,65</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/11/2012

\_\_\_\_\_  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

\_\_\_\_\_  
JOÃO EDUARDO LINHARES  
CONTROLADOR GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	54.484.248,56	69.225.425,31	6.865.003,92	53.473.723,80	7.959.804,85	46.450.177,66	100,00	67,10	22.775.247,65
Legislativa	1.221.300,00	1.221.300,00	116.635,25	696.446,73	134.256,52	666.341,16	1,43	54,56	554.958,84
Ação Legislativa	1.221.300,00	1.221.300,00	116.635,25	696.446,73	134.256,52	666.341,16	1,43	54,56	554.958,84
Judiciária	690.000,00	690.000,00	37.460,20	518.715,95	41.150,52	513.308,41	1,11	74,39	176.691,59
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	260.000,00	260.000,00	37.460,20	145.380,95	37.460,20	145.380,95	0,31	55,92	114.619,05
Defesa Civil	430.000,00	430.000,00	0,00	373.335,00	3.690,32	367.927,46	0,79	85,56	62.072,54
Administração	4.467.050,00	4.439.050,00	396.019,98	3.660.297,42	615.127,80	3.432.172,63	7,39	77,32	1.006.877,37
Administração Geral	3.343.550,00	3.315.550,00	309.689,85	2.678.827,57	480.076,96	2.493.240,97	5,37	75,20	822.309,03
Administração Financeira	450.000,00	410.000,00	41.617,29	309.660,19	54.852,00	293.216,00	0,63	71,52	116.784,00
Controle Interno	260.000,00	260.000,00	44.712,84	229.489,70	44.712,84	229.489,70	0,49	88,27	30.510,30
Difusão Cultural	205.000,00	245.000,00	0,00	242.239,96	0,00	242.239,96	0,52	98,87	2.760,04
Outras Transferências	208.500,00	208.500,00	0,00	200.080,00	35.486,00	173.986,00	0,37	83,45	34.514,00
Defesa Nacional	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	280.000,00	280.000,00	34.961,80	242.664,98	37.495,55	227.545,59	0,49	81,27	52.454,41
Defesa da Ordem Jurídica	280.000,00	280.000,00	34.961,80	242.664,98	37.495,55	227.545,59	0,49	81,27	52.454,41
Assistência Social	1.859.780,00	1.970.139,65	71.369,92	1.235.128,59	280.273,99	1.192.816,50	2,57	60,54	777.323,15
Assistência à Criança e ao Adolescente	155.000,00	155.000,00	13.344,20	99.226,54	16.744,20	99.226,54	0,21	64,02	55.773,46
Assistência Comunitária	1.704.780,00	1.815.139,65	58.025,72	1.135.902,05	263.529,79	1.093.589,96	2,35	60,25	721.549,69
Saúde	9.570.069,72	10.838.609,21	1.117.624,75	7.977.354,14	1.580.571,37	7.481.868,49	16,11	69,03	3.356.740,72
Atenção Básica	8.100.500,00	8.570.567,97	835.978,15	6.238.672,95	1.159.960,29	5.833.361,74	12,56	68,06	2.737.206,23
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.245.569,72	2.019.041,24	266.415,81	1.620.822,23	410.745,71	1.546.425,72	3,33	76,59	472.615,52
Vigilância Epidemiológica	224.000,00	249.000,00	15.230,79	117.858,96	9.865,37	102.081,03	0,22	41,00	146.918,97
Educação	10.095.565,64	18.299.300,33	1.763.459,87	16.463.941,97	2.436.116,57	15.358.687,77	33,06	83,93	2.940.612,56
Ensino Fundamental	7.067.001,71	14.292.707,14	1.774.247,90	13.039.344,51	2.300.154,05	12.579.180,41	27,08	88,01	1.713.526,73
Ensino Médio	391.601,00	391.601,00	81.125,01	294.230,08	81.125,01	294.230,08	0,63	75,14	97.370,92
Ensino Superior	287.500,00	239.427,12	0,00	239.427,12	0,00	239.427,12	0,52	100,00	0,00
Educação Infantil	2.349.462,93	3.375.565,07	-91.913,04	2.890.940,26	54.837,51	2.245.850,16	4,83	66,53	1.129.714,91
Cultura	619.787,50	669.787,50	124.928,02	450.631,30	174.413,80	428.874,43	0,92	64,03	240.913,07
Difusão Cultural	619.787,50	669.787,50	124.928,02	450.631,30	174.413,80	428.874,43	0,92	64,03	240.913,07
Urbanismo	15.702.714,03	23.525.284,50	2.545.774,06	16.032.364,27	1.495.289,34	11.388.984,99	24,52	48,41	12.136.299,51
Infra-Estrutura Urbana	15.692.713,03	23.399.283,50	2.545.774,06	15.907.340,53	1.495.289,34	11.263.961,25	24,25	48,14	12.135.322,25
Serviços Urbanos	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00

Continua 1/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	54.484.248,56	69.225.425,31	6.865.003,92	53.473.723,80	7.959.804,85	46.450.177,66	100,00	67,10	22.775.247,65
Urbanismo	15.702.714,03	23.525.284,50	2.545.774,06	16.032.364,27	1.495.289,34	11.388.984,99	24,52	48,41	12.136.299,51
Turismo	10.000,00	126.000,00	0,00	125.023,74	0,00	125.023,74	0,27	99,23	976,26
Habitação	53.600,00	53.600,00	6.664,16	32.094,10	6.664,16	32.094,10	0,07	59,88	21.505,90
Habitação Urbana	53.600,00	53.600,00	6.664,16	32.094,10	6.664,16	32.094,10	0,07	59,88	21.505,90
Saneamento	4.698.573,36	1.065.784,54	99.093,96	1.062.430,65	297.778,49	946.769,77	2,04	88,83	119.014,77
Saneamento Básico Urbano	4.698.573,36	1.065.784,54	99.093,96	1.062.430,65	297.778,49	946.769,77	2,04	88,83	119.014,77
Agricultura	3.371.308,31	3.290.325,70	171.085,58	2.562.482,28	445.515,25	2.259.970,56	4,87	68,69	1.030.355,14
Promoção da Produção Animal	275.000,00	253.228,03	15.187,95	216.637,78	38.209,03	164.488,91	0,35	64,96	88.739,12
Defesa Sanitária Vegetal	100.000,00	65.100,00	5.299,25	39.662,27	5.299,25	39.662,27	0,09	60,93	25.437,73
Extensão Rural	2.996.308,31	2.971.997,67	150.598,38	2.306.182,23	402.006,97	2.055.819,38	4,43	69,17	916.178,29
Indústria	30.000,00	300.143,75	35.000,00	298.736,41	35.000,00	298.736,41	0,64	99,53	1.407,34
Promoção Industrial	30.000,00	300.143,75	35.000,00	298.736,41	35.000,00	298.736,41	0,64	99,53	1.407,34
Desporto e Lazer	465.000,00	595.000,00	59.725,52	458.703,01	94.950,64	440.274,85	0,95	74,00	154.725,15
Desporto Comunitário	465.000,00	595.000,00	59.725,52	458.703,01	94.950,64	440.274,85	0,95	74,00	154.725,15
Encargos Especiais	1.350.000,00	1.982.100,13	285.200,85	1.781.732,00	285.200,85	1.781.732,00	3,84	89,89	200.368,13
Outros Encargos Especiais	1.350.000,00	1.982.100,13	285.200,85	1.781.732,00	285.200,85	1.781.732,00	3,84	89,89	200.368,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	54.484.248,56	69.225.425,31	6.865.003,92	53.473.723,80	7.959.804,85	46.450.177,66	100,00	67,10	22.775.247,65

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/11/2012

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES  
CONTROLADOR GERAL

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2011 A OUTUBRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.309.057,14</b>	<b>4.411.141,98</b>	<b>3.333.503,82</b>	<b>3.566.069,38</b>	<b>4.698.407,27</b>	<b>3.864.466,05</b>	<b>4.788.618,21</b>	<b>3.665.008,27</b>	<b>4.943.343,78</b>	<b>4.585.016,51</b>	<b>3.640.474,82</b>	<b>5.123.401,72</b>	<b>49.928.508,95</b>	<b>43.878.710,47</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	331.287,75	517.189,94	282.403,13	427.391,32	1.514.361,35	436.774,71	330.318,68	394.804,64	447.607,79	364.209,26	382.813,75	369.602,00	5.798.764,32	5.435.211,25
RECEITA TRIBUTARIA	331.287,75	517.189,94	282.403,13	427.391,32	1.514.361,35	436.774,71	330.318,68	394.804,64	447.607,79	364.209,26	382.813,75	369.602,00	5.798.764,32	5.435.211,25
I.P.T.U.	42.106,92	52.092,79	439,93	178.951,16	1.128.364,08	58.827,84	61.934,75	53.297,68	50.201,41	49.748,93	51.604,48	50.260,52	1.777.830,49	1.700.000,00
I.S.S.	149.604,98	172.323,23	145.709,29	62.907,08	170.144,53	124.176,75	109.921,16	122.025,45	165.899,32	131.645,98	148.063,32	134.011,68	1.636.432,77	1.400.000,00
I.T.B.I.	46.360,32	106.322,81	44.845,16	50.033,88	40.126,63	117.511,45	52.398,70	61.908,40	91.846,29	50.125,17	58.515,61	75.501,89	795.496,31	530.000,00
I.R.R.F	43.253,84	79.323,62	21.186,18	38.427,81	41.746,86	38.988,03	39.575,80	40.989,14	42.812,72	40.776,49	38.307,91	37.713,25	503.101,65	580.000,00
Outras Receitas Tributárias	49.961,69	107.127,49	70.222,57	97.071,39	133.979,25	97.270,64	66.488,27	116.583,97	96.848,05	91.912,69	86.322,43	72.114,66	1.085.903,10	1.225.211,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	63.345,52	64.490,88	60.239,85	71.723,16	132.447,12	66.811,71	66.671,44	68.062,64	66.100,57	65.636,25	67.936,24	63.580,21	857.045,59	900.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	54.569,47	54.672,64	34.813,44	38.587,52	39.688,13	30.915,42	25.705,72	50.945,49	41.404,67	35.339,13	23.394,94	23.862,84	453.899,41	277.930,51
RECEITA AGROPECUÁRIA	13.176,08	508,00	100,00	426,00	249,00	238,00	514,00	150,00	827,00	202,31	3.710,40	3.508,52	23.609,31	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	13.176,08	508,00	100,00	426,00	249,00	238,00	514,00	150,00	827,00	202,31	3.710,40	3.508,52	23.609,31	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	13.176,08	508,00	100,00	426,00	249,00	238,00	514,00	150,00	827,00	202,31	3.710,40	3.508,52	23.609,31	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	200,00	9.269,80	450,00	300,00	173,00	300,00	45.301,91	50.692,68	53.970,49	51.454,12	3.189,32	51.067,67	266.368,99	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.806.880,22	3.697.374,04	2.926.821,31	2.990.077,54	2.959.009,23	3.269.304,98	4.260.302,45	3.040.522,28	4.275.700,28	4.011.805,53	3.106.755,23	4.540.171,41	41.884.724,50	36.665.149,31
Cota-Parte do F.P.M.	815.527,64	1.371.441,62	861.971,49	1.042.685,47	708.149,94	892.501,19	998.199,44	851.812,43	636.105,03	701.928,57	614.177,18	651.976,79	10.146.476,79	12.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.080.007,11	1.117.743,63	1.140.447,44	1.000.886,61	1.077.980,07	1.128.724,99	1.014.669,03	1.060.696,47	1.025.593,77	1.026.635,28	1.190.602,44	1.122.070,92	12.986.057,76	13.200.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	95.547,53	48.352,63	107.936,29	153.512,50	196.165,95	176.935,13	214.029,77	170.351,49	204.844,05	222.279,52	191.463,29	190.950,17	1.972.368,32	1.900.000,00
Cota-Parte do ITR	218,55	138,44	182,61	167,79	48,82	181,29	22,73	83,62	53,42	98,45	3.023,07	5.005,00	9.223,79	8.208,58
Transferências da LC 61/1989	22.415,55	25.356,36	8.986,61	18.771,20	16.702,49	17.722,54	20.059,44	17.920,28	16.711,35	18.471,30	18.680,09	18.054,55	219.851,76	231.000,00
Transferências da LC 87/1996	5.517,19	5.517,19	5.631,74	5.631,74	5.625,34	5.625,34	5.625,34	5.625,34	5.625,34	5.625,34	0,00	11.250,68	67.300,58	82.085,85
Transferências do FUNDEB	426.890,65	441.905,55	484.370,25	451.457,65	474.499,59	500.970,61	486.825,85	477.237,97	441.180,48	457.746,23	514.281,34	480.906,10	5.638.272,27	5.000.000,00
Outras Transferências Correntes	360.756,00	686.918,62	317.294,88	316.964,58	479.837,03	546.643,89	1.520.870,85	456.794,68	1.945.586,84	1.579.020,84	574.527,82	2.059.957,20	10.845.173,23	4.243.854,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	39.598,10	67.636,68	28.676,09	37.563,84	52.479,44	60.121,23	59.804,01	59.830,54	57.732,98	56.369,91	52.674,94	71.609,07	644.096,83	600.419,40
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>403.822,26</b>	<b>428.599,01</b>	<b>425.031,02</b>	<b>449.920,62</b>	<b>400.934,25</b>	<b>444.355,06</b>	<b>450.460,94</b>	<b>421.357,73</b>	<b>377.786,37</b>	<b>395.007,45</b>	<b>403.589,02</b>	<b>399.861,40</b>	<b>5.000.725,13</b>	<b>5.510.819,91</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	403.822,26	428.599,01	425.031,02	449.920,62	400.934,25	444.355,06	450.460,94	421.357,73	377.786,37	395.007,45	403.589,02	399.861,40	5.000.725,13	5.510.819,91
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>2.905.234,88</b>	<b>3.982.542,97</b>	<b>2.908.472,80</b>	<b>3.116.148,76</b>	<b>4.297.473,02</b>	<b>3.420.110,99</b>	<b>4.338.157,27</b>	<b>3.243.650,54</b>	<b>4.565.557,41</b>	<b>4.190.009,06</b>	<b>3.236.885,80</b>	<b>4.723.540,32</b>	<b>44.927.783,82</b>	<b>38.367.890,56</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA  
SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/11/2012

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES  
CONTROLADOR GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/11/2012

\_\_\_\_\_  
 TOMÉ FRANCISCO ETGES  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 ROBERTO ZOLET  
 CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

\_\_\_\_\_  
 JOÃO EDUARDO LINHARES  
 CONTROLADOR GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.168.569,16	1.301.036,53	1.093.225,99
DEDUÇÕES (II)	7.014.826,85	4.977.587,95	5.118.780,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.461.241,85	8.377.318,42	7.164.688,86
Demais Haveres Financeiros	-347,91	298,40	298,40
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	446.067,09	3.400.028,87	2.046.206,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.846.257,69	-3.676.551,42	-4.025.554,29
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-4.846.257,69</b>	<b>-3.676.551,42</b>	<b>-4.025.554,29</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2012 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-349.002,87</b>	<b>820.703,40</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>4.702.692,46</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Ago 2012 (B)	Em 31 Out 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/11/2012

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES  
CONTROLADOR GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>38.089.960,05</b>	<b>7.913.172,34</b>	<b>37.695.352,67</b>	<b>28.865.579,52</b>
Receita Tributária	5.435.211,25	752.415,75	4.950.286,63	4.510.446,85
I.P.T.U.	1.700.000,00	101.865,00	1.683.630,78	1.557.858,95
I.S.S.	1.400.000,00	282.075,00	1.314.504,56	1.141.662,10
I.T.B.I.	530.000,00	134.017,50	642.813,18	461.680,84
I.R.R.F.	580.000,00	76.021,16	380.524,19	374.562,28
Outras Receitas Tributárias	1.225.211,25	158.437,09	928.813,92	974.682,68
Receita de Contribuição	900.000,00	131.516,45	729.209,19	680.475,44
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	900.000,00	131.516,45	729.209,19	680.475,44
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	265,00
Receita Patrimonial	277.930,51	47.257,78	344.657,30	615.879,90
(-) Aplicações Financeiras	277.930,51	47.257,78	344.657,30	615.614,90
Transferências Correntes	31.154.329,40	6.843.476,22	31.212.166,38	22.980.458,19
F.P.M.	9.600.000,00	1.012.923,23	6.367.606,33	6.238.144,29
I.C.M.S.	10.560.000,00	1.850.138,85	8.625.056,71	7.870.336,14
Convênios	606.442,00	1.718.103,52	5.955.418,55	401.333,45
Outras Transferências Correntes	10.387.887,40	2.262.310,62	10.264.084,79	8.470.644,31
Demais Receitas Correntes	600.419,40	185.763,92	803.690,47	693.934,04
Dívida Ativa	272.238,75	31.484,71	189.608,56	167.488,45
Diversas Receitas Correntes	328.180,65	154.279,21	614.081,91	526.445,59
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>16.116.358,00</b>	<b>206.809,95</b>	<b>7.050.822,95</b>	<b>2.139.880,80</b>
Operações de Crédito (III)	4.000.000,00	50.466,97	162.634,82	1.244.447,98
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	145.600,00	225.600,00	13.500,00
Transferências de Capital	12.116.358,00	10.742,98	6.662.588,13	881.932,82
Convênios	12.116.358,00	10.742,98	6.662.588,13	881.932,82
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>12.116.358,00</b>	<b>10.742,98</b>	<b>6.662.588,13</b>	<b>881.932,82</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>50.206.318,05</b>	<b>7.923.915,32</b>	<b>44.357.940,80</b>	<b>29.747.512,34</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>40.848.466,33</b>	<b>6.335.914,03</b>	<b>31.876.293,51</b>	<b>25.077.900,21</b>
Pessoal e Encargos Sociais	17.327.688,95	2.582.429,75	12.629.739,44	11.890.354,67
Juros e Encargos da Dívida (IX)	215.300,35	23.332,02	174.913,95	95.932,84
Outras Despesas Correntes	23.305.477,03	3.730.152,26	19.071.640,12	13.091.612,70
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>40.633.165,98</b>	<b>6.312.582,01</b>	<b>31.701.379,56</b>	<b>24.981.967,37</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>28.371.958,98</b>	<b>1.623.890,82</b>	<b>14.573.884,15</b>	<b>5.770.900,59</b>
Investimentos	24.255.159,20	1.362.021,99	10.617.066,10	5.387.942,76
Inversões Financeiras	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.700.000,00	0,00	2.700.000,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.416.799,78	261.868,83	1.256.818,05	382.957,83
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>26.955.159,20</b>	<b>1.362.021,99</b>	<b>13.317.066,10</b>	<b>5.387.942,76</b>



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	5.000,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>67.593.325,18</b>	<b>7.674.604,00</b>	<b>45.018.445,66</b>	<b>30.369.910,13</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-17.387.007,13</b>	<b>249.311,32</b>	<b>-660.504,86</b>	<b>-622.397,79</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	5.589.919,03	0,00
Superávit Financeiro	-	-	5.589.919,03	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-3.277.930,51</b>

Fonte: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

\_\_\_\_\_  
JOÃO EDUARDO LINHARES  
CONTROLADOR GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	446.067,09	-	446.067,09	-	-	578.068,07	13.583,08	344.694,79	219.790,20
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	446.067,09	0,00	446.067,09	0,00	0,00	578.068,07	13.583,08	344.694,79	219.790,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211.526,07	13.583,08	197.942,99	0,00
SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SME	0,00	65.587,09	0,00	65.587,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR	0,00	372.920,00	0,00	372.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC. MUN. DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU	0,00	7.560,00	0,00	7.560,00	0,00	0,00	366.542,00	0,00	146.751,80	219.790,20
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>446.067,09</b>	<b>0,00</b>	<b>446.067,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>578.068,07</b>	<b>13.583,08</b>	<b>344.694,79</b>	<b>219.790,20</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 20/11/2012

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
 PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET  
 CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES  
 CONTROLADOR GERAL

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.419.170,50	4.419.170,50	642.073,81	4.261.642,22	96,44
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.838.472,95	1.838.472,95	137.500,69	1.866.242,84	101,51
1.1.1- IPTU	1.700.000,00	1.700.000,00	101.865,00	1.683.680,61	99,04
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.059,82	4.059,82	2.845,60	7.911,21	194,87
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	104.238,75	104.238,75	16.930,38	104.037,46	99,81
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.174,38	30.174,38	15.859,71	70.613,56	234,02
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	530.000,00	530.000,00	135.678,78	648.546,13	122,37
1.2.1- ITBI	530.000,00	530.000,00	135.678,78	645.102,76	121,72
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	3.443,37	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.470.697,55	1.470.697,55	292.873,18	1.366.275,42	92,90
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	282.347,20	1.314.937,68	93,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	3.072,30	3.072,30	2.103,47	8.544,33	278,11
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	57.750,00	57.750,00	4.549,46	25.000,41	43,43
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	9.875,25	9.875,25	3.873,05	17.713,00	179,37
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	580.000,00	580.000,00	76.021,16	380.577,83	65,62
1.4.1- IRRF	580.000,00	580.000,00	76.021,16	380.577,83	65,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	27.421.294,43	27.421.294,43	4.017.254,18	20.813.495,56	75,90
2.1- Cota-Parte FPM	12.000.000,00	12.000.000,00	1.266.153,97	7.959.507,53	66,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.000.000,00	12.000.000,00	1.266.153,97	7.959.507,53	66,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.200.000,00	13.200.000,00	2.312.673,36	10.788.307,02	81,73
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	82.085,85	82.085,85	11.250,68	56.266,20	68,55
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	231.000,00	231.000,00	36.734,64	172.079,85	74,49
2.5- Cota-Parte ITR	8.208,58	8.208,58	8.028,07	8.866,80	108,02
2.6- Cota-Parte IPVA	1.900.000,00	1.900.000,00	382.413,46	1.828.468,16	96,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>31.840.464,93</b>	<b>31.840.464,93</b>	<b>4.659.327,99</b>	<b>25.075.137,78</b>	<b>78,75</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	370.800,00	370.800,00	1.305.119,18	4.048.963,05	1.091,95
6.1- Transferências de Convênios	370.800,00	370.800,00	1.305.119,18	4.048.963,05	1.091,95
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.539.651,90	1.539.651,90	332.333,62	1.623.169,88	105,42
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.910.451,90</b>	<b>1.910.451,90</b>	<b>1.637.452,80</b>	<b>5.672.132,93</b>	<b>296,90</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.510.819,91	5.510.819,91	803.450,42	4.168.303,86	75,64
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.400.000,00	2.400.000,00	253.230,74	1.591.901,20	66,33
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.640.000,00	2.640.000,00	462.534,51	2.163.250,31	81,94
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	16.417,17	16.417,17	2.250,12	11.253,16	68,55
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	55.861,02	55.861,02	7.346,94	34.416,01	61,61
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.641,72	1.641,72	1.605,59	1.790,45	109,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	396.900,00	396.900,00	76.482,52	365.692,73	92,14
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	5.010.660,50	5.010.660,50	996.576,34	4.779.187,68	95,38
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.000.000,00	5.000.000,00	995.187,44	4.769.476,07	95,39
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.660,50	10.660,50	1.388,90	9.711,61	91,10
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-510.819,91</b>	<b>-510.819,91</b>	<b>191.737,02</b>	<b>601.172,21</b>	<b>-117,69</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.810.660,50	3.810.660,50	820.825,15	3.378.936,71	88,67
13.1- Com Educação Infantil	1.262.463,93	1.262.463,93	186.549,20	845.186,60	66,95
13.2- Com Ensino Fundamental	2.548.196,57	2.548.196,57	634.275,95	2.533.750,11	99,43
14- OUTRAS DESPESAS	1.200.000,00	1.200.000,00	124.332,89	1.097.723,63	91,48
14.1- Com Educação Infantil	296.999,00	296.999,00	1.175,50	272.151,63	91,63
14.2- Com Ensino Fundamental	903.001,00	903.001,00	123.157,39	825.572,00	91,43
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.010.660,50	5.010.660,50	945.158,04	4.476.660,34	89,34
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					70,70
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	7.960.116,23	7.960.116,23	1.164.832,00	6.268.784,45	78,75
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.559.462,93	1.559.462,93	187.724,70	1.117.338,23	71,65
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.559.462,93	1.559.462,93	187.724,70	1.117.338,23	71,65
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.510.244,91	6.510.244,91	1.030.315,85	6.026.118,16	92,56
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.451.197,57	3.451.197,57	757.433,34	3.359.322,11	97,34
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.059.047,34	3.059.047,34	272.882,51	2.666.796,05	87,18
25- ENSINO MÉDIO	349.601,00	349.601,00	72.338,66	253.719,93	72,57
26- ENSINO SUPERIOR	287.500,00	239.427,12	0,00	239.427,12	100,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.706.808,84	8.658.735,96	1.290.379,21	7.636.603,44	88,20
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					601.172,21
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					9.711,61
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					610.883,82
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					6.532.572,57
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,05

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	353.056,80	686.518,12	137.115,44	511.188,71	74,46
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.035.700,00	3.510.614,38	573.987,07	2.516.482,07	71,68
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.388.756,80	4.197.132,50	711.102,51	3.027.670,78	72,14
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.095.565,64	12.855.868,46	2.001.481,72	10.664.274,22	82,95
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	34.069,44	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.769.476,07	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.423.389,21	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.711,61	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	389.867,91	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 20/11/2012

\_\_\_\_\_  
TOMÉ FRANCISCO ETGES  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

\_\_\_\_\_  
JOÃO EDUARDO LINHARES  
CONTROLADOR GERAL

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 34.069,44, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	31.840.464,93	31.840.464,93	25.071.694,41	78,74
Impostos	4.210.000,00	4.210.000,00	4.024.298,88	95,59
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.700.000,00	1.700.000,00	1.683.680,61	99,04
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	530.000,00	530.000,00	645.102,76	121,72
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.400.000,00	1.400.000,00	1.314.937,68	93,92
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	580.000,00	580.000,00	380.577,83	65,62
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	209.170,50	209.170,50	233.899,97	111,82
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.132,12	7.132,12	16.455,54	230,72
Dívida Ativa dos Impostos	161.988,75	161.988,75	129.117,87	79,71
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	40.049,63	40.049,63	88.326,56	220,54
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	27.421.294,43	27.421.294,43	20.813.495,56	75,90
Da União	12.090.294,43	12.090.294,43	8.024.640,53	66,37
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.000.000,00	12.000.000,00	7.959.507,53	66,33
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	8.208,58	8.208,58	8.866,80	108,02
Transf. Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/9	82.085,85	82.085,85	56.266,20	68,55
Do Estado	15.331.000,00	15.331.000,00	12.788.855,03	83,42
Cota-Parte do ICMS	13.200.000,00	13.200.000,00	10.788.307,02	81,73
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	231.000,00	231.000,00	172.079,85	74,49
Cota-Parte do IPVA	1.900.000,00	1.900.000,00	1.828.468,16	96,24
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	28.154.603,54	28.154.603,54	24.187.442,37	85,91
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.510.819,91	-5.510.819,91	-4.168.303,86	75,64
<b>TOTAL</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>54.484.248,56</b>	<b>45.090.832,92</b>	<b>82,76</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	9.421.069,72	10.449.792,66	7.306.659,45	69,92
Pessoal e Encargos Sociais	5.580.200,00	5.580.298,04	3.565.507,27	63,89
Outras Despesas Correntes	3.840.869,72	4.869.494,62	3.741.152,18	76,83
DESPESAS DE CAPITAL	149.000,00	388.816,55	175.209,04	45,06
Investimentos	149.000,00	388.816,55	175.209,04	45,06
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>9.570.069,72</b>	<b>10.838.609,21</b>	<b>7.481.868,49</b>	<b>69,03</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.570.069,72	10.838.609,21	7.481.868,49	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.703.200,00	4.141.668,10	2.996.170,40	40,05
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.550.200,00	3.967.899,05	2.927.978,77	39,13
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	153.000,00	173.769,05	68.191,63	0,91
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>6.866.869,72</b>	<b>6.696.941,11</b>	<b>4.485.698,09</b>	<b>59,95</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	211.526,07	11.387,77

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=2% [(V - VI) / I]	17,85
---	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2012/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.100.500,00	8.570.567,97	5.833.361,74	77,97
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.245.569,72	2.019.041,24	1.546.425,72	20,67
Vigilância Epidemiológica	224.000,00	249.000,00	102.081,03	1,36
<b>TOTAL</b>	<b>9.570.069,72</b>	<b>10.838.609,21</b>	<b>7.481.868,49</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

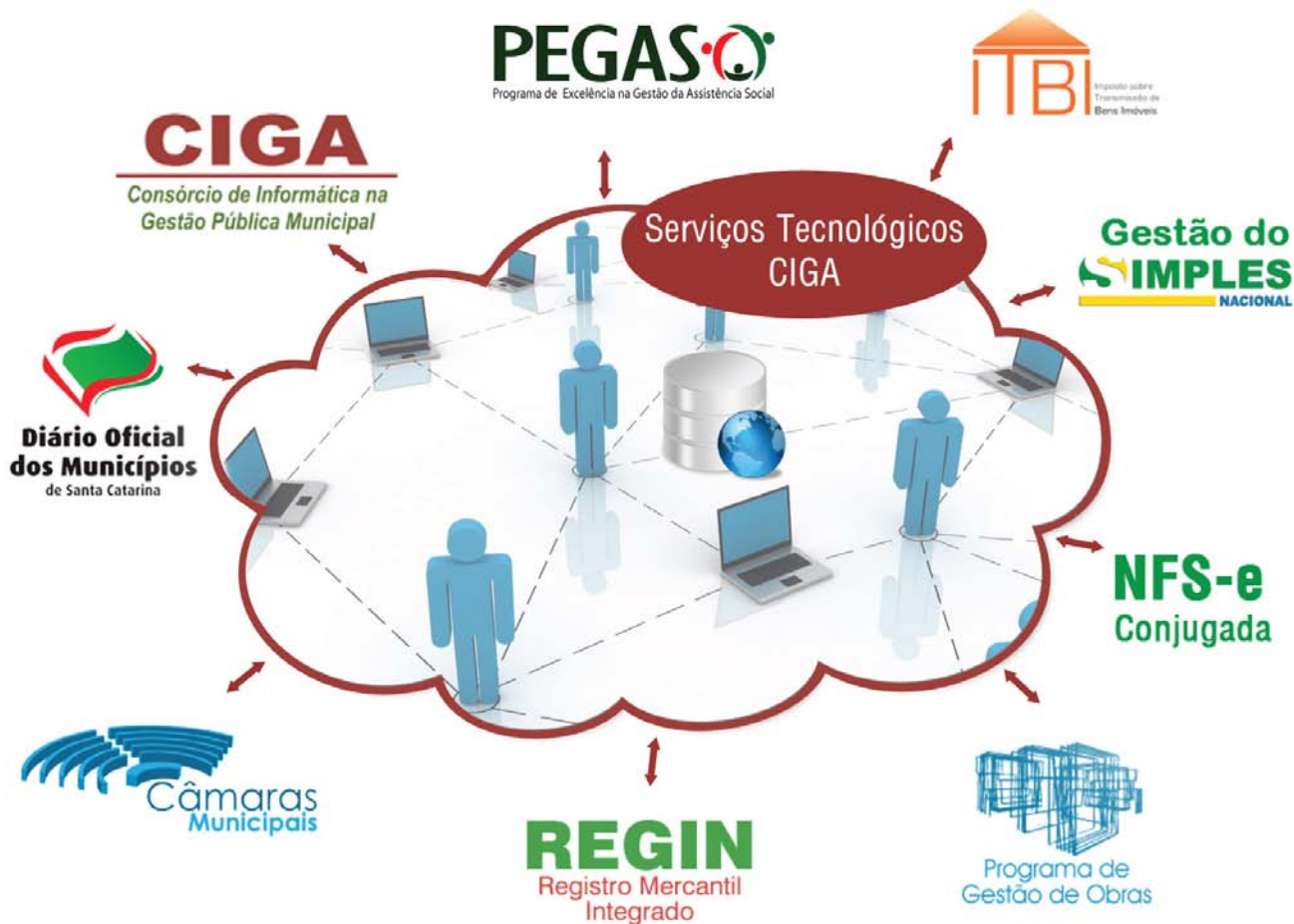
<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 20/11/2012

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES  
CONTROLADOR GERAL



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Veto À Lei Nº 717, de 06 de Novembro de 2012

VETO À LEI Nº 717, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012

"Institui os Feriados Municipais de São Pedro de Alcântara e dá outras providências".

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu não sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Os feriados do Município de São Pedro de Alcântara, declarados na forma da Lei, são:

I - Sexta - feira da Paixão;

II - 19 (dezenove) de outubro, Dia do padroeiro São Pedro de Alcântara;

III - Corpus Christi;

Parágrafo Único: O dia 16 (dezesesseis) de abril, data da Emancipação Político-Administrativa do Município, permanece como data comemorativa, no entanto, não constará no calendário como Feriado Municipal, cabendo ao Poder Executivo regulamentar as atividades da Administração Pública nesta data.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n.º 27/1997.

São Pedro de Alcântara, 16 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

### Decreto N.º 138/2012

DECRETO n.º 138/2012

EXONERA PEDRO HENRIQUE DA SILVA ALMEIDA SANTOS DO CARGO DE ODONTÓLOGO PSF.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar a pedido do servidor, PEDRO HENRIQUE DA SILVA ALMEIDA SANTOS do cargo de Odontólogo - PSF.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

### Decreto N.º 139/2012

DECRETO Nº139/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO PNAE no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de

Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 1.628,00 (um mil seiscentos e vinte e oito reais) por conta do Excesso de Arrecadação do PNAE na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.306.04.2007 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar -

Ensino Fundamental R\$ 1.628,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.203 - Aplicações Diretas R \$ 1.628,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 19 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ SÄTHELIN

Prefeito Municipal

### Portaria N.º 060/2012

PORTARIA n.º 060/2012

Dispõe sobre alteração de carga horária do cargo efetivo da servidora KARINA SCHMITT LOHN.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

RESOLVE:

Art. 1.º- Alterar definitivamente a carga horária da servidora KARINA SCHMITT LOHN, ocupante do cargo efetivo de Professor III - Informática Educativa, de vinte para quarenta horas semanais, devido a necessidade de profissional no período matutino para atender aos alunos da E.B.M.DR. Adalberto Tolentino de Carvalho, conforme comunicação interna nº. 31/2011 da Secretaria de Educação.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de fevereiro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012.

### Portaria N.º 375/2012

PORTARIA n.º 375/2012

Concede férias à servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO

AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Saúde - PSF, férias por 30 dias que gozará a partir de 19/11/2012 a 18/12/2012, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2012.

### Edital de Processo Seletivo N° 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Fone/Fax: (048) 3277-0122

CEP: 88125-000 – São Pedro de Alcântara – SC.

www.pmspa.sc.gov.br / administracao@pmspa.sc.gov.br

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2012

O Prefeito de São Pedro de Alcântara – SC, Ernei José Stähelin, torna público que estarão abertas às inscrições ao Processo Seletivo para formação de Cadastro de Reserva para possível Admissão em Caráter Temporário no ano de 2013 para o Quadro de Pessoal conforme quadro demonstrativo:

CÓD.	CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA	TIPO DE PROVA
01	Trabalhador Braçal	CR(*)	Alfabetizado	689,88	40 horas	Prática
02	Auxiliar de Serviços Gerais	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª. Série)	689,88	40 horas	Escrita
03	Mecânico II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH	1.468,34	40 horas	Prática
04	Motorista II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D	1.100,36	40 horas	Prática
05	Operador de Máquina I	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-C	1.018,36	40 horas	Prática

06	Operador de Máquina II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D	1.477,97	40 horas	Prática
07	Operador de Máquina III	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-C	1.630,66	40 horas	Prática
08	Oficial de Manutenção e Conservação	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	657,45	40 horas	Prática
09	Auxiliar Consultório Dentário - ESF	CR(*)	Ensino Fundamental	739,99	40 horas	Escrita
10	Agente Comunitário de Saúde-ESF	CR(*)	Ensino Fundamental e residir na área em que se inscrever	689,88	40 horas	Escrita
11	Telefonista	CR(*)	Ensino Médio	689,88	30 horas	Escrita
12	Agente de Controle de Endemias	CR(*)	Ensino Médio	890,27	40 horas	Escrita
13	Fiscal de Tributos	CR(*)	Ensino Médio	1.113,63	40 horas	Escrita
14	Agente Administrativo	CR(*)	Ensino Médio e /ou Técnico Administrativo	1.040,63	40 horas	Escrita
15	Técnico em Contabilidade	CR(*)	Ensino Médio/ Técnico Contabilidade com registro no órgão de classe competente	1.113,63	40 horas	Escrita
16	Técnico em Edificações	CR(*)	Ensino Médio/ Técnico Edificações com registro no órgão de classe competente	1.113,63	40 horas	Escrita

17	Agente de Vigilância Epidemiológica	CR(*)	Ensino Médio/ Técnico em Enfermagem com Capacitação em Sala de Vacina e BCG (no ato da inscrição), com registro no COREN	1.100,36	40 hora	Escrita
18	Auxiliar de Enfermagem -ESF	CR(*)	Ensino Médio/ Auxiliar de Enfermagem ou Técnico em Enfermagem com registro no COREN de Auxiliar de Enfermagem	1.100,32	40 horas	Escrita
19	Técnico em Enfermagem	CR(*)	Ensino Médio/ Técnico em Enfermagem e registro no COREN de Técnico em Enfermagem	1.113,63	40 horas	Escrita
20	Professor I (Auxiliar de sala)	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (cursando a 5ª fase)	725,98	20 horas	Escrita Títulos
21	Professor I (Auxiliar de sala)	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (cursando a 5ª fase) e curso de aperfeiçoamento em Libras	725,98	20 horas	Escrita Títulos

22	Professor II (Educação Infantil)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil	950,83	20 horas	Escrita Títulos
23	Professor II (Anos/ Séries Iniciais)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Anos/ Séries Iniciais	950,83	20 horas	Escrita Títulos
24	Professor II (Educação Especial)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Anos/ Séries Iniciais	950,83	20 horas	Escrita Títulos
25	Professor Horista Habilitado-Português	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
26	Professor Horista Habilitado em Matemática	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
27	Professor Horista Habilitado-História	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
28	Professor Horista Habilitado-Geografia	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
29	Professor Horista Habilitado-Ciências	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
30	Professor Horista Habilitado-Ensino Religioso	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos

31	Professor Horista Habi- litado- Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
32	Professor Horista Habi- litado- Artes	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
33	Professor Horista Habi- litado-Infor- mática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
34	Professor Horista Habi- litado-Alemão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
35	Professor Horista Habi- litado-Ingês	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
36	Professor Horista Habi- litado-Música	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
37	Professor Horista Habi- litado-Violão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
38	Bibliote- cário	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	2.804,07	40 horas	Escrita Títulos
39	Professor Horista Não Habi- litado- Português	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
40	Professor Horista Não Habi- litado – Mate- mática	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
41	Professor Horista Não Habi- litado-História	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos

42	Professor Horista Não Habi- litado- Geografia	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
43	Professor Horista Não Habi- litado- Ciências	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
44	Professor Horista Não Habi- litado-Ensino Religioso.	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
45	Professor Horista Não Habi- litado Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
46	Professor Horista Não Habi- litado-Artes	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
47	Professor Horista Não Habi- litado-Infor- mática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
48	Professor Horista Não Habi- litado- Alemão	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
49	Professor Horista Não Habi- litado-Ingês	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
50	Professor Horista Não Habi- litado-Música	CR(*)	Ensino Superior Incom- pleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos



51	Professor Horista Não Habilitado-Violão	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
52	Contador	CR(*)	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis com registro no órgão de classe competente	3.273,18	40 horas	Escrita
53	Engenheiro Civil	CR(*)	Certificado de conclusão de Engenharia Civil com registro no órgão de classe competente	1.402,35	20 horas	Escrita
54	Médico Veterinário	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina Veterinária com registro no órgão de classe competente	1.444,09	20 horas	Escrita
55	Enfermeiro - ESF	CR(*)	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN	2.804,07	40 horas	Escrita
56	Médico Clínico Geral -ESF	2 vagas + CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	6.972,18+ 2.013,22	40 horas	Escrita
57	Médico Clínico Geral	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina Clínica Geral e registro no CRM	3.398,14 + 1.006,60	20 horas	Escrita

58	Médico Ginecologista/Obstetra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no CRM	3.398,14 + 1.006,60	20 horas	Escrita
59	Médico Pediatra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no COREN	3.398,14 + 1.006,60	20 horas	Escrita
60	Odontólogo	CR(*)	Ensino Superior completo em Odontologia e registro no CRO	2.804,07	40 horas	Escrita
61	Odontólogo-ESF	CR(*)	Ensino Superior completo em Odontologia e registro no CRO	3.019,52	40 horas	Escrita

Provas Escritas: Serão realizadas no dia 15/12/2012, na Escola Básica Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, das 14h às 16h.

O Edital completo está afixado no mural das publicações da Prefeitura Municipal e disponível no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br)

São Pedro de Alcântara, em 21 de novembro de 2012.  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 – Fone/Fax: (048) 3277-0122  
CEP: 88125-000 – São Pedro de Alcântara – SC.  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) / [administracao@pmspa.sc.gov.br](mailto:administracao@pmspa.sc.gov.br)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2012  
O Prefeito de São Pedro de Alcântara-SC, Ernei José Stähelin, torna público que estarão abertas no período de 22 de novembro de 2012 a 07 de dezembro de 2012, as inscrições para o Processo Seletivo, para formação de Cadastro de Reserva, para vagas a serem preenchidas em Caráter Temporário, de acordo com a necessidade do município, no Exercício de 2013, no Quadro de Pessoal da Administração Municipal, conforme especificado abaixo, o qual reger-se-à pelas instruções deste Edital.

DOS CARGOS, DAS VAGAS, ESCOLARIDADE, CARGA HORÁRIA E REMUNERAÇÃO



CÓD.	CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA	TIPO DE PROVA
01	Trabalhador Braçal	CR(*)	Alfabetizado	689,88	40 horas	Prática
02	Auxiliar de Serviços Gerais	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª. Série)	689,88	40 horas	Escrita
03	Mecânico II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH	1.468,34	40 horas	Prática
04	Motorista II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D	1.100,36	40 horas	Prática
05	Operador de Máquina I	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-C	1.018,36	40 horas	Prática
06	Operador de Máquina II	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-D	1.477,97	40 horas	Prática
07	Operador de Máquina III	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série) e CNH-C	1.630,66	40 horas	Prática
08	Oficial de Manutenção e Conservação	CR(*)	Ensino Fundamental incompleto (4ª série)	657,45	40 horas	Prática
09	Auxiliar Consultório Dentário - ESF	CR(*)	Ensino Fundamental	739,99	40 horas	Escrita
10	Agente Comunitário de Saúde-ESF	CR(*)	Ensino Fundamental e residir na área em que se inscrever	689,88	40 horas	Escrita
11	Telefonista	CR(*)	Ensino Médio	689,88	30 horas	Escrita

12	Agente de Controle de Endemias	CR(*)	Ensino Médio	890,27	40 horas	Escrita
13	Fiscal de Tributos	CR(*)	Ensino Médio	1.113,63	40 horas	Escrita
14	Agente Administrativo	CR(*)	Ensino Médio e /ou Técnico Administrativo	1.040,63	40 horas	Escrita
15	Técnico em Contabilidade	CR(*)	Ensino Médio/ Técnico Contabilidade com registro no órgão de classe competente	1.113,63	40 horas	Escrita
16	Técnico em Edificações	CR(*)	Ensino Médio/ Técnico Edificações com registro no órgão de classe competente	1.113,63	40 horas	Escrita
17	Agente de Vigilância Epidemiológica	CR(*)	Ensino Médio/ Técnico em Enfermagem com Capacitação em Sala de Vacina e BCG (no ato da inscrição), com registro no COREN	1.100,36	40 hora	Escrita
18	Auxiliar de Enfermagem -ESF	CR(*)	Ensino Médio/ Auxiliar de Enfermagem ou Técnico em Enfermagem com registro no COREN de Auxiliar de Enfermagem	1.100,32	40 horas	Escrita

19	Técnico em Enfermagem	CR(*)	Ensino Médio/Técnico em Enfermagem e registro no COREN de Técnico em Enfermagem	1.113,63	40 horas	Escrita
20	Professor I (Auxiliar de sala)	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (cursando a 5ª fase)	725,98	20 horas	Escrita Títulos
21	Professor I (Auxiliar de sala)	CR(*)	Ensino Médio Completo em Magistério ou Superior Incompleto em Pedagogia (cursando a 5ª fase) e curso de aperfeiçoamento em Libras	725,98	20 horas	Escrita Títulos
22	Professor II (Educação Infantil)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil	950,83	20 horas	Escrita Títulos
23	Professor II (Anos/Séries Iniciais)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Anos/Séries Iniciais	950,83	20 horas	Escrita Títulos

24	Professor II (Educação Especial)	CR(*)	Ensino Superior Completo em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil e Anos/Séries Iniciais	950,83	20 horas	Escrita Títulos
25	Professor Horista Habilitado-Português	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
26	Professor Horista Habilitado em Matemática	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
27	Professor Horista Habilitado-História	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
28	Professor Horista Habilitado-Geografia	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
29	Professor Horista Habilitado-Ciências	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
30	Professor Horista Habilitado-Ensino Religioso	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
31	Professor Horista Habilitado-Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
32	Professor Horista Habilitado-Artes	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
33	Professor Horista Habilitado-Informática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
34	Professor Horista Habilitado-Alemão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos

35	Professor Horista Habilitado- Inglês	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
36	Professor Horista Habilitado- Música	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
37	Professor Horista Habilitado- Violão	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	13,53	Hora/aula	Escrita Títulos
38	Bibliotecário	CR(*)	Ensino Superior Completo na área afim	2.804,07	40 horas	Escrita Títulos
39	Professor Horista Não Habilitado- Português	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
40	Professor Horista Não Habilitado – Matemática	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
41	Professor Horista Não Habilitado- História	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
42	Professor Horista Não Habilitado- Geografia	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
43	Professor Horista Não Habilitado- Ciências	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
44	Professor Horista Não Habilitado- Ensino Religioso.	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos

45	Professor Horista Não Habilitado Educação Física	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
46	Professor Horista Não Habilitado- Artes	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
47	Professor Horista Não Habilitado- Informática Educativa	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
48	Professor Horista Não Habilitado- Alemão	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
49	Professor Horista Não Habilitado- Inglês	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
50	Professor Horista Não Habilitado- Música	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
51	Professor Horista Não Habilitado- Violão	CR(*)	Ensino Superior Incompleto Cursando 5ª fase na área afim	11,85	Hora/aula	Escrita Títulos
52	Contador	CR(*)	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis com registro no órgão de classe competente	3.273,18	40 horas	Escrita

53	Engenheiro Civil	CR(*)	Certificado de conclusão de Engenharia Civil com registro no órgão de classe competente	1.402,35	20 horas	Escrita
54	Médico Veterinário	CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina Veterinária com registro no órgão de classe competente	1.444,09	20 horas	Escrita
55	Enfermeiro - ESF	CR(*)	Ensino Superior Completo em Enfermagem e registro no COREN	2.804,07	40 horas	Escrita
56	Médico Clínico Geral -ESF	2 vagas + CR(*)	Curso Superior Completo em Medicina, Clínica Geral e registro no CRM	6.972,18+ 2.013,22	40 horas	Escrita
57	Médico Clínico Geral	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina Clínica Geral e registro no CRM	3.398,14 + 1.006,60	20 horas	Escrita
58	Médico Ginecologista/Obstetra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no CRM	3.398,14 + 1.006,60	20 horas	Escrita
59	Médico Pediatra	CR(*)	Ensino Superior Completo em Medicina, Especialidade na área afim e registro no COREN	3.398,14 + 1.006,60	20 horas	Escrita

60	Odontólogo	CR(*)	Ensino Superior completo em Odontologia e registro no CRO	2.804,07	40 horas	Escrita
61	Odontólogo-ESF	CR(*)	Ensino Superior completo em Odontologia e registro no CRO	3.019,52	40 horas	Escrita

### DAS INSCRIÇÕES

As inscrições serão realizadas no período de 22/11/2012 a 07/12/2012, das 07h às 12h (terça a sexta-feira), nas dependências da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leopoldo Francisco Kretzer, no Centro da cidade de São Pedro de Alcântara, nos termos do Edital.

O Candidato só poderá se inscrever para um único cargo.

São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento da Ficha de Inscrição.

Efetuada a inscrição não será aceito pedido de alteração na ficha, exceto o referente ao endereço do candidato.

O candidato deverá manter atualizado seu endereço enquanto estiver participando do Processo Seletivo e no período subsequente, se aprovado. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

Para realizar a inscrição, o candidato deverá:

Preencher a ficha de inscrição:

Apresentar os documentos originais RG e CPF e fotocópia dos mesmos (RG e CPF).

Apresentar fotocópia do comprovante de residência.

Apresentar fotocópia autenticada do curso de Capacitação em Sala de Vacina e BCG (no ato da inscrição) para o cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica.

Apresentar fotocópia autenticada de cursos de aperfeiçoamentos, realizados nos últimos 03 (três) anos, para os cargos da área da Educação/Magistério – para Provas de Títulos.

Efetuar no ato da inscrição o pagamento da taxa de inscrição.

A adulteração de qualquer elemento da cópia da cédula de identidade, em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na ficha de inscrição ou em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo, se a inscrição já estiver homologada.

A taxa de inscrição é de R\$ 10,00 para todos os cargos.

O pagamento da taxa de inscrição deverá ser no ato da inscrição.

A taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma.

O candidato após efetuar a inscrição, receberá no ato, o cartão de identificação com a indicação de seu número, na qual deverá apresentar ao fiscal de sala no dia da realização das provas.

O Edital, a Ficha de Inscrição e Anexos está disponível no site: [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br), somente para efeitos de consulta e

impressão.

Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

#### DO CANDIDATO PORTADOR DE EFICIÊNCIA

Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo desde que a deficiência de que são portadoras seja compatível com as atribuições do cargo em provimento.

Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, serão reservados aos portadores de deficiência (cinco por cento) do número de vagas oferecidas para cada Cargo ou 01(uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior a unidade e o número de vagas igual ou superior a 05(cinco).

Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e alterações.

As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

O candidato inscrito como portador de deficiência deverá comunicá-la especificando-a no topo da Ficha de Inscrição em cor vermelha – DEFICIENTE FÍSICO - e anexar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como, a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova (solicitação de prova especial Ampliada).

Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados, dentro do prazo do período das inscrições, serão considerados como não portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado, estando impossibilitados de realizar a prova em condições especiais.

O candidato portador de deficiência que no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

Não será contratado o candidato cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada.

As inscrições que cumprirem os requisitos aqui exigidos serão homologadas.

O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência até a data limite para a realização das inscrições.

Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

Os candidatos que necessitem de condições especiais para a

realização de provas deverão mencionar, em declaração anexa a ficha de inscrição, indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas. A decisão desses requerimentos caberá à Comissão do Processo Seletivo que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

#### DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Prefeito Municipal homologará as inscrições, na data provável de 12 de dezembro, ocorrendo após a publicação e afixação em local público e no site [www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br).

#### DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo constará de duas etapas para o cargo de Professor:

Prova Escrita de caráter eliminatório; e

Prova de Títulos (Cursos de aperfeiçoamento na área na qual o candidato se inscrever) de caráter classificatório.

Para os cargos de Mecânico II, Motorista II, Operador de Máquina I, II e III, Oficial de Manutenção e Conservação, e Trabalhador Braçal o Processo Seletivo constará de uma única etapa:

Prova Prática de caráter eliminatório.

Para os demais cargos o Processo Seletivo constará de uma única etapa:

a) Prova Escrita de caráter eliminatório.

#### DA PROVA ESCRITA

A Prova Escrita será realizada no dia 15 de dezembro de 2012, das 14h às 16h, na Escola Básica Municipal Doutor Adalberto Tolentino de Carvalho, localizada no bairro de Santa Teresa, São Pedro de Alcântara – SC.

A prova escrita para o cargo de professor terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta cada uma, sendo que uma única será a correta. Cada questão correta valerá 0,32 pontos, podendo alcançar no máximo 8,00 pontos.

A nota da prova de escrita será somada com a da prova de títulos para obtenção da nota final.

As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:

DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	05	25
Matemática	05	
Conhecimentos Gerais	05	
Conhecimentos específicos	10	

Para os cargos de Oficial de Manutenção e Conservação, Mecânico II, Motorista II, Operador de Máquina I, II e III e Trabalhador Braçal, não haverá prova escrita.

Para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais, Telefonista, Médico Clínico Geral - ESF, Clínico Médico Geral, Médico Ginecologista/Obstetra e Médico Pediatra, a prova escrita terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada uma, sendo que haverá somente uma correta. Cada questão correta valerá 0,40 pontos, podendo alcançar no máximo 10,00 pontos. As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:



DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	10	25
Matemática	10	
Conhecimentos Gerais	05	

OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.

Para os demais cargos, a prova escrita terá 25 questões objetivas com 4 (quatro) alternativas de resposta para cada uma, sendo que haverá somente uma correta. Cada questão valerá 0,40 pontos, podendo alcançar no máximo 10,00 pontos.

As disciplinas as quais versarão a prova, bem como, o número de questões constam no quadro abaixo:

DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	TOTAL DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	05	25
Matemática	05	
Conhecimentos Gerais	05	
Conhecimentos específicos	10	

OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.

O candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência de 30 (trinta) minutos, munido de documento de identificação com foto, cartão de identificação da inscrição do processo seletivo e caneta esferográfica azul ou preta.

Não terá acesso ao local da prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido; em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

No recinto de provas não será permitida a utilização de equipamentos de rádio tipo "MP3" ou similar, bem como o uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho, bem como folha de rascunho.

O caderno de questões é o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

O candidato deverá preencher o Cartão Resposta cobrindo inteiramente com caneta esferográfica, tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida. O Cartão Resposta será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido devidamente assinado para o fiscal da sala ao final da prova.

Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco.

Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão Resposta, por erro do candidato.

Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las.

Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas juntamente com os fiscais, na coordenação do concurso.

Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação;

Perturbar de qualquer forma a ordem dos trabalhos;

Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

O gabarito das provas será publicado a partir das 13h do dia 17 de dezembro de 2012.

#### DA PROVA DE TÍTULOS

A prova de títulos será válida somente para o cargo de professor.

Serão considerados como Títulos, os certificados de cursos de aperfeiçoamento na área para a qual o candidato se inscrever.

Somente serão aceitos certificados de cursos de aperfeiçoamento devidamente registrados, dos quais constem os conteúdos programáticos, a carga horária e o período da realização. Não serão aceitas Declarações de frequência a cursos de aperfeiçoamento. Somente Certificados.

Cada hora de curso de aperfeiçoamento, na área específica, valerá 0,02 pontos e o máximo de horas que o candidato poderá apresentar e/ou aproveitar, será 100 (cem) horas, podendo alcançar no máximo 2,0 pontos.

Os comprovantes (fotocópias) dos certificados dos cursos de aperfeiçoamento deverão ser autenticados e anexados à ficha de inscrição pelo próprio candidato no ato da inscrição.

A nota da prova de títulos será somada com a da prova escrita para obtenção da nota final.

#### DA PROVA PRÁTICA

8.1 A prova prática será válida somente para os cargos de Mecânico II, Motorista II, Operador de Máquina I, II e III, Oficial de Manutenção e Conservação, e Trabalhador Braçal.

8.2 A prova prática será realizada no dia 17 de dezembro de 2012, a partir das 14 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara-SC.

8.3 Nas provas práticas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município ou da entidade que realizar o certame, poderá ser procedida, a critério da fiscalização, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, com risco de danificá-los. As circunstâncias que motivarem a exclusão do candidato, isto é, sua desclassificação do Processo Seletivo – serão registradas em ata, com assinatura de pelo menos 02 (duas) testemunhas.

8.4 Haverá um tempo máximo para a realização de cada item da prova, de acordo com a tabela a seguir, considerando a dificuldade e demais aspectos necessários para o desempenho satisfatório dos testes, por parte dos candidatos.

8.5 No critério Eficiência (para realização das provas práticas) as tarefas a serem executadas pelos candidatos serão idênticas avaliando-se quem terá realizado a tarefa toda, ou a maior quantidade com relação ao tempo pré-estabelecido ou em menor tempo, com a mesma qualidade.

8.6 Para a realização da Prova prática, os candidatos deverão



apresentar-se com trinta minutos de antecedência, com trajés apropriados para o teste, portando cédula de identidade, documento de inscrição e Carteira Nacional de Habilitação (para o cargo de Motorista II e Operador de Máquina I, II e III).

8.7 Será considerado habilitado (aprovado) na Prova Prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos.

8.8 Havendo possibilidade, as provas práticas serão filmadas e/ou fotografadas.

8.9 Atividades para as Provas Práticas e Tempo de Duração:

CARGO	ATIVIDADES
Mecânico	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – demonstrar conhecimentos de motor, caixa, transmissão, freios, eletrificadas, suspensão - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.</p> <p>Duração da Prova: até 20 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Suspensão</p> <p>II - Motor,</p> <p>III - Caixa,</p> <p>IV - Freios,</p> <p>V – Eletricidade</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 1,00 pontos - em um total de até 5,00 pontos para todos os critérios.</p>
Operador de Máquinas I, II e III	<p>Executar atividades inerentes ao cargo (operar equipamento rodoviário e/ou agrícola), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 05 a 10 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria)</p> <p>II - Habilidades ao operar o equipamento;</p> <p>III - Aproveitamento do Equipamento -</p> <p>IV - Produtividade</p> <p>V - Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 1,00 pontos - em um total de até 5,00 pontos para todos os critérios.</p>
Motorista II	<p>Executar atividades inerentes ao cargo (dirigir veículos de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito), sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Ficha de Avaliação utilizada pelo DETRAN/SC, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, com perdas de pontos correspondentes.</p> <p>Duração da Prova: de 05 a 10 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Habilidades ao dirigir de acordo com o Código Nacional de Trânsito.</p> <p>Este critério valerá 10,00 pontos.</p>

Trabalhador Braçal	<p>Executar atividades inerentes ao cargo, sendo que a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 20 a 30 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I - Habilidades com ferramentas</p> <p>II - Eficiência/Qualidade</p> <p>III - Produtividade</p> <p>IV - Organização na execução dos Trabalhos</p> <p>V - Técnica/Aptidão/Eficiência</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 2,00 pontos - em um total de 10,00 pontos para todos os critérios.</p>
Oficial de Manutenção de Conservação	<p>Executar serviços simples de carpintaria, encanador, pedreiro e eletricista e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.</p> <p>Duração da Prova: até 20 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Carpintaria</p> <p>II – Marcenaria</p> <p>III – Pedreiro</p> <p>IV – Eletricista</p> <p>V – Encanador</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 2,00 pontos - em um total de 10,00 pontos para todos os critérios.</p>

#### DA CLASSIFICAÇÃO

Será classificado na Prova Prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos, para os cargos de Mecânico II, Motorista II, Operador de Máquina I, II e III, Oficial de Manutenção e Conservação, e Trabalhador Braçal.

Para os demais cargos será classificado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4,00 (quatro) pontos na prova escrita com questões objetivas.

A classificação será feita por cargo, em ordem decrescente da nota final obtida, expressa com duas casas decimais.

A classificação será feita de acordo com as informações prestadas na Ficha de Inscrição, que deverão ser comprovadas exclusivamente quando da efetiva contratação. A não comprovação da habilitação declarada implicará na desclassificação do candidato.

Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem de preferência:

- Maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Específicos se for, o caso;
- Maior número de acertos nas questões de Português;
- Maior número de acertos nas questões de Matemática;
- Maior idade.

#### 10. DOS RECURSOS

Serão admitidos recursos das seguintes fases:

a) do presente edital;  
do não deferimento do pedido de inscrição;  
da formulação das questões;  
da discordância com o gabarito das provas escritas;  
da classificação;  
da homologação do resultado do Processo Seletivo;

A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido à Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Os demais recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, endereço, sua fundamentação que deverá ser clara e objetiva e será dirigido à Comissão do Processo Seletivo.

O recurso só será conhecido se encaminhado, pelo candidato recorrente, para o e-mail: jurídico@pmspa.sc.gov.br o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis excluídos o dia da publicação: da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato; dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas; da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e notas e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo; os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e encaminhados pelo candidato para o e-mail: jurídico@pmspa.sc.gov.br .

Findo o prazo para recurso, o Processo Seletivo será homologado pelo Prefeito Municipal.

#### 11. CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE).

No ato da posse o candidato deverá apresentar:  
Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo (cópia autenticada em cartório), com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.  
Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial. As despesas com exames serão custeados pelo candidato classificado.  
Declaração de bens que constituem seu patrimônio.  
Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.  
Declaração de não ter sofrido no exercício da Função Pública as penalidades disciplinares.

Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;
- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- CPF;
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo, no ato da Posse;
- Carteira de habilitação exigida para o cargo, no ato da posse;
- Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição;
- Comprovar idade mínima de 18 anos;
- Uma foto 3x4;
- Certidão de Casamento;
- Carteira de Trabalho com inscrição no PIS/PASEP;
- Folha Corrida Judicial;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Outros documentos exigidos por Lei.

g) O candidato mesmo aprovado no Processo Seletivo será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

h) Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da

lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo, a novo chamamento uma só vez.

#### 12. DO REGIME EMPREGATÍCIO

12.1 Os habilitados e classificados no Processo seletivo serão admitidos sob o regime Celetista.

#### 13. DA VALIDADE DO CONCURSO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A validade do Processo Seletivo será de 01 (um) ano;

13.2 A aprovação no Processo Seletivo não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade.

13.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Edital de Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.

13.4 A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.

13.5 Será automaticamente cancelada a inscrição do candidato que efetuar o pagamento da mesma com cheque sem provisão de fundos, ou outra irregularidade que impossibilite o recebimento da quantia.

13.6 Caberá à Comissão Organizadora do Processo Seletivo a anulação de questões.

13.7 Serão publicados os resultados dos candidatos habilitados que atingirem a nota mínima exigida.

13.8 É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão Organizadora.

13.9 A guarda dos cartões respostas deste Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal, por um período de 06 meses após a homologação do resultado final, quando serão incinerados.

14.0 Os casos omissos serão resolvidos pelo setor jurídico desta Prefeitura.

São Pedro de Alcântara, em 21 de novembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

Conteúdos Programáticos para as Provas  
(Comuns a todos os cargos)

DISCIPLINA	CONTEÚDOS
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Semântica, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira: suas escolas, seus escritores e suas obras. Funções da Linguagem
Matemática	(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística) Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
Conhecimentos Gerais	Atualidades do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais, do Brasil e de Santa Catarina, Economia Social; Questão Agrária; Distribuição de Renda; terceiro Setor; Relações com o trabalho; Direitos dos Deficientes; Constituição Federal; Urbanização; Regiões Metropolitanas; Problemas Ambientais, Urbanos e Agrícolas; Meio Ambiente; população; Estados Brasileiros; Organização social, política e econômica do Brasil; Dívida Externa e Interna; Histórico Municipal. (aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais, políticos e populacionais do município). História e colonização do Município de São Pedro de Alcântara/SC. Constituição Federal nos assuntos relacionados aos direitos e deveres do cidadão, administração pública, servidor público, previdência social

OBS: A complexidade das perguntas levará em conta o grau de formação dos candidatos, quando os Conteúdos coincidirem para Graus de Formação diferenciados.

## ANEXO II

### Conteúdos Programáticos

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO	CONHECIMENTOS PROGRAMÁTICOS ESPECÍFICOS
Agente Administrativo	Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos - Dos Impostos Dos Municípios - Repartição Das Receita Tributárias - Das Finanças Públicas - Do Orçamento Outros: Lei n.º 4.320/1964; Lei Complementar n.º 101/2000 (Responsabilidade Fiscal); Lei n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002 (Licitações); Lei n.º 8.429/1992 (Improbidade Administrativa); Planejamento Estratégico; Generalidades administrativas e Contábeis; Correspondência Oficial; Código Tributário Nacional: Tributos Municipais e Estaduais; Técnica Legislativa; Atos Legais; Noções básicas de informática
Agente Comunitário de Saúde	Sistema Único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes; Noções elementares referente ao processo saúde e doença; Equipe de saúde; Programa de Saúde da Família - estratégia de reorientação do modelo assistencial - Princípios e diretrizes (equipe mínima, territorialização); Programa de Agente Comunitário de Saúde; Atribuições do Agente Comunitário de Saúde - Lei n.º 11.350/2006; Noções elementares referente às Doenças Sexualmente Transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção; Visita Domiciliar (características e objetivos); SIAB - Sistema de Informação da Atenção da Atenção Básica - Fichas A, B, C, D, SSA2, PMA2; O Cadastro das Famílias e o Acompanhamento a Gestante, Hipertensão, Diabético; Noções referente às Doenças de Notificação Compulsória; Noções elementares referente o acompanhamento ao paciente com tuberculose e hanseníase; Noções elementares referente à Saúde Bucal.
Agente de Vigilância Epidemiológica	Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil; A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis; Agentes infecciosos e suas propriedades; Conceitos Básicos usados em Epidemiologia; Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva; Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva - coeficiente, taxa,) e utilização nos serviços de saúde; Conhecimento da Portaria n 1943/MG/MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória; Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica - Município, Estado e União; Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevísíveis; Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores; Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas; Vigilância Epidemiológica das Zoonoses; Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações); Noções básicas de informática
Atendente de Consultório Dentário - ESF	Atribuições do Atendente de Consultório Odontológico; O atendente de consultório odontológico e a equipe de saúde bucal; Noções básicas referentes à assistência em Saúde Bucal (individual e coletiva) e seus objetivos; Noções de biosegurança (equipamento de proteção individual, imunização); Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Manuseio da comunicação na assistência em odontologia (no telefone, na sala de espera); Noções básicas de informática.

Auxiliar de Enfermagem	<p>Generalidades e conceitos fundamentais; As atribuições do auxiliar de enfermagem; Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem); Normas de bio-segurança; Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial); Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar); Assistência à saúde da criança e do adolescente; Assistência a saúde mental; Assistência ao paciente hospitalizado; Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública; Sistema a único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes; Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis; Equipe de saúde e equipe de enfermagem; Programa da saúde da família - estratégia de reorientação do modelo assistencial; Esquema de vacinação - doenças parasitárias; Métodos contraceptivos;</p> <p>Rotinas Básicas: Pressão arterial - Temperatura;</p> <p>Acomodação de pacientes ao leito; Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios; Verificação de trabalho de parto; Sintomas em parada cardíaco-respiratória, choque circulatório; Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3); Noções básicas de informática</p>
Enfermeiro	<p>Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica; Esquema de vacinação - controle de doenças sexualmente transmissíveis; Orientação à gestantes no pré-natal; Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios; Saúde Pública e saneamento básico;</p> <p>Conhecimentos sobre: Hipercalcemia - Cianose - Tuberculose pulmonar e seu tratamento - Pneumonias - Varizes esôfago / gástricas - Rubéola - Alcalose respiratórias - Parada circulatória - Meningite;</p> <p>Causas de mortalidade infantil; Generalidades e conceitos fundamentais; As atribuições do profissional da categoria; Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem); Normas de bio-segurança; Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial); Assistência à saúde da mulher, (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama, planejamento familiar); Assistência à saúde da criança e do adolescente; Assistência a saúde mental; Assistência ao paciente hospitalizado; Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública; Sistema a único de Saúde - SUS - princípios e diretrizes; Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis; Equipe de saúde e equipe de enfermagem; Programa da saúde da família - estratégia de reorientação do modelo assistencial; Esquema de vacinação - doenças parasitárias; Métodos contraceptivos;</p> <p>Rotinas Básicas: Pressão arterial - Temperatura; Acomodação de pacientes ao leito; Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios; Verificação de trabalho de parto; Sintomas em parada cardíaco-respiratória, choque circulatório;</p> <p>Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção; Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3); Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica; Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem; Noções básicas de informática.</p>
Médico Veterinário	<p>Atualidades, generalidades, aspectos econômicos, sociais e políticos da agropecuária no Brasil e no mundo; Legislação específica da profissão - CFMV e CRMV's; Plantas tóxicas, descrição, nomenclatura, classificação, tratamento, grupamento, sintomas, ação. Presença nas pastagens; Bovinos, equinos, ovinos, suínos, aves e pequenos animais - manejo e patologias; Parasitologia; Nutrição animal; Microbiologia; Inspeção de Produtos de Origem Animal; Tecnologia de Produtos de Origem Animal; Vigilância Sanitária; Zoonoses; Epidemiologia; Calendário de vacinas dos animais domésticos; Farmacologia; Manejo de plantas forrageiras.</p>
Técnico Contabilidade	<p>Constituição Federal e suas Emendas, nos assuntos relacionados com o Servidor Público, Previdência Social, Administração Pública; Lei n.º 4.320/1964; Lei Complementar n.º 101/2000 (Responsabilidade Fiscal); Lei n.º 8.666/1993 e n.º 10.520/2002 (Licitações); Lei n.º 8.429/1992 (Improbidade Administrativa); Planejamento Estratégico; Generalidades administrativas e Contábeis; Correspondência Oficial; Código Tributário Nacional: Tributos Municipais e Estaduais; Técnica Legislativa; Atos Legais; Noções básicas de informática.</p>
Técnico Edificações	<p>Generalidades e conceitos técnicos constantes do Código de Obras do Município e demais legislação para o exercício do cargo; Forma de procedimentos e execução para solucionar problemas envolvendo: Embargo, Habite-se, Afastamento, Infrações diversas e suas penalidades; Noções sobre construção (Piso, telhado, teto, paredes, proteção de edifícios, concretagem, esquadrias, pavimentações, saneamento básico, drenagem, proteção de edifícios; Lei Orgânica do Município; Código de Posturas; Noções básicas de informática</p>
Odontólogo	<p>Anatomia da face; Anatomia bucal e dentária; Cirurgia oral; Instrumentais cirúrgicos; Materiais dentários; Dentística restauradora; Oclusão; endodontia; Periodontia; Farmacologia aplicada à odontologia; Terapêutica odontológica; Patologia bucal; Radiologia odontológica; Epidemiologia; Odontologia social; Traumatismo dentário; Microbiologia oral; Urgências em odontologia; Cardiologia; Doenças sistêmicas com repercussão na cavidade oral; Bio-segurança; Ergonomia; Noções básicas de próteses; Odontologia preventiva.</p>
Odontólogo - ESF	<p>Anatomia da face; Anatomia bucal e dentária; Cirurgia oral; Instrumentais cirúrgicos; Materiais dentários; Dentística restauradora; Oclusão; endodontia; Periodontia; Farmacologia aplicada à odontologia; Terapêutica odontológica; Patologia bucal; Radiologia odontológica; Epidemiologia; Odontologia social; Traumatismo dentário; Microbiologia oral; Urgências em odontologia; Cardiologia; Doenças sistêmicas com repercussão na cavidade oral; Bio-segurança; Ergonomia; Noções básicas de próteses; Saúde bucal coletiva; Prevenção em saúde bucal; Educação em saúde; Promoção de saúde bucal; Programa SB Brasil - MEC. Sistema Único de Saúde - SUS; Princípios, diretrizes, leis e regulamentação; Pacto pela saúde em 2006; Responsabilidade sanitária das instâncias gestoras dos SUS. Programa de Saúde da Família - PSF; Equipe de saúde bucal; Estratégias de saúde bucal; Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS.</p>

Engenheiro Civil	<p>Generalidades e curiosidades - conceitos técnicos constantes do código de Postura do Município e demais legislação para o exercício do cargo;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Forma de procedimentos e execução para solucionar problemas envolvendo: Embargo, Habite-se, Afastamento, Infrações diversas e suas penalidades;</li><li>- Noções sobre construção (Piso, telhado, teto, paredes, isolamento proteção de edifícios, concretagem, esquadrias, pavimentações, saneamento básico, drenagem, proteção de edifícios, área, capacidade em m3, materiais de construção</li><li>- Legislação pertinente -</li><li>- Áreas correlatas da engenharia civil – campo de atuação – atribuições</li><li>- Aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, humanísticos e políticos da engenharia</li><li>- Noções básicas de informática</li><li>- Estruturas de Concreto Armado;</li><li>- Construção Civil;</li><li>- Estradas;</li><li>- Estruturas de Aço e Madeira;</li><li>- Teoria e/ou Estabilidade das Construções;</li><li>- Saneamento;</li><li>- Geologia e Mecânica dos Solos;</li><li>- Hidrologia e Hidráulica;</li><li>- Materiais de Construção Civil;</li><li>- Desenho Técnico;</li><li>- Higiene e Segurança do Trabalho;</li><li>- Fundações e Obras de Terra;</li><li>- Topografia;</li><li>- Pontes.</li></ul>
Bibliotecário	<p>Conceitos e generalidades sobre a evolução da biblioteconomia no Brasil e no mundo;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Histórico e formação das bibliotecas no Brasil e no mundo;</li><li>- Forma de organização e estrutura das bibliotecas de referência e as circulantes</li><li>- Funcionamento e rotina das modernas bibliotecas.</li><li>- Decreto 56.725 de 16.08.65</li><li>- Código de Ética do CFB - Resolução CFB 42/2001\</li><li>- Organização e Administração de Biblioteca</li><li>- Bibliotecas Públicas: Funções, objetivos e Estrutura</li><li>- Classificação (CDD)</li><li>- Catalogação: (AACR2)</li><li>- Estudo de usuário e de comunidade</li><li>- Desenvolvimento de Coleções</li><li>- Automação de Biblioteca</li><li>- Serviço de Referência e Informação</li><li>- Noções básicas de informática</li></ul>



	<p>Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Esquema de vacinação – controle de doenças sexualmente transmissíveis.</li> </ul> <p>Orientação a gestantes no pré-natal</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Precauções Universais, desinfecção e uso de aparelhos e utensílios.</li> <li>- Saúde Pública e saneamento básico</li> <li>- Conhecimentos sobre:</li> </ul> <p>Hipercalcemia Cianoses e Tuberculose pulmonar e seu tratamento Pneumonias Varizes esôfago – gástricas Rubéola; Alcalose respiratórias Parada circulatória Menigite</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Causas de mortalidade infantil</li> <li>- Generalidades e conceitos fundamentais;</li> <li>- As atribuições do profissional da categoria</li> <li>- Conhecimentos das técnicas de enfermagem (fundamentos de enfermagem)</li> <li>- Normas de biossegurança</li> <li>- Assistência à saúde do adulto (problemas respiratórios, cardiológicos, diabetes mellitus, hipertensão arterial,</li> <li>- Assistência à saúde da mulher (pré-natal, preventivo do câncer do colo de útero e mama,</li> </ul> <p>planejamento familiar)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistência à saúde da criança e do adolescente</li> <li>- Assistência à saúde mental</li> <li>- Assistência ao paciente hospitalizado</li> <li>- Precauções universais, desinfecções de utensílios. Saúde Pública;</li> <li>- Sistema a único de Saúde – SUS – princípios e diretrizes</li> <li>- Noções de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis.</li> <li>- Equipe de saúde e equipe de enfermagem</li> <li>- Programa da saúde da família – estratégia de reorientação do modelo assistencial</li> <li>- Esquema de vacinação – doenças parasitárias;</li> <li>- Métodos contraceptivos;</li> <li>- Rotinas Básicas:</li> </ul> <p>Pressão arterial – Temperatura; Acomodação de pacientes ao leito Locais e forma de administração de remédios, aparelhos e utensílios. Verificação de trabalho de parto Sintomas em parada cardio-respiratória, choque circulatório;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Doenças sexualmente transmissíveis, tipos, forma de contágio e prevenção.</li> <li>- Unidades de transformação (g, mg, l, ml e cm3)</li> <li>- Generalidades e conceitos fundamentais e atualidades de pesquisa científica</li> <li>- Administração e Planejamento do Serviço de Enfermagem</li> <li>- Noções básicas de informática.</li> </ul>
Técnico de Enfermagem	
Fiscal de tributos (Nível Médio)	<p>Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – Dos Direitos Sociais – Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos – Dos Municípios – Da Administração Pública – Dos Servidores Públicos – Dos Impostos dos Municípios – Repartição Das Receita Tributárias – Das Finanças Públicas – Dos Orçamentos; Lei de Responsabilidade Fiscal; Generalidades Contábeis;</p> <p>Correspondência Oficial; Código Tributário Nacional; Noções Básicas de Informática</p> <p>Lei federal n.º 8137, 27 de dezembro de 1990 (defini os crimes contra a ordem econômica);</p> <p>Lei Complementar n.º 116, de 31 de julho de 2003; Estatuto Geral da Micro e Pequena Empresa (Lei complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006).</p>



Contador	<p>1 - LEGISLAÇÃO CONSTITUCIONAL</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988 e suas emendas.</p> <p>Constituição do Estado de Santa Catarina, de 05 de outubro de 1989 e suas emendas.</p> <p>2 – ORÇAMENTO E CONTABILIDADE PÚBLICA</p> <p>Administração pública: administração direta e indireta. Processo orçamentário: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Princípios orçamentários. Classificação orçamentária: classificação institucional, funcional-programática, econômica e por fonte de recursos. Receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias. Execução orçamentária e contábil: estágios da receita e da despesa pública; créditos adicionais. Patrimônio público: aspectos qualitativos e quantitativos; variações patrimoniais: variações ativas e variações passivas. Dívida pública flutuante e fundada; plano de contas: função e funcionamento das contas. Escrituração contábil. Controle interno e controle externo. Prestação de contas e transparência na gestão fiscal: relatório resumido da execução orçamentária, relatório de gestão fiscal e balanço geral do exercício. Lei 4.320/64 e suas alterações.</p> <p>3 - CONTABILIDADE GERAL.</p> <p>Princípios contábeis, regime de competência, plano de contas, conciliação contábil, registros contábeis. Controle contábil e registros do ativo imobilizado, diferido e patrimônio líquido. Demonstrações contábeis: estruturação e movimentação das contas contábeis, demonstração do resultado do exercício, balanço patrimonial, mutações do patrimônio líquido, demonstrações de origens e aplicações de recursos. Análise e interpretação de demonstrações contábeis.</p> <p>4 - DIREITO ADMINISTRATIVO.</p> <p>Administração Pública. Agentes públicos. Poderes Administrativos. Atos administrativos: conceito, classificação e espécies. Serviço público. LEI Nº8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 - Institui a modalidade de licitação denominada pregão. Código Tributário Nacional e suas alterações. LEI 10028/00 -</p> <p>Investigação administrativa- Improbidade Administrativa - Finanças públicas</p>
----------	--

**ANEXO III**  
**Conteúdos Programáticos**  
**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**  
**ÁREA: MAGISTÉRIO**

ÁREA	CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS
Professor (conteúdos gerais - comuns a todos os cargos) - Educação Infantil - Anos/Séries Iniciais	<p>- Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento</p> <p>- Didática Geral;</p> <p>- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB</p> <p>- PPP – Plano Político Pedagógico da escola</p> <p>- Constituição Federal, na parte referente a Educação</p> <p>- ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)</p> <p>- Temas transversais ou multidisciplinares</p> <p>- PCN</p> <p>- RCNEI (ED. INFANTIL)</p> <p>- Estudos Temáticos</p> <p>- História da Educação e da Pedagogia</p> <p>- Sociologia da Educação</p> <p>- Filosofia da Educação.</p> <p>- Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. MEC – 2006</p> <p>- Metodologia das Disciplinas</p> <p>- Atualidades dentro da área educacional;</p>
Artes	Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; Correntes; Correlação das Artes com as demais disciplinas; Metodologias utilizadas pelas Artes para formação do homem.
Inglês	Classes gramaticais; Interpretação de Textos; Vocabulário; Gramática.
Educação Física	Históricos Conceitos e generalidades; Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; Concepções psicomotoras na educação física escolar; Educação Física e o desenvolvimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; As teorias da Educação Física e do Esporte; As qualidades físicas na Educação Física e desportos; Treinamento desportivo geral; Treinamento Ideal; Conceitos básicos de musculação; Teoria e prática da flexibilidade; Biologia do esporte; Condicionamento físico e saúde; Preparação física; Tratado de fisiologia do exercício.
Ensino Religioso	- História do Ensino Religioso; Legislação do Ensino religioso no Brasil e SC; Fenômeno religioso e diversidade; Conhecimento religioso; Concepções do Ensino Religioso; Objetivos do Ensino Religioso; Fundamentos e Metodologia para o Ensino Religioso; Conteúdos para o Ensino Religioso; Avaliação do Ensino Religioso.
Geografia	Geografia do Brasil, de Santa Catarina e Geral.

Informática Educativa	Programação; Linguagem de Programação; Banco de Dados; Algoritmo; Sistema Operacional; Sistemas (Independente, Integrado, Distribuído); Redes de computadores; Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, Chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores.
Língua Portuguesa	Linguagem Escrita: Morfologia, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Fonética, Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Estilística: Figuras de Sintaxe, figuras de palavras, figuras de pensamento, Linguagem Figurada. Discurso Direto e Indireto, Significação das Palavras, Sintaxe, Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Interpretação de textos; Versificação. Português Erudito, Uso dos Porquês. Fonética e Fonologia. Literatura Brasileira, suas escolas e seus escritores. Funções da Linguagem
Matemática	(Número, álgebra, geometria, medidas e estatística) Número e suas operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas. Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares. Análise Combinatória. Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções. Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer. Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas. Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância. Polinômios e Equações Algébricas. Noções de limites, derivadas e integral.
História	-História do Brasil, de Santa Catarina e Geral
Ciências	-Visão Geral e origem da vida; -Citologia -Citoplasma -Metabolismo energético das células -Células; -Reprodução Histologia animal -Genética -Ecologia
Alemão	-Classes gramaticais -Interpretação de Textos -Vocabulário -Gramática
Música	-Música: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto social e educacional no Brasil e no Mundo -Correntes – estilos -Correlação da música com as demais disciplinas -Metodologia utilizada pela música para a formação do homem.
Violão	Origem; História; Estilos; Características gerais, sobre o nome, uso na música popular; Construção; Cabeça, braço e escala; Corpo; 2.2.1 Faixas laterais; Fundo; Tampo; Encordoamento; Execução; Música clássica; Principais compositores que escreveram para o instrumento; Música popular; Principais instrumentistas; Bélgica; Brasil; Cabo Verde; Cuba; Espanha; Estados Unidos da América; Portugal; ARTE: Definições, Utilidade, Formas, gêneros, mídias, e estilos, Arte: classe e valor, História da Arte, Características, Habilidade, Estética, Valor.

## ANEXO IV

## ATESTADO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Atesto, em cumprimento a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto nº 3298/99 de 20 de dezembro de 1999, que o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, foi devidamente avaliado clinicamente enquadrando-se, segundo o Artigo 4º, do Decreto 3298/99, na seguinte categoria:

1. ( ) deficiência física
2. ( ) deficiência auditiva
3. ( ) deficiência visual
4. ( ) deficiência mental
5. ( ) múltipla
6. ( ) Outras. Quais

7. CID

8. Especificação das atividades relativas ao cargo compatíveis com a deficiência apresentada: -

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Médico

Nome do Médico:

CRM Nº

Declaro ter recebido cópia deste atestado e autorizo a declaração do CID/ diagnóstico correspondente à minha deficiência. Assinatura do (a) candidato (a)

ANEXO V  
FORMULÁRIO DE RECURSO

NOME DO CANDIDATO:

ENDEREÇO: TELEFONE:

CARGO:

Nº de INSCRIÇÃO:

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- ( ) Contra Indeferimento de Inscrição  
( ) Contra Gabarito da Prova Escrita

- ( ) Contra Resultado Prova Escrita  
( ) Contra Resultado Prova Prática  
( ) Contra Resultado Prova Títulos

Ra

Nº da questão: Gabarito oficial:

Resposta do Candidato:

Justificativa do candidato – Razões do Recurso

Usar um formulário para cada recurso.

O recurso só será conhecido se encaminhado para o e-mail: jurídico@pmspa.sc.gov.br

Data: / /2012

Assinatura do Candidato:

ESTADO DE SANTA CATARINA		Nº da Ins- crição
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA		
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2012		
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M( ) F( )
CPF:	Título Eleitoral:	Estado Civil:
Endereço:		Bairro:
Município:	Estado:	CEP:
Fone: ( )	e-mail -	
Portador de Necessidade Especial ( ) Sim ( ) Não		Declaração de Condições Especiais: ( ) Sim ( ) Não
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui presta- das.		
São Pedro de Alcântara, em ...../...../.....		Assinatura do Candidato:

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA		Nº da Inscrição
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 00001/002/2011		
Código do Cargo:	Nome do Cargo:	
Nome do(a) Candidato(a):		



Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 30 minutos de antecedência..

São Pedro de Alcântara, em  
...../...../.....

Assinatura do Responsável pelo Recebimento: (Prefeitura ou Empresa)

Via Candidato

Atenção: Esta Ficha é Apenas para os Professores

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 001/2012 - MAGISTÉRIO

Nº da Inscrição

Código do Cargo:

Nome do Cargo:

Nome do(a) Candidato(a):

Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 30 minutos de antecedência.  
Azul) e chegar 45 minutos de antecedência..

São Pedro de Alcântara, em  
...../...../.....

Assinatura do Responsável pelo Recebimento: (Prefeitura ou Empresa)

Via Candidato

**Timbó**

**PREFEITURA**

**Portaria No 3104, de 18 de Outubro de 2012**

PORTARIA No 3104, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria da Servidora Pública Municipal Cleusa Zoe Tomaselli Dias.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR A CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE APOSENTADORIA, da Servidora Pública Municipal CLEUSA ZOE TOMASELLI DIAS, ocupante do cargo de Professora, Referência Salarial D-26, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com base nos arts.40, § 9º, e 201, § 9º da

Constituição Federal, e art.50 da Lei Complementar nº 411/2011, do período do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social-RGPS, certificado pelo INSS através da certidão nº 20021070.1.00023/12-08, emitida em 14/09/2012, referente ao período de 05/02/1990 a 31/08/1993, totalizando 1.301 dias, correspondendo a 03 (três) anos, 06 (seis) meses e 26 (vinte e seis) dias; bem como a contagem parcial do tempo de contribuição ao RGPS certificado pelo Estado de Santa Catarina através da Certidão de Tempo de Contribuição nº 074/2008, emitida em 22/01/2008, totalizando 1.616 dias, correspondendo a 04 (quatro) anos, 05 (cinco) meses e 06 (seis) dias, conforme Processo RH12-0152..

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício



**Portaria Nº 3119, de 29 de Outubro de 2012**

PORTARIA Nº 3119, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012

Reconstitui a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, e revoga a Portaria nº 017, de 02 de janeiro de 2009 e alterações.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, c/c art. 70, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990; nos termos da Lei Municipal nº 623, de 29 de julho de 1974, Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998 e demais regulamentações vigentes,

**RESOLVE:**

Art 1º RECONSTITUIR a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, que passa a ter a participação efetiva das seguintes autoridades e pessoas:

Presidente: WALDEMAR GEBAUER - Diretor Depto Turismo e Desenvolvimento Econômico;

Vice-Presidente: Ivo Adam – Chefe de Divisão-SAMAE

Secretário: Giscard A. W. Bertoldi – Assessor Jurídico

Vice-Secretária: Maurício Dias – Atendente de Serviços Administrativos

Tesoureira: Carla Moser – Contadora

Vice-Tesoureira: Kathia E. Gumz – Contadora

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS	
Dr. Jean Pierre Bezerra Museka	Procurador Geral
Orlei Pedron	Secretário de Obras e Serviços Urbanos
Mário Vieira	Secretário de Desenvolvimento Econômico
Elson Antonio Aparecido Marson Junior	Secretário de Saúde e Assistência Social
Fabiano Martins Adriano	Assessor Institucional de Trânsito
Darcizio Bona	Vice Prefeito
Wiegold Starke	Presidente da Câmara de Vereadores
Walter Mazzi	Diretor de Departamento SAMAE

**REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS**

Dr. Gilberto de Azevedo	Delegado de Polícia da Comarca de Timbó
Capitão PM Átila Tiago Royer	Polícia Militar-Companhia de Timbó
Walter Ferreira Povoas	Comandante da 2ª Companhia de Bombeiros Militares
Juliano Bachmann	Chefe da Agência de Distribuição da CELESC
Haroldo Ritzke	Representante da Associação Timboense de Rádio Amadores
Jaime Bittencourt	Representante do Jeep Clube Timbó e Trilheiros

**GRUPO PERMANENTE**

Walter Ferreira Povoas	Comandante da 2ª Companhia de Bombeiros Militares
Giscard A. W. Bertoldi	Assessor Jurídico
Waldir Girardi	Presidente do SAMAE
Orlei Pedron	Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Maria Ramos Gonzaga Pelin	Secretária de Articulação Política e Institucional
Mário Vieira	Secretário de Desenvolvimento Econômico
Atomir Sebastião Rufino	Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Daniel Agostini Neto	Diretor do Departamento de Articulação Política e Institucional
Maria Angélica Faggiani	Secretária da Fazenda e Administração
Marise Teresinha Heinig	Assessora Institucional de Captação de Recursos
Aline Burger	Secretária de Educação
Deise Adriana Nicholletti Mendes	Assistente Social

Parágrafo Único. O Grupo Permanente, com os elementos próprios da instituição a que pertencem formarão os grupos de emergência acrescidos de todos os voluntários, pertencentes ou não à Comissão Municipal de Defesa Civil.

Art.2º Fica revogada a Portaria nº 017, de 02 de janeiro de 2009 e alterações.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de outubro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**Decisão Tomada de Preço N.º 41 2012 FMS - Ampliação U. S. Vila Germer e Nações**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÕES**  
**DECISÃO DA HABILITAÇÃO**

Assunto: Tomada de Preço 41/2012

Com base no parecer técnico emitido pela engenheira Luciana Hartmann, e no parecer da contadora Káthia E. G. Howe, decidimos pela habilitação das empresas Abílio Comércio de Alumínio e Ferro Ltda EPP, Soberana Serviços e Construções Ltda. e AL Certa Constr. E Incorporadora Ltda.

Publique-se. Intimem-se.

Timbó, 21 de novembro de 2012.

BARBARA HOCHHEIM

Presidente da Comissão de Licitações

BENNO ADAM NETTO  
Secretário

UDEMAR PELLIN  
Membro

**Extrato Segundo Termo Aditivo a Ata Registro de Preços 06/2012 FMS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº. 06/2012 FMS - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Altermed Mat. Med. Hospitalar Ltda.

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do item 00058

(Paracetamol 500mg - comprimidos) constante da Ata de Registro Preços - Edital de Pregão 06/2012 FMS, que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser de R\$ 0,0449.

Timbó, 14 de novembro de 2012.

ELSON A. A. MARSON JUNIOR

Secretário de Saúde e Assistência Social

### **Extrato Segundo Termo Aditivo a Ata Registro de Preços 93/2012**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº. 93/2012 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS PARA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATADO: Super Ideal Comércio Varejista Supermercadista Ltda.

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do item 0005 (Arroz parbolizado pacote 5 kg) constante da Ata de Registro Preços - Edital de Pregão 93/2012, que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser de R\$ 10,80.

Timbó, 01 de novembro de 2012.

ALINE BÜRGER

Secretária de Educação

### **Termo de Revogação Parcial Pregão Presencial N.º 16 2012 Fct**

PREFEITURA DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 16 2012

O Pregoeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas, Resolve, a pedido da Secretaria requisitante, Revogar o item 2.00002, constante do Lote 2.00000 da licitação de Pregão Presencial nº. 16/2012 FCT, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA EVENTOS COM MONTAGEM E DESMONTAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO CENOGRÁFICA E FILMAGEM NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL DO NATAL MAIS ENCANTADO DE TIMBÓ 2012, ONDE SE APRESENTARÃO GRUPOS DE DANÇA E MÚSICA, BANDAS, CORAIS, ORQUESTRAS, ENTRE OUTROS, E QUE ACONTECERÁ DO DIA 01 AO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2012, JUNTO AO PARQUE CENTRAL DE TIMBÓ, SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E DEMAIS INFORMAÇÕES.

MOTIVO: a revogação parcial se faz motivada a pedido da Fundação Cultural de Timbó.

Timbó (SC), 21 de novembro de 2012.

JEAN M. R. VARGAS

Pregoeiro Oficial

### **Extrato Contrato 179/2012**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/179

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Floriano Construtora e Incorporadora Ltda EPP.

OBJETO: execução de serviços de pavimentação da Rua Curitiba, com lajota tijolão, incluindo o meio fio pré-moldado, corresponde à área de 1.133,50m².

VALOR TOTAL: R\$ 63.407,99 (sessenta e três mil, quatrocentos e sete reais e noventa e nove centavos), sendo R\$ 51.713,73 (cinquenta e um mil, setecentos e treze reais e setenta e três centavos) pagos integral e exclusivamente pelos moradores que aderiram ao sistema de mutirão, e R\$ 11.694,26 (onze mil, seiscentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos) pagos pelo Município.

Data da assinatura: 05/10/12. PRAZO: 06 (seis) meses a contar da data de assinatura.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

### **Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2012/100**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/100.

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Floriano Construtora e Incorporadora Ltda EPP.

OBJETO: prorrogação do prazo previsto na Cláusula Sexta e acréscimo ao objeto e a o preço constante da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo 2012/100.

OBRA: Construção, ampliação e reforma das Unidades Pré-Escolares: Pinguinho de Gente, Violeta Escola Professor Nestor Margarida.

Data da Assinatura: 20/07/2012.

PRAZO: prorrogado por mais 60 (sessenta) dias corridos.

VALOR ACRESCIDO: R\$ 5.597,80 (cinco mil, quinhentos e noventa e sete mil e oitenta centavos).

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

### **Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2012/130**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/130.

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: AL Certa Construtora e Incorporadora Ltda.

OBJETO: acréscimo ao objeto e ao preço constante da Cláusula Primeira do Contrato Administrativo 2012/130.

OBRA: Reforma da Escola Municipal Padre Martinho Stein.

Data da Assinatura: 16/10/2012.

VALOR ACRESCIDO: R\$ 15.546,82 (quinze mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta e dois centavos).

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó



**Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo N.º 2012/179**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/179.

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Floriano Construtora e Incorporadora Ltda EPP.

OBJETO: retificação da cláusula segunda do Contrato Administrativo n.º 2012/179.

OBRA: execução de serviços de pavimentação da Rua Curitiba, com lajota tijolão, incluindo o meio fio pré-moldado, corresponde a área de 1.133,50m².

Data da Assinatura: 18/10/2012.

VALOR: o valor a ser pago pelo município fica retificado para R\$ 21.763,46 (vinte e um mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos).

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Md Nº 7/2012**

Antecipa o pagamento dos subsídios aos vereadores e da remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno e art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica,

Considerando que o dia previsto para pagamento dos subsídios aos vereadores e a remuneração dos servidores da Câmara Municipal - 25 de Novembro de 2012 - recairá no domingo, RESOLVE: Art. 1º Determinar que o pagamento do subsídio aos vereadores e a remuneração dos servidores da Câmara Municipal, relativos ao mês de Novembro de 2012, realize-se no dia 23 de Novembro de 2012, sexta-feira.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 20 de Novembro de 2012.

WIEGOLD STARKE  
Presidente

ISMAEL MAAS  
Vice-Presidente

RUBENS BORCHARDT  
Secretário

**Turvo****CÂMARA MUNICIPAL**

**Resolução Nº. 02/12, de 20 de Novembro de 2012.**  
RESOLUÇÃO Nº. 02/12, de 20 de novembro de 2012.  
DISPOE SOBRE NOVA REDAÇÃO AO REGIMENTO INTERNO.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, faz saber a todos os habitantes do Município que a Mesa Diretora deste Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições legais e com base no disposto do art. 192, III, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. O artigo 6º, do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. A Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, instalar-se-á, em sessão especial às 19:00 horas do dia 1º de janeiro de cada legislatura com qualquer número de vereadores, que será presidida pelo Vereador mais votado entre os presentes e secretariado pelo que seguir na votação, ou, declinando esta da prerrogativa para o seguinte mais votado dentre os que aceitarem, o qual designará um de seus pares como Secretário, para auxiliá-lo nos trabalhos."

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, 20 de novembro de 2012.

Vereador ÉSIO SIMÃO  
Presidente

Registrada e Publicada a presente Resolução nesta Secretaria na data Supra.

Vereador ADAIR CONSTATE  
Primeiro Secretário

**Vidal Ramos****PREFEITURA**

**Tomada de Preço Nº. 42/2012 - Ginásio Molungu**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 42/2012

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de Estrutura e montagem pré moldado de um ginásio multi uso com área de 745,80 m, na Comunidade de MOLUNGU neste município de VIDAL RAMOS. Em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão

fazê-lo junto a Prefeitura - Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br)

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 05 de dezembro de 2012, devem ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do 05 de dezembro de 2012, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Vidal Ramos, 20 de novembro de 2012.  
NABOR JOSÉ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

**Videira**

**PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 1609/12**

PORTARIA Nº 1609/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00020/08-9, nos assentos funcionais do servidor RICIERI DE BARROS, detentor da matrícula funcional nº 1854, do cargo de provimento efetivo de Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá-Carregadeira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta dos Processos Administrativos nº 13715/2012,

#### **RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, RICIERI DE BARROS, detentor da matrícula nº 1854 e do cargo de provimento efetivo de Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá-Carregadeira, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00020/08-9, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 20 de novembro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1610/12**

PORTARIA nº 1610/12

Autoriza o Uso das dependências da Praça Nereu Ramos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 13.831/2012,

#### **RESOLVE**

Autorizar o uso das dependências da Praça Nereu Ramos, pela Center Cell Ltda, no dia 21 de novembro de 2012, das 09:00h às 18:00h, para realizar uma amostra de produtos da Vivo Celulares.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de novembro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 1611/12**

PORTARIA nº 1611/12

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13812/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e, na Lei Complementar nº 007/97 - Estatuto dos Servidores,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Designar os servidores, ADRIANA ELVIRA FORNAZARI, MARCOS DEMARTINI e ALVAIR LIRIO BARZOTTO para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 13812/2012.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de novembro de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de novembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Inexigibilidade N. 03/2012 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2012 - FMAS

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2012 - FMAS

HOMOLOGAÇÃO: 20/11/2012

CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS IMPRESSOS (EXEMPLARES), QUE SERÃO UTILIZADOS NA DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS

DESENVOLVIDOS NO CRAS E CREAS DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 20 de Novembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

### **Julgamento das Propostas TP 01-2012Fmas**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2012-FMAS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA (CASA LAR) COM ÁREA DE 284,05M², NA RUA ANTONIO RAIMUNDO LAZZARI LOTEAMENTO VINHEDO I, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa GL Construtora e Incorporadora Ltda com o valor de R\$ 296.595,95 (duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), por apresentar o menor preço. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentarem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 20 de novembro de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

### **Julgamento Habilitação TP 39-2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 39/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE REDE DE TRATAMENTO DE ESGOTO COLETIVO, NO LOTEAMENTO PRIMAVERA - BAIRRO CIDADE ALTA, INCLUINDO MATERIAL DE MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando inabilitada a única empresa participante do certame, a empresa LB Comércio e Serviços Ltda, mesmo após a apresentação de nova documentação de habilitação.

Videira, 20 de novembro de 2012.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Anexo V Controle Gastos Educação - 10 2012**

Anexo V Controle Gastos Educação - 10 2012

DECRETO Nº 8.766/07

ANEXO V

**CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS COM ENSINO - MÊS OUTUBRO/2012**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM ENSINO	
<b>1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
1.1 - IPTU	3.100.829,00
1.2 - ITBI	1.331.044,76
1.3 - ISS	5.444.959,72
1.5 - IRRF	1.344.074,63
1.6 - Dívida Ativa de Impostos	351.847,72
1.7 - Multas e Juros de Impostos	331.099,99
<b>1.8 SOMA</b>	<b>11.903.855,82</b>
Receitas Base de Cálculo do FUNDEB	Total
1.10 - Cota-Parte do FPM - 20%	13.265.845,85
1.11 - Cota-Parte do ICMS Deson. Export. (LC 87/96) -20%	155.128,68
1.12 - Cota-Parte do ICMS - 20%	29.180.766,77
1.13 - Cota-Parte do IPI Exp. - 20%	474.431,16
1.14 - Cota- Parte do ITR - 20%	13.059,18
1.15 - Cota- Parte do IPVA - 20%	4.866.352,61
1.16 - Cota- Parte do ITCMD - 20%	0,00
<b>1.17 SOMA</b>	<b>47.955.584,25</b>
<b>1.18 TOTAL</b>	<b>59.859.440,07</b>

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	Até o Mês
Especificação	Acumulado
2.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (25% de 1.18)	14.964.860,02
2.1.1 - Cota- parte Transferências do FUNDEB (retorno)	13.200.727,62
2.2 - Rendimento s/ Aplicação FUNDEB	110.524,95
2.3 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.2	551.360,46
2.4 - Cota-Parte do Salário Educação	1.204.334,27
2.5 - Rendimento Aplicação Salário Educação	99.270,59
2.6 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.4	1.019.964,68
2.7 - Convênios Vinculados ao Ensino	848.445,04
2.8 - Superávit Financeiro Exercício Anterior do 2.7	121.795,23

3. APLICAÇÃO	Até o mês		
Especificação	Exigência Legal	Liquidada	Diferença
3.1 - 25% das Receitas Resultantes de Impostos (100% de 2.1)	14.964.860,02	18.349.602,93	3.384.742,91
3.1.1 - Valor gasto com Ensino Fundamental		8.460.794,11	
3.1.2 - Valor gasto com Educação Infantil		9.888.808,82	
3.2 - Contribuição do FUNDEB (Sub-vinculação contábil)	13.862.613,03	14.033.582,22	170.969,19
3.3 - Remun.Prof Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2+2.3)	8.317.567,82	11.390.221,02	3.072.653,20
3.4 - Ensino Fundamental e Educação Infantil (máximo 40% de 2.1.1 +2.2+2.3)	5.545.045,21	2.643.361,20	-2.901.684,01
3.5 - Cota Parte Salário Educação (100% de 2.4+2.5+2.6)	2.323.569,54	369.056,15	-1.954.513,39
3.6 - Convênios Vinculados ao Ensino (100% de 2.7+2.8)	970.240,27	571.331,41	-398.908,86

4.CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS (EM %)	MÍNIMO %	LIQUIDADO %	DIFERENÇA %
4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25% de 1.18)	25,00%	24,44%	-0,56%
4.1 - Remun.Profissionais Magistério Efetivo Exercício (mínimo 60% de 2.1.1+2.2)	60,00%	85,57%	25,57%
4.2 - Ensino Fundamental e Educação Infantil ( máximo 40% de 2.1.1)	40% (máximo)	19,86%	-20,54%

5. GANHO/PERDA COM FUNDEB	Valor recebido até o mês	Valor retido até o mês	Diferença
5.1 - Cota-parte - Transferências do FUNDEB	13.200.727,62	9.590.480,26	3.610.247,36

Fonte: Departamento de Contabilidade

Videira-SC, 20 de novembro de 2012.

Maria Angélica Vanz Balestieri  
Contadora CRC-SC 022532/0-5

Roberto Maraschin Primo  
Secretário Municipal de Educação

Wilmar Carelli  
Prefeito Municipal



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Decreto Nº 053/2012

DECRETO 053/2012

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0806, de 02/12/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação em cada fonte de recurso:

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

31000000.00 - Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB (aplic. outras) R\$ 20.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.1900 - Transferências do FUNDEB (aplic. outras) R\$ 7.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 - Manutenção do Ensino Fundamental

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.5800 - Salário Educação R\$ 18.000,00

0601 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.306.010.2024 - Merenda Escolar

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.6000 - Programa Nacional de Alimentação Escolar R\$ 1.650,00

0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 - Manutenção do Depto. de Saúde e Assistência Médica

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.7000 - Gestão do SUS R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),

21 de Novembro de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Portaria Nº 197/2012

P O R T A R I A Nº. 197/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: PAULO JOÃO PEIXE FILHO

Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 26/11/2012 a 25/12/2012, referentes ao período aquisitivo de 31/12/2010 a 30/12/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),  
21 DE NOVEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

### Aviso de Pregão 40/2012

Processo de Licitação 40/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES - SC

Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preços

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, visando aquisição de Materiais de Construção, para a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00m, do dia 06 de dezembro de 2012 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Ivandro Anzini, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 21 de novembro de 2012.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

## Associações

### EGEM

#### **Aditivo ao Edital Nº 55/2012 - SUAS - AMPLANORTE** ADITIVO AO EDITAL Nº 55/2012 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CURSO DE CAPACITAÇÃO SOBRE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração da data de realização da edição do curso de Capacitação sobre Trabalho Social com Famílias no Sistema Único de Assistência Social, a realizar-se em Mafra de acordo com o edital nº 55/2012 publicado em 17/10/2012.

Cidade/Local  
Mafra/SC  
Auditório da AMPLANORTE  
Rua Maria do Espírito Santo - 400 - Centro

Período das inscrições	18/10/2012 à 16/11/2012
Vencimento do boleto de cobrança	16/11/2012
Homologação das inscrições	20/11/2012
Período de realização - 1º encontro	04 e 05 de fevereiro de 2013
Período de realização - 2º encontro	18 e 19 de fevereiro de 2013
Carga horária total	30 horas/aula
Quantidade de vagas	80 vagas

Florianópolis, 20 de novembro de 2012.

NORIVAL FIORIN  
Prefeito de Luzerna  
Presidente da EGEM

## Consórcios

### AGIR

#### **Resolução Nº. 001/2012 - Comitê de Regulação** RESOLUÇÃO Nº. 001/12

Reconhece o desequilíbrio econômico-financeiro e aprova as medidas para reestabelecimento de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário no município de Blumenau celebrado entre o SAMAE de Blumenau e a empresa Foz de Blumenau S.A.

Anísio Fantini, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 36 e seus Incisos e pelo Artigo 43 do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

a) CONSIDERANDO que a empresa Foz de Blumenau S.A. apresentou a esta Agência pleito de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão de Serviço Público de Esgotamento Sanitário do município de Blumenau, celebrado com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Blumenau - SAMAE, em 26.02.2010, cujo objeto consiste na prestação de serviços de coleta, afastamento e tratamento de esgotamento sanitário, bem como na gestão comercial dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário no município de Blumenau;

b) CONSIDERANDO que o município de Blumenau contratou a Fundação Getúlio Vargas - FGV em consonância com a Concessionária e com a AGIR, para a apuração do efetivo impacto dos eventos narrados em relação ao Contrato de Concessão e, que a FGV elaborou um Estudo Técnico no qual analisou a procedência de cada um dos pleitos da Concessionária, bem como as possíveis soluções para o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, conforme consignado na Ata de nº 005/2012;

c) CONSIDERANDO que todos os documentos necessários e indispensáveis para a apreciação do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro foram apresentados à AGIR e encaminhados ao Comitê de Regulação, resultando no Procedimento Administrativo nº 010/2011;

d) CONSIDERANDO que ciente da situação de desequilíbrio em que se encontra o contrato, a Concessionária, o Poder Concedente e a Prefeitura de Blumenau - formularam e anuíram com proposta apta a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, proposta esta objeto do Estudo Técnico elaborado pela FGV;

e) CONSIDERANDO a regular tramitação do Processo Administrativo nº 010/2011, o voto de seu relator requerendo a contratação de novo estudo independente para avaliação do estudo efetuado pela FGV e, a aprovação por unanimidade do Comitê de Regulação, em sua Reunião Ordinária datada de 27 de agosto de 2012, resultando na Ata nº 005/2012 de mesma data;

f) CONSIDERANDO a Nota Técnica REINFRA-AGIR nº 001/2012, a qual vem oferecer elementos para a fundamentação do processo decisório do Comitê de Regulação da AGIR;

#### RESOLVE:

Art. 1º: Reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário do município de Blumenau, celebrado entre o SAMAE e a empresa Foz de Blumenau S.A., no valor de R\$ 118.760,00 (cento e dezoito milhões, setecentos e sessenta mil reais), levando em consideração e como base técnica para decisão, o parecer técnico lavrado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e a Nota Técnica da Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infra-Estrutura S/S/ Ltda. - REINFRA, a primeira apresentando dados econômicos financeiros e demais fundamentos técnicos e legais para o reconhecimento do desequilíbrio e a segunda dando seu parecer no sentido de corroborar com as metodologias apresentadas pela FGV.

Art. 2º: Estabelecer as seguintes medidas para o reequilíbrio, as quais foram pactuadas de comum acordo entre o Poder Concedente, a Concessionária e a Prefeitura de Blumenau:

- (i) substituição de encargos da Concessionária, que ficará obrigada a executar até o final do mês de maio de 2015 as obras inicialmente de responsabilidade do Poder Concedente, objeto do Contrato de Repasse nº. 0218.134-11/2007 firmado entre o Município de Blumenau e a Caixa Econômica Federal, que seriam financiadas com recursos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, conforme detalhamento que deverá ser inserido na minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão;
- (ii) substituição dos encargos do Poder Concedente, que ficará obrigado a realizar, até o final do mês de maio de 2020, obras inicialmente determinadas e de responsabilidade da Concessionária, conforme detalhamento a constar da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão;
- (iii) aprovação do novo cronograma das obras financiadas com recursos da FUNASA, objetos dos Convênios 2.331/2005 ("José Reuter") e 2.332/2005 ("Itopavazinha I"), as quais serão concluídas pelo Poder Concedente até o final do mês de maio de 2020, conforme detalhamento a constar da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão;
- (iv) adoção do cronograma de obras proposto pelas partes e



determinação do ano 21 da concessão como prazo para atendimento das metas de cobertura dos serviços, conforme detalhamento a constar da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão;

(v) definição no Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão e demais instrumentos legais pertinentes de um procedimento adequado para equacionar eventuais dúvidas e litígios associados à cobrança dos usuários pela manutenção dos cavaletes, nos termos da recomendação constante do Parecer da Diretoria Geral desta Agência;

(vi) troca de 50 mil hidrômetros pela Concessionária, a ser pactuado no Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme cronograma a ser detalhado no referido aditivo; e

(vii) implantação de programa de incentivo de conexão à rede pública de esgotos aos usuários que estão inseridos no Programa de Tarifa Social pela Concessionária, oferecendo a esses usuários a possibilidade de aquisição de um conjunto de materiais necessários à ligação à rede de esgotos ("kit ligação"), por meio do parcelamento, em até 18 (dezoito) meses, do valor relativo à aquisição do material, conforme detalhamento constante da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão. Além disso, recomenda-se que as partes desenvolvam em conjunto plano de comunicação, com ênfase na educação ambiental e responsabilidade social no intuito de tornar efetiva a distribuição e implantação do programa "Kit ligação".

(viii) revisão das tarifas de esgotamento sanitário por meio do aumento de 12% (doze por cento), limitado ao percentual limitador do Contrato e inclusão de uma faixa de consumo adicional na "categoria pública" de consumidores que consomem de 500m<sup>3</sup> a 9.999m<sup>3</sup> constante da estrutura tarifária dos serviços de esgotamento sanitário, observados os trâmites legais pertinentes.

(ix) consideração de saldo remanescente de indenização de ativos R\$ 9.355.876,18 (nove milhões trezentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) (atualizado até julho de 2012), dos quais o Poder Concedente dará quitação no valor de R\$ 5.755.876,18 (cinco milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), por meio de compensação com parte do valor devido à Concessionária a título de indenização, sendo que o saldo remanescente será de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e a forma de pagamento será pactuada entre as partes no Segundo Termo Aditivo;

(x) pagamento pelo Poder Concedente, a título de compensação financeira para reequilibrar econômica e financeiramente o Contrato, de parcelas fixas e mensais, cujos valores e datas de vencimentos constarão da minuta do Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Art. 3º - Em atenção à Nota Técnica da REINFRA e também em observação às recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), o Comitê de Regulação determina que a Diretoria Geral da AGIR, adote, no prazo máximo de 210 (duzentos e dez) dias, contados à partir da publicação desta resolução, as seguintes providências:

a) Disponibilize em consulta pública eletrônica, para conhecimento dos usuários e interessados, de todo o processo e documentos utilizados para o reconhecimento do desequilíbrio econômico/financeiro relativos ao Contrato de Concessão;

b) Que no mesmo prazo deste artigo, seja contratado/elaborado estudo técnico sobre os números/valores disponibilizados (inputs) no processo de reequilíbrio, para que sirvam de padrões, referências e aferição para acompanhamento do contrato e do reequilíbrio;

c) Que seja determinado pela Diretoria Geral da AGIR, estudo de viabilidade técnica e financeira pelo SAMAE (Concedente) para a demonstração de sua capacidade de pagamento frente aos encargos do reequilíbrio, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta resolução, destacando:

i. Que seja comprovada a capacidade econômica/financeira do

SAMAE-Blumenau quanto a manutenção e a aplicação de seu programa de investimentos;

ii. Que a Concedente comprove a sua capacidade econômico-financeira e cronograma de obras para cumprimento da assunção dos serviços da região da Rua José Reuter e Itoupava, em substituição dos Programas PAC/FUNASA;

iii. Que a Concedente demonstre de forma clara, com todos os dados e elementos legais, econômicos e contábeis, como será cumprido o Plano Municipal de Saneamento Básico, aprovado pelo Legislativo Municipal;

iv. Que cumpridas essas metas e prazos, sejam as mesmas apresentadas ao Comitê de Regulação para nova avaliação;

v. Que a Diretoria Geral da AGIR, dentro de suas competências e atribuições, institua um conjunto referencial de orientações básicas para a boa prática da regulação, em especial para o monitoramento e acompanhamento do Contrato de Concessão, conforme recomendado pela Nota Técnica da REINFRA.

vi. De posse de todos estes dados e informações, sejam comparados e confrontados os valores do reequilíbrio, e em sendo necessário, à partir daí sejam elaboradas diretrizes que deverão ser observadas no pedido de revisão ordinária.

vii. Em havendo a constatação técnica de eventuais divergências entre o atual reconhecimento do reequilíbrio e os resultados apurados pelas medidas acima determinadas, seja aberto um procedimento extraordinário, de ofício, pela AGIR, para a mudança e adequação da situação.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Blumenau (SC), em 19 de novembro de 2012.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação

### **Resolução Nº. 031/2012 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 031/2012

Estabelece o dia 16 de novembro de 2012 como ponto facultativo de serviços público na AGIR, e dá outras providências.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar facultativo o expediente aos servidores da AGIR na data de 16 de novembro de 2012 (sexta-feira).

Art. 2º. O servidor que desempenhar suas funções normalmente na data de que trata o Artigo 1º. desta Resolução, mediante justificativa e relatório apresentado e acatado pelo Diretor Geral, poderá ausentar-se oportunamente, em data a ser estabelecida pela AGIR, para compensação do ponto facultativo, sem qualquer adicional de horas.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 12 de novembro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

### **Resolução Nº. 032/2012 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 032/2012

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria

Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a instauração de procedimento para apreciação do pedido de reajuste tarifário de água e serviços, bem como, adequação dos Anexos I a V da Portaria nº POM-24/2012 de 23 de maio de 2012, encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode - SAMAE

Art. 2º. Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 12 de novembro de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

**Ata Nº 006 de 22/10/2012 - Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR**

ATA Nº 006/2012, DE 22 DE OUTUBRO DE 2012 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e doze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1.091, página 195, de 04.10.2012, no site e no mural da AGIR, reuniu-se em sua sede, na sala de reuniões no piso térreo da AMMVI, no endereço declinado na convocação, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às quatorze horas em primeira convocação, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. Os trabalhos foram iniciados pelo senhor Anísio Fantini - Presidente do Comitê de Regulação, o qual deu boas-vindas a todos e, com a concordância de todos nomeou a senhora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR para secretariar os trabalhos. A reunião extraordinária contou ainda com a presença do Dr. Heinrich Luiz Pasold - Advogado da AMMVI, Felipe Ruediger - Diretor Técnico da AGIR, Maria de Fátima Martins - Ouvidora da AGIR, dos seguintes Conselheiros Titulares: Sandro Lourival Cardoso, Ricardo Hübner, Sheila Mafra Ghoddosi, Valdete Korz Marques, Gustavo D. Zettermann e Ricardo Alexandre da Silva; do seguinte Conselheiro Suplente: Guilherme Schmidt Pimentel, bem como dos ouvintes: Antonio Carlos B. de Alencar - Diretor e Nicole Ruediger - Adm. Contratual, ambos da empresa Foz de Blumenau S.A., como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da reunião ordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados com a apresentação e apreciação da Ordem do Dia: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior; 2 - Discussão e deliberação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Prestação de Serviço Público de Esgoto Sanitário do Município de Blumenau (Procedimento Administrativo nº. 010/2011 - AGIR); 3 - Aprovações Resoluções. Em ato seguinte, referente à aprovação da ata da reunião anterior, foi dispensada a leitura da respectiva ata em razão de envio antecipado para apreciação dos conselheiros, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos e seguindo a Ordem do Dia, o Presidente do Comitê, senhor Anísio Fantini passa a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold para a conclusão dos trabalhos e explicação dos trâmites referentes ao Procedimento Administrativo nº. 010/2011 - AGIR. Nesse sentido, o senhor Heinrich Luiz Pasold informa que o parecer contratado pela AGIR junto à empresa Reinfra ainda não foi concluído em razão do não recebimento de informações solicitadas às partes, que as estão providenciando conforme informações recebidas. Igualmente,

o senhor Heinrich Luiz Pasold relata que ficou pré-agendada uma videoconferência entre as empresas FGV e Reinfra para pontuarem divergências e que após será agendado uma reunião com as empresas e a AGIR em Blumenau. Ainda, informa que a AGIR recebeu novas correspondências do TCE/SC e do MP/SC acerca do reequilíbrio com recomendações, apontamentos e solicitações e que esta análise pela Reinfra torna-se imprescindível para aceitabilidade do reequilíbrio por estes dois entes (TCE/SC e MP/SC). Diante do exposto, senhor Heinrich Luiz Pasold propõe que a presente reunião fique em aberto, abrindo-se diligência para que se finalize as divergências entre os estudos e que se retorne com a convocação deste Comitê de Regulação para um posicionamento final. O Presidente do Comitê de Regulação, senhor Anísio Fantini coloca em discussão a manutenção desta reunião em aberto, aproveitando-se os prazos e agilizando-se os procedimentos, fato este aprovado por todos os conselheiros presentes. Como próximo item da pauta, o senhor Anísio Fantini passa a palavra para a senhora Vanessa Fernanda Schmitt para suas considerações acerca da aprovação das resoluções. Nesse sentido, a mesma informa sobre as quatro resoluções, quais sejam: Resolução nº. XXX/2012, a qual estabelece as condições gerais da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito da AGIR; Resolução nº. XXX/2012, a qual estabelece condições gerais para os procedimentos de fiscalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. De aplicação de penalidades e dá outras providências; Resolução nº. XXX/2012, a qual dispõe sobre as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; e Resolução nº. XXX/2012, a qual dispõe sobre procedimentos de consultas e reclamações dos usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, coleta, transporte e disposição final de resíduos, limpeza urbana e sistema de drenagem. Para tanto, relembra que todas as informações foram encaminhadas em nove de agosto do corrente ano aos conselheiros para suas contribuições, sendo que estas contribuições foram averiguadas pelo Diretor Técnico, senhor Felipe Ruediger e trazidas para discussão e deliberação de todos. Assim, o senhor Felipe Ruediger apresenta individualmente todas as contribuições recebidas conforme documento em anexo (parte integrante desta ata), apresenta seu ponto de vista e estudos técnicos realizados e coloca em discussão. Após as opiniões dos presentes e finalizando o item três da pauta a senhora Vanessa Fernanda Schmitt agradece as contribuições recebidas e as discussões geradas, informando que os textos serão compilados com as alterações necessárias e colocados em consulta pública para a população, os prestadores e o Poder Público proporem suas contribuições igualmente e, que após esta fase novamente teremos a discussão final pelo Comitê de Regulação e a apresentação em audiência pública das respectivas resoluções aprovadas. Como assuntos gerais, para conhecimento dos conselheiros, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt ainda informa que a AGIR está propondo alterações em seu Protocolo de Intenções e em seu Estatuto, as quais trarão mais autonomia e tecnicidade às ações da AGIR e também, informa que em novembro receberá um novo servidor, o senhor André Domingos Goetzinger, efetivo no SAMAE de Blumenau, o qual atuará enquanto Agente Administrativo junto à Diretoria Administrativa. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor Anísio Fantini - Presidente do Comitê de Regulação agradeceu a presença de todos os conselheiros e demais presente e deu por encerrado os trabalhos desta reunião ordinária e determinou que eu, Vanessa Fernanda Schmitt, secretária "ad hoc" lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo Presidente do Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação

**Ata Nº 007 de 14/11/2012 - Reunião Ordinária do Comitê de Regulação - AGIR**

ATA Nº 007/2012, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012 DA CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2012 DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos quatorze dias do mês de novembro de dois mil e doze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 1.116, página 170, de 12.11.2012, no site e no mural da AGIR, reuniu-se em sua sede, na sala de reuniões do 1º piso da AMMVI, no endereço declinado na convocação, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às dez horas em primeira convocação, depois de verificada a presença dos conselheiros em número legal. Os trabalhos foram iniciados pelo senhor Anísio Fantini - Presidente do Comitê de Regulação, o qual deu boas-vindas a todos e, com a concordância de todos nomeou a senhora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa da AGIR para secretariar os trabalhos. A reunião ordinária contou ainda com a presença do Dr. Heinrich Luiz Pasold - Advogado da AMMVI, Felipe Ruediger - Diretor Técnico da AGIR, Maria de Fátima Martins - Ouvidora da AGIR, André D. Goetzing - Agente Administrativo da AGIR e, dos seguintes Conselheiros Titulares: Sandro Lourival Cardoso, Sheila Mafra Ghoddosi, Valdete Korz Marques, Gustavo D. Zettermann, Douglas Frankenberger e Ricardo Alexandre da Silva; do seguinte Conselheiro Suplente: Guilherme Schmidt Pimentel, bem como dos ouvintes: Antonio Carlos B. de Alencar - Diretor e Nicole Ruediger - Adm. Contratual, ambos da empresa Foz de Blumenau S.A., como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da reunião ordinária do Comitê de Regulação da AGIR foram iniciados com a apresentação e apreciação da Ordem do Dia: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior; e 2 - Discussão e deliberação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Prestação de Serviço Público de Esgoto Sanitário do Município de Blumenau (Procedimento Administrativo nº. 010/2011 - AGIR). Em ato seguinte, referente à aprovação da ata da reunião anterior, foi dispensada a leitura da respectiva ata em razão de envio antecipado para apreciação dos conselheiros, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos e seguindo a Ordem do Dia, o Presidente do Comitê, senhor Anísio Fantini passa a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold para a condução dos trabalhos e explicação dos trâmites referentes ao Procedimento Administrativo nº. 010/2011 - AGIR. Nesse sentido, o senhor Heinrich Luiz Pasold explana que conforme o pedido da relatora, senhora Sheila Mafra Ghoddosi, esta decidiu por um novo estudo para comprovação da metodologia e dos valores apontados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV em seu relatório, o qual teve seu voto aprovado pelo Comitê de Regulação. Dessa forma, a AGIR realizou a contratação da empresa Reinfra Consultoria Econômica e de Regulação e Infra-Estrutura S/S Ltda. para o referido novo estudo e atuou enquanto mediadora entre Reinfra e FGV durante o período necessário. Continuando, o senhor Heinrich Luiz Pasold enfatiza que se chegou ao entendimento quanto ao reequilíbrio e aos seus valores, o qual foi apontado através da Nota Técnica Reinfra-AGIR nº 001/2012, enviado a todos os conselheiros para conhecimento. Além disso, ainda expõe que o presente relatório apresentou várias recomendações à atuação da AGIR neste processo, enfatizando que os valores fornecidos pela Concessionária e pela Concedente são os reais, porém precisa-se de uma prática para o acompanhamento destes itens e, se analisarmos a regulação, a AGIR precisa ainda de normas instituídas para a condução sobre os pleitos de revisão ordinária e extraordinária. Ainda, senhor Heinrich Luiz Pasold apresenta para conhecimento de todos e como agravante ao processo o Ofício 100/2012/PRES., enviado pelo SAMAE de Blumenau à AGIR, solicitando maior prazo para averiguação da comprovação da capacidade de pagamento das indenizações pelo Poder Concedente à Concessionária. O citado Ofício foi lido na íntegra pela senhora Vanessa Fernanda Schmitt

e integra esta ata. Assim, dando prosseguimento ao assunto em tela, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt entrega para cada conselheiro uma Minuta para Resolução acerca do pleito e o senhor Anísio Fantini coloca que enquanto Comitê de Regulação, estes devem fazer a votação aprovando ou rejeitando o pleito de reequilíbrio, confirmando os valores e medidas de reequilíbrio e lá na frente, havendo qualquer tipo de incoerência, estes valores podem ser revistos e serem feitas as correções necessárias. Neste sentido, o senhor Ricardo da Silva pede prazo para avaliar o estudo final e a minuta, visando possíveis contribuições, o qual é referendado pelos demais conselheiros presentes. Assim, fica agendada para o dia dezoito de novembro de dois mil e doze, às quatorze horas, no mesmo local, a continuação desta reunião que mantém-se em aberto para discussão do pleito constante no Procedimento Administrativo nº 010/2011. Da mesma forma, o senhor Anísio Fantini informa que possíveis dúvidas ou contribuições deverão ser enviadas para o e-mail da senhora Vanessa Fernanda Schmitt, qual seja, [vanessa@agir.sc.gov.br](mailto:vanessa@agir.sc.gov.br), para compilação e discussão na referida reunião. Como forma de proporcionar melhor entendimento aos conselheiros o senhor Heinrich Luiz Pasold efetua a leitura de toda a Minuta, a qual integra esta ata, esclarecendo todos os artigos e eventuais dúvidas dos conselheiros. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor Anísio Fantini - Presidente do Comitê de Regulação agradeceu a presença de todos os conselheiros e demais presente e deu por encerrado os trabalhos desta reunião ordinária e determinou que eu, Vanessa Fernanda Schmitt, secretária "ad hoc" lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo Presidente do Comitê de Regulação, será assinada e publicada nos termos estatutários.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação

**Ata Nº. 020 de 18/10/2012 - Assembleia Geral Ordinária - AGIR**

ATA Nº 020/2012, DE 18 DE OUTUBRO DE 2012 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR.

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, de acordo com a convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 1.090, Página 191, de 03.10.2012, no site e no mural da AGIR, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária os representantes legais do Consórcio Público, no Auditório Lino Grützmacher, no endereço declinado no edital, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, às quinze horas em primeira convocação. Sem número legal para a primeira convocação a mesma foi aberta às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, depois de verificada a presença dos consorciados em número legal. A Assembleia foi iniciada sob a presidência do senhor João Paulo Karam Kleinübing, Presidente da AGIR e Prefeito do município de Blumenau. Sob a concordância de todos os presentes, nomeou-se a senhora Vanessa Fernanda Schmitt - Diretora Administrativa/Geral Interina da AGIR, para secretariar os trabalhos. A Assembleia contou ainda com a presença do senhor Carlos Alberto Pegoretti, Prefeito do município de Rodeio e Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, senhor Orides Kormann, Prefeito do município de Guabiruba; senhor Laurino Dalke, Prefeito do município de Benedito Novo; senhor Fernando Tomaselli, Prefeito do município de Rio dos Cedros; senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do município de Indaial; senhor Pedro Celso Zuchi, Prefeito do município de Gaspar; senhor Moacir Polidoro, Prefeito do município de Acurra; e senhor Darcizio Bona, Prefeito em exercício do município de Timbó, além de outras presenças como consta da lista de presença devidamente assinada e arquivada. Os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da AGIR foram iniciados para a apreciação da seguinte Ordem do



Dia: 1 - Leitura e aprovação da ata anterior, 2 - Correspondências, 3 - Processos administrativos, 4 - Orçamento 2013 (Taxas e Contrato de Rateio), 5 - Alteração Estatuto Social e Protocolo de Intenções, 6 - Edital Comitê de Regulação e 7 - Assuntos Gerais. Iniciados os trabalhos, o senhor João Paulo Karam Kleinübing agradeceu a presença de todos, convidando o senhor Heinrich Luiz Pasold - Advogado da AMMVI, para fazer parte da mesa e auxiliá-lo na condução dos trabalhos. Em ato seguinte, referente ao item um da pauta, foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior em razão do envio por e-mail para apreciação dos consorciados, sendo a mesma aprovada por todos. No seguimento dos trabalhos, para proporcionar ciência aos presentes, o senhor João Paulo Karam Kleinübing informou sobre as correspondências recebidas e enviadas pela AGIR de 26.05.2012 até 17.10.2012. Sendo que o senhor João Paulo Karam Kleinübing informou que todas as citadas correspondências estão à disposição para consulta e cópia, mediante requerimento, na AGIR. Prosseguindo, o senhor João Paulo Karam Kleinübing informou a todos sobre os procedimentos administrativos em trâmite na AGIR (item três da pauta), num total de 01 (um) procedimento ainda em trâmite referente ao ano de 2011, 06 (seis) em trâmite referente ao ano de 2012 e também 06 (seis) procedimentos já encerrados e arquivados referente ao ano de 2012, explanando sobre suas informações, tais como: número, autor, partes envolvidas, objeto, ações realizadas de 26.05.2012 até 17.10.2012 e próximas ações. Tratando-se sobre o item quatro, o senhor João Paulo Karam Kleinübing passa a palavra para a senhora Vanessa Fernanda Schmitt, a qual informa sobre o orçamento para 2013 da AGIR, explanando sobre o Contrato de Rateio e as taxas que serão cobradas, sendo estas de regulação de abastecimento de água, regulação de esgotamento sanitário, regulação de coleta de resíduos sólidos, regulação de transbordo e transporte de resíduos sólidos e regulação de tratamento e destinação final de resíduos sólidos. Igualmente, a senhora Vanessa Fernanda Schmitt informa que o orçamento estimado para receitas e despesas em 2013 totaliza em R\$ 876.110,05 (oitocentos e setenta e seis mil, cento e dez reais, cinco centavos). Assim, coloca-se o referido orçamento e as Resoluções nº. 021/2012, a qual estabelece os valores de rateio dos recursos da AGIR para o exercício de 2013 e aprova o Contrato de Rateio ad referendum da Assembleia Geral e nº. 022/2012, a qual estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2013 da AGIR em aprovação, sendo os mesmos ratificados por todos os consorciados presentes. Referente ao item cinco, sobre a alteração do Estatuto Social e do Protocolo de Intenções, o senhor João Paulo Karam Kleinübing repassa a palavra ao senhor Heinrich Luiz Pasold para maiores explicações, onde este informa que as presentes alterações são necessárias para padronizar a escrita numérica, criar maior autonomia e estruturar a Agência para melhor atender aos municípios consorciados. Ainda a senhora Vanessa Fernanda Schmitt continua relatando as principais propostas de alterações, informando que estas serão remetidas por e-mail aos Prefeitos e aos seus Assessores Jurídicos para que estes tomem conhecimento e contribuam ou questionem acerca das referidas alterações e, assim em uma próxima Assembleia Geral estas alterações serão colocadas para aprovação dos consorciados, as quais se tornarão projetos de lei a serem encaminhados e aprovados por todas as Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados. Seguindo, quanto ao item seis, o senhor João Paulo Karam Kleinübing comunica que a AGIR estará abrindo novo Edital para composição do Comitê de Regulação visando o preenchimento das seguintes vagas: 01 (um) membro para suplente indicado pela AGIR, 01 (um) membro titular e 03 (três) membros para suplentes indicados pelos usuários e, 01 (um) membro para suplente indicado pelos usuários. Acerca do tema em apreço a senhora Vanessa Fernanda Schmitt informa que o referido Edital será enviado a todos os municípios consorciados para indicações. Como último item da ordem do dia, em assuntos gerais, o senhor João Paulo Karam Kleinübing informa que a senhora Maria de Fátima Martins estará voltando para Ascurra em razão de sua posse no cargo de Procuradora Geral,

por aprovação em Concurso Público. Igualmente, o senhor João Paulo Karam Kleinübing ressalta a necessidade de corpo técnico para continuidade e garantia dos trabalhos da AGIR, apresentando como nome para cessão com ônus junto a AGIR o servidor efetivo do SAMAE de Blumenau, o senhor André Domingos Goetzinguer para atuar enquanto Agente Administrativo a partir de novembro do corrente ano. Submetido o citado nome à votação, tem-se a aprovação unânime do item em apreço. Finalizando, o senhor João Paulo Karam Kleinübing abre espaço aos consorciados presentes para possíveis contribuições e manifestações. Nada mais havendo para ser tratado, o senhor João Paulo Karam Kleinübing agradeceu a presença de todos, encerrando esta Assembleia Geral Extraordinária, determinando que eu Vanessa Fernanda Schmitt, secretária "ad hoc" lavrasse a presente ata que, depois de aprovada pelo Presidente, será assinada e publicada nos termos estatutários.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING  
Presidente da AGIR  
Prefeito do Município de Blumenau

## CINCO

### Aviso do Pregão Presencial Nº 0004/2012 - Tiras de Glicemia

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2012  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0014/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de tiras para teste de glicose para uso nas Unidades Básicas de Saúde e pacientes, de forma parcelada pelos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Arroio Trinta, Fraiburgo, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso e Tangará, durante o período de 02 de janeiro a 31 de dezembro de 2013. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 10/12/2012. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: [www.cinco.sc.gov.br](http://www.cinco.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 20 de novembro de 2012.  
ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo do CINCO

